



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**MILENA KANASHIRO**

---

---

**PAISAGENS ÉTNICAS EM CURITIBA:**

*um olhar histórico-espacial em busca de entopia*

---

---

Curitiba PR  
2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**MILENA KANASHIRO**

---

---

**PAISAGENS ÉTNICAS EM CURITIBA:**  
*um olhar histórico-espacial em busca de entopia*

---

---

Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – UFPR, da linha de pesquisa “Urbanização, Cidade e Meio Ambiente”, Turma V, sob a orientação da Professora Dra. Yara Vicentini.

Curitiba PR  
**2006**

Ficha Catalográfica de Tese de Doutorado  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, Curitiba PR, Brasil)

---

Kanashiro, Milena, 1968-  
Paisagens Étnicas em Curitiba:  
Um olhar histórico-espacial em busca de entopias/  
Milena Kanashiro.----2006  
332 f., enc.II.

Orientadora: Yara Vicentini  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Doutorado em  
Meio Ambiente e Desenvolvimento.

---





Dedico este trabalho à *minha família*  
que sempre esteve ao meu lado nesta longa caminhada.  
Ao *Kao*, pelo constante apoio e que tornou possível a realização desta tese.



## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. *Yara Vicentini* pela dedicação, paciência, orientação segura e estímulo constante.

Ao Professor Msc. *Carlos Balhana* pela vasta contribuição de bibliografias e *insights* antropológicos sobre a pesquisa.

Ao Professor Dr. *Dennison de Oliveira* pelas críticas construtivas, na etapa de qualificação, indicando inserções de novos olhares históricos de Curitiba e de seus imigrantes.

À Professora Dra. *Salete Kozel* pelas anotações na qualificação que definiram novos olhares geo-simbólicos na apreensão do espaço geográfico.

Ao Diretor Técnico da SEMA - Professor Msc. *Carlos Alberto Hirata* - que disponibilizou o acesso ao arquivo do ITC. Ao *Carlos* e *Izaías* que pacientemente me ajudaram na busca dos arquivos.

Aos professores que contribuíram durante a realização da tese, Professora Dra. *Yoshiya Nakagawara Ferreira* (Dept. Geografia – UEL) e Professor Dr. *Humberto Yamaki* (Dept. Arquitetura e Urbanismo - UEL), que sempre permitiram a acessibilidade junto às suas respectivas bibliotecas e laboratórios.

Aos meus colegas interdisciplinares da Turma V do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

*Quando evoco um passado longínquo, reabro o tempo,  
recoloco-me num momento em que ele ainda comportava um horizonte de futuro,  
hoje fechado, um horizonte de passado próximo, hoje longínquo.*

*Maurice Merleau-Ponty*

---

## RESUMO

---

Esta tese tem como objetivo principal a investigação da gênese das paisagens étnicas em Curitiba. Como as colônias de imigrantes implantadas na área da atual RMC-Região Metropolitana de Curitiba - datam do período compreendido entre 1860 a 1926, utilizou-se como estratégia analítica a recorrência histórica com o intuito de recompor as paisagens. Primeiro fez-se o uso das visões dos três viajantes que relatam sobre a província – as *paisagens apreendidas* por Saint-Hillaire [1826], Ave-Lalement [1858] e Bigg-Whiter [1872]. Podem-se verificar os valores coloniais na construção da província-colônia e os olhares renascentistas e racionalistas com base nos valores europeus, nas suas descrições sobre as paisagens iniciais. Segundo, pelas *paisagens projetadas* dos instrumentos de ordenação urbana – diretrizes, código de posturas e planos – observa-se a ação sistemática de construção de uma imagem ideal do urbano. A zonificação, a definição de gabaritos e de materiais são maneiras de elitização da área urbana. A idéia de modernização partiu da negação das estruturas coloniais. A partir do plano SERETE Curitiba entra na fase do urbanismo moderno. Por fim, o processo de construção das *paisagens étnicas* demonstrou um planejamento de necessidade no intuito de criar áreas de abastecimento agrícola para a capital. São poucos os exemplos de projetos das colônias de imigrantes que tinham como concepção projetual elementos como igrejas e escolas. A toponímia empregada na denominação das colônias ressalta o poder provincial. A recomposição histórica das paisagens revela a importância do processo espacial da construção das paisagens étnicas, visto que Curitiba é a única metrópole brasileira que incorporou antigas colônias de imigrantes, as quais atualmente são bairros da cidade. Reflexões sobre as paisagens étnicas contemporâneas revelam a desconsideração desses fragmentos étnicos e a construção da idéia da Capital de Primeiro Mundo, ou a capital mais “branca” do país com a ênfase de espaços temáticos étnicos disseminados pelo processo de planejamento urbano desenvolvido. Tal imagem é feita a partir de princípios eugenistas retomando-se de maneira romântica a relação entre imigração européia e a articulação com a idéia de progresso. Traça-se a reconstrução das paisagens com a discussão de busca de *entopias* – como estratégia para redirecionar os olhares sobre o urbano na compreensão dos *saberes ambientais* do planejamento e na incorporação de valores com base na história e na cultura.

Palavras-chave: Entopia. Paisagens. Paisagens étnicas. Colônias de imigrantes.

---

## ABSTRACT

---

This thesis has aimed the investigation of the ethical *paysage*'s genesis of Curitiba. As the immigrant's settlements had been established in the actual area of the RMC, into the period of 1860 until 1926, we used the historical searching as an analytical strategy to recompose the *paysage*. First, we make use of the three voyage's vision and their *perceived paysage*: Saint-Hillaire [1826], Ave-Lallement [1858] e Bigg-Whiter [1872]. It has verified the colonial values and the rationalistic and renascentistic viewers from the voyages in the composition of the initial *paysage*. Second, the *projected paysage* from the urban instruments – acts, spatial ordinance and urban plans – the systematic actions with the intention of creating an urban ideal. In order to define the elite's central area, it was used the zonification, the establishment of high pattern and materials of the buildings. The idea of modernization started with the negation of urban colonial structure. From the SERETE's plans Curitiba enter into the called modern urbanism. Lastly, the construction's process of *ethnical paysage* illustrated that it was a "necessity planning" with merely the aim to created agricultural area. The analysis of the immigrants' settlements demonstrated the fewer examples that considered religious and educational spaces. The denominations of the settlements strengthen the political authority. Notwithstanding, the historical *paysage* re-composition reveals the significant of the spatial process, as Curitiba the exclusive Brazilian metropolis that adds its ancient immigrant's settlements and at present are districts of the city. Thinking about of contemporary ethnical *paysage* it indicates the des-construction of earlier immigrants' settlements and the construction of the image as developed country's capital, i.e., one "white city" giving emphasis to European thematic's spaces created by the urban planning. Those images have been structured under eugenistic principles and withdraw the romantic relation of European immigrants with the progress notion. These *paysage*'s re-construction allow us to considered the entopia idea – as a strategy to re-focus the observation of the urban space with the intention of understand the "environmental knowledge" of urban planning comprising historical and culture values.

Key-words: Entopia. *Paysage*. Ethnical *paysage*. Immigrants' settlements.

---

## APRESENTAÇÃO

---

As discussões sobre os problemas ambientais têm direcionado para a afirmação de novos objetos, novos métodos e novos olhares na tentativa de reincorporar os conhecimentos compartimentados das ciências em uma visão mais integradora. Nesse sentido, o curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – UFPR propõe a busca da interdisciplinaridade como maneira de compreensão da relação entre sociedade e natureza.

O tema de tese proposto: *Paisagens étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial em busca de entopias* é consequência de uma curiosidade diletante que se exercitou sobre a história, a cultura e o processo de construir as paisagens, utilizando-se de outras visões, na busca de uma abordagem interdisciplinar, atravessando áreas desconhecidas.

Esta tese propõe a reconstrução das paisagens com o objetivo principal de entender a “capital mais branca do país” formada por imigrantes. A pesquisa inicia-se com a experiência interdisciplinar desenvolvida pela turma V – 2002 da linha “Urbanização, Cidade e Meio Ambiente”. Apresenta-se o arcabouço teórico preliminar para a definição da temática – *entopia*, e do conceito de *paisagem*, como objeto interdisciplinar e as suas várias visões que permeiam campos disciplinares diferenciados. A partir disso definem-se três visões de paisagens de Curitiba: *paisagens apreendidas*, *paisagens projetadas* e *paisagens étnicas* e, expõem-se os pressupostos da tese.

A recorrência histórica fez recuperar os escritos de viajantes europeus que percorreram a Província do Paraná e descreveram as paisagens iniciais: Saint-Hillaire [1929], Ave-Lallement [1858] e Bigg-Whiter [1872]. Dessa forma, o primeiro capítulo trata das *paisagens apreendidas* como estratégia para entender a gênese das paisagens. São olhares individuais que permitem reproduzir os contextos e a formação inicial do núcleo urbano. São olhares que julgam o que é visto com referências européias e utilizam biografias espaciais já experienciadas para compor as descrições.

O segundo capítulo – o das *paisagens projetadas* – faz o inventário dos instrumentos de ordenação da paisagem de Curitiba: as primeiras “correções”, os postulados do ouvidor Pardinho [1721], a intervenção de Taulois [1855], o Código de Postura [1895], as diretrizes para a construção de uma paisagem moderna, o Código de Obras [1919], o plano de Agache [1941-1943] e por fim o plano SERETE [1965]. Estes instrumentos são inseridos em uma discussão que envolve os modelos ideais de organização dos espaços urbanos.

O terceiro capítulo – o das *paisagens étnicas* – recompõe as diretrizes de políticas públicas que subsidiaram a implantação de várias colônias de imigrantes com o intuito de criar estratégias de abastecimento da nova Capital. Apesar do senso comum de ser uma cidade construída por imigrantes europeus, verificou-se a não-sistematização, principalmente nas questões espaciais, dos dados referentes a esse processo. A maioria das pesquisas existentes trata de estudos de caso. O processo de implantação, a política imigratória, os estudos existentes sobre as colônias planejadas e a possibilidade de uma lógica projetual dos assentamentos são verificados. A necessidade de uma pesquisa de dados primários para a recomposição da historiografia espacial das colônias de imigrantes permitiu leituras importantes sobre a gênese das paisagens étnicas curitibanas.

Tem-se por princípio que uma tese que propõe um resgate histórico deve considerar o olhar atual. Nesse sentido são realizadas reflexões sobre as *paisagens étnicas contemporâneas* para delinear questões de permanência. Verifica-se, no entanto, a desconstrução e a desconsideração das paisagens das colônias e a criação de novas paisagens intituladas étnicas que têm construído aquele entendimento de capital mais branca do país em falsas continuidades.

E, por fim, faz-se a recuperação dos pressupostos e as reflexões decorrentes da leitura das paisagens analisadas. O resgate histórico-espacial demonstra um olhar sobre o processo de construção das paisagens curitibanas. Esta tese busca um caminho interdisciplinar para outras formas de “olhar” a cidade, na discussão pela busca da *entopia* como uma das possibilidades de entender o passado, interrogar o presente e projetar as paisagens futuras.



---

## SUMÁRIO

---

RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
APRESENTAÇÃO .....	V
SUMÁRIO .....	VII
LISTA DE FIGURAS E MAPAS .....	IX
LISTA DE DIAGRAMAS, QUADROS E TABELAS.....	XII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XIII

## **INTRODUÇÃO**

<b>O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE .....</b>	<b>1</b>
1. O Desafio do Crescimento Urbano com Qualidade de Vida.....	5
2. Entopia Urbana como Temática Individual .....	13
3. Paisagem como Objeto Interdisciplinar .....	17
3.1 Várias Visões de Paisagem.....	19
4. Três Visões de Paisagens de Curitiba.....	24
4.1 Pressupostos da Tese .....	27
Referências Bibliográficas .....	31

## **CAPÍTULO 1**

<b>1. PAISAGENS APREENDIDAS – ESCRITOS E ICONOGRAFIAS.....</b>	<b>37</b>
1.1 Paisagens Apreendidas dos Campos.....	40
1.2 Paisagens Apreendidas de uma Primavera.....	50
1.3 Paisagens Apreendidas de um Caçador .....	55
1.4 Sobreposições de Paisagens Apreendidas de Curitiba.....	65
1.5 Considerações Finais .....	73
Referências Bibliográficas .....	76

## **CAPÍTULO 2**

<b>2. PAISAGENS PROJETADAS .....</b>	<b>81</b>
2.1 De La Plata à Curitiba de Taulois – 1855 .....	98
2.2 Código de Posturas 1895 – pré- definição da Paisagem Curitibana .....	103

2.2.1 Diretrizes para a Construção da Paisagem Moderna .....	111
2.3 Código de Obras 1919 - Zoneamento Preliminar .....	116
2.4 De Camberra à Curitiba de Agache – 1941-1943.....	125
2.5 A Durabilidade do Plano Serete – 1965.....	131
2.6 Considerações Finais .....	135
Referências Bibliográficas .....	138

## ***CAPÍTULO 3***

<b>3. PAISAGENS ÉTNICAS .....</b>	<b>145</b>
3.1 Espaço e Cultura – Especulações Necessárias .....	145
3.2 Primórdios da Formação de um Mosaico Imigrante .....	150
3.3 Etnicidade dos Estudos Culturais das Colônias de Imigrantes.....	162
3.4 Colônias de Imigrantes Implantadas na Área da Atual RMC.....	174
3.4.1 A "Lógica" Espacial das Colônias de Imigrantes na RMC .....	184
3.4.2 Toponímia como Afirmação de Poder .....	205
3.5 Considerações Finais .....	211
Referências Bibliográficas .....	213

## ***CAPÍTULO 4***

<b>4. REFLEXÕES SOBRE AS PAISAGENS ÉTNICAS CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>221</b>
4.1 Paisagens Étnicas das Antigas Colônias de Imigrantes.....	222
4.2 Paisagem Étnica Imaginária dos Descendentes .....	236
4.3 Paisagem Étnica para a Construção da Capital de Primeiro Mundo.....	240
4.4 Veracidades sobre a Construção das Paisagens Étnicas Curitibanas .....	247
4.4.1 Des-construção das Paisagens Étnicas das Antigas Colônias de Imigrantes.....	247
4.4.2 Construção de uma Continuidade Artificial.....	251
<b>RETOMANDO PRESSUPOSTOS E REFLEXÕES FINAIS.....</b>	<b>257</b>
BIBLIOGRAFIA .....	271
APÊNDICE.....	287
ANEXOS .....	332

---

## LISTA DE FIGURAS E MAPAS

---

Figura 1 - Dimensões de Sustentabilidade Urbana .....	06
Figura 1.1 - Paisagem de Castro - Debret (1827).....	47
Figura 1.2 - Paisagem de Paranaguá vista do mar - Debret (s/d) .....	56
Figura 1.3 - Detalhe de Ponta Grossa – Debret (1827) .....	60
Figura 1.4 - Vista da colônia Tereza por Willian Llyoid (1872) .....	64
Figura 1.5 - Vista de Curitiba – Debret (1827) .....	66
Figura 1.6 - Vista de Curitiba - Jonh Henry Elliot (1885) .....	69
Figura 1.7 - Vista de Curitiba - Jonh Henry Elliot (1865) .....	70
Figura 1.8 - Panorama de Curitiba - Carlos Hünbental (1888) .....	70
Figura 2.1 - Quadro Sinoptico Geral de Torres (1996) .....	83
Figura 2.2 - Diagrama de Morfo-genealogia de Yamaki (1994).....	84
Figura 2.3 - Sobreposição a partir de Torres (1996) e Yamaki (1994) .....	87
Figura 2.4 - Detalhe do litoral paranaense (s/d) .....	89
Figura 2.5 - Caminho de Viamão .....	94
Figura 2.6 - Planta de Curitiba (1850) .....	94
Figura 2.7 - Mapa de Curityba (1857) .....	97
Figura 2.8 - Planta de Curitiba (1857).....	99
Figura 2.9 - Passeio Público (1894).....	102
Figura 2.10 - Vista da praça Municipal (atual Generoso Marques) .....	106
Figura 2.11 - Mapa da Cidade de Curitiba (1894) .....	109
Figura 2.12 - Eixos importantes .....	112
Figura 2.13 - Rua XV de Novembro – década de 1920.....	112
Figura 2.14 - Área Nobre – proibição de construções em madeira .....	115
Figura 2.15 - Mapa da Cidade de Curitiba (1913) .....	117
Figura 2.16 - Corte esquemático de vias (Código de 1919) .....	120
Figura 2.17 - Evolução do padrão de residências .....	120
Figura 2.18 - Remanescente de casa de madeira.....	122
Figura 2.19 - Planta de Curitiba (1927).....	124
Figura 2.20 - Plano de Camberra (1927) .....	126
Figura 2.21 - Plano de Agache para Curitiba (1941-1943).....	128

Figura 2.22 - Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo.....	130
Figura 2.23 - Plano de Avenidas de Agache para Curitiba.....	130
Figura 2.24 - Plano SERETE .....	132
Figura 2.25 - ZR2 - Adensamento e criação de paisagem própria .....	133
Figura 3.1 - Planta da colônia Assunguy .....	156
Figura 3.2 - Colônias fundadas no linismo .....	159
Figura 3.3 - Produção agrícola e distribuição dos nucleos coloniais .....	161
Figura 3.4 - Croquis da colônia Marquez de Abranches.....	179
Figura 3.5 - Planta da colônia Ferraria .....	180
Figura 3.6 - “Mappa do Municipio de Curityba” (1906) .....	182
Figura 3.7 - Localização das antigas colônias de imigrantes na RMC .....	183
Figura 3.8 - Mapa de Curitiba – “cinturão agrícola” .....	185
Figura 3.9 - Localização da colônia Santa Felicidade .....	187
Figura 3.10 - Colônia Antonio Olinto .....	187
Figura 3.11 - Colônias com lotes “rústicos” .....	188
Figura 3.12 - Colônias Alfredo Chaves e Novo Tirol (1878) .....	189
Figura 3.13 - Colônias Dona Mariana e Balbino Cunha (1889) .....	189
Figura 3.14 - Planta do Bairro Alto – detalhe da colônia Argelina .....	190
Figura 3.15 - Planta da colônia Ibirama (SC).....	191
Figura 3.16 - Detalhe do parcelamento de Santa Candida.....	192
Figura 3.17 - Estruturação dos planos das colônias imigrante na região Sul .....	194
Figura 3.18 - Estruturação das colônias: Novo Tirol e Dona Mariana .....	196
Figura 3.19 - Colônia Santa Cristina .....	196
Figura 3.20 - Planta da colônia Tomaz Coelho.....	198
Figura 3.21 - Tipo de loteamento proposto pela FPCI.....	204
Figura 3.22 - Planta do núcleo urbano de Novo Tirol .....	210
Figura 4.1 - Santo Inácio: projeto original (1877) e malha urbana atual.....	226
Figura 4.2 - Igreja de Santo Inácio Martir .....	226
Figura 4.3 - Riviera, Augusta, Orleans e Santo Inácio - antigas colônias de imigrantes ...	227
Figura 4.4 - Paróquia Santo Antonio de Orleans e cemitério paroquial.....	228
Figura 4.5 - Letreiro comercial .....	229
Figura 4.6 - Roofscape .....	229
Figura 4.7 - Tipologias das casas em Orleans e Santo Inácio .....	230
Figura 4.8 - Manifestações de zelo .....	231
Figura 4.9 - Casa na antiga colônia Orleans .....	232

Figura 4.10 - Vilas na antiga colônia Santo Inácio.....	233
Figura 4.11 - Lote rural em Augusta .....	234
Figura 4.12 - Paisagens atuais na antiga colônia de Santo Inácio .....	235
Figura 4.13 - Catedral Basílica Menor .....	237
Figura 4.14 - Igreja Presbiteriana .....	237
Figura 4.15 - Clube Concórdia.....	238
Figura 4.16 - Sociedade Garibaldi .....	238
Figura 4.17 - Bosque João Paulo II .....	241
Figura 4.18 - Portal Italiano e Portal Polonês .....	242
Figura 4.19 - Memorial da imigração ucraniana .....	243
Figura 4.20 - Bosque Italiano São Cristovan .....	244
Figura 4.21 - Bosque Alemão .....	244
Figura 4.22 - Palácio de Hyogo .....	245
Figura 4.23 - Monumento à colônia afro-brasileira .....	251

## MAPAS

Mapa 4.1 - Mapa de Evolução Urbana - IPPUC .....	224
Mapa 4.2 - Mapa de bairros de Curitiba – áreas de antigas colônias imigrante .....	225

---

## LISTA DE DIAGRAMAS, QUADROS E TABELAS

---

Diagrama 1 - Relações de urbanização e suas implicações na qualidade de vida .....	08
Diagrama 2 - Referências conceituais .....	09
Diagrama 3 - Interfaces de pesquisa .....	10
Diagrama 4 - Programa-comum: objetivos gerais e específicos .....	11
Diagrama 5 - Cronograma preliminar dos Sub-grupos .....	12
Diagrama 6 - Flowsheet da tese .....	26

### QUADROS

Quadro 3.1 - Síntese de estudos existentes .....	167
Quadro 3.2 - Relação das colônias de imigrantes na RMC .....	175
Quadro 3.3 - Relação das colônias de imigrantes e gestão provincial .....	177
Quadro 3.4 - Dimensão dos lotes das colônias de imigrantes .....	201
Quadro 3.5 - Categorias toponímicas das colônias de imigrantes .....	206
Quadro 4.1 - Gestões dos prefeitos e as obras de temática étnica .....	240

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento de Curitiba

B.A.M.C – Boletim do Archivo Municipal de Curitiba

CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

C.L.D.A.M – Coleção de Leis, Decretos e Atas Municipais

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

COHAB – Companhia de Habitação de Curitiba

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ITC – Instituto de Terras e Cartografia

MADE – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento

PNDU – Programa de Las Naciones Unidas para el Desarrollo

PPU – Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SEMA – Secretaria do Estado de Meio Ambiente

SERETE – Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda.





# **INTRODUÇÃO**







---

## O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE

---

A questão ambiental tem sido um dos tópicos emergentes nas atuais discussões científicas e acadêmicas. Leff (2001) atribui como uma das principais causas da problemática ambiental, o processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial. Processo que deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartimentalização da realidade em campos disciplinares confinados. A partir dessa premissa, iniciou-se a busca por um método capaz de reintegrar esses conhecimentos dispersos num campo unificado do saber, exigindo uma visão sistêmica e um pensamento holístico para a reconstituição de uma realidade “total” (LEFF, 2001). Neste sentido, as recentes discussões apontam para a necessidade de abordagens interdisciplinares para a compreensão das relações ambientais. De acordo com Floriani (2001), uma hibridação de saberes não deve estabelecer um saber sobre o outro, sem pretensão de impor uma hegemonia de objeto ou de lógica no processo de construção de conhecimento.

Entre várias experiências que têm sido desenvolvidas, a Universidade de Stanford propôs o desafio de reunir estudiosos<sup>1</sup> consagrados nas áreas exatas, biológicas e humanas para uma experiência de interdisciplinaridade, publicada na Folha de São Paulo (2002), com o título de “Ciência Nova”. O objetivo seria produzir no final do encontro, que durou cinco dias, um documento sobre a possibilidade de tal desafio. O tópico, previamente definido, foi a “emergência” e a discussão “interdisciplinar” convergiu para questões de epistemologia. Questões de co-emergência, questão do divino, ilhas de instabilidade, natureza e cultura, aspectos para uma combinação flexível foram reavaliadas em uma discussão interdisciplinar.

---

<sup>1</sup> Entre os principais integrantes estavam Carl Djerasse, inventor da pílula anticoncepcional, Robert Laughlin que recebeu o Premio Nobel de Física em 1998, Andrei Lind, reconhecido pela nova teoria inflacionária sobre a origem do universo, Denise Schmandt-Besserat, uma das principais especialistas mundiais na história da escrita, Terry Winograd, destaque na ciência da computação. No grupo formado por 20 especialistas estavam reunidos também John Bravman (engenharia e ciência dos materiais), Richard Ford (estudos legais), Wlad Godzich (teoria literária), Hans Ulrich Gumbrecht (literatura comparada), Robert Harisson (literatura italiana), Andreas Klablitz (filologia romântica), Allegra McLeod (estudos legais e literatura moderna), Stephen Law (pesquisa de acústica por computador), Andrew Milne (pesquisa de design), Sandra Mitchell (filosofia da biologia), Catherine Pickstock (teologia), Violeta Sanchez y Lorbach (filosofia e sociologia), Martin Seel (filosofia), Mathew Tiews (literatura comparada) e Bernadette Weyler (estudos legais e literatura inglesa). Ciência Nova, Folha de São Paulo, São Paulo, publicado em 24 de Nov. 2002, Mais nº 563.

O resultado foi a publicação de um manifesto que, embora tenha sido uma prática interdisciplinar positiva, concluiu que esta não se caracteriza como uma receita frente às várias temáticas. No entanto, como inferência importante, este manifesto reitera que devemos *“permitir que o potencial do pensamento inovador surja em um esforço colaborativo de estudiosos de diferentes disciplinas, requer a liberdade, a coragem e o risco de trabalhar sem objetivos predeterminados”* (CIÊNCIA NOVA, 2002, p.8).

A discussão da experiência partiu inicialmente da premissa de três aspectos diferenciados da interdisciplinaridade: a “trivial”, a de “fim de semana” e a “virtual”. A primeira seria a versão da relação complementar entre disciplinas para a solução de problemas complexos, como o genoma. A segunda, a de “fim de semana”, seria o (des) interesse polido, entre especialistas de diferentes campos, pela disponibilização dos trabalhos uns dos outros. Essa polidez pode compensar na convicção de todos na suposição de que nada do que “os outros” possam ter a dizer teria importância real para o trabalho que cada um realiza. E por fim, a interdisciplinaridade virtual, dar-se-ia quando acadêmicos de campos diferentes e com projetos individuais bastante distintos passam juntos em instituições que se dedicam oficialmente a pesquisas interdisciplinares, nessa modalidade, ocasião em que se espera que os projetos de trabalhos conjuntos possam resultar em um potencial inovador. Destarte, discutiu-se que a interdisciplinaridade não acontece sem um triplo risco: primeiro, sem o risco de um diálogo entre disciplinas, baseado em conceitos fundamentais compartilhados; segundo, sem o risco de investimentos em projetos não-executáveis, e terceiro, investindo-se o tempo em discussões que não oferecerão resultados (CIÊNCIA NOVA, 2002).

No panorama de discussão interdisciplinar, a crise ambiental tem desencadeado novas abordagens, necessitando diálogos verticais entre disciplinas. Neste sentido, no Brasil, o MADE - Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento é um dos reflexos no âmbito nacional com vistas a transpor o desafio de compreensão dos fatos em uma abordagem interdisciplinar. Na primeira parte desse Programa - os Módulos de Fundamentação das Ciências Sociais e das Ciências da Natureza - foi realizado um nivelamento dos conhecimentos dos alunos. Fez-se a primeira incursão da prática interdisciplinar em áreas de conflitos socioambientais em Curitiba. Do segundo módulo - Fundamentação Teórica - aprofundou-se a discussão sociedade e natureza com disciplinas obrigatórias como: Conservação da Natureza e Sustentabilidade Sócioambiental, Interdisciplinaridade e Meio Ambiente, Natureza e Ética, entre outras. Estes módulos, em um ano e meio, contemplaram 39 créditos perfazendo um total de 840 horas de atividade.

A terceira parte do programa dividiu a turma V nas quatro grandes linhas de pesquisa: Urbana, Rural, Teórica e Costeira, para Oficinas direcionadas em suas respectivas áreas. A área de Urbano tem como linha de pesquisa: “Urbanização, Cidade e Meio Ambiente” e compõe-se de quatro arquitetos (Antonio Manuel Castelnou, Roberto Adam Sabatella, Zulma Schussel e a autora), dois geógrafos (Maria Eliza Zanella e Nilson César Fraga) e dois engenheiros, sendo um florestal (Edson Strumiski) e o outro agrônomo (Andréia Cristina Ferreira). Difere das turmas anteriores por não ter a participação de profissionais da área de Sociologia e Economia, dando um caráter de certo modo mais pragmático, no que se refere ao entendimento do espaço.

A Oficina I teve como resultado um diagnóstico da RMC - Região Metropolitana de Curitiba que expunha as principais características referentes aos aspectos geoambientais, históricos e culturais, urbanísticos e espaciais, sociais e econômicos. Tal exercício foi importante para o conhecimento da área a ser pesquisada e principalmente dos principais problemas socioambientais da cidade. Várias reuniões foram necessárias para a discussão de um programa comum de pesquisa.

Até este momento, observa-se a transposição dos três diferentes aspectos da interdisciplinaridade, citados no início. Preliminarmente, no curso, a forma “trivial” de formação complementar individual em relação às disciplinas. A forma de interdisciplinaridade “de fim de semana” quando em determinada disciplina se realizou trabalho empírico em grupos formados por arquitetos, sociólogos e biólogos que, de certa maneira, se respeitaram e, cordialmente, houve a aceitação das definições e conceitos de cada campo disciplinar. E, na última etapa, a Oficina II iniciou-se de uma “forma virtual”, com o envolvimento do grupo da linha de pesquisa urbana para possíveis trabalhos interdisciplinares. No entanto, a prática interdisciplinar somente pôde ter um direcionamento das inter-relações entre os componentes da linha urbana, quando os objetos de pesquisa foram definidos individualmente, isto é, somente após a pré-qualificação, caminho inverso ao daquele adotado pela experiência proposta pela Universidade de Stanford que concluiu que os objetivos para uma prática interdisciplinar não devem ser previamente definidos.

Esta parte preliminar apresenta a “metodologia”, ou melhor, as etapas para o desenvolvimento do trabalho adotado pela Turma V, da linha de pesquisa Urbanização, Cidade e Meio Ambiente, na tentativa de interfaces de pesquisa e uma possível prática de interdisciplinaridade, ou da chamada transdisciplinaridade, de enfoque integrador, ainda em construção, na intenção de avançarmos em uma discussão que ajude a compreender a complexidade dos fatos urbanos. Acredita-se que, como ocorreu com o Manifesto publicado como resultado do Congresso sobre Interdisciplinaridade, não existe uma metodologia que deva ser estabelecida. Entende-se que a realização de trabalhos interdisciplinares são construídos e dependem, em primeira instância, da formação e da disposição do indivíduo em incorporar outros saberes à sua maneira de compreender o espaço urbano.



## 1. O DESAFIO DO CRESCIMENTO URBANO COM QUALIDADE DE VIDA

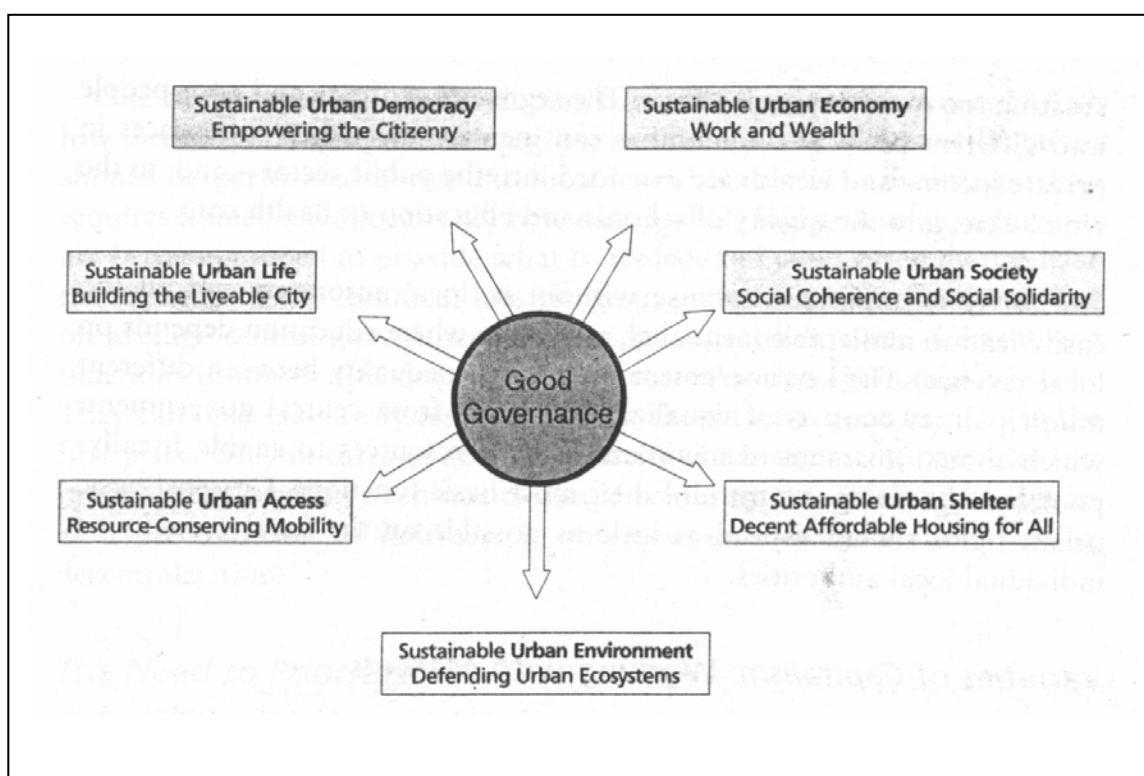
A urbanização, de maneira simples, é representada pelo aumento da porção urbana e incremento populacional em determinados períodos. Em relação ao espaço, o processo de urbanização significa o incremento espacial de escala e densidade, além das várias atividades desenvolvidas nas cidades. Se, no início do século XX, havia pouco mais de dezesseis grandes cidades com mais de um milhão de habitantes, muitas em países de capitalismo avançado, hoje temos mais de 500 cidades com mais de um milhão de habitantes, nas mais diversas partes do mundo. Pouco mais de 7% da população poderia ser considerada urbana. Hoje, porém, em países como o Brasil, mais de 80% da população vive em cidades. O que leva Harvey a afirmar que o século XX foi o século da urbanização (Apud TORRES, 1996). Neste processo crescente, observa-se a dinâmica de territorialização e conseqüente apropriação dos espaços naturais. Sobreposição a relação das questões urbanas e ambientais e, atualmente, estas discussões têm reforçado as questões sociais em nome da chamada sustentabilidade urbana.

Segundo Ascerald (2001, p.43), “a sustentabilidade urbana tem conduzido a uma nova matriz técnica das cidades, pensada por razões de qualidade de vida – componentes não mercantis da existência quotidiana e cidadã da população urbana”. O documento desenvolvido pelo PNDU – Programa de Las Naciones Unidas para el Desarrollo, que teve como finalidade criar uma metodologia de gestão ambiental urbana, afirma que, se o desenvolvimento sustentável tem como objetivo o melhoramento da qualidade de vida humana, isso requer o seu manejo correto. Inclui a transformação dos ecossistemas com a finalidade de aproveitar seus bens e serviços, minimizando, porém, os conflitos derivados da exploração dos mesmos, maximizando a harmonização entre as ações e as atividades necessárias e distribuindo os custos e benefícios ecológicos entre as populações envolvidas. Tal ação significa uma nova forma de desenvolvimento social capaz de estabelecer um vínculo equilibrado entre a sociedade e o meio ambiente, considerando que a degradação ambiental não é uma conseqüência da atividade humana, e sim uma resultante de alguns estilos de modelo de desenvolvimento (PNDU, 1997).

Outra discussão refere-se à publicação do relatório preparatório para a Conferencia Global sobre o Futuro Urbano URBAN 21, realizada em Berlim. O relatório é dividido em quatro capítulos: no primeiro, abordam-se as mudanças do milênio e define as

dimensões de sustentabilidade, no segundo, as tendências e os resultados das cidades em 2025 e possíveis cenários e, nos últimos capítulos, delineiam-se os desafios urbanos de gestão e política e os princípios básicos de um plano de ação para um desenvolvimento urbano sustentável (HALL, 2000).

Segundo esta Agenda Global para as cidades no século XXI – Urban Future 21 são 7 (sete) as dimensões de sustentabilidade urbana para alcançar uma cidade propriamente sustentável: Economia Urbana Sustentável, Sociedade Urbana Sustentável, Habitação Urbana Sustentável, (Meio) Ambiente Urbano Sustentável, Acessibilidade Urbana sustentável, Democracia Urbana Sustentável e uma Vida Urbana Sustentável. A agenda supõe que uma boa governança possa ser elemento central de derivação para um desenvolvimento humano sustentável (Figura 1).



**Figura 1 – Dimensões de Sustentabilidade Urbana**

Fonte: HALL, Peter e PFEIFFER Ulrich. Urban Future 21: a Global Agenda for Twenty-First Century Cities, 2000, p.139.

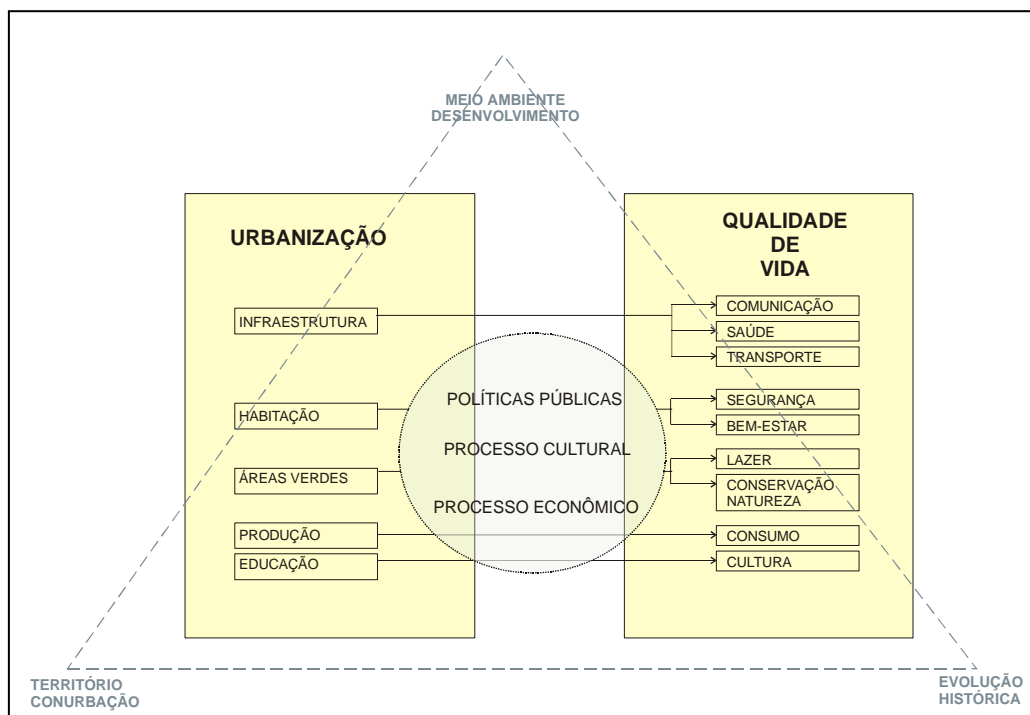
Neste panorama, a turma V da linha de pesquisa “Urbanização, Cidade e Meio Ambiente” iniciou a discussão das possíveis interfaces de pesquisa. No entanto, questionamentos gerais e aprofundamentos necessários foram levantados. O primeiro trata da necessidade de estudar a evolução histórica do processo de urbanização de Curitiba. O segundo discute os conceitos de qualidade de vida em todos os níveis de conhecimento científico, os modos de entender e interpretar suas diferentes concepções, além de estratégias e tendências para avaliar as implicações do crescimento urbano sobre a qualidade de vida. E por fim, reconhece-se necessidade de discutir as possibilidades de minimizar os conflitos entre qualidade de vida e o crescimento urbano. Após essa discussão preliminar definiu-se a temática proposta pela turma V: *O Desafio do Crescimento Urbano com Qualidade de Vida*.

Nesta temática, as concepções de *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, *Território e Evolução Histórica* tornaram-se uma tríade inter-relacionada, que produz o cenário da proposta inicial do programa comum. O primeiro conceito - meio ambiente e desenvolvimento - incluíram as principais temáticas em discussão na relação entre sociedade e natureza. O território e a evolução histórica são questões de espaço-tempo. Tem-se, como território, a região conurbada de Curitiba, e quanto à evolução histórica, entende-se que não se podem desvincular as atuais circunstâncias como resultado de transformações, desde a sua gênese, sejam elas sociais, econômicas, ambientais e culturais. Na relação entre espaço e tempo, portanto, ficou estabelecida a conurbação da RMC – Região Metropolitana de Curitiba, como recorte espacial para o programa comum e, como recorte temporal, o período compreendido no quadro contemporâneo de Curitiba.

O Diagrama 1 representa o resultado do primeiro *brainstorm* das questões relacionadas com a urbanização e seus elementos representativos sobre a qualidade de vida. Por exemplo, no que concerne ao processo de urbanização, as questões de infra-estrutura básica como comunicação, saúde e transporte são desafios frequentes no planejamento das cidades e, geralmente na maioria delas, a sua ineficiência gera grande impacto sobre a qualidade de vida.

Em relação à habitação, discussões referentes às moradias dignas, à ilegalidade fundiária e a sua legitimação pelos poderes públicos, têm sido uma prática de necessidade, porém uma solução ambientalmente insustentável. Em relação à qualidade de vida e habitação, é temática emergente a segurança e o bem-estar. Por outro lado, a quantidade mínima de áreas verdes tem sido objeto freqüente de medição de qualidade de

vida. Embora existam valores quantitativos desejáveis, a sua existência nos ambientes urbanos tem sido ressaltada principalmente na conservação de áreas de proteção ambiental.



**Diagrama 1 – Relações de urbanização e suas implicações na qualidade de vida**

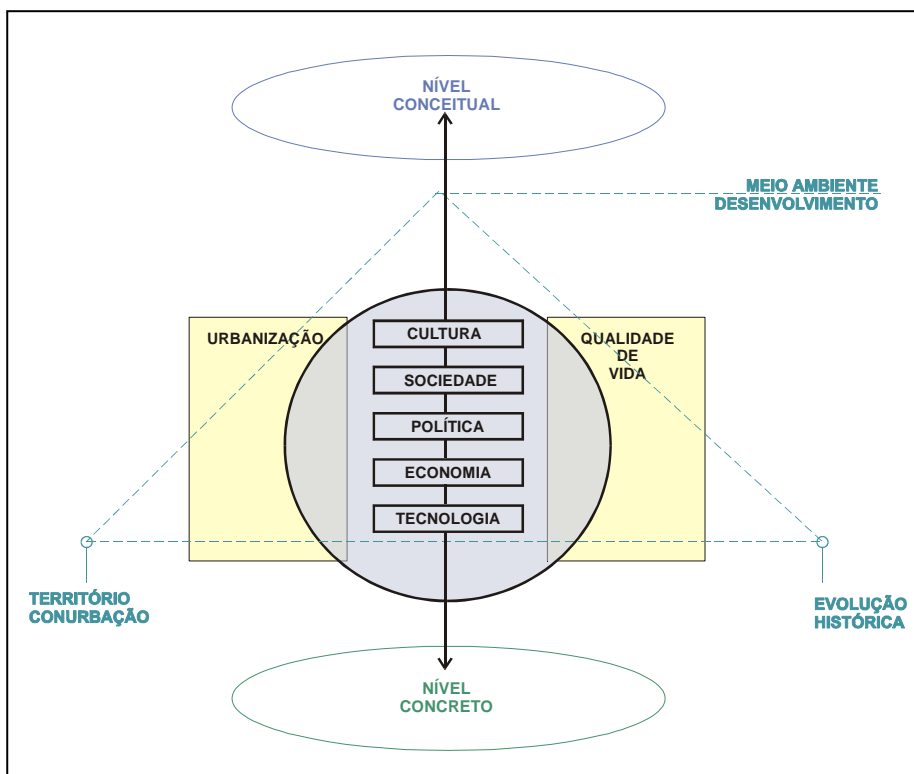
Fonte: Oficina II, Turma V – MADE - UFPR, 2004.

A questão de consumo geralmente está no cerne da discussão da qualidade de vida humana, pois se refere às expectativas e necessidades humanas, nem sempre objeto de quantificação. Redclif cita Manfred Max-Need, quando aponta diferentes dimensões de qualidade de vida, acrescentando a dimensão do consumo e de outros componentes, como um tipo de satisfação (Apud HERCULANO, 2000). A perda constante das individualidades, no processo de globalização, também tem avançado nas discussões da revalorização da dimensão cultural, e a sua permanência pode ser considerada uma questão de qualidade de vida.

Na Agenda Global para as cidades no século XXI – Urban Future 21 anteriormente citada, a última dimensão, entre as 7 (sete) elencadas, refere-se à *Vida Urbana Sustentável* e diz respeito à construção de uma cidade vivenciável, considerando os diferentes aspectos de uso do solo e o ambiente construído que remetem a uma importante questão – a qualidade de vida urbana. Difere das outras dimensões sobre sustentabilidade urbana pela

sua dimensão subjetiva, em razão de existirem lugares no mundo onde a qualidade de vida é reconhecida, porém de difícil mensuração e quantificação. No entanto, sabe-se que os itens descritos não são os únicos na discussão dos efeitos da urbanização sobre a qualidade de vida, e a sua superação ou amenização depende de processos complexos como o da correta implementação de políticas públicas que decorrem de processos culturais e de processos econômicos.

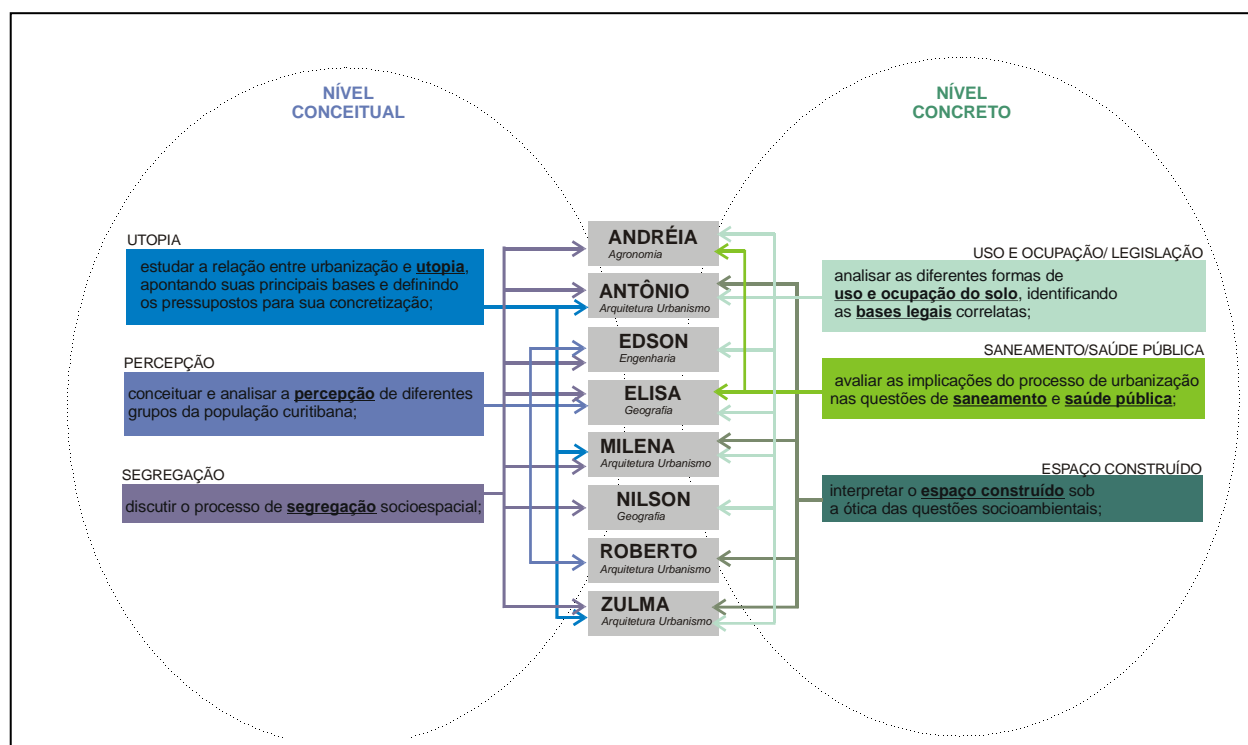
Em um segundo momento de discussão, observou-se que as relações de cultura, sociedade, política, economia e tecnologia inerentes a cada sociedade, são definidores do ambiente produzido. Segundo Redclif, quando refletimos sobre a qualidade de vida, o que vem a ser uma reflexão sobre nós mesmos e sobre nossa ação em relação ao nosso ambiente, que transformamos em nossa própria imagem. Construimos e reconstruímos, destruimos e reformamos a partir de nossa cultura, da nossa sociedade (Apud HERCULANO, 2000). Tais referências hierarquizadas, como demonstra o Diagrama 2, sobressaem como elementos do plano conceitual e do plano concreto, e refletem nas questões dos projetos individuais de pesquisa.



**Diagrama 2 – Referências conceituais**  
 Fonte: Oficina II, Turma V – MADE-UFPR, 2004.

A partir disso, destacaram-se como palavras-chave, comuns nas intenções de pesquisa, termos no plano conceitual tais como *utopia*, *segregação* e *percepção*, e no plano mais concreto, expressões tais como *espaço construído*, *uso e ocupação do solo*/ *legislação* e *saneamento*. Nesse momento, um possível caminho entre interfaces de pesquisa pôde ser delineado, como se pode observar no Diagrama 3.

Iniciou-se uma discussão a respeito da divisão, formando-se subgrupos, entre os componentes da linha de pesquisa urbana para possibilitar a prática interdisciplinar. Tal encaminhamento pode ser vislumbrado com a definição de objetivos específicos de referências conceituais. Em relação à *utopia*, existe a necessidade de estudar a relação entre urbanização e utopia, apontando-se suas principais bases e definindo-se os pressupostos para sua concretização, na suposição de que sempre há um desejo de boas intenções nas práticas e propostas urbanas.



**Diagrama 3 – Interfaces de pesquisa**

Fonte: Oficina II, Turma V – MADE-UFPR, 2004.

No caso da *percepção*, base teórica<sup>2</sup> da Oficina I, seu aprofundamento conceitual e analítico sobre diferentes grupos da população curitibana sobressaiu como temática importante. A discussão da *segregação socioespacial* no processo de urbanização, reflete a própria produção do espaço de Curitiba, sendo um dos objetivos comuns entre os componentes. Tal reflexo é inerente à análise das diferentes formas de uso e ocupação do solo e possibilita a identificar as bases legais correlatas que produziram a cidade. E, interpretar o *espaço construído* sob a ótica das questões socioambientais seria um dos caminhos de compreensão da configuração dos vários espaços curitibanos. E por fim, a avaliação das implicações do processo de urbanização nas questões de *saneamento e saúde pública*, faz-se como intenção individual entre alguns componentes da linha urbana.

O Diagrama 4 representa um quadro sintético de objetivos gerais e específicos, e ilustra as interfaces de pesquisa do programa comum da turma V da linha de pesquisa Cidade, Urbanização e Meio Ambiente.

	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	TERRITÓRIO CONURBAÇÃO	MEIO AMBIENTE	SEGREGAÇÃO	USO do SOLO LEGISLAÇÃO	ESPAÇO CONSTRUÍDO	UTOPIA	PERCEPÇÃO	SANEAMENTO
<b>ANDRÉIA</b> <i>Agronomia</i>									
<b>ANTÔNIO</b> <i>Arquitetura Urbanismo</i>									
<b>EDSON</b> <i>Engenharia</i>									
<b>ELISA</b> <i>Geografia</i>									
<b>MILENA</b> <i>Arquitetura Urbanismo</i>									
<b>NILSON</b> <i>Geografia</i>									
<b>ROBERTO</b> <i>Arquitetura Urbanismo</i>									
<b>ZULMA</b> <i>Arquitetura Urbanismo</i>									

- OBJETIVOS GERAIS -
- OBJETIVOS ESPECÍFICOS -
- OBJETIVOS ESPECÍFICOS -

**Diagrama 4 - Programa-comum: objetivos gerais e específicos**

Fonte: Oficina II, Turma V – MADE-UFPR, 2004.

<sup>2</sup> Após as primeiras reuniões em grupo, a percepção sobressaiu como um conceito-chave nas discussões. Em virtude disso, os coordenadores da linha de pesquisa Cidade, Urbanização e Meio Ambiente decidiram fazer um seminário com pesquisadores envolvidos nessa temática. Entre eles o Prof. Marcio de Oliveira que abordou questões da sociologia e as representações sociais, a Prof. Eda Teresinha Tassara que discorreu sobre a abordagem da Psicologia e a Percepção Urbana, a Prof. Roti Turin especificamente sobre a Semiologia e, por fim a Prof. Salete Kozel apresentou a tese de doutorado referente ao estudo da percepção na Geografia.

Questões gerais como a evolução histórica, território e conurbação e meio ambiente fazem o panorama de discussão sobre a relação entre sociedade e natureza, e são, portanto, inerentes a todos os projetos individuais. Observa-se que alguns componentes poderão delinear estratégias para a prática da interdisciplinaridade, principalmente no que concerne às referências conceituais comuns.

A discussão seguinte consistiu na elaboração de um cronograma preliminar dos subgrupos, como se pode observar no Diagrama 5. As atividades pretendidas da prática interdisciplinar foram realizadas, em um primeiro momento, por meio da elaboração de referenciais teóricos principais e reuniões de discussão temática. Sabe-se que este também é um dos objetivos do grupo, o qual entende que tal prática deve somar experiências e que diferentes olhares contribuirão para compreender a complexidade do fato urbano.

Temática \ Período	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
Utopia						
Percepção						
Segregação						
Uso do Solo/ Legislação						
Saneamento						
Espaço Construído						

**Diagrama 5 – Cronograma preliminar dos subgrupos**

Fonte: Oficina II, Turma V – MADE-UFPR, 2004

A temática proposta para o programa comum de pesquisa tem emergido como um dos maiores desafios de nossa civilização urbano-industrial, e como preocupação de transformar estratégias na busca caminhos de sustentabilidade baseada na qualidade de vida. A turma V da linha de pesquisa Cidade, Urbanização e Meio Ambiente pretende, na produção de pesquisas de grupos e individuais, contribuir para avançar no entendimento do *Desafio da Urbanização com Qualidade de Vida*.



## 2. ENTOPIA URBANA COMO TEMÁTICA INDIVIDUAL

A temática resultante das discussões entre os componentes da turma V - 2002 da linha de pesquisa urbana “*O Desafio da Urbanização com Qualidade de Vida*” induz a uma sucessão de aproximações, a partir do momento em que os parâmetros referentes à qualidade de vida nem sempre são mesuráveis e o tipo de satisfação tem uma forte conotação subjetiva. Na eminência de definição temática da tese de Doutorado, reflexões a respeito do que foi discutido na Oficina II, do grupo da linha urbana e, a respeito de *backgrounds* foram necessários na tentativa de sobrepor interesses pessoais em um novo espaço urbano, no caso, Curitiba.

Apesar do conhecimento da formação da cidade de Curitiba por imigrantes, o *insight* para escolha do tema foi uma anotação em “nota de rodapé” durante uma discussão do trabalho desenvolvido na Oficina I. Tal temática tem sido objeto de estudo desde a graduação da pesquisadora, quando escolheu para desenvolver o trabalho de conclusão final do curso de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade de Londrina, a cidade imigrante de Uraí. Este assentamento foi a última experiência, no Brasil, de colonização nos moldes de planejamento e fundação idealizado por uma companhia japonesa, em 1936. Primeiramente, analisou-se o plano inicial urbano e da área rural fazendo levantamento das habitações que refletiam elementos da arquitetura dos imigrantes e seus espaços simbólicos.

Como membro de uma equipe foi realizado um trabalho de consultoria para a Cidade de Assaí, esta também planejada por uma Cia. de Colonização Japonesa – a BRATAC, em 1934. Foram desenvolvidos trabalhos com ênfase na manutenção das características locais: Inventário Arquitetônico, que deu origem à Legislação de Manutenção do Patrimônio e a reestruturação de caminhos históricos. Na mesma equipe, em Londrina, participou-se da análise sistemática da Vila Casoni, bairro pioneiro com a presença de imigrantes italianos vindos de São Paulo. A análise de permanências e transformações do espaço permitiu uma leitura da existência invisível de uma *cultura espacial*. Este projeto pôde subsidiar a área como área de Interesse Histórico-Morfológico, garantindo, na legislação municipal, a permanência de suas características principais.

No curso de pós-graduação realizado com a Bolsa do Governo Japonês – MONBUSHO, no Departamento de Planejamento Ambiental da Universidade de Osaka-Japão, em 1999, a pesquisa de mestrado desenvolvida focava as diferenças de percepção de

espaços entre japoneses e estrangeiros. Dando continuidade a esse tipo de leitura espacial, o elemento de identidade escolhido foi o “*roofscape*” – paisagens dos telhados, direcionado às diferentes percepções entre *insiders* e *outsiders*.

Durante as disciplinas obrigatórias do curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, observaram-se pontos convergentes e necessários de outras disciplinas como a Antropologia e a Geografia Humana, mais especificamente a Nova Geografia Cultural apresentada pelo Prof. Sylvio Fausto Gil Filho da UFPR, com áreas de sobreposição de temáticas de pesquisa até então desenvolvidas. Outra reflexão originada na disciplina “Interdisciplinaridade e Meio Ambiente”, sob a coordenação do Prof. Dimas Floriani, foram as duas linhas de pensamento interdisciplinar de Leff (2000): *racionalidade ambiental* e *saber ambiental*. O primeiro, em linhas gerais, inclui novos princípios teóricos e novos meios instrumentais para re-orientar as formas de manipulação produtiva da natureza. Esta racionalidade está sustentada por valores, tais como qualidade de vida, identidades culturais, sentido de existência, que não aspiram a alcançar status de cientificidade. E o segundo, o *saber ambiental*, de onde emergem novas estratégias conceituais, envolve paradigmas de conhecimento de diversas ordens, como um saber identificável, conformado por e arraigado em identidades coletivas as quais dão sentidos a racionalidades e práticas culturais diferenciadas (LEFF, 2001).

A partir dessas reflexões preliminares, a definição da temática para a pesquisa de doutoramento constitui “*Paisagens Étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial em busca de entopias*”. Em relação à paisagem étnica, embora etimologicamente, a palavra grega *étnikos* tenha uma conotação biológica de raça, este verbete vinculado a um grupo biológico, deve-se enfatizar que, nesta tese a palavra étnica não tem esse caráter segregador mas deve ser entendida no sentido de grupos de indivíduos com especificidades socioculturais. Assim, toma-se o pressuposto entre construção do espaço e saberes ambientais, por meio dos quais as referências culturais de identidades possa externalizar indícios no ambiente construído.

Referente à *Entopia*, dois são basicamente, os olhares da prática urbana. O primeiro pessimista para qual a crise incessante do urbano não teria soluções e, segundo Gomes (2000), o discurso para a explicação da idéia de crise, implicitamente traz as noções de falência, esgotamento e incapacidade. O outro olhar é otimista e consiste em buscar a existência de “coisas boas” dentro do caos.

A criação de ambientes urbanos ideais é constantemente observada em várias proposições espaciais; são as chamadas utopias urbanas, existentes na história do urbanismo<sup>3</sup>. A maioria das idéias utópicas tenta na sua essência, idealizar uma sociedade em um determinado espaço. Mannhein (1971) afirma que a palavra utopia, de origem grega significa “nenhum lugar”, porém, de acordo com Choay (1985), sabe-se que Mannhein preferiu conceituar utopia um tipo de mentalidade.

A palavra utopia foi criada por Thomas More em seu livro de 1516 quando designa uma ilha que se constitui como uma expressão de desejo de reforma de toda a vida social, política e religiosa<sup>4</sup>. Dessa forma, o conceito da palavra utopia mais disseminado é de um bom lugar, porém irreal e inexistente. De acordo com Choay (1985), a palavra encerra uma denotação cada vez mais vaga e termina por incluir, em uma compreensão cada vez mais vasta, o exato oposto de seu significado original. O atrativo exercido por esse arquétipo suscita um grande número de variantes e demarcações, e considerando-se as idéias de More, inclui traços comuns a todos os escritos do Urbanismo: a abordagem crítica de uma realidade presente e a modelização espacial de uma realidade futura.

No início do século passado, Geddes (1994) criou alguns termos para definir eventos e processos novos, gerados pelo rápido processo de transformação das cidades. Entre seus conceitos urbanísticos mais difundidos estão os termos *conurbação* e eras *paleotécnica* e *neotécnica*. Estes dois últimos relacionam-se à atitude do homem perante o meio ambiente. A fuga da ordem paleotécnica<sup>5</sup> para a neotécnica é a fuga da kakotopia para a eutopia. A primeira volta-se para a dissipação das energias e visa ganhos monetários individuais, e a segunda, para a conservação de energias e organização do meio-ambiente e visa à permanência e evolução da vida, social e individual, cívica e eugênica. Com a ordem neotécnica, obter-se-ia o melhor uso de recursos materiais e humanos para o aprimoramento do homem e seu meio ambiente, e, desta maneira, tem-se a criação de sua eutopia, que se daria em cada cidade, em cada região, em cada lugar de efetiva prosperidade e bem-estar.

---

<sup>3</sup> Não se pretende discorrer sobre a história das utopias urbanas. Ver NEUSUSS, A. Utopia. Barcelona: Barral, 1971; CHOAY. O Urbanismo: utopias e realidade – uma ontologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>4</sup> Introdução sobre a vida e obra de Thomas More sob a consultoria de José Américo Pessanha. More, Coleção os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

<sup>5</sup> Segundo Geddes, a era industrial pode ser dividida em dois períodos, em Paleotécnica e Neotécnica. Da mesma maneira que a Idade da Pedra, o Paleolítico e o Neolítico. Observa-se a substituição da terminação, para caracterizar as manifestações diferenciadas da era industrial. As cidades de mineração, a máquina a vapor, as fábricas e as estradas de ferro, enfim as cidades industriais superpovoadas caracterizariam as Paleotécnicas.

Vale ressaltar que a palavra kakotopia muitas vezes é utilizada com o mesmo significado de distopia, no entanto esta difere daquela por ser produto de um sistema político de poder. Para Geddes (1994), portanto, o termo eutopia poderia ser traduzido por *lugares aprazíveis*<sup>6</sup>, ou como coloca Gifford (1997), bom lugar (*good place*). Este poderia ser alcançado por meio de atitudes mais coerentes com o meio ambiente e caracterizado por suas especificidades.

Similarmente, Gifford (1997) apresenta a definição de *Entopias*. Segundo o autor, a palavra utopia tem o significado de “lugar nenhum”. Topos em Grego significa lugar, e u (ou-ouk) é advérbio que significa não. Daí More cunhou o vocábulo com o significado de não lugar – lugar nenhum. Enquanto utopia significa “nenhum lugar”, algo não realizável, *entopia*, significa lugar em, isto é lugar realizável, e converte a idéia de que melhores situações podem, com esforço, ser trazidas em existência. No mesmo sentido, Doxiadis (1964) traduz como lugar exeqüível. O termo foi cunhado, segundo este autor, das palavras gregas “*en*” e “*topos*”, “*in*” e “*place*”.

Desta maneira, as *entopias* possibilitam uma perspectiva prática, como um caminho que poderia direcionar as discussões referentes à concepção dos espaços e de melhor qualidade de vida. E como olhar otimista pretende-se direcionar a pesquisa para as discussões de inserção de novos parâmetros qualitativos, da história, da cultura e da memória enquanto referências que devem ser incorporados na discussão do ambiente construído. Lynch (1981) coloca tais questões como parâmetros negligenciados face à hegemonia dos valores fortes, mais frequentes e explícitos do planejamento urbano.

Nessa mesma linha de discurso, Silva (2002) afirma que o planejamento urbano, ou melhor, a concepção do espaço com o qual nos identificamos, não pode surgir apenas daqueles que tradicionalmente tem sido os seus protagonistas. É necessário incluir o conhecimento da sua natureza, a interpretação da construção da sua paisagem, mas, acima de tudo, daqueles que estão disponíveis para discutir a sua cultura, que é um dos componentes que molda todas as coisas.

---

<sup>6</sup> A discussão de “Lugar aprazível” retoma a questão de Topofilia realizada pelo geógrafo-humanista Yi-Fu Tuan (1983), que define espaço como conceito genérico e que transmite a idéia de orientação, por outro lado, Lugar é definido, transmite segurança e é menos abstrato.

### 3. PAISAGEM COMO OBJETO INTERDISCIPLINAR

Se *Entopia* encerra a idéia de lugares que podem ser trazidos em existência significa que são espaços existentes de significado que tem, entre outras relações como a topofilia, à relação entre cultura e história como elementos importantes a serem considerados. Tais delineamentos convertem às discussões várias de elementos tangíveis e intangíveis que compõem o ambiente urbano, entre eles a paisagem. Neste sentido, define-se a paisagem como objeto, com um olhar interdisciplinar na interpretação de sua construção como um caminho possível para a busca de entopias curitibanas.

Preliminarmente, deve-se discorrer sobre o conceito de *paisagem*, pois a palavra possui várias acepções. Conforme o Dicionário Aurélio, paisagem vem do francês *paysage* e tem dois significados: é espaço de terreno que se abrange num lance de vista e pode ser considerada pintura, gravura, ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana<sup>7</sup>. O Dicionário Houaiss inclui como correlata a palavra panorama.

No âmbito lingüístico, observando-se a origem da palavra, colocam-se outras considerações. O termo alemão *Landschaft* é mais antigo, é medieval, e é uma associação entre o sítio e seus habitantes, sua raiz é *Land* e *schaffen*, que significa criar ou produzir a terra. O vocábulo transformou-se em *landscape*, em inglês, utilizado por Sauer (1998), em 1925, que enfatiza o sentido semelhante de formatar (*land shape*) a terra, pela associação das formas físicas e culturais. No entanto, *landscape*, anteriormente, referia-se à pintura de cavalete. Já no francês, o termo *paysage*, também utilizado em inglês até meados do século XVI, tem sua origem no radical *pays*, que na Idade Média significava simultaneamente habitante e território, assim, a Geografia francesa apropriou-se de *paysage*, destituindo-o de seu sentido renascentista, e restituindo o sentido mais amplo de seu correlato alemão. Cronologicamente o termo *paysage* surge na França em 1551, na Itália *paesaggio* aparece no século XVII, *paisaje* na Espanha em 1708, e *paisagem*, em Portugal em 1608 (HOLZER, 1999).

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que Landscape é definido de maneira similar no Chamber's Etymological Dictionary como "the shape or appearance of that portion of Land which the eye can at once view; the aspect of a country; a picture representing the aspect of a country".

Por outro lado, Cosgrove (1998), geógrafo britânico, afirma que a palavra surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente, concomitante a aplicação revolucionária de regras formais e geométricas euclidianas. Desta forma, a invenção da perspectiva linear permite reproduzir em duas dimensões a ilusão realista de um espaço composto por três dimensões. O termo paisagem, portanto, está ligado a uma nova maneira de ver o mundo como criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.

Tais considerações indicam, primeiramente, uma dualidade na definição do conceito. Na primeira interpretação, espaço que se abarca em um lance de vista, a paisagem é definida como um campo de visibilidade, observado principalmente na Geografia por Vidal de La Blache<sup>8</sup>, P. George, O. Dolfuss, entre outros. Na segunda acepção, como pintura, gravura, ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana, a relação com o campo das artes fica evidente e, de acordo com Troll, o conceito de paisagem está presente tanto na ciência quanto na arte (TROLL,1997). Apesar da relação de visibilidade em ambos os conceitos, a paisagem é associada a amplas porções de terras, significando uma amplidão muito maior do que a vista pode alcançar, contrapondo-se, assim, ao panorama representado na pintura de cavalete. Pode-se observar que o conceito encerra nas suas raízes problemas de idioma que, apesar da aparente semelhança tem particularidades nem sempre análogas.

Por outro lado, a palavra paisagem é um termo introduzido no cotidiano com a acepção do senso comum. Uma breve consulta nos jornais demonstra a crescente incorporação do termo na mídia e no marketing imobiliário, entendido como capaz de valorização da paisagem existente ou de seu usufruto. Corrêa (1997), em revisão bibliográfica sobre a temática, faz referências a várias leituras de paisagens como: paisagem natural, paisagem cultural, paisagem como vitrine e como matriz cultural, paisagem da cultura dominante, paisagem residual, paisagem emergente, paisagem excluída, paisagem do medo, paisagem do desespero, que encerram acepções diversas.

---

<sup>8</sup> De acordo com Barbosa (1998) Vidal de La Blache é considerado um dos fundadores da Geografia como disciplina acadêmica, definindo paisagem: "le que l'oeil embrasse du regard". Tal conceito é reforçado por autores de gerações posteriores, a exemplo de P. George paisagem é "*porção do espaço geográfico analisada visualmente*"; e de O. Dolfuss afirma ser paisagem o "*aspecto imediatamente perceptível do espaço geográfico*" BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens Americanas: imagens e representações do Wilderness. In: Espaço e Cultura, n.5, jan/jun 1998.

Desta maneira, a *paisagem* tem sido utilizada como conceito tanto nas ciências como sendo elemento de discussão em várias disciplinas, principalmente na História, Geografia, Arte e Arquitetura, quanto em linguagem não-acadêmica. De acordo com Holzer (1994) que propõe um estudo fenomenológico da Paisagem e do Lugar, os filósofos não se interessaram pela paisagem enquanto tema de reflexão, diversamente de como procedeu com o conceito de Lugar. Desta forma, devem-se colher subsídios para a sua definição na Geografia, nas ciências afins e na Arte (HOLZER, 1994).

### 3.1 VÁRIAS VISÕES DE PAISAGEM

Portanto, além das várias acepções da palavra *Paisagem*, deve-se buscar as suas várias concepções e sobreposições nas ciências para a definição de outros sentidos de paisagens que serão consideradas na tese. No preâmbulo do livro, “A Paisagem Urbana Moderna”, o geógrafo Relph (1987) discorre assim sobre as paisagens:

as paisagens são os contextos visuais da existência quotidiana, embora eu suponha que pouca gente utilize freqüentemente a palavra “paisagem” para descrever o que se vê ao caminhar pela rua, ou através do vidro do carro. No entanto, manipulamos as paisagens dos jardins, desfrutamos de um calmo prazer ao contemplar a sua silhueta num por do sol, ou ao vê-los iluminados pelo sol, quando este surge depois de uma trovoada; absorvemos as paisagens como turistas e filmamo-las inconsciente. São facilmente fotografadas – basta apontar a câmara para o exterior [...] tudo sugere que as paisagens são coisas óbvias. No entanto, quando tentamos analisá-las, logo se afigura que, em primeiro lugar, são tão familiares e envolventes que se torna difícil enquadrá-las numa perspectiva nítida e, em segundo lugar, que não podem ser facilmente desmontadas nas suas partes constitutivas, como os edifícios e ruas, sem perder o sentido da panorâmica geral. Portanto, as paisagens são simultaneamente tão óbvias e esquivas; aparentemente sabemos exatamente o que são, até o momento de escrever sobre elas, ou modificá-las de alguma maneira; e então se tornam enigmáticas e frágeis [...] as paisagens são coisas substanciais, embora intangíveis” (RELPH, 1987, p.12-13 e 16).

Esta passagem revela várias dimensões e significados que se têm do conceito de paisagem. Estas podem ser manipuláveis tanto no sentido de intervenção como no de transformação, em várias escalas. A paisagem, enquanto elemento de contemplação reveste-se de um caráter estético, e se subjug a um juízo de valor, enquanto imagem impregna-se na

memória e, muitas vezes, na sua reprodução, como um cenário que pode ser fotografado. Apesar de óbvias são esquivas, são substanciais, porém intangíveis, questões que revelam as dificuldades de definição e de vários métodos analíticos.

Cosgrove (1998) aponta essa complexidade quando afirma três implicações da paisagem: primeiro, como um foco nas formas visíveis, sua composição e estrutura espacial, segundo como unidade, coerência e ordem ou concepção racional e por fim, a idéia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam o mundo.

Os vários olhares indicam o viés interdisciplinar, se consideramos as questões estéticas, configurativas, perceptivas, de intervenção e de transformação da paisagem. O olhar estético que, segundo Holzer (1999), teria subsídios de uma reflexão filosófica, com base de seus significados. Tal questão pode ser verificada na coletânea resultante do I Colóquio Internacional de História da Arte – Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a invenção do olhar, com ênfase na paisagem enquanto construção cultural, e produção material especialmente pela representação. Salgueiro (2000, p.13) afirma que “*o tema supõe relações de interdisciplinaridade, e suscita enfoques plurais*” e define uma postura em relação à temática central: “*a paisagem enquanto construção cultural [...] não se tratando simplesmente de discutir a arte da paisagem, ou a paisagem na arte*”. O objetivo do colóquio era o de procurar identificar e compreender como a arte, em diversos contextos e situações históricas, participou da produção material e cultural da paisagem, e como se formou e transformou o olhar com que as sociedades se apropriam da natureza, especialmente pela representação. A discussão entre historiadores (não somente da arte), arquitetos, engenheiros, filósofos, geógrafos, antropólogos, paisagistas, artistas plásticos, entre outros, demonstra a interdisciplinaridade da temática (SALGUEIRO, 2000).

No entanto, no balanço crítico do colóquio, Menezes (2000) revela que alguns conceitos utilizados devem ser examinados, pois a indefinição verificou-se principalmente no conceito de paisagem e mostra que, apesar do trabalho de A. Roger sistematizar conceitos necessários para acompanhar o surgimento da paisagem no Ocidente, a maioria dos trabalhos utilizou citações e referências e, às vezes, posição explícita ou implicitamente divergentes. Afirma que “*o problema ocorre por que paisagem tornou-se “moeda de troca”, com vantagens, pela flexibilidade que propicia, mas também com desvantagens, pois se perde o “fio da meada* (MENEZES, 2000, p.434).” Diz que, o termo coincidiu, muitas vezes, com natureza ou espaço, porém alerta para o risco de desistorização do conceito.



O olhar de configuração, quando a Geografia viabilizou-se como disciplina acadêmica, tendo como objeto de estudo a “paisagem”. Sauer, em 1925, publica “A Morfologia da Paisagem” e afirma que o termo paisagem definia o conceito de unidade na Geografia, para caracterizar a associação peculiar dos fatos, assim, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. Acrescenta ainda que a *“paisagem tem sua identidade baseada na constituição reconhecível, e limita-se e relaciona-se genericamente com outras paisagens, tendo sua estrutura e função determinada por formas integrantes e dependentes”* (SAUER, 1998, p.23).

Conquanto fosse considerado como um objeto central dos estudos geográficos, o conceito de paisagem passou a uma posição marginal. Somente com a revalorização das Ciências Sociais, que influenciou várias disciplinas, a paisagem reafirmou-se com uma das temáticas principais, relacionando-se às questões culturais<sup>9</sup> como elemento central de compreensão das diversas paisagens, como Claval (2001) em a Geografia Cultural e Berque (1984) em Paisagem-marca e Paisagem-matriz.

Na Arquitetura, apesar de ser recorrente o uso da palavra paisagismo, no Dicionário de Arquitetura de Corona e Lemos (1972), o verbete paisagismo é definido como estudo dos processos de preparação e realização da paisagem como complemento da arquitetura, no entanto, nele não se registra o termo paisagem. Por outro lado, Magalhães (2001) afirma que o objeto de intervenção do arquiteto paisagista é a paisagem a qual vincula seu aspecto cultural. Outros autores como Rossi (1995), ainda que se refiram à paisagem urbana, consideram-na como sistema espacial em contraposição ao entender de Camillo Sitte (1992) para quem é o espaço que se abarca em um lance de vista. Norberg-Shultz (1980) concebe a paisagem como espaço não-edificado, e a propõe como elemento arquitetônico unificador, como componente da forma resultante, pressupondo uma interligação entre as estruturas edificadas e as estruturas do espaço não-edificado.

---

<sup>9</sup> A relação entre espaço e cultura é detalhada no capítulo 3 que discorre sobre as Paisagens Étnicas.

Por outro lado, o arquiteto italiano Gregotti (1975), faz a fundamentação formal da paisagem *antropogeográfica*, termo de Ratzel<sup>10</sup>, geógrafo que, porém lhe dá uma interpretação diferenciada. Ratzel refere-se aos estudos sobre as atividades dos grupos humanos em função do ambiente geográfico. Por outro lado, Gregotti por sua vez, ressalta que tal conceito refere-se ao ambiente modificado pelo trabalho ou pela presença do homem, na concepção de paisagem como *conjunto ambiental total*. Revela a diferenciação do objeto nas disciplinas, primeiro, em uma questão de escala, ao ultrapassar uma determinada dimensão, como descrição<sup>11</sup> técnica de um “circundante” e também como técnica de construção. O segundo, o próprio propósito das disciplinas, caracterizando-se uma como descritiva e a outra como projetual, sendo que a geografia não constrói proposições e não atribui valor de comunicação estética (GREGOTTI, 1975). Para Gregotti, a paisagem arquitetônica (incluindo a natural a qual se pode atribuir um valor simbólico ou mítico) deve-se sobrepor às questões da paisagem enquanto objeto estético, a paisagem enquanto valor perceptivo e a paisagem enquanto ação de proposição espacial.

Disto se desprende uma possibilidade de leitura e de juízo sobre o existente. Como no caso da linguagem, o ambiente circunstante é o produto dos esforços da imaginação e da memória coletiva. Se a partir disso adiciona-se a questão da percepção da paisagem quando ela se converte em percepção estética, quando se adquire consciência da qualidade figurativa da paisagem (GREGOTTI, 1975, p.65).

Segundo o arquiteto japonês Narumi (1999), são várias as maneiras de entendimento da paisagem: por exemplo, na observação da transformação da paisagem regional; na compreensão de como se sustentam as boas paisagens imediatas; na avaliação dos instrumentos de ordenamento da paisagem; na amenidade da paisagem como elemento de atratividade urbana; na imagem urbana e na paisagem enquanto estratégia de conciliar a cidade como figura e fundo. Por fim, o significado da arquitetura na paisagem e na paisagem como herança.

---

<sup>10</sup> De acordo com Torres (1996, p.3) Ratzel fundador da “antropogeografia” e da “geopolítica” propõe a determinação natural dos processos humanos. Uma influência do darwinismo que inspirou as correntes geográficas totalizadoras que pretendem a explicação causal e unitária dos fatos físicos e humanos.

<sup>11</sup> Apesar do autor não dizer, a Geografia também tem como postulado seu aspecto crítico e não apenas descritivo. No entanto, entende-se como diferencial nas duas disciplinas é o lado propositivo formal final, que apesar da Geografia Urbana desenvolver programas de análise e definir diretrizes espaciais, não define formalmente o resultado final da paisagem construída.

A paisagem como arquitetura, para o Narumi (1999), somente pode ser melhor compreendida se observada enquanto paisagem a ser mantida, a ser construída e a ser criada. A primeira é aquela com qualidades que se considera importante preservar, a segunda é a das grandes intervenções. E por fim, a ser criada é importante repensá-la como fazendo parte de um todo arquitetônico.

Em relação à questão da preservação e controle de paisagem com o enfoque do Patrimônio, vale ressaltar a existência de duas recomendações nas Cartas Internacionais: a Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, de 1962, e a Recomendação n. R9 - sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais - como integrantes das políticas paisagísticas do Conselho da Europa - Conselho de Ministros, de 1995. Observa-se que num intervalo de 30 anos, o trato da paisagem enquanto patrimônio redirecionou-se de salvaguarda de belezas para a conservação de aspectos culturais da paisagem, a primeira considerando paisagem enquanto meio ambiente natural e a segunda incorporando valores de percepção, de relação entre indivíduo e meio, entre cultura local e tradições (KANASHIRO e YAMAKI, 2001).

O olhar perceptivo das paisagens é observado nas disciplinas de Geografia e Arquitetura, que se sobrepõem enquanto fundamentação e métodos analíticos. Tal aspecto vincula-se às relações de visibilidade e visualidade como coloca Ferrara (2002), a visualidade corresponde à imagem do mundo físico e concreto, já a visibilidade, à elaboração reflexiva do que é fornecido visualmente e transformado em fluxo cognitivo. Isto significa que o olhar não é somente o exercício da visão, mas tem significados diferenciados que podem variar de acordo com experiências prévias.

Estas sobreposições de olhares sobre a paisagem também se revelam nas estratégias para avaliação de paisagem que envolve, basicamente, três pressupostos. O primeiro, os elementos visuais de uma paisagem que de alguma forma influenciam a maneira das pessoas se situarem em uma determinada área; segundo, os elementos visuais significativos; e terceiro, a relação entre os componentes selecionados de uma paisagem e seus valores percebidos que sofrem influência cultural.

#### 4. TRÊS VISÕES DE PAISAGENS DE CURITIBA

As proposições anteriores acerca do conceito e das várias visões de *paisagem* fazem-se necessárias para o recorte epistemológico que se pretende utilizar. Nesta tese outros termos são incorporados, porém são reflexões e maneiras diversas de olhar no intuito de contribuir para o entendimento do processo de construção das paisagens étnicas curitibanas (Diagrama 6).

A imigração fez a população de Curitiba triplicar entre os anos de 1890 a 1914. Nos anos entre 1890 e 1896 chegaram à capital paranaense 28.000 imigrantes e no período de 1907 a 1914 vieram mais 27.000 novos imigrantes. Dessa forma, voltou-se aos primórdios da formação da Província do Paraná, uma recorrência histórica como instrumento analítico. A historiografia espacial fez resgatar os escritos de viajantes que percorreram a província descrevendo suas primeiras paisagens. Assim, o primeiro olhar é a paisagem como campo de visibilidade, ou seja, das *paisagens apreendidas* descritas nos relatos de três viajantes europeus: Saint-Hilaire [1829], Avé Lallement [1858] e Bigg-Wither [1872]. Os relatos revelam olhares apreendidos da maneira como a sociedade daquela época se apropriava da natureza - olhares traduzidos nos escritos e iconografias - uma leitura carregada de juízo de valor, com percepções individuais e de conotação subjetiva. No entanto, trata-se de descrições do “espaço que se abarca em um lance de vista”; são olhares sobre a gênese das paisagens e das maneiras de organização social, econômica e espacial baseadas nos preceitos europeus de cada viajante. Apesar da ressalva de que se trata de olhares individuais, que muitas vezes contêm informações além do que é visto, estes se tornam uma das maneiras de resgatar o início do processo de construção da paisagem da Província do Paraná e de Curitiba.

A discussão de Berque (1998) sobre como se cria o inventário das políticas e instituições para organizar o seu ambiente indicou o segundo olhar, o das *paisagens projetadas*. Estas se referem ao processo de construção da paisagem idealizada pelos instrumentos como as posturas, legislações e planos de ordenação urbana de Curitiba - dos almoçatês, do ouvidor Pardinho, de Toulouis - pelos Códigos de Postura de 1895 e de 1919, pelo Plano Agache e pelo Plano SERETE. Por meio da análise das proposições, tanto pela regra quanto pelo modelo, verificam-se as maneiras ideais de organização do urbano sendo a paisagem entendida como unidade, como ordem ou como concepção racional.

Este resgate histórico-espacial fez-se necessário para (re) compor a visão e conceber as paisagens iniciais onde foram inseridas as colônias de imigrantes. Assim, a terceira paisagem diz respeito às *paisagens étnicas* projetadas para imigrantes nos arredores de Curitiba. O estudo de Sauer vinculado ao conceito de “paisagem cultural” considera que a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado, na acepção do termo *landshape* (formatar a terra), associação recorrente entre formas físicas e culturais (SAUER, 1998).

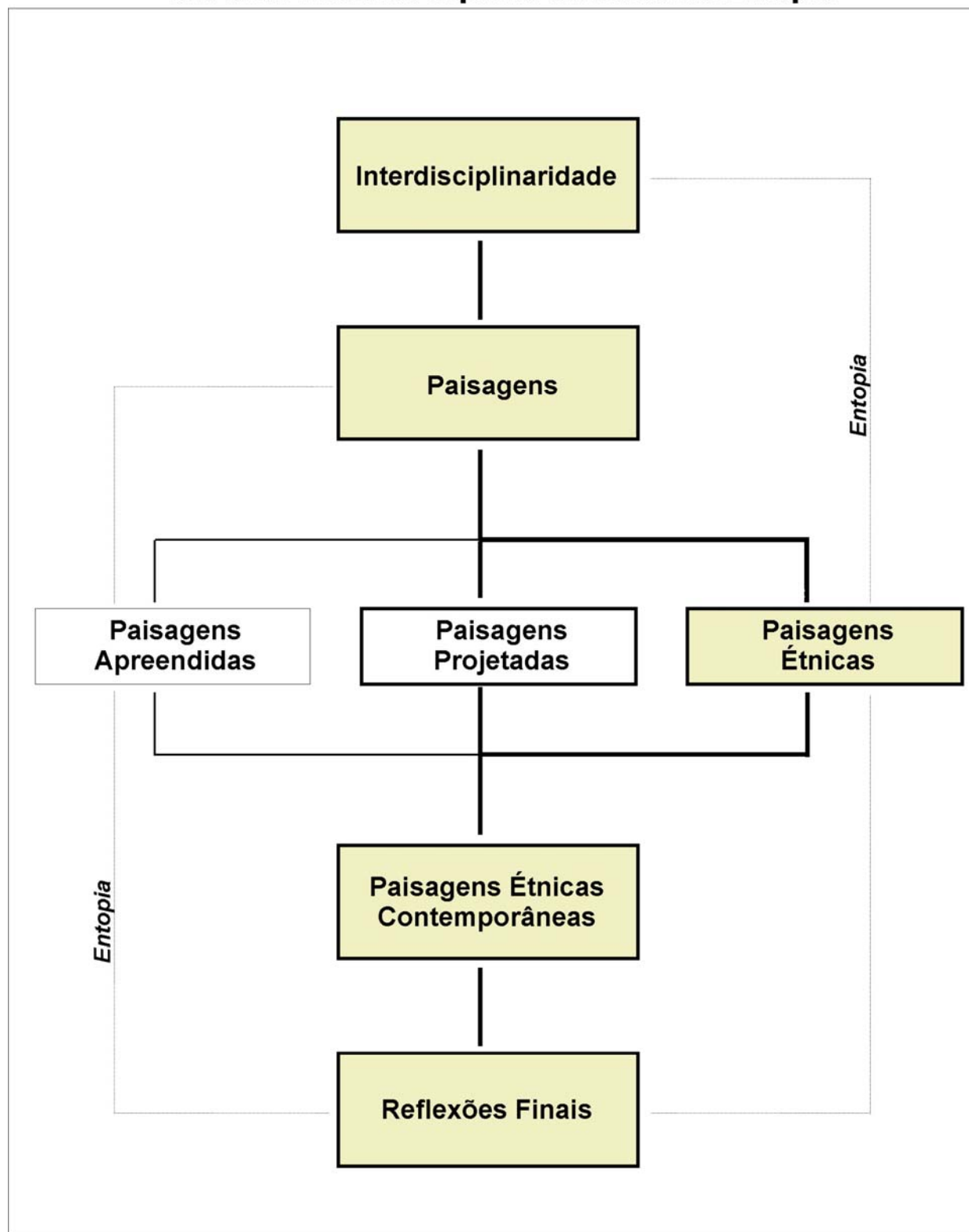
No intuito de produzir políticas públicas como estratégia para abastecimento agrícola da Capital, criou-se uma série de colônias de imigrantes no entorno imediato da cidade. Estudos existentes afirmam que determinantes culturais assumem importância significativa para a construção de uma comunidade ideal na concepção dos planos de colônias imigrante no Brasil, em relação à imigração italiana, alemã e japonesa (YAMAKI e NARUMI, 1983). Diz Rapoport (1977, p. 299-300):

La forma urbana y el paisaje es el resultado de muchas intervenciones de mucha gente, aunque se sumen en una totalidad. Tales paisajes reflejan ideales; por ejemplo, en muchos casos se trata de las imágenes de los inmigrantes que escogen su hábitat y transforman su nuevo paisaje en función del antiguo.

No entanto, entende-se a proposição que uma pesquisa cujo aporte seja a história, reflexões sobre as paisagens atuais devem ser consideradas. Desta maneira, discorre-se sobre a existência de *paisagens étnicas* contemporâneas que podem ser resquícios das paisagens étnicas das colônias de imigrantes; ou resultantes de várias intervenções cuja temática imigrante foi realçada para reforçar a imagem de “Capital do Primeiro Mundo” ou aquela imaginada pelos imigrantes e/ou descendentes.

Neste sentido, resgatar a formação das paisagens étnicas curitibanas e refletir sobre as contemporâneas é uma das maneiras de compreendê-las, sob a perspectiva de que paisagem é história, cultura e natureza, que permite definir as opções metodológicas e os pressupostos da tese. A partir da leitura dessas paisagens pretende-se contribuir para o entendimento do processo de construção das *paisagens curitibanas*.

**Paisagens Étnicas em Curitiba:  
um olhar histórico-espacial em busca de Entopia**



**Diagrama 6 - Flowsheet da Tese**

#### 4.1 PRESSUPOSTOS DA TESE

Em vista do que ficou exposto a respeito dos três olhares das paisagens curitibanas, assume-se uma postura que, mais do que determinar uma metodologia *a priori*, constitui-se como processo da pesquisa. No entanto, os seguintes estudos embasarão os desenvolvimentos metodológicos examinando a cidade sob o enfoque da relação entre o homem e o ambiente. Na investigação teórica sobre a paisagem, Bailly, Rafestin e Reymond (Apud HOLZER, 1999) a consideram como um depósito de história, um produto da prática entre indivíduos e da realidade material com a qual nos confrontamos. Para a sua análise, seria preciso situarmo-nos no nível perceptivo, constituído da experiência cognitiva da paisagem a ser estudada, a partir da intencionalidade.

Para Berque (1998), por meio da paisagem, podem-se fazer as correlações com a cultura. Entretanto, a análise de uma paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre dois termos. O autor relata esquematicamente o procedimento de leitura da paisagem cultural que tem sido aplicado no caso do Japão: 1. Inventário ecogeográfico: Como, e em que grau, a sociedade transformou a natureza do seu ecúmeno através da sua agricultura, do seu hábitat, etc?; 2. Inventário das representações: Como tal paisagem é percebida? Como tal sociedade evoca e idealiza sua relação com a natureza?; 3. Inventário de conceitos e valores: Como tal sociedade concebe e julga o natural, o artificial, o sobrenatural, a natureza humana, a própria natureza? Como esse quadro mental se traduz nas projeções do ecúmeno? (nos planos de arquitetura, na organização territorial, nas utopias)?; 4. Inventário das políticas: Como tal sociedade gera, efetivamente, seu patrimônio ecogeográfico? Que instituições se criam para organizar seu ecúmeno e qual a eficácia destas?; 5. Exames sintéticos dessas diversas rubricas que fazem com que se iluminem reciprocamente: o político sendo iluminado pelo ético, este pelo estético, este pelo psicológico, este pelo ecológico, etc., e em todos os sentidos. Sem desesperar diante da dificuldade e sem esquecer que se tais laços não existissem, não haveria sociedade, nem cultura, nem paisagem.

Outros estudos abordados que servem como orientação metodológica são os instrumentos de apreensão dos lugares. Zeisel (1984) destaca um método que é delineado a partir da observação de campo, o chamado *observing physical trace*. Significa um olhar sistematizado sobre o ambiente com o intuito de observar reflexos de atividades prévias. Este

método apresenta a seguinte discussão: as qualidades do método referem-se à imageabilidade, à desobstrução, à durabilidade e à facilidade. Quanto aos instrumentos de campo, podem ser utilizados diagramas, desenhos, fotografias e incidência. E, por fim, o que pode ser observado espacialmente são os produtos de uso (erosões, “sobras”, traços perdidos), adaptações de uso (suportes, separações, conexões), *displays of self* (personalização, identificação, membros de um grupo) e mensagens públicas (oficiais, não - oficiais, ilegítimas) e contexto.

Dandekar (1988) enfatiza a necessidade de utilizar métodos qualitativos para análise dos espaços urbanos, com o objetivo de produção de políticas públicas no planejamento urbano. De acordo com o contexto, pode-se optar por métodos mais apropriados em situações específicas. O autor sugere três categorias de métodos de análises qualitativas: estudo da forma construída, estudo das interações humanas e estudo do processo de planejamento e das estruturas organizacionais. O autor se refere aos tipos de instrumentos avaliativos que podem ser utilizados. No caso dos estudos da forma urbana, os planejadores têm como objeto de análise elementos tangíveis da paisagem. Por outro lado, também lida com elementos intangíveis como a relação estética. Deve-se considerar, além das três dimensões, a quarta dimensão que seria o tempo. Métodos qualitativos têm sido aplicados nas análises de intervenções urbanas e em suas relações espaciais, para qualificar as questões de qualidade de vida e ambiência.

Similarmente, Chizzotti (1998), no seu livro *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, salienta a necessidade de inclusão de pesquisas qualitativas, que são uma reação da Sociologia à pesquisa experimental. Segundo o autor, a pesquisa qualitativa pressupõe que a utilização das técnicas não deva construir um modelo único, exclusivo e estandarizado.

Tais estudos trilharam percursos possíveis para a concepção teórico-metodológica da pesquisa. O trabalho iniciou-se com um arcabouço teórico que fundamentasse a discussão da interdisciplinaridade e da temática proposta; no entanto, a revisão bibliográfica é distribuída em cada capítulo, conforme a concepção do olhar sobre as paisagens.

Na primeira aproximação buscou-se verificar as origens da “cidade mais branca do país”. Autores, como Wachowicz (2001, p.19), afirmam que Curitiba é o “*maior laboratório étnico do Brasil ou do mundo*”, onde se realizou “*uma das maiores experiências étnicas*”, e Martins (1955, p.3) diz que o Paraná foi “*um dos estados mais ricos de povoamento*



*imigratório*”. Tais afirmações, embora indiquem uma gênese imigrante singular na área de estudo, na formação de paisagens étnicas, contrapõem-se à pesquisa de Ianni (1988). O autor afirma que, em 1767, os escravos perfaziam uma população próxima de 50%, e com a chegada dos colonos e o processo de abolição é que se observou o declínio deste grupo e um processo de branqueamento da população. No entanto, Ianni (1988) diz que embora a escravidão em Curitiba fosse menor do que nas outras regiões, o regime escravo assumiu a mesma importância básica na formação da sociedade.

As pesquisas já realizadas sobre a mesma temática enfocam principalmente estudos de caso. Os dados não sistematizados e destituídos de uma listagem completa dos assentamentos formaram uma “colcha de retalhos”. Foi necessária uma peregrinação aos órgãos públicos para a procura dos projetos dos assentamentos: Casa da Memória, IPPUC-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, COMEC-Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Por fim, deparou-se com o antigo arquivo do ITC – Instituto de Terras e Cartografia, atualmente sob a responsabilidade da SEMA – Secretaria do Meio Ambiente. Surgem quase 40 assentamentos projetados para os imigrantes, como resultado de uma estratégia política da época para colonizar a mais nova província.

Em vista das reflexões iniciais sobre as visões de paisagens curitibanas que se pretende abordar, definem-se os pressupostos da tese com estas questões: se a paisagem é um produto definiram as visões dos viajantes e das iconografias do início da formação da Província e da Capital as maneiras de olhar o novo continente e seu “*genius loci*”<sup>12</sup> inicial e de que modo a produção dos relatos dos viajantes poderiam trazer os contextos, situações, percepções que auxiliam a construção da gênese da paisagem de Curitiba?

Se as políticas e as instituições são agentes de formação e transformação das paisagens poderia o inventário e a leitura das proposições projetadas indicarem as ideologias e os modelos dominantes de organização para a construção da paisagem curitibana?

Se for possível ler a intencionalidade da construção das paisagens étnicas das colônias dos imigrantes e se a relação entre espaço e cultura foi relevante na concepção dos planos pressuporiam estas questões uma lógica de estruturação e de organização espacial

---

<sup>12</sup> Segundo Norberg-Shultz (1980), o *genius-loci* é um conceito romano de que toda a entidade tinha o seu *genius*, seu espírito guardião. Este espírito, responsável pelas pessoas e lugares, determinava seu caráter ou a sua essência.

relacionadas às etnias na implantação de quase 40 assentamentos na atual área da RMC-Região Metropolitana de Curitiba?

Se o estabelecimento imigrante na cidade foi produto de uma política que resultou em um processo de espacialização, quais foram os resultados da construção da *paisagem étnica* de Curitiba e se estas existem quais são as paisagens étnicas contemporâneas de Curitiba?

Pressupõe-se, portanto, que o procedimento nos parcelamentos para a formação de vários núcleos de imigrantes no entorno imediato de Curitiba induz a uma série de questões de espacialização no processo de urbanização da Capital. Desta forma, por meio da interpretação da leitura das paisagens pode-se recompor parte da historiografia espacial curitibana, em vistas à concepção de elementos tangíveis, como o construído e os intangíveis como o imaginário urbano. Um percurso para entender como a organização do urbano define a paisagem e como uma idealização de concepção do espaço, articulando-se com o planejado e o espontâneo, com o efêmero e o duradouro foram sedimentados ou reinventados na cidade. Discussões necessárias para entendermos o passado, interrogarmos o presente e indicarmos novos caminhos para as paisagens curitibanas futuras considerando as *entopias*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. *Sentidos da Sustentabilidade Urbana*. In: ACSELRAD, Henri (org). **A Duração de Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.27-55.
- BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens Americanas: Imagens e Representações do Wilderness. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, nº5, Jan/Jun, p.43-53, 1998.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura..** Rio de Janeiro: EdUFRJ, p.84-9, 1998.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998. 164p.
- CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**: sobre a teoria da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1985. 333p.
- CIÊNCIA Nova. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 nov. 2002. Caderno Mais, nº 563.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2001. 453p. (trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro. Afeche Pimenta).
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Paisagem Geográfica – Uma Bibliografia. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, nº4, Jun., p.50-54, 1997.
- COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.92-123, 1998.
- DANDEKAR, Hemalata C. *Qualitative Methods*. In: **Urban Planning**. Catanese, Anthony J. & Snyder, James C.(orgs). United States: McGraw-Hill, 1988. 386p.
- DOXIADIS, Constantinos. Global Ecological Balance – The Human Settlement that we Need. In: **EKISTICS**, vol. 18, nov. 1964. Disponível em: <<http://www.doxiadis.org/documents/articles/article22.asp>>. Acesso em: 07 jun. 2002.
- FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Os Lugares Improváveis. In: YAZIGI, Eduardo (org). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-82.
- FLORIANI, Dimas. *A complexidade ambiental nos convida a dialogar com as incertezas da modernidade*. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento, vol. 4, Curitiba: UFPR, 2001.

- GEDDES, Patrick. **Cidades em Evolução**. Campinas: Papirus, 1994. 274p. (trad. Maria José Ferreira de Castilho).
- GIFFORD, Gibson. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. 2<sup>th</sup>. London: Allyn and Bacon, 1997. 505p.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.
- GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 191p. (trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá).
- HALL, Peter e PFEIFFER, Ulrich. **Urban Future 21**: a Global Agenda for Twenty-First Century Cities. London: E& FN Spon, 2000. 361p.
- HERCULANO, Selene et all. Introdução: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais como um Campo Interdisciplinar em Construção. In: SELENE, Herculano et al. **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: EDUFF, p.17-25, 2000.
- HOLZER, Werther. **Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p.
- IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo**: apogeu e crise da escravidão no Brasil Meridional. 2ed. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988. 271p.
- KANASHIRO, Milena e YAMAKI, Humberto. Sobre Paisagens. In: **Anais da 9ª Reunião Anual SBPN**, vol.5, nº1. Londrina:Eduel, p. 246-247, 2001.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR et al. In: **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. 318p.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.240p.
- LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.446p. (trad. Jorge Manoel Costa Almeida e Pinho).

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A Arquitectura Paisagista**: morfologia e complexidade. Lisboa: Estampa Lda, 2001. 525p.

MANNHEIN, Karl. **Utopia**. In: NEUSUSS, Arnheim. Barcelona: Barral, 1971.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Brasil. São Paulo: Anhembi Limitada. 1955. 506p.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Balanço Crítico. In: SALGUEIRO, Heleiana Angotti (coord). **Paisagem e Arte**: a invenção da natureza, a invenção do olhar. I Colóquio Internacional de Historia da Arte. São Paulo: CBHA, 2000. 452p.

NARUMI, Kunihiro. New Visions of Landscape. In: YAMAKI, Humberto e KANASHIRO, Milena (orgs). **7º Reunião Anual SBPN**. Londrina: EdUEL, p-9-13, 1999. (em japonês)

NORBERG-SHULZ, Christian. **Genius-Loci**: Towards a Phenomenology of Architecture. London: Academy Editions, 1980. 205p.

Paisagem. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.1018, [19--].

Paisagem. In: Houaiss, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, p.326, 2001.

Paisagismo. In: CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Guia metodológica ambiental para universidades de América Latina y Caribe**. Santiago de los Cabaleros: PNUD/UNOPS, 1997.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos Humanos de la Forma Urbana**: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana. Barcelona: GG, 1977. 381p.

RELPH, Edward. **A Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987. 245p. (trad. Ana MacDonald de Carvalho).

\_\_\_\_\_. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 161p.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.

SALGUEIRO, Heleiana Angotti (coord). **Paisagem e Arte**: a invenção da natureza, a invenção do olhar. I Colóquio Internacional de Historia da Arte. São Paulo: CBHA, 2000. 452p.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.12-74,1998.

SILVA, João Gomes da. A Paisagem – Idéia ou Experiência?. In: **Jornal Arquitectos**, n.206, maio/jun. Portugal, 2002.

SITTE, Camilo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. 239p. (trad. da 4º ed. alemã por Ricardo Ferreira Henrique).

TORRES, Horacio. El Origen Interdisciplinario de los Estudios Urbanos. In: **Seminario Internacional VAQUERIAS**. Argentina, oct., 1-22, 1996. (mimeo).

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua Investigação. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, nº4, jun., p.1-7, 1997.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design: Tools for Environment-Behaviour Research**. London: Cambridge University Press, 1984. 250p.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360p.

YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro. Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil: a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. In: **Technology Reports of the Osaka University**. Osaka, vol. 33, nº 1736, oct, p.435-443,1983.

# ***CAPÍTULO 1***





---

## 1. PAISAGENS APREENDIDAS – ESCRITOS E ICONOGRAFIAS

---

A partir dos pressupostos a respeito dos três olhares de paisagens curitibanas que se pretende discorrer no intuito de contribuir para o entendimento do processo de construção, as *Paisagens Apreendidas* são *flashes* de uma paisagem envolvente transcritas nos relatos dos viajantes que percorreram a Província do Paraná. A própria conotação – apreensão – dá-se a partir do olhar às formas físicas, um conhecimento imediato por meio da percepção, memória ou imaginação, uma visão individualizada de parâmetros e interpretações subjetivas.

Das visões de estrangeiros sobre o território brasileiro<sup>13</sup>, esse olhar tem emergido nos estudos de construção de uma “identidade nacional”<sup>14</sup>. São várias as leituras interdisciplinares basilares da produção literária: cartas de navegação, relatos de viagens, mapas cartográficos, pinturas, xilogravuras produzidos na época da colonização, como referências para a construção de uma imagem nacional. Entre essas pesquisas a publicação Dossiê – Brasil dos Viajantes (1996) traz um compêndio das várias visões que englobam o imaginário europeu, os flagrantes de olhares voltados para o Novo Mundo, o encontro entre a sensibilidade e a razão, encontros que produz uma nova ordem visual e artifícios utilizados para a construção de uma “natureza” brasileira.

O trabalho traz leituras sobre iconografias feitas por europeus que traduziam o novo continente exótico, sua natureza quase intocada e seus primeiros habitantes. A historiadora Belluzzo (1996) faz uma leitura dos trabalhos iconográficos da imaginação sobre o continente desconhecido na época das descobertas. Afirma que as primeiras imagens foram gravuras que acompanharam as cartas de Américo Vespucci. O imaginário visual nasce das transcrições dos textos e revela o caráter intertextual e intercultural do processo de elaboração da iconografia dos viajantes. No entanto, existiam várias concepções de imagens, por exemplo, sobre os hábitos canibais dos índios americanos e, por outro lado, a concepção

---

<sup>13</sup> Publicações como a Revista Dossiê: Brasil dos Viajantes editado pela Usp, sob a coordenação da historiadora Ana Maria Belluzzo propõem um documento de caráter interdisciplinar em variados materiais iconográficos, literários e históricos.

<sup>14</sup> A discussão sobre a construção da “identidade nacional” é feita a partir de Lesser (2001), nos capítulos 3 e 4.

humanista emergente afirmava a existência de um mundo novo como marcos e parâmetros da busca da ordem e coerência na relação do homem com o universo, com a importância das disciplinas de Astronomia e com cálculo. A historiadora conclui que o legado iconográfico e a literatura de viagem dos cronistas europeus trazem sempre a possibilidade de novas aproximações com a história. O *ver* não é uma ocorrência natural e sim um fato histórico, interligados aos critérios de valoração e aos modos operativos de que o homem dispõe.

O estudo de Silva (2003), “As Terras Inventadas” faz uma interpretação de três viajantes: Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton<sup>15</sup>. Segundo o autor, podem-se identificar diversos olhares na interpretação dos relatos. O olhar medieval que ressalta os aspectos fantásticos das viagens e as visões edênicas das terras descobertas; o olhar mercantilista que busca identificar riquezas; o olhar renascentista fascinado pelas possibilidades de ampliação do saber do novo mundo; o olhar racionalista que instrumentaliza a natureza, que busca suas explicações e utilidades, incorporando se ao conhecimento científico. Complementa ainda, sobre a experiência européia a respeito do novo mundo:

...esses relatos vão construir uma nova percepção da humanidade, espaço e natureza, onde um processo de racionalização colocada em primeiro plano permite a identificação de terras descobertas ao mesmo tempo como parte separada, diferente e integrante do *orbis terrarum*, considerando o mundo com algo a ser conquistado e construído pelo homem (SILVA, 2003, p.17).

Massimi (1995, p.145) faz uma classificação dos tipos de escritos na confrontação entre a cultura portuguesa e a indígena no Brasil: 1. Roteiro de Navegação: de teor técnico, descritivo, realista, organizado em termos de seqüências temporais e elaborado por navegadores; 2. Relatos de Viagens: estruturados em forma de diário, na base dos conhecimentos relevantes retirados dos autores; 3. Cartas Narrativas: onde a personalidade do autor emerge de maneira mais evidente, bem como os valores do contexto cultural e social ao qual ele pertence e do seio do qual deriva os significados para interpretar a realidade vivenciada; 4. Regimentos, alvarás, requerimentos e todos os demais documentos de caráter

---

<sup>15</sup> Sir Richard Burton possui uma das mais extensas produções bibliográficas entre os viajantes estrangeiros que percorreram terras brasileiras com relatos detalhados em termos de geografia, culturas, línguas e modos de vida, apontando uma variedade de aspectos e de forte poder descritivo. Ver RICE, E. *Sir Richard Burton*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. A pesquisa de Silva (2003) enfoca a natureza brasileira vista pelo viajante, apesar de discorrer sobre a excentricidade e a personalidade de “camaleão” do viajante.

econômico, administrativo, ético, político acerca do Brasil e do índio; 5. Inquirições acerca dos moradores, testemunhas da problemática vivencial das relações entre índios e colonos; 6. Tratados científicos, contendo observações de tipo etnológico, médico etc, elaborado por viajantes; 7. Gramática de línguas indígenas, escritas pelos missionários.

Segundo Silva (2003), o conceito de “literatura de viagens” divide opiniões, pois se trata de uma classificação recente, constituída de textos redigidos por participantes ou testemunhas presenciais dos acontecimentos narrados, cujas balizas cronológicas se situam entre o século XV e o XIX e é de natureza interdisciplinar. Essas narrativas identificam-se por temas característicos como a descrição da alteridade geográfica e humana que a experiência ultramarinha proporcionou, a revelação pela escrita de paisagens exóticas e da imagem do “Outro”, de uma humanidade diferente, com culturas, crenças, governos e costumes próprios.

Especificamente sobre os estudos dos viajantes aqui definidos para compor as *Paisagens Apreendidas* do Paraná, tem-se o estudo de Marco Pereira (1996), que analisa os relatos dos viajantes, que percorreram a Capital da Província e de cronistas do início do século XIX. A discussão é feita com base nos conceitos de governamentalidade de Foucault e de mito em Ronald Barthes, que se compõem de discursos ufanistas sobre a urbe ordeira, disciplinada e laboriosa.

Neste capítulo, pretende-se, através da visão de três relatos dos principais viajantes<sup>16</sup> europeus, que percorreram o território paranaense, reconstruir a gênese das paisagens da província por meio das descrições de suas *Paisagens Apreendidas*. Dardel citado por Relph (1977) afirma que o espaço não é objetivo e indiferente, mas pode ser qualificado em situações concretas e tem cor, profundidade, densidade e que estas experiências espaciais são compostas pela complexidade de sensações visuais, auditivas e olfativas presentes em circunstâncias, experiências anteriores e associações que podem ser critérios pelos quais julgamos as paisagens.

---

<sup>16</sup> Outros tipos de publicações como os apontamentos de 1863 do funcionário público Demétrio Acácio Fernandes da Cruz que apesar de ser brasileiro nascido em Pernambuco, revela um viés crítico do panorama do sistema agrícola dos lavradores nacionais. Por outro lado, a obra de Leo Weibel, geógrafo, contém descrições do Paraná coletadas em pesquisas de campo realizadas entre 1946 e 1959. No entanto, fez-se um recorte epistemológico excluindo-se, nesta parte da tese, trabalhos que não possuem o caráter de “relatos de viagens”.

Por meio das narrativas de Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que esteve entre os anos de 1822 e 1826, no Brasil, e atravessou a Comarca de Curitiba; Robert Avé-Lallemant médico alemão que em 1858 fez uma peregrinação pelo Paraná, e por fim Thomas P. Bigg-Whiter, engenheiro inglês, que veio à Província para explorar e possibilitar a demarcação da ferrovia entre 1872 a 1875.

Primeiramente, far-se-ão as principais observações individuais em relação à Província do Paraná, percorrida em diferentes pontos geográficos. Em seguida, tem-se o contexto da comarca de Curitiba que contem descrições, às vezes superpostas, e por fim, as considerações finais delineiam a configuração das paisagens iniciais de Curitiba apreendidas pelos viajantes.

## **1.1 PAISAGENS APREENDIDAS DOS CAMPOS**

Auguste Saint-Hilaire (1779-1853) foi um dos primeiros cientistas vindos da Europa para percorrer livremente territórios do Brasil-Colônia. Chegou ao Brasil aos 37 anos e, durante os anos de 1816 a 1822, visitou as províncias do centro e do centro-sul do Brasil, recolhendo pelo caminho um grande acervo botânico que resultou na seleção de 30 mil exemplares de plantas de 7 mil espécies, sendo 4.500 desconhecidas, todas remetidas ao Museu de História Natural de Paris. A peregrinação foi registrada em diários de viagem, publicados mais tarde na França em diversos volumes, retratando as paisagens e os costumes do Brasil do início do século XIX. A relação dos livros das viagens de Saint-Hilaire relata sobre os cerca de 16.500 quilômetros percorridos: Primeira e Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce, Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, Viagens às nascentes do São Francisco, Viagem à Província de Goiás, Viagem a Curitiba e Santa Catarina, Viagem a São Paulo e Viagem ao Rio Grande do Sul.

A Comarca do Paraná foi visitada por Saint-Hilaire em 1826 após percorrer o Rio de Janeiro, Minas Gerais, as proximidades do Rio São Francisco, a Província de Goiás, antecedendo o Rio Grande do Sul e a sua volta para o Rio de Janeiro. São vários os correlatos de diferenciação entre as áreas previamente observadas. Seus relatos são carregados de descrições sistemáticas das várias vegetações. Botânico, faz comparação entre as relações naturais, como clima e solo, além de comparação com cultivos da sua terra de origem. Sua viagem pela Província do Paraná iniciou-se nos Campos Gerais cuja dissemelhança com qualquer outra região já visitada no Brasil, o autor destaca:

esses campos são certamente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei a América; suas terras são menos planas, não tendo a monotonia das nossas planícies de *Beauce*, mas as ondulações do terreno não chegam a ser acentuadas que limitem o horizonte. Até onde a vista alcança, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões, onde sobressai a valiosa e imponente Araucária [...] inúmeras éguas e bois pastam pelos campos e dão vida à paisagem; vêem-se poucas casas, mas todas bem cuidadas, com pequenos pomares de macieiras e pessegueiros. (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 12)

A visão da paisagem dos campos faz parte do seu repertório espacial europeu já experienciado, porém diferencia-se pela imagem pregnante das Araucárias, que é repetidamente observada, descrições quando isoladas e em grupos compondo “a *fisionomia característica aos Campos Gerais*” (p.13). Desta forma, as araucárias aparecem com elemento de realce na horizontalidade dos campos. Sua utilidade consiste no emprego da madeira branca na carpintaria e marcenaria; na subsistência alimentar dos indígenas e exploradores paulistas e na engorda de suínos. Saint-Hilaire ressalta que este tipo de vegetação é característico de solo arenoso e, para os habitantes dos Campos Gerais, a sua abundância significa terras impróprias para o cultivo.

Em relação aos aspectos geoambientais refere-se ao clima, comparando-o ao das Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, as quais sofrem pela escassez de água, enquanto na Província do Paraná o excesso de chuva não permite a queima das matas. Observa também que o ar puro e a constante tarefa de montaria fazem com que os habitantes dos Campos Gerais “*desfrutem de excelente saúde*” (p.14).

A sua descrição da fisionomia dos habitantes demonstra as influências da hierarquia racial, formalizadas no século XVII e XVIII que promoviam um sentimento de superioridade européia<sup>17</sup>:

há nessa região um número infinitamente maior de homens realmente brancos [...] quase todos os operários da cidade pertenciam à nossa raça [...] não é de se pensar que os habitantes dos Campos Gerais, apesar da sua profunda ignorância, falem um português muito mais correto do que os habitam os arredores da cidade de São Paulo [...] e os colonos dos distritos de Castro e de Curitiba pouco se misturaram com os indígenas [...] bem diferentes dos pobres mestiços que habitam as terras vizinhas de Itapeva, os habitantes dos Campos Gerais são altos e bem proporcionados; tem cabelos castanhos e as faces coradas; sua fisionomia traz a marca da bondade e da inteligência... [em relação às mulheres] são geralmente muito bonitas; tem a pele rosada e uma delicadeza de traços que eu ainda não tinha encontrado em nenhuma brasileira. (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 17)

Os costumes diferenciados entre as províncias visitadas são apontados, primeiro na destreza de montaria e constante galope, prática iniciada desde a infância. No entanto, relata o analfabetismo generalizado e, por outro lado, ressalta a qualidade hospitaleira dos habitantes. Realçando que embora o clima temperado dos Campos Gerais favoreça o trabalho, critica o “*hábito da preguiça*” que se relaciona diretamente com a criação de gado cujos cuidados são menos requeridos.

Essa característica sedentária dos habitantes, segundo o viajante, tem reflexo nas suas moradias: “*suas casas estão longe de apresentar essa espécie de magnificência que se nota nas fazendas dos antigos mineiros*” (p.19). Tal característica estava relacionada às diferenças econômicas das províncias. Enquanto Minas Gerais era um dos núcleos dinâmicos da economia colonial enriquecida pela atividade mineradora e pecuária, a Província do Paraná era ainda pouco povoada e de povoação dispersa.

Porém o viajante complementa que as moradas têm a aparência limpa e uma mobília simplória, sendo uma característica similar à da Província de Minas a concentração do luxo nas camas. Quanto aos costumes alimentares observa que nas casas dos fazendeiros “*serve-se chá, com o acompanhamento de queijo, biscoitos e doces, numa bonita bandeja envernizada, um hábito de luxo que contrasta com a singular modéstia da casa*” (p.19).

---

<sup>17</sup> De acordo com Lesser (2001, p.24), o anatomista e naturalista alemão Johann Friedrich Blumenbach *De generis humani varietate nativa* (1775-1776), era um dos mais citados dentre os primeiros racialistas científicos. Ele

A principal economia da região dispensa o uso de muitos escravos, e Saint-Hilaire afirma que, em 1820, não se contavam mais de 500 escravos na cidade de Castro. Relata que o trabalho braçal aqui não era tomado como ignomínia como o era na Província de Minas, apesar de que: *“aqui como no resto do Brasil, todo mundo trabalha o menos possível”*(p.20). Deve-se ressaltar que naquele determinado contexto havia o preconceito do trabalho braçal, independentemente da atividade desenvolvida. Este era considerado, segundo Ianni (1988, p.162), *“ideologicamente como forma de utilização inferior da energia humana [tornando-se] uma ocupação pejorativa e desabonadora”*.

Desta forma, ainda registra que a vida dos homens pobres é semelhante à dos índios selvagens; plantam somente o necessário para a sua subsistência e utilizam a caça para completar o seu alimento. Verifica-se o olhar racionalista que, apesar da boa qualidade dos laticínios da região, como um dos principais alimentos para as pessoas de poucos recursos, revela o contra-senso da não-fabricação dos produtos.

Descreve a criação de gado: aparentemente são menos selvagens do que os da Europa. Correlaciona essa mansidão ao costume de dar o sal como complemento, devido ao tipo de terra não-salitrosa da região. Algumas áreas apresentam a criação de cavalos e de carneiros. Estes últimos eram criados unicamente por causa da lã; naquela época, eram poucos os que apreciavam a sua carne. Relata o costume de atear fogo nos pastos para que, depois da queimada, o gado tivesse um alimento mais saboroso e nutritivo. Tal prática faz com que haja uma rotatividade nas áreas de pastagens, dispondo-se sempre de capim novo. A qualidade das pastagens é aproveitada como internada das tropas vindas do Rio Grande do Sul, que permanecem nos Campos de fevereiro a outubro, para depois, seguirem para Sorocaba.

Acerca do sistema agrícola nota que, apesar da região ser propícia ao cultivo de milho, trigo, arroz, feijão, fumo e algodão, não há preocupação com o cultivo; a produção serve apenas para o suprimento de suas necessidades. O sistema de derrubada das matas e a subsequente queimada são ilustrados como prática na agricultura brasileira. Revela o uso do arado apenas para o cultivo do trigo na província e sublinha a necessidade desse bom exemplo para outras regiões brasileiras. Destarte, observa que as terras são mais férteis e não

---

acreditava que a região em torno do Cáucaso havia produzido “a mais bela raça de homens”, e colocou a “raça caucasiana” no topo de sua hierarquia racial.

se esgotam facilmente como as de Minas, podendo rapidamente ser fertilizadas. Todas as culturas encontradas, como o milho, a cana-de-açúcar (somente nas proximidades de Curitiba), o feijão, o trigo, o arroz, o fumo, o algodão e o plantio de árvores frutíferas, são caracterizadas por Saint-Hilaire, desde as áreas de plantio, processo e época da sementeira, colheita, rentabilidade e qualidade do produto.

Na primeira parte do seu relato, que concerne à descrição geral dos Campos Gerais, é enfatizada a sua predileção pelo local a ponto de apelidá-lo como “*paraíso terrestre do Brasil*” (p.32). Assinala que esta região seria ideal para uma colonização européia:

Entre todas as partes desse Império, que percorri até agora, não há nenhuma outra onde uma colônia de agricultores europeus tenha possibilidade de se estabelecer com mais sucesso. Eles encontrarão o clima temperado, ar puro, frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados [...] teriam ensinado aos antigos habitantes do lugar os métodos europeus de agricultura, que certamente são aplicáveis a esta região [...] felizes em sua nova pátria, cujo aspecto lhes teria lembrado, em certos pontos, a sua terra natal [...] e essa parte do império teria adquirido uma população ativa e vigorosa (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 32-33).

As similaridades das paisagens dos campos e do clima temperado correlacionam-se às experiências de paisagens européias prévias do viajante, porém a expressão de que o “*clima da região de Curitiba é, no Brasil, o que se mais assemelha ao clima europeu*” é uma afirmação constante no estudo de Martins (1955) que analisa a imigração européia no Paraná. No entanto, a passagem revela uma linguagem da eugenia<sup>18</sup> lamarckiana que teorizava que as características e, portanto, a cultura era adquirida por intermédio dos ambientes humanos e climáticos locais.

No itinerário entre a Fazenda Jaguariaíba a Caxambu, incluindo as distâncias percorridas, observa-se uma descrição sensível e detalhada dos elementos naturais, diferenciações de relevo e solo, paisagens imediatas e emergentes, contrastes e variação de tonalidade: “*a paisagem não oferece esse ar de alegria mas é variada e pitoresca*”<sup>19</sup>(p.41) e “*essa paisagem tão pitoresca tinha, entretanto, um ar pouco austero, que se devia*

---

<sup>18</sup> O termo Eugenia foi criado por Francis Galton que define como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”.

<sup>19</sup> Descrição da paisagem antes de alcançar o rio Jaguaticatu



*principalmente ao porte das Araucárias e à cor sombria de sua folhagem*<sup>20</sup> (p.43) ou mesmo “*sua vista causou-me uma surpresa deliciosa [...] e tinha agora diante dos olhos uma encantadora morada, cuja entrada me lembrava a de certas casas de campo nos arredores de Paris*”<sup>21</sup> (p.50). Neste percurso, as paisagens são adjetivadas nos seus contrastes, cores, na relação entre luz e sombra, que são maneiras dos predicados do aprendizado do ver cujos atributos são as diferenças entre as informações por meio das quais o espaço se manifesta ao observador.

A cada parada observava atentamente as condições da fazenda, costumes, tipo de cultivo e, às vezes, a relação familiar e o papel das mulheres. Nesses encontros com os fazendeiros, ouviu os confrontos constantes com os chamados “bugres”, índios selvagens, apontados como pertencentes à tribo dos Coroados.<sup>22</sup>

Uma descrição detalhada da Fazenda Caxambu reforça o preconceito pelo desmazelo ou mesmo “hábito da preguiça” dos habitantes. A simetria das construções, um jardim extremamente bem cuidado com uma carreira de roseiras, entre pés de laranjeiras, marmeleiros, limoeiros, romãzeiras, ameixeiras, pessegueiros, entre outras árvores frutíferas. Um pomar alinhado de macieiras, bananeiras e plantações de cana-de-açúcar. Uma horta junto à casa principal com couves plantadas em simetria e canteiros bem cuidados. Saint-Hilaire (1995 [1826]) diz que tal observação não seria feita se descrevesse um dos jardins europeus, *mas “nesse país tudo que demonstra cuidado e perseverança deve ser cuidado com uma maravilha”* (p.52) e quanto ao esforço do proprietário “*do deserto uma morada que deveria ser considerada muito aprazível em um país civilizado*” (p.53) e finaliza “*desnecessário dizer que o fazendeiro era ‘português europeu’*” (p.54). Observam-se os valores realçados de racionalidade/ortogonalidade que indicam a intervenção do homem desde a simetria das construções e dos canteiros, alinhamento das plantações, características de acordo com os preceitos de ordem vigente na Europa.

O objetivo do percurso seguinte era a Fazenda Fortaleza; no entanto, uma breve parada foi realizada na Fazenda do Tenente Fogaça. Nesse local enfatiza a cortesia dos escravos e acrescenta que “*se os negros têm muitas vezes o ar melancólico, sofredor e*

---

<sup>20</sup> Refere-se a paisagem do Porto do Jaguariába.

<sup>21</sup> Relato da chegada a Fazenda Caxambu.

<sup>22</sup> Denominam Coroados pela utilização de tonsura no alto da cabeça, que em português significa coroa.

*estúpido, e se chegam mesmo a se mostrar desonestos e audaciosos, é porque são maltratados*” (p.56). Na seqüência, faz uma observação, na relação do homem transformando a natureza, e refere que “*nada é mais monótono do que essas regiões desérticas, são os trabalhos do homem que dão variedade à natureza*” (p.57). Novamente a idéia da intervenção do homem sobre a natureza como aspecto de dominação tecnológica e, portanto, de civilidade.

Uma outra pousada, a Fazenda Fortaleza, incrustada em umas das regiões mais vulneráveis aos ataques indígenas, Saint-Hilaire (1995 [1826]) conhece mais uma das índias, pertencente à nação Coroados, capturadas pelos fazendeiros. Expressa uma agradabilidade em relação à sua fisionomia e transcreve em seus relatos suas impressões e simpatia para uma possível miscigenação, posicionando-se contra a escravidão indígena<sup>23</sup>:

...é mais do que evidente que em seu estado selvagem eles são superiores em inteligência, engenhosidade e providência a muitas outras populações indígenas, e talvez o sejam em beleza física; por conseguinte, devia ser feito todo o possível para aproximá-los dos homens de nossa raça e estimular os casamentos entre eles e os paulistas pobres, que não se envergonhassem do sangue indígena, pois há tempo esse sangue corre nas suas veias[...] seria bem mais fácil fazer esses esforços [...] do que mata-los ou reduzi-los à escravidão (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 61).

Pode-se especular nessa passagem de Saint-Hilaire (1995 [1826]) que a possibilidade de disseminação dos dizeres de Colombo, quando da descoberta das Antilhas, realiza uma função “fundante”, no sentido de disseminar idéias sobre o Novo Mundo. Colombo refere-se aos habitantes das Grandes Antilhas: “*eram bem feitos, corpos proporcionais e rostos atraentes [...] seriam muito bons servidores e muito inteligentes*” (Apud MAZZOLENI, 1922, p. 39-40).

Nos arredores do rio Iapó, que deságua no rio Tibagi, existia uma vilinha do mesmo nome, próxima parada de Saint-Hilaire. Segundo seus relatos, nos Campos Gerais, este rio era considerado o mais rico em diamantes e ouro. Cita, pela primeira vez, o incômodo das baratas, salientando a não-existência de insetos característicos de regiões quentes como

---

<sup>23</sup> De acordo com Ianni (1988, p.40) a escravidão indígena era uma dos mecanismos de destribalização praticados até início do século XIX. Cita trecho de uma Carta Régia expedida em 1808 por D. João VI ao Capitão Geral de São Paulo que preconiza a qualquer morador o direito sobre os índios como “prisioneiro de guerra” por quinze anos destinando-os a qualquer serviço.

mosquitos, borrachudos e carrapatos. Outra paisagem descrita, após a travessia da Serra de Furnas, evoca a imagem dos campos suíços.

A viagem chega à vila de Castro, que fazia parte da comarca de Curitiba. Nesta época, “compunha de uma centena de casas que se enfileiravam ao longo de três ruas compridas. As casas eram muito pequenas e feitas de paus cruzados, parecendo bastante com as dos nossos camponeses de Sologne” (p.75). Porém, a vila tinha aparência de abandono, fato provocado pela emigração resultante da construção do caminho de Guarapuava. Relata que até mesmo a Igreja local; que de um modo geral são construções diferenciadas no Brasil; esta era desprovida de ornamentos e estava em estado de degradação. Esta paisagem pode ser observada na pintura de Jean-Baptiste Debret, que se refere à vila de Castro em 1827 (Figura 1.1).



**Figura 1.1 – Paisagem de Castro de Debret em 1827**

Fonte: Coleção Marques de Bonneval. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria de Cultura, 1982, p. 89.

Poucos comerciantes, prostitutas e artesãos constituíam a população da vila, sendo predominante os seleiros. Neste sentido, explica que hábitos e costumes de um determinado local podem ser inferidos de acordo com os ofícios desenvolvidos. Por exemplo:

Nas regiões auríferas [...] há os ourives, porque as mulheres querem usar jóias de ouro, em São Paulo com o cultivo da cana-de-açúcar a profissão predominante é do alfaiate, porque os habitantes do lugar podem andar bem vestidos. Em Santos, porto marítimo, encontram-se muitos calafates, e os carpinteiros proliferam nas regiões onde as constantes imigrações fazem aumentar continuamente a população (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 76).

O caminho direcionava a Curitiba. Alguns desvios foram realizados para chegar, primeiro, à Fazenda Carambeí onde “*a casa era pequena e bonita, lembrando um pouco as casas dos burgueses de nossas aldeias de Beauce*” (p.85), e depois a uma antiga propriedade dos jesuítas, a Fazenda de Pitangui, com uma igreja central no pátio, e por fim, à Fazenda Carrapatos, cujo verde das pastagens dos Campos Gerais descreve: “*é tão fresco quanto o de nossas Campinas, mas de um modo geral não se apresentam tão floridos [...] ao passo que o amarelo e o branco são as cores predominantes em nossos prados, é o azul celeste que colore as pastagens*” (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p.87).

Em outra localidade denominada Freguesia Nova, assistiu a uma missa e voltou a reforçar a imagem da população branca dos Campos Gerais, “*para meu grande espanto, notei entre os fiéis, número muito maior de brancos do que de pessoas de cor – oposto do que eu tinha visto em todos os lugares*” (p.91). Acrescenta novamente comentários sobre a hierarquia racial, na dualidade de branco e preto e de uma hierarquia racial entre os próprios europeus, reforçando as discussões sobre a relação entre raça e cultura disseminadas na Europa:

a maioria dos portugueses que se achavam estabelecidos no Brasil, eram pessoas sem educação, mas ainda que pertencessem a um povo menos laborioso do que os alemães e os franceses, eles eram infinitamente mais ativos do que os brasileiros, e ainda que demonstrassem pouca sabedoria e perseverança eles não tardavam em gozar de uma certa prosperidade (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 98).

A lembrança da terra natal faz com que algumas vegetações brasileiras tenham características, ou odores, semelhantes às portuguesas, como o *puejo*. A proximidade de Curitiba é observada na passagem por Campo Largo, que se tornou território de uma paróquia criada pela Lei Provincial de 12 de março de 1841 e pelo Sítio de Ferrara. O viajante descreve a paisagem emergente do território de Curitiba:

Encontra-se uma vasta planície entremeada de grupos de árvores e de pastagens [...] a Serra do Mar limita o horizonte, formando um semicírculo e seguindo a direção norte-sul. A extensão da planície, a natureza de sua

vegetação e as elevadas montanhas que se vêem ao longe tornam a paisagem ao mesmo tempo risonha e majestosa (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p. 101).

No itinerário dos Campos Gerais até a capital da Província, Saint-Hilaire faz constantes comparações entre paisagens experienciadas européias e entre outras províncias brasileiras previamente visitadas. Talvez pelo olhar científico de botânico, são sistemáticas suas descrições do ambiente natural como clima, relevo, tipo de solo e tipos variados de vegetação. A imponência das araucárias se torna a imagem mais pregnante das paisagens, conferindo-lhe uma identidade própria.

São várias passagens em que o viajante reitera questões de hierarquias raciais. Lesser (2001) afirma que a raça é uma categoria obscura, que demonstra uma preocupação visceral em definir o outro. O padrão disseminado e formalizado na Europa, naquela época, sobre as questões culturais de categorias raciais promoviam a superioridade européia, dessa forma as transcrições de Saint-Hilaire na descrição dos habitantes da Província, refletia o contexto dos parâmetros da Europa.

Seus relatos são carregados da visão eurocêntrica de aspectos civilizatórios pois constantemente reforça que os habitantes não usufruem das vantagens de obter ganhos com agricultura e outros meios contentando-se somente com necessário para viver. O hábito da preguiça parece ser generalizado, além do analfabetismo. A preguiça dos nativos em contraposição ao laborioso europeu revela aspectos de ideologias presentes no Brasil-Colônia. Existia o preconceito sobre a relação ao trabalho braçal contraposto ao intelectual. Aquele, em um primeiro momento, era realizado pelos escravos e, somente com a introdução da atividade agrícola, novos padrões de trabalho produtivo foram sendo construídos para adequação das exigências de uma transformação econômico-social.

O olhar racional do botânico questionava a técnica predominante da queimada e o pouco uso do arado. E, nos Campos Gerais, a criação de gado seria mais uma razão para o sedentarismo generalizado apesar de ressaltar que mesmo tendo a pecuária como economia principal, podia-se agregar outros produtos facilmente industrializáveis. Observa nas vilas que as edificações religiosas e as casas dos fazendeiros apresentavam-se de maneira mais modesta e menos suntuosa que as construções da Província de Minas Gerais de maior atividade econômica.

## 1.2 PAISAGENS APREENDIDAS DE UMA PRIMAVERA

Robert Avé-Lallemant, alemão, em 1858, fez uma peregrinação pelo Paraná. Suas descrições muitas vezes diferem das de Saint-Hilaire, por terem viajado em épocas sazonais diferenciadas, sendo que a primavera sugere novos elementos de composição da paisagem observada e olfativa. Sua visão da paisagem paranaense inicia-se do Sul, vindo de Joinville, e sobrecarrega a colônia de adjetivos qualitativos da aprazível cidadezinha teuto-brasileira. Sua afetividade com o lugar pode estar correlacionada com o parentesco existente na Colônia Dona Francisca. A viagem de Joinville à Província do Paraná estava programada para demorar de seis a oito dias, mas o tempo gasto ultrapassou o programado, trazendo transtornos vários.

Em sua viagem, ao contrário de Saint-Hilaire que vislumbrava os campos, Avé-Lallemant (1995 [1858]), penetrou nas matas “*diante de nós o mais original dos asilos na floresta*” (p.9), e “*um oloroso mundo de floresta com magníficos vales*” (p.10). A expedição compreendia 12 homens estrangeiros, do Holstein, do Meclemburgo, da Renânia, da Holanda e da Suíça. Descreve a maneira de abrir uma “picada<sup>24</sup>” completamente diferente da Europa, visto que a remoção do mato era tão insignificante que se podia perder a trilha; atingia, em média, 1.500 a 2.000 braças diárias<sup>25</sup>.

Divaga sobre o que se obtém em troca de todas as fadigas, trabalhos e perigos: “*a visão da floresta virgem em sua mais secreta profundidade, em seus últimos recantos!*” (p.12). Descreve detalhadamente a preparação para a instalação noturna: primeiro é preciso uma quantidade razoável de folhas de palmeira, geralmente de oito a doze, cortam-se as folhas e, com as quais encaixadas em quatro ou cinco camadas, cobre-se um teto em uma armação inclinada de sete pés de altura e uns trinta de comprimento. Porém o chão permanece úmido e frio.

O percurso tinha como referência o rio Cubatão, e as descrições das flores desde *amaryllis*, orquídeas, bromeliáceas são constantemente reforçadas pela variada paisagem olfativa. Recordações da terra de origem como “*florescia no chão úmido em*

---

<sup>24</sup> Picada tem o significado de abrir uma trilha na mata.

<sup>25</sup> Respectivamente os valores equivalem a 3,3km e 4,4km.

*exemplares grandes e numerosos, uma anêmona branca com leve matiz vermelho, cujo “habitus” e porte me recordaram a nossa primavera anemone nemerosa”* (p.21).

Depois de imprevistos, de desbravar áreas pioneiras e de obstáculos devido à forte chuva, a escassez de alimento já era iminente. Apesar de visualizar animais que poderiam suprir a fome, a falta de um cão amestrado impossibilitava a caça. Uma paisagem emergente de araucárias fez o anúncio da aproximação do planalto. Tal paisagem singular pressagiava um fim próximo da aventura, além dos pinhões que poderiam servir de alimento. A despeito dessa primeira imagem, por dias a travessia parecia interminável.

Destarte, o aumento de araucárias, em seguida à sonoridade de um tiro e, por fim, a vista do campo aberto trouxe alívio aos viajantes. O primeiro sítio a receber os viajantes tinha uma pequena casa de madeira, feita com traves de pinheiro, e uma pequena cabana servia de cozinha. Ao redor uma horta com couves e outras hortaliças e pessegueiros. Foram servidos de carne seca de anta, que *“tinha gosto perfeito de carne defumada hamburguesa”* (p.32), de porco do mato, de pinhão cozido e de bolo de milho.

Seguindo viagem, já conscientes da existência de área mais habitada, outro som, o do galo *“o profeta de um princípio da civilização”* (p.34), e no alto de uma colina a vista de outra estância. A habitação era feita de grossas tábuas de pinheiro e paredes de barro. O casal era de origem indígena, entre os habitantes mestiços de índios e brancos. Avé-Lallemant não pode afirmar com precisão as relações de miscigenação, e *“aquela gente tinha a rudimentar estância em comum e tudo entre eles parecia em condomínio”* (p.34). Sua impressão da casa principal onde *“só uma porta dá entrada e nenhuma janela deixa penetrar a luz [...] crepitava e chamejava o fogo lançando a sua luz vermelha sobre o pequeno mundo índio-brasileiro”* (p.35). Devaneia sobre as diferenças entre a Europa e a incivilização da Província do Paraná: *“como está a civilização européia longe de semelhante choça, de semelhantes moradores da mata!”* (p.35). Assim como Saint-Hilaire, Avé-Lallement tem nos seus transcritos, para a descrição das paisagens, relações economico-sociais entre outros aspectos como parâmetros de valores da civilidade européia.

Observa-se nos primeiros encontros com os habitantes da região e na explicação sobre a expedição que tinha atravessado as matas, a constante pergunta a respeito dos bugres<sup>26</sup>,

há alguma coisa de terrível na luta entre esses homens-animais da selva e o civilizado da colônia! Por menos numerosos que sejam os primeiros e por menos civilização que tenham os últimos, não se pode pensar em transição de uns para outros, em nenhum tráfego, acordo ou conciliação (AVÉ-LALLEMANT, 1995 [1858], p.35).

A viagem segue atravessando o rio do Meio e a única palavra que parecia imperar era “o mate”. Burros carregados de mate, muitos habitantes espalhados ocupados em “fazer mate”. Mate era “*a senha no planalto, nas terras baixas, na floresta, no campo. Nos distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com mate, madraceia o dia com o mate e com o mate adormece*” (p.38). De acordo com Pereira (1996), a produção do mate era desenvolvida por produtores artesanais autônomos, estando qualquer pessoa adulta habilitada a produzi-lo. As técnicas de beneficiamento eram de domínio público e não exigiam uma concentração de capital, pois os arbustos de mate eram nativos e disseminados na região.

Descreve detalhadamente as árvores do mate - as folhas que havia colhido serviam como modelo para a sua descrição - e ressalta que, para um botânico, eram parecidas com a *Ilex aquifolium* nórdica. Complementa com o processo de colheita, de fabricação e de sua comercialização. Sobre o poder do mate como elemento de sociabilização relata que este é “*um símbolo de hospitalidade, um sinal de reconciliação, tudo o que em nossa civilização se compreende com amor, amizade tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servi-lo e tomá-lo em comum*” (p.39). Revela que o gosto, “*ligeiramente amargo e aromático, é sui generis*” (p.40). Por fim conclui “*o bebedor de mate constrói o seu próprio mundo político e sozinho, diante da sua cuia de mate, é mais feliz do que se estivesse sentado num café*” (p.42).

A diferença de sensações topológicas, dos espaços apertados nas florestas para a amplidão do campo foi recebida de maneira prazerosa. Várias são as paisagens dos pessegueiros florescendo, “*flores de pessegueiros e colibris, o mais gentil epistalâmio que em*

---

<sup>26</sup> A palavra “bugres” significa índios selvagens que habitavam as florestas.



*qualquer parte possa produzir*” (p.45), gados dispersos no campo, araucárias e pessegueiros. Porém uma cena singular de um arado lhe chamou a atenção: *“a passos tranquilos e graves, vinham dois bois encangados, atrelados a um arado [...] era a primeira vez, em minha vida americana de muitos anos, que via um arado trabalhando, embora tenha vistos sinais nas colônias alemãs”* (p.49). Na Europa, a técnica do uso do arado era preponderante e a queimada era considerada uma maneira primitiva aplicada em todo o Brasil nas regiões de floresta, sendo o fogo um grande aliado para a destruição da floresta e das qualidades naturais. Tal fato é ressaltado por Freyre (Apud MARTINS, 1955) em que a técnica da queimada é destrutiva, predatória e de domínio absoluto.

A expedição seguia rumo ao norte, e a monotonia da paisagem transparece na sua descrição:

...a região conservava sempre a mesma fisionomia [...] descortina-se, até onde a vista alcança, um desordenado campo de relva, mesclado com muitas singenesias, paisagem erma, sem alegria [...] ora aqui, ora ali, aparecem araucárias [...] em alguns pontos do horizonte, uma serra azul; os olhos aprazem-se com vivos contornos dos montes distantes [...] a mata monótona e as profundas baixadas não oferecem variedade (AVÉ-LALLEMANT, 1995 [1858], p.53).

A viagem atravessou muitos distritos, porém Avé-Lallemant observa a falta de habitabilidade nas regiões de Campo Comprido, Campo do Tabuado e Campinho. Um cortejo festivo lhe chamou a atenção: várias pessoas a cavalos, com trajes coloridos; era um casamento. O cortejo voltava da igreja de São José, que distava nove léguas do distrito. O viajante descreve São José como *“uma bonita freguesia, uma ladeia com casas regulares e vistosa igreja [...] uma enorme paróquia, mas de população muito escassa”* (p.58). Questiona as distâncias, tanto da igreja quanto da escola, e imagina que podem estar relacionadas com a “ignorância” encontrada, e finaliza: *“muita coisa deixa o europeu atônito”* (p.58). A idéia de urbanidade européia tinha como parâmetros elementos necessários como as instituições de ensino de prática religiosa para o desenvolvimento de uma comunidade. A partir de São José, o caminho desce a serra ao encontro do rio Grande. Deste ponto verificou-se o aumento de estâncias, e lavouras e depois de um outeiro avistava-se Curitiba, *“numa grinalda de pessegueiros em flor [...] e descemos para o aprazível lugar”* (p.59).

Robert Avé-Lallemant, em 1858, vindo da colônia Dona Francisca em Santa Catarina, percorreu caminhos e épocas sazonais diferentes das de Saint-Hilaire, fato que transparece nas suas descrições. Ao invés de paisagens campestres, a mata, ainda a desbravar, era um desafio para a expedição. A primavera propiciava uma paisagem olfativa peculiar de amaryllis, orquídeas, bromeliáceas, e dos pessegueiros em flor, não-registrada pelo botânico.

O desbravamento de áreas pioneiras, a chuva, a falta de locais habitados e de alimentos trouxeram vários transtornos no trajeto até a Capital da Província do Paraná. A visão de áreas possivelmente habitadas e da chegada ao planalto deu-se pelo surgimento das araucárias, imagem que prenunciava uma aproximação da Capital. Sensações topológicas das paisagens fechadas das matas em contraste com a amplidão e monotonia dos campos são descritas.

No seu percurso encontra alguns locais habitados e, muitas vezes, sente dificuldade em estabelecer a origem da mestiçagem dos habitantes, porém assinala a distância da civilização européia. Revela que o mate era o principal elemento de definição espacial, social e temporal. Descreve detalhadamente as árvores do mate, as folhas, o processo de colheita, de fabricação e de comercialização, além de observar o mate como elemento de sociabilização. Ianni (1988) demonstra que cada uma das fases da economia implica em um tipo histórico-econômico de sociedade, e a época da viagem de Avé-Lallement poderia estar no auge da atividade sazonal do mate. O estudo de Pereira (1996) demonstra as várias implicações de um reordenamento economico-social realizado pela burguesia do mate.

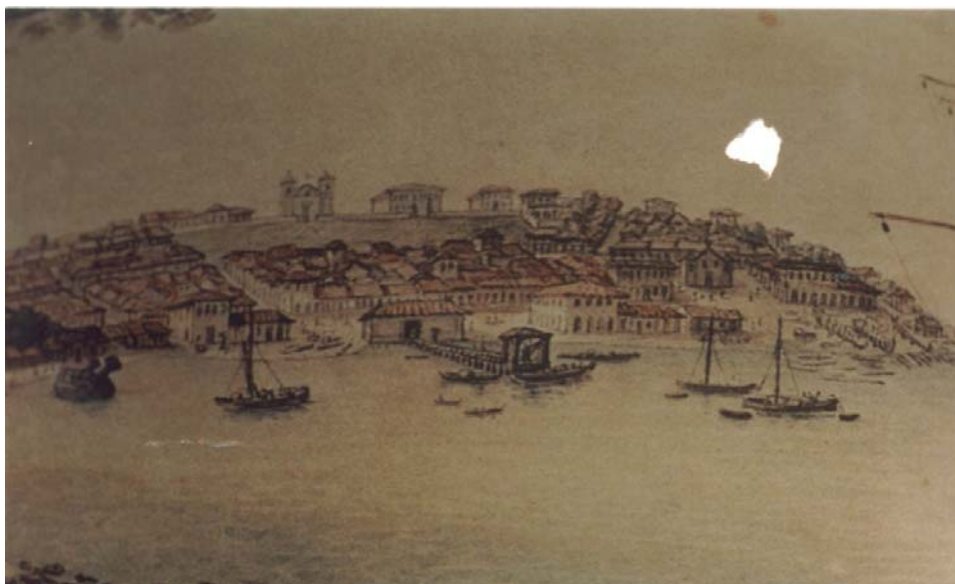
### 1.3 PAISAGENS APREENDIDAS DE UM CAÇADOR

Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1845–1890) integrava uma equipe de dezessete engenheiros ingleses e suecos contatados pela *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition* que tinha como finalidade a demarcação de uma estrada de ferro. Sua permanência no Brasil deu-se no período de junho de 1872 a abril de 1875, tendo 26 anos ao percorrer a Província do Paraná. Engenheiro formado pelo King's College, em Londres obteve experiência e currículo para integrar a expedição na construção das docas de Postsmounth. Segundo Carneiro, em nota introdutória ao livro traduzido, já existia a pretensão de publicar seus apontamentos sobre o Brasil, dada uma carta dirigida ao livreiro John Murray que submeteu ao editor da Albemarle Street.

A equipe inicial foi dividida em quatro grupos, cada uma constituída de três engenheiros e um cartógrafo. Os grupos I e II seguiriam para a Província do Paraná, o primeiro dos quais operaria entre Curitiba e a Colônia Teresa e o segundo faria levantamento de parte do Vale do Ivaí, entre a Colônia Teresa e a Corredeira de Ferro. Os grupos III e IV explorariam a região entre Miranda e a Corredeira de Ferro, subindo o rio Paraguai. Bigg-Wither fazia parte do grupo II. Vindo do Rio de Janeiro ao porto de Paranaguá percorre trajeto diferenciado de Saint-Hilaire e Avé-Lallement. A Figura 1.2 mostra a paisagem de Paranaguá vista do mar e reproduzida por Debret, e Bigg-Whiter assinala que “*a baía era bonita embora não fosse comparado com a do Rio*” (BIGG-WHITER, 1974 [1872], p.60).

De Paranaguá devia seguir para Antonina da qual partia a estrada para Curitiba. Apesar de existir uma ligação via Morretes, o caminho era estreito, destinado somente a mulas, fato que inviabilizaria cerca de quarenta toneladas de material. Paranaguá, à primeira vista, parecia ser uma cidade insalubre, cercada de brejos. Até a Serra do Mar parecia um imenso pântano. De outro lado da baía, o terreno era montanhoso, com solos cultivados em pequena extensão. A primeira impressão de Antonina é que seria para os ingleses uma aldeia:

continha uma rua principal e dela partiam pequenas ruelas ou becos em angulo reto, “as casas, na sua maioria térreas, eram construídas de pedaços de pedra trazidos do Rio como lastro, depois de sobrepostas em seco eram cobertas de argamassa e cal. Poucas janelas eram envidraçadas [...] e não se via nenhuma chaminé por cima dos telhados...ao lado sul da cidade, no alto de uma pequena colina, assentava a igreja [...] este era o principal edifício do lugar, no qual a arquitetura não teria saído de sua forma primitiva, ou seja quatro paredes e um telhado [...] não obstante a simplicidade de suas construções particulares, Antonina, seria certamente classificada de lugarejo bonito e até pitoresco, situado entre terra e água, ao pé da gigantesca cadeia de montanhas, a Serra do Mar e nas praias da baía de Paranaguá [...] contava com talvez 1.200 habitantes dos quais grande porção eram alemães (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p. 65).



**Figura 1.2 – Paisagem de Paranaguá vista do mar – Debret (s/d)**

Fonte: Fundação Castro Maia. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.89.

Observa-se que na sua descrição refere-se à maneira de ordenamento e das técnicas construtivas locais e a sua comparação com as paisagens de pequenas vilas européias. Assinala a presença de um contingente significativo de alemães na cidade, os quais em 1870 eram os estrangeiros mais numerosos na região.

A viagem seguiu pela encosta da Serra do Mar, e a expedição avistou uma grande planície, com alguns bois pastando, e uma terra inculta, até a aldeia de São João. A partir deste ponto, iniciava a subida da serra que, apesar de ser tecnicamente bem traçada, conservava a inclinação uniforme de 1:16, construída de troncos de árvores preenchidos com lama. Em altitude, de cerca de 2.300 pés, vislumbrava-se uma paisagem prenhe:

víamos a nossa estrada que de longe parecia uma fita estreita e sinuosa [...] lá também estava a pequena aldeia de São João, como encerrada num nicho [...] a distância, as casas brancas de Antonina, brilhando distintamente e, ainda mais para a direita, as janelas das casas de Paranaguá, luzindo como diamantes [...] e a baía pontilhada de ilhas e alvíssimas velas de barcos (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p. 71).

Entre os relatos dos viajantes, Bigg-Whiter é o que faz descrições de paisagens vistas de pontos mais elevados e de certa distância. Desta maneira, são paisagens contemplativas que as descreve sem delas participar.

A expedição chega a uma parada de tropeiros, na verdade uma “venda”, que servia de ponto de pousada improvisada, de propriedade de um alemão, entre Curitiba e Antonina. Pela manhã, o capim coberto de geada branca, indicava um clima completamente diferente do das terras de laranjeiras, palmeiras e bananeiras antes vislumbradas. A frescura do ar fez lembrar as manhãs de outubro da Inglaterra.

Descreve a região como uma “vasta planície ondulante, quase inteiramente coberta pela copa verde-escura dos pinheiros” (p.73) e, muitos destes tinham “dimensões gigantescas, medindo cerca de 20 a 22 pés de circunferência e 120 a 140 pés de altura que estendia a uma copa abundante de galhos e folhas de 35 a 40 pés de diâmetro [...] visto à distância, dava a impressão de uma floresta de cogumelos” (p.73-74).

A próxima parada, nas serrarias do Sr. Rebouças, observou surpreso que a força motriz era a vapor e não a água, apesar do grande potencial dos rios na região. Conquanto parte da expedição se hospedarem na serraria, Bigg-Wither e Faber seguiram viagem a Curitiba, para providenciar acomodações na cidade. Deixada para trás a zona dos pinheirais tinham um campo aberto, plano e alagadiço.

A incursão na capital da Província deu-se depois do anoitecer, pelas ruas fracamente iluminadas, até um hotel também de propriedade de um alemão. Nesta época, Curitiba contava com lampiões para a iluminação pública à base de azeite de peixe. Deste ponto em diante separaram-se os grupos I e II; este último teria mais duzentas milhas para o oeste, cujo destino era a Colônia Teresa. Faziam parte deste grupo Bigg-Wither, Curling, S. e o sueco Lundholm. A incursão teve início, após dias de preparação, com uma tropa composta de vinte e três muare.

A estrada seguia através de uma campina quase plana, em uma rede de trilhas estreitas. “*Viam-se de longe, em longe, algumas cassa e choupanas de madeira, à margem da estrada, habitadas por campeiros e tropeiros*” (p.86). Na primeira noite no acampamento o frio era intenso. A região era dividida entre mata e campina, esta muito enxarcada. Bigg-Wither para distrair-se, resolveu caçar algumas narcejas, já que a tropa ia a passos lentos. Uma clareira serviu de local para o acampamento. As narcejas no espeto serviram de ceia. Enquanto observava seus acompanhantes, devaneia sobre a inadaptabilidade do trabalhador europeu às contingências: “*começava a perceber que o erro em que havíamos incorrido trazendo esses europeus [...] eles iriam mais atrapalhar-nos que ajudar-nos no serviço*” (p.90).

Observa a grande mudança de temperatura na região, durante o dia cerca de 65 graus à sombra e de manhã as marcas de geada. No dia anterior ainda haviam avistado “*algumas casas (umas afastadas das outras), chácaras e ranchos pobres, algumas vendas que vendiam cachaça feita de cana-de-açúcar*” (p.90). Porém, quanto mais distante da capital da Província, menor era o sinal de habitabilidade. A região apresentava água em abundância. Neste dia, a caçada resultou em uma codorna sul-americana que os tropeiros chamavam de perdiz.

Chegaram ao limite ocidental do planalto de Curitiba, erguendo-se o penhasco da “Serrinha” de elevação média de 800 a 1.000 pés. Sua distância da Serra do Mar era de umas 40 milhas. A estrada seguia ziguezagueando pelo desfiladeiro, cheio de pinheiros gigantes. Tal paisagem fazia lembrar a Ilha de Wight. Assim como outros dois viajantes, a descrição de paisagens remete às paisagens conhecidas como maneiras de compor o imaginário do que é visto.

Esta região não apresentava nenhum sinal de agricultura, ao contrário do que ocorria nas imediações de Curitiba. Outras espécies de aves complementavam a região da Serrinha: pica-paus, papagaios, periquitos de várias cores, além do corvo brasileiro. Bigg-Wither sentia certa agradabilidade: “*as copas eram planas e enormes dos pinheiros, sobre as nossas cabeças, formavam uma alameda fresca e sombria, que tanto o homem como o animal achavam refrescante*” (p.93). A parada deu-se em um ponto alto do penhasco, e o autor descreve tal panorama envolvente da paisagem:

Para o lado sul e do sudoeste, estendia-se vasto mar de relva dourada que se perdia de vista, ondulando em vagas gigantescas até o profundo Vale do Iguaçu [...] do outro lado diminuindo gradativamente até o céu e o terra confundirem e se perderem na distância [...] surgiam apenas algumas árvores raquíticas, vendo-se aqui e ali alguns pinheiros a refletirem nos cursos d'água que cruzavam as campinas...além disso, a grande planície não apresentava um só marco onde os olhos pudessem repousar [...] para o lado do oriente e do sul, estendia-se a linda planície coberta de florestas do planalto inferior, limitado ao longe pelos picos azuis da Serra do Mar [...] pequeno arraial chamado Campo Largo, era visto escondido entre duas faixas de mata, a umas oito ou dez milhas de distância, dando à cena um ar de vida sem o qual seria incompleta (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p.94)

A vista relembra uma parte do Kent ou Sussex, porém a vastidão impressionava, dando idéia do ilimitado. A existência de poucos marcos visuais, a Serra do Mar como elemento de limite e o pequeno arraial como fragmento de habitabilidade são referências de contrastes na paisagem dos campos: “*na nossa viagem do litoral para o interior, não podíamos nos queixar de monotonia do cenário*” (p.95).

No acampamento, o céu estrelado e claro, aos poucos se tornara escuro e turvo: “*é o campo que está queimando [...] o fogo estava a muitas milhas de distância, mas avançava com velocidade surpreendente*” (p.98). A paisagem sonora da queimada também é descrita:

o ronco agora se tornava mais nítido e, por intervalos, explosões surdas se ouviam, causadas por árvores e troncos, e bramiam através do terreno intermediário com o troar de um canhão [...] o crepitar do capim incandescente e os estalidos das árvores afugentavam as aves de seus esconderijos [...] explosão seguida de explosão, em veloz sucessão [...] ao forte ronco, que na última hora era ouvido implacavelmente, sucedeu o silêncio sepulcral (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p.98-99).

Observa-se nos relatos que a apreensão do espaço, apesar do predomínio da visão, outros sentidos como o olfativo e o auditivo são incorporados na percepção dos viajantes.

No primeiro reconhecimento do campo, um veio de argila mostrava que o barro era puro. Observa que toda essa matéria-prima destinada à cerâmica, naquela época, era importada da Europa. Um olhar racionalista que instrumentaliza a natureza, no sentido de questionar a não exploração de riquezas naturais existentes. Pelas características do solo, a campina parecia pobre, “*esta região jamais poderia ser transformada em terra arável, pois até*

*o capim era duro ali parecia sofrer por falta de nutrição*”(p.102). Bigg-Wither chega à planície que, na noite anterior, tinha sido queimada. Registra, no seu diário, a causa: *“elas são incendiadas por fazer parte de uma operação agrícola, feita no mês de agosto, cada dois ou três anos. Desta maneira o capim novo engorda o gado rapidamente, juntamente com o sal, para facilitar a digestão”* (p.103), e nas suas observações finais, relembra a noite anterior e devaneia *“uma simples operação agrícola pode ser um espetáculo impressionante”*(p.104).

O próximo local de acampamento *“parecia um oásis no deserto”* (p.105), contrastando com a região circundante, uma gruta flanqueada de pinheiros mostrando um recinto como se fosse um parque. Por outro lado, sobre o campo reflete *“sentíamos que em geral faltava um relevo à identidade perpétua da cor e um colorido da forma”* (p.105). A viagem seguia e a tropa estava comprometida somente até Ponta Grossa. Durante o caminho, algumas vezes avistavam sinais de civilização. Um aglomerado pequenino surgiu no campo. Era a cidade de Palmeira, situada no vale superior do principal braço do rio Tibagi. Adiante, situada em um ponto extremo de uma linha divisória de águas, entre dois vales, surgia a cidade de Ponta Grossa (Figura 1.3).



**Figura 1.3 – Detalhe de Ponta Grossa – Debret (1827)**

Fonte: Coleção Marques de Bonneval. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.89.



Uma paisagem de casas brancas e quadradas dispostas em seus outeiros. “O aparecimento de uma grande cidade no meio dos campos desertos [...] parecera-nos tão curioso e incongruente quanto o aparecimento de uma aldeia florescente no meio das planícies áridas do deserto da Saara” (p.117). Um detalhe da gravura de Debret de 1827, aproximadamente 45 anos anteriores à descrição de Bigg-Whiter, observa-se a centralidade da igreja e algumas poucas moradias implantadas ao seu redor (Figura 1.3). A primeira impressão da cidade é descrita:

Chegado aos arredores da cidade passando pela primeira casa, construída no mesmo estilo intensamente moderno que víamos adotado nos subúrbios de todas cidades visitadas até aqui por nós no Brasil. A fachada pode ser descrita como um paralelogramo pintado de branco e adornada de pilastras lisas, de vitrais...e de venezianas verdes ortodoxas. O proprietário desta mansão era um dos sócios da loja principal da cidade (BIIG-WITHER, 1974 [1872], p.118).

Relata um breve histórico da cidade. Inicialmente eram terras que pertenciam a um único proprietário com fazendas de criação de gado. As casas grandes eram construídas em pontos mais elevados, com o fim de se obter uma vista de todo o território. Ponta Grossa se desenvolveu como entroncamento comercial entre Curitiba e as populações mais afastadas do Oeste. Naquela época, contava com uma população de 4.000 hab., somada com Conchas, uma colônia à beira do Tibagi. “*Seus edifícios e ruas não ofereciam nada notável. Havia, naturalmente, a habitual praça grande, com uma igreja de paredes caiadas de branco a uma extremidade, e as casas, na maioria, eram de um pavimento*” (p.120).

Registra um divertimento popular denominado “passeio” que era observar os “estranhos”. Tal costume fazia parte também dos índios selvagens do sertão do Ivaí. Os brasileiros diziam que era uma atitude de dar boas vindas e, quanto aos índios, confessavam que era para satisfazer a sua curiosidade. No entanto, a recepção em Ponta Grossa tinha como objetivo saber da possibilidade da estrada de ferro passar próximo à cidade.

Sabendo da existência de um morador compatriota, a visita era a programação do dia seguinte. Ao aproximar, observou a primeira tentativa de cultivo naquelas terras: “*uma área de cerca de dois acres em frente da casa [...] ostentava vegetação verde e brilhante [...] era uma plantação de centeio ainda nova e o terreno preparado e arado à moda inglesa*” (p.121). Para se chegar a casa passava-se por um laranjal todo carregado de frutos dourados e maduros. A conversa com o Sr. Edenborough demonstrou as dificuldades e investimentos

necessários para tornar as terras cultiváveis naquelas regiões de campina. E a possibilidade de loteamento não traria o retorno do investimento inicial.

Parecia senso comum que as terras de campina eram propícias à criação de gado e as áreas mais ricas de florestas destinadas à agricultura. Durante a estada na região, Bigg-Wither registrou um recorde dos mais altos e dos mais baixos graus de temperatura ocorridos em 24 horas. De 17 a 24 de Agosto a média diária era de 44 a 72°F (6,6 a 22,2° C), correspondente aos primórdios da primavera na Inglaterra. A hospitalidade do país também é ressaltada como “lei tradicional”, “*que une todas as classes por igual*” (p.126).

Os relatos de Bigg-Wither são acompanhados por um mapa da Província que diferencia dois aspectos básicos, a floresta e o prado. No intervalo existe uma faixa neutra que, segundo o viajante, “*representa parte importante na prosperidade da província*” (p.134), que poderia dar-se pela agricultura ou pecuária. A inserção dos vastos campos, apesar da monótonia, produzia uma paisagem de “*grandes planícies ondulantes e de horizontes ilimitados*” (p.135).

O mate era encontrado nos campos em abundância, parecido com o azevinho inglês. O local seguinte do acampamento era a pequena povoação do Ipiranga. Próximo às barracas, o “monjolo” - pequena máquina de triturar o milho para transformar em farinha - chamou-lhe a atenção. Descreve como curiosidade o seu funcionamento movido por força hidráulico.

Após atravessar o rio Bitumirim, por quase duas léguas, a paisagem era de uma floresta subtropical brasileira: “embaixo da floresta de pinheiros crescia outra de caráter distinto [...] composta de árvores de crescimento tropical [...] espécies de arbustos da família da murta, palmeiras delgadas, samambaias gigantes e uma confusão de cipós” (p.142). O itinerário continua pela Serra dos Macacos, que divide os rios Ivaí e Tibagi, até uma área conhecida como Campinas Belas, propriedade do Sr. Andrade. Bigg-Wither a descreve:

consistia numa pequena sala de madeira de 14 por 12 pés, com portas em cada parede, dando para outros compartimentos [...] o soalho era de chão batido e no meio da sala havia uma mesa solitária. Sem janelas [...] a claridade penetrava somente através das frestas da parede e pelo telhado [...] em volta das paredes, feitas de tábuas com formato igual a dormentes de linha ferroviária, ficando o lado convexo do lado de fora, estavam pendurados todos os objetos necessários aos serviços diários dos moradores (BIGG-WITHER, 1974 [1875], p.151).

Registra com espanto um costume de deixar as “filhas guardadas”, fechadas em casa até que fossem escolhidas pelos futuros maridos. Além da hospitalidade, de serem servidos de leite fresco, pequenas xícaras de café, um jantar composto de “caldo”, feijão preto, couves cortadas em tiras e farinha, leite coalhado com açúcar, cachaça e água. Tal refeição poderia ser considerada como típica dos fazendeiros da região.

Campinas Belas situa-se cerca de 3.300 pés acima do nível do mar, sendo o ponto final da expedição a Colônia Teresa, de pouco mais de 1.600 pés. Durante o percurso, a paisagem era de densa floresta, tomando *“um caráter mais tropical à proporção da descida”* (p.159). A tropa passa por remanescentes de uma estrada e por duas choupanas, que segundo os tropeiros eram de índios semi-selvagens, os Coroados que habitavam diferentes partes do Vale do Ivaí.

A passagem por Curitiba já havia completado um mês. No último dia de jornada, em face da natureza densa da floresta, não era possível a visualização do entorno. Um dos tropeiros guia Bigg-Wither para um panorama que ficou impregnado na memória do viajante *“era uma vista maravilhosa, especialmente por ter surgido de modo inesperado”* (p.161):

magnífico panorama de floresta virgem, cobrindo uma extensão não inferior a 1.500 milhas quadradas, compreendendo todo o Vale do Ivaí, desde a Colônia Teresa até o grande anfiteatro rodeado de montanhas cobertas de vegetação [...] pareceu que o caminho das mulas serpeava ao longo da beira de um profundo precipício (BIGG-WITHER, 1974 [1872],p. 161).

A pequena aldeia era Colônia Teresa que seria o quartel-general da expedição. Parecia, à primeira vista (Figura 1.4):

um lugar ideal para quem quisesse ficar entregue às próprias rumações, parada e muda como um túmulo [...] avistei logo uma capela, mais em estado de ruína, situada no alto de um morro, perto do centro da aldeia [...] o que nos disseram acerca da pobreza e miséria da Colônia Teresa não fora exagero [...] podia ver algumas casas de barro e de madeira, que não excediam a doze [...] fiquei surpreso ao saber que contava com 400 habitantes, afora cerca de 40 índios mansos que viviam na própria aldeia (BIGG-WITHER, 1974 [1872],p. 161-168).



**Figura 1.4 – Vista da Colônia Tereza do Alto do Rio Ivaí  
- William Lloyd (1872)**

Fonte: Coleção Particular. In: In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.177.

Bigg-Wither chegou à Província pelo porto de Paranaguá, percorrendo trajeto diferente do de Saint-Hilaire e Avé-Lalement. Talvez pela sua formação técnica, suas observações detalhadas da pequena cidade como Antonina (que para os ingleses teria o aspecto de uma aldeia) desde o tipo de arruamento até a descrição de materiais construtivos dos edifícios e casas, são relatadas. O trajeto consistia de Paranaguá a Antonina e depois Curitiba, pela encosta da Serra do Mar. Seus relatos são mais pragmáticos contendo anotações técnicas detalhadas que poderiam ser uma das maneiras de dar maior veracidade às suas informações. Desta forma, as descrições eram acompanhadas de distâncias entre as vilas, registros de temperatura, dimensões de copas de árvores, altitude dos lugares, inclinações de terrenos que eram constantemente calculadas.

Comparações de paisagens européias com a Ilha de Wright e parte de vistas de Kent ou Sussex serviam de referências espaciais. Muitas das descrições das paisagens são realizadas a uma certa distância do observador como a paisagem que se abarca em um lance de vista. Dessa forma, ele reproduzia as paisagens também com esforços da imaginação utilizando referências conhecidas. A paisagem do campo monótona e monocromática era descrita com sensações de paisagens envolventes, além da paisagem sonora peculiar da queimada. Reitera que, apesar de existir matéria-prima em abundância na região, desde a possibilidade de utilizar os rios, o solo, a argila, a agricultura e a pecuária, pouco se fazia para a produção, tudo são anotações por um olhar racionalista que revelam os aspectos de incivilização da Província.

## 1.4 SOBREPOSIÇÕES DE PAISAGENS APREENDIDAS DE CURITIBA

Os três viajantes Saint-Hilaire [1826], Avé-Lallement [1858] e Bigg-Whiter [1872 - 1875] têm registros da Capital da Província em seus relatos. Por meio de suas descrições da cidade pode-se visualizar o início da formação de Curitiba e de suas transformações espaciais. Saint-Hilaire (1995 [1826]) descreve a instalação de Curitiba em uma das partes mais baixas de uma vasta planície ondulada e a caracteriza da seguinte maneira:

A cidade tem uma forma quase circular e se compõem de duzentas e vinte casas, pequenas e cobertas de telhas, quase todas de uma só pavimento, sendo um grande número delas feitas de pedra. Cada casa, como em Minas e Goiás, possui o seu quintal mas nestas espécies de pomares, não se vê apenas bananeiras, mamoeiros ou cafeeiros, e sim macieiras, pessegueiros e se costuma plantar outras árvores frutíferas da Europa. As ruas são largas e bastante regulares, algumas totalmente pavimentadas, outras calçadas apenas diante das casas. A praça pública é quadrada, muito grande e coberta por um relvado. As igrejas são em número de três, todas feitas de pedras. A que mais se destaca é a igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora da Luz; ela é construída isoladamente na praça pública, mais perto de um dos seus lados do que dos outros, prejudicando a harmonia e sua regularidade. Vê-se em Curitiba duas fontes de pedra sem nenhum ornamento. Abaixo da cidade passam dois córregos, cujas águas são usadas pelos seus habitantes; um deles, que tem uma ponte feita de tábuas, corta a estrada de Castro. Além das três igrejas que mencionei, vê-se a uma centena de passos de Curitiba uma capelinha construída no alto de um outeiro que domina não só a cidade como uma parte da planície, e de onde se descortina uma bela vista (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p.106).

Segundo a descrição da época, Curitiba era composta de 220 casas, térreas e feitas de pedra, assim como outras cidades coloniais no início da formação dos núcleos do país, tendo três igrejas como elementos de destaque na paisagem. Diferem apenas pelas árvores frutíferas dos quintais, semelhantes aos dos europeus. Na aquarela de Debret (1827), reproduzida a partir da igreja do Rosário, pode-se observar as duas outras igrejas (a Matriz e a da Ordem), sendo considerada um dos primeiros registros visuais de Curitiba (Figura 1.5)



**Figura 1.5 – Vista de Curitiba – Debret (1827)**

Fonte: Coleção Particular. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.89.

Os rios Ivo e Belém são indicados como fontes principais de água. Também a regularidade das ruas e a falta de simetria da implantação da igreja matriz, na praça central, são apontados por Saint-Hillaire, em uma época em que o geometrismo e a ciência despontavam como referências importantes no Velho Mundo. A característica de uma praça “ideal”, no século XVI, é a de aproximação da regularidade de uma figura geométrica pura.

Sua impressão da cidade, durante a semana, era de uma cidade deserta. Sendo a maioria dos habitantes agricultores, sua atratividade acontecia nos domingos e dias santos. Conforme Reis Filho (1987), as casas urbanas, nesta época, eram utilizadas em ocasiões especiais, porquanto somente nas chácaras é que se poderia resolver o problema de abastecimento, tornando-as habitações características de pessoas abastadas; esse fato pode justificar a falta de vitalidade do núcleo.

Sobressai a comparação, com outras províncias visitadas, da pouca austeridade das casas cujas “paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das pequenas salas onde se recebia tinha apenas uma mesa e alguns bancos” (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p.107). Por outro lado, o comércio era bem abastecido de mercadorias vindas do Rio de Janeiro, para os fazendeiros do distrito. Em relação aos produtos exportados, a cidade enviava à Paranaguá, toucinho, milho, feijão, trigo, fumo, carne seca, além do gado que era vendido em

São Paulo e no Rio de Janeiro. O mate abastecia o mercado internacional sendo exportado para Buenos Aires e Montevideu. Pereira (1996) afirma que ao inverso das economias agrícola e pecuária, o mate centrava-se preferencialmente nas cidades provocando uma rápida urbanização<sup>27</sup> e novos arranjos sócio-econômicos.

Por outro lado, Avé-Lallement (1995 [1858]) se surpreendeu “*muito agradavelmente*” com a cidade de uns 5.000 habitantes, porém complementa, não com toda a ênfase inicial da primeira impressão do local:

Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma velha Curitiba, quando ainda não era capital de uma Província, mas um modesto lugar central [...] aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelo, cantos sujos e pragas desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na Segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração, embora não apareça nenhum grandioso estilo Renascença. (AVÉ-LALLEMENT, 1995 [1858], p. 62)

A descrição de Avé-Lallement reafirma a constatação de Pombo (1980) que, apesar de ser elevada à Capital da Província<sup>28</sup> a cidade ainda sofria dos mesmos problemas de quando era uma vila: muita lama, pouco calçamento, escassez de água e falta de saneamento e iluminação. Nos dias de muita chuva, a cidade se transformava em um imenso banhado. Os edifícios que indicam o processo de regeneração, apontados por Avé-Lallement (1995 [1858]) são o Palácio do Presidente da Província, “*modesto porém asseado*”(p.62) um quartel-general que é “*visto de longe e produz em belo efeito*”(p.62), a Câmara de Deputados, o Tesouro, enfim, “*Curitiba, a velha vila enfezada, marcha com energia para um novo desenvolvimento*” (p.63).

---

<sup>27</sup> Exemplifica as questões relativas à economia do mate e à urbanização de cidades no caso de Porto de Cima. Em 1830, quando se esgotaram os córregos disponíveis em Morretes para impulsionar rodas d'água, muitos proprietários começaram a abrir engenhos em Porto de Cima provocando uma rápida urbanização e tornando o município autônomo de Morretes. Com a decadência dos engenhos do litoral tornou-se um município fantasma e incorporou-se à Morretes (PEREIRA, 1996, p.11)

<sup>28</sup> Curitiba elevou-se à condição de Capital do Paraná em 26 de julho de 1854.

Descreve o festejo católico de 08 de setembro, dia da Virgem Maria, que acontecia na praça da igreja. Esta constitui *“uma grande campina verde de forma quadrada, emoldurada de casas térreas [...] no centro a igreja matriz da cidade [...] a multidão que estava na praça verde da igreja, na maioria em cavalos ricamente ajaezados, dava uma bonita impressão”* (AVÉ-LALLEMENT, 1995 [1858], p. 72).

Passados 50 anos após Saint-Hillaire, em 1872, as primeiras observações de Bigg-Wither (1974 [1872-1875]) sobre a capital da Província em seu primeiro passeio matinal pela cidade:

A cidade de Curitiba podia ter 9.500 habitantes, dos quais 1.500 eram imigrantes especialmente alemães e franceses. Ela, portanto, não ocupava grande extensão. As ruas seguiam as mesmas disposições peculiares às cidades estrangeiras. No centro havia uma praça, com 200 jardas talvez de um lado, achando-se a igreja em um dos cantos. Mesmo para esta cidade (capital de uma Província cuja extensão era maior que a da Inglaterra inteira), a arquitetura deste edifício era muito fraca. Somente em tamanho era superior aos prédios da circunvizinhança. O presidente da Província também morava ali. Sua casa, chamada de palácio, tinha três pavimentos, cômodos, mas de aparência simples. Estava localizada na rua principal e cercada de lojas [...] todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto que as menores estavam nas mãos de alemães (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p.77-78).

As referências espaciais na descrição de Bigg-Whiter (1974 [1872]) expõem que *“as ruas seguiam as mesmas disposições às cidades estrangeiras”* (p.77), imagem de um aglomerado urbano com certa regularidade. A igreja localizada em um dos cantos como se deslocada de simetria e sua *“arquitetura muito fraca [...] somente em tamanho era superior”* (p.77), destacando-se por meio de seu gabarito como edificação simbólica. Um aspecto diferente dos outros viajantes é a observação de imigrantes, principalmente alemães<sup>29</sup>, com atividades urbanas no comércio e pequenas indústrias.

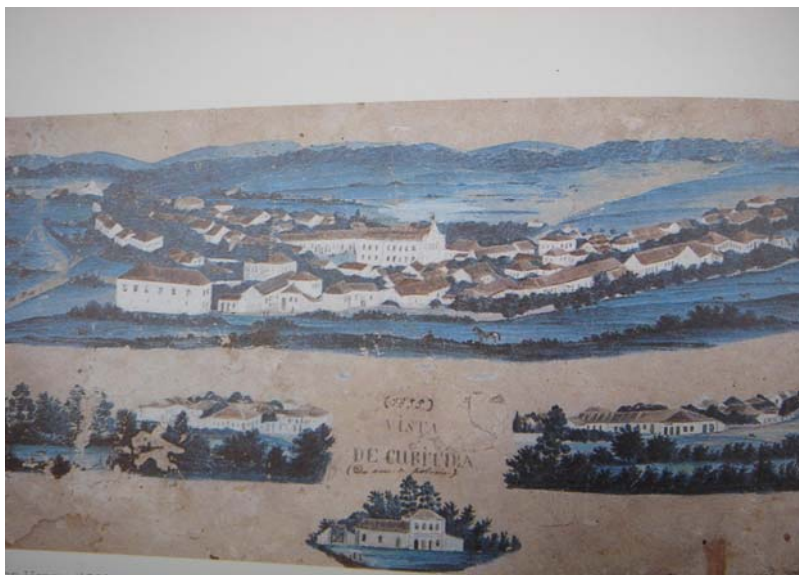
Sendo seu hobby a caçada, Bigg-Wither sai pelas redondezas da cidade para caçar narcejas, e observa a paisagem circundante na implantação da capital da Província em uma planície com as suas extensas pastagens contrastando com a verticalidade das aruacárias e delimitada pela Serra do Mar. Reitera sua horizontalidade e sua homogeneidade que dá a idéia de um local provisório:



Vimos que a cidade ficava em uma planície aberta, embora, à pequena distância do lado norte, começassem os pinheirais entremeados de pastagens. Para o lado sul, tudo era uma planície aberta de se perder de vista e tanto o lado do ocidente quanto do oriente eram de extensas pastagens [...] a falta de altas agulhas de torres ou de edifícios altos ou mesmo das usuais chaminés de Curitiba, vista de longe, aspecto muito diferente de uma cidade inglesa. Quase se podia classificá-la de aglomerado de tendas e cabanas, formando um campo de exército na expectativa de receber ordens de partir para outra localidade. O costume, quase universal, de pintar as casas de branco fortalece essa semelhança (BIGG-WITHER, 1974 [1872], p.79).

Em duas gravuras de John Henry Elliot pode-se observar a paisagem “caída” de Curitiba, uma das técnicas de salubridade utilizada nas cidades européias. A primeira de 1855 e a segunda de 1865 têm como destaque a torre da Matriz como elemento de referência na paisagem horizontal e homogênea das casas e a Serra do Mar a limitar o horizonte (Figura 1.6 e Figura 1.7).

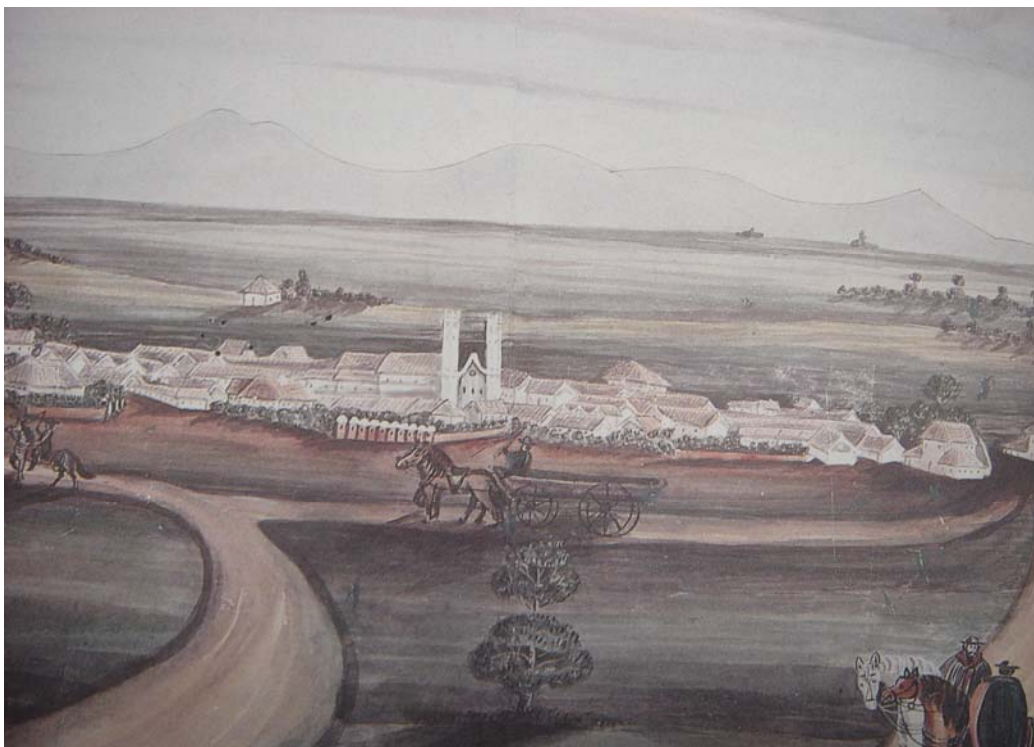
Uma visão dos arredores de Curitiba é registrada por Carlos Hünbenthal em 1888, a qual destaca as duas torres das igrejas: da Matriz e da Ordem. Observa-se a Cadeia Pública com dois pavimentos, o *roofscape* de telhas cerâmicas, a maioria de duas águas. Pode-se perceber uma distinção do urbano e rural na dispersão progressiva das casas do “rocio” com os lotes de dimensões maiores delimitados por cercas de madeira (Figura 1.8).



**Figura 1.6 – Vista de Curitiba (1885) – John Henry Elliot**

Fonte: Coleção Particular. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura. 1982. p.94.

<sup>29</sup> A partir da década de 1830, Curitiba recebeu um pequeno contingente de alemães reimigrados de Rio Negro e posteriormente de Santa Catarina e da imigração direta.



**Figura 1.7 – Vista de Curitiba – Jonh Henry Elliot (1865)**

Fonte: Coleção Mário Pimenta Camargo. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.95.



**Figura 1. 8 – Panorama de Curitiba – Carlos Hünbenthal (1888)**

Fonte: Coleção Particular. In: Pintores da Paisagem Paranaense, Secretaria da Cultura, 1982, p.104.

Saint-Hillaire (1995 [1826]) relata os vários acessos existentes e suas precárias condições. Primeiro, a estrada que atravessava a Serra de Paranaguá caracteriza-a dizendo *“poucas estradas são tão horríveis como essa à época de minha viagem”* (p.108). Segundo, o trecho da Província de São Paulo, ligação de Sorocaba à Curitiba, era uma estrada estreita e isolada. E por fim, para chegar a Lapa (antiga Vila Nova do Príncipe) era necessário atravessar via Sertão do Sul, *“área infestada de selvagens, onde a estrada não passa de uma sucessão de perigosos toleiros”* (p.109). Ressalta, ainda, a existência de outro caminho para Paranaguá que partia da paróquia de São José dos Pinhais<sup>30</sup> conectando o litoral à altura da Ilha de São Francisco.

Refere-se à Comarca de Curitiba, que na época compreendia, além da sede, as cidades litorâneas de Guaratuba, Paranaguá, Antonina, Cananéia e Iguape, e no planalto, Lajes, Castro e Vila Nova do Príncipe (atual Lapa). Lajes foi anexada à província de Santa Catarina e Cananéia e Iguape à comarca do litoral. A Comarca de Curitiba contava com 36.104 hab. em 1813. Acrescenta, em seus relatos, os limites e extensão do distrito de Curitiba, a oeste e noroeste por Castro, ao norte pelo de Apiaí, a leste pela Serra de Paranaguá, ao sudoeste pelo distrito de São Francisco e parte da província de Santa Catarina, e sudoeste por Lapa. Sua extensão de leste a oeste soma 28 léguas e de norte ao sul 40 léguas. À parte próxima ao distrito de Apiaí, ao norte, é praticamente deserta (SAINT-HILLAIRE, 1995 [1826]).

A população do distrito de Curitiba, em 1817, constava de 10.652 elevando-se para 16.155 em 1838. Refere-se à composição da população distinguindo a partir dos binômios: livres e escravos, brancos e negros, e seus relatos exaltam os preceitos de eugenia:

em nenhuma parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no distrito de Curitiba [...] pronunciam um português sem nenhuma das alterações e que são sinais da mistura caucásica com o indígena. De um modo geral são altos e bem constituídos, tem cabelos castanhos e a pele rosada; suas maneiras são afáveis, sua fisionomia é franca [...] as mulheres são delicadas do que todas as outras da região do império [...] são menos arredias e conversam agradavelmente (SAINT-HILAIRE, 1995 [1826], p.118-119).

---

<sup>30</sup> Em nota de rodapé, Saint-Hilaire comenta que esta vila é mais antiga. Porém em 1820 era uma paróquia dependente de Curitiba.

Esta impressão de composição majoritariamente branca não é apontada por Avé-Lallement (1995 [1858], p. 62): “ao que se vê na população, parece ser bastante mestiçada e em toda a parte aparecem linhas nítidas de genealogia indígena e africana na multidão”.

Saint-Hilaire (1995 [1826], p.115) adiciona o tipo de atividades exercidas naquela época na capital da Província: “havia no distrito de Curitiba 984 agricultores, 31 negociantes, 205 diaristas e 50 arrieiros [...] 1marceneiro, 11 carpinteiros, 8 serralheiros, 2 seleiros, 8 ourives, 5 oleiros, 1 pedreiro, 10 alfaiates e 12 sapateiros”. Como botânico detalha os vários tipos de cultivo, em Curitiba e, relata as fortes geadas no inverno, em contraposição ao calor intenso no verão. Em relação às árvores frutíferas ressalta o clima potencial para os pessegueiros e os plantios existentes de macieiras, ameixeiras, pereiras e nogueiras. Quanto aos vegetais cultivados na área, em grande escala, são: o milho, o arroz, o trigo, o feijão, o fumo, o linho e o mate, estes plantados nas redondezas de Curitiba.

As descrições dos viajantes e as gravuras que retratam o início da formação do núcleo demonstram paulatinamente a evolução espacial e a transformação de vila em Capital. Avé-Lallement descreve as duas naturezas da cidade: a da vila inicial, com suas casas de madeira e ruas não asfaltadas, e da capital da Província que delineia uma regeneração. Os elementos circundantes como a Serra do Mar, a implantação da cidade em uma planície, a imagem das araucárias sobressai como imagens prenhas. A regularidade das ruas, a não-simetria da praça central da Matriz, a imagem caiada configuram a paisagem inicial, definida pelos viajantes que a comparam com referências do mundo europeu.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na classificação de Massimi (1995), os relatos dos viajantes se enquadram como relatos estruturados em *forma de diário*, na base dos conhecimentos importantes observados; como *cartas narrativas*, no intuito de fazer emergir a personalidade e os valores culturais e sociais que são utilizados para interpretação da nova realidade; e por fim como *tratados científicos*, no caso de Saint-Hillaire e Bigg-Whiter que contêm observações sistematizadas da vegetação e descrição da natureza existente.

Quanto aos tipos de olhares, os três viajantes apresentam o olhar *renascentista* com a finalidade de ampliar o saber do novo mundo e registros para a divulgação dessas descobertas. Porém, emerge das descrições, o olhar *racionalista* que, instrumentaliza a natureza na busca de explicação e utilidade, pois observa-se que são identificadas e questionadas constantemente nos relatos, a existência de riquezas naturais não exploradas.

As descrições demonstram aspectos diversos de paisagens apreendidas que compõem as paisagens no início da formação da Província do Paraná e de Curitiba. Observa-se que os três viajantes tinham objetivos diferentes para percorrer o território. No entanto, pré-existia a intenção de tornar público seus relatos, em uma época que a Europa descobria outros continentes e civilizações. Assim, as anotações qualitativas e quantitativas contêm a visualização de terras imaginadas por europeus e de uma civilização ainda pouco conhecida. Verifica-se a constante comparação das paisagens com as de suas terras de origem, como estratégia de compor referências àquelas paisagens descritas.

Suas narrativas, muitas vezes, denotam um olhar crítico quando estabelecem comparação com sua cultura de origem. Belluzzo (1996) afirma que este olhar aponta os modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e identidades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam a si mesmo e o outro. A recuperação desse tipo de fragmentos impõe um percurso inverso ao dos viajantes, e a busca da memória faz reviver o mito de todas as viagens: a experiência do viajante que se perde em terra estranha e procuram encontrar referências que indiquem o caminho de casa, os sinais de identidade.

De maneira semelhante, Mazzoleni (1992) reitera que a definição do “selvagem” é, portanto, funcional principalmente na identificação da civilização ocidental, é como dizer que, discorrendo sobre o “diverso”, a Europa “falava” de si a si mesma, identificando-se.

Verifica-se o preconceito entre o Velho Mundo - civilizado, e o Novo Mundo – incivilizado: a existência de recursos e a sua não utilização, o elemento escravo, os índios além da preguiça latente dos habitantes e o seu desmazelo que se configuram no modo de vida. Deve-se ressaltar que, na época da colonização o trabalho braçal era associado ao trabalho escravo, significando uma atividade inferior. Além da economia ervamateira, de característica sazonal, portanto, trabalhava-se muito apenas em determinados períodos (PEREIRA,1996). Na época dos viajantes, os selvagens, ou bugres, faziam parte do imaginário divulgado na Europa e mesmo nas histórias dos moradores da província. Destarte, os três autores não tiveram conflitos com os indígenas aqui existentes. O contato amigável e de bugres “civilizados” são referência nas suas narrativas.

Na descrição das paisagens, a maneiras de ordenamento já define os preceitos europeus de ortogonalidade e simetria como elementos definidores de intervenção racional do homem sobre a natureza. Tais características são observadas desde o arranjo do arruamento das vilas, e da implantação da Matriz de Curitiba até as hortas e pomares alinhados refletem a idéia de organização. Entre os viajantes Saint-Hilaire enfatiza questões raciais como forma de definição do “Outro”, na correlação entre cultura e raça como elementos de formação de civilização.

Os relatos dos três viajantes, no entanto, reiteram uma orientação diversa de caráter eurocêntrico, segundo Mazolleni (1992), uma orientação “antropologizante” e que distingue entre o sagrado e o profano, entre o religioso e o civil, entre o fideísta e o científico, entre o dogmático e o racional, optando progressivamente pela segunda série de termos, e o Ocidente acaba por se diferenciar, em sua orientação, em relação às “outras” culturas com as quais entra em contato, entre os séculos XV e XVIII. Em partes dos relatos, esta comparação faz-se também entre os povos europeus, no caso de Saint-Hilaire, francês, entre os ingleses e alemães, ressaltando os aspectos positivos dos portugueses que caracterizavam fragmentos de uma “civilização” neste novo país.

Segundo Lowenthal (Apud RELPH, 1976) as paisagens são individualmente experienciadas por meio de lentes de atitudes, experiências e intenção e de acordo com as circunstâncias. Portanto, apesar de serem relatos de caráter subjetivo contêm informações sobre a configuração das paisagens iniciais da Província do Paraná, permitindo a percepção de visões geográficas, históricas, sociais e antropológicas assim como contribuem para caracterizar contextos vários. Relph (1976) refere-se aos escritos de Albert Camus sobre as paisagens de Argélia e define três componentes importantes na descrição: o lugar geográfico, as atividades e os significados são elementos de referência para a caracterização de determinados lugares.

Não havendo uma intenção na natureza a ser lida pelos homens, eles passam a apreender o mundo sensível que se apresenta como imagem da realidade. O caminho do conhecimento é reduzido aos sentidos. Desta maneira, a escolha dos atributos para dar a síntese do que é observado inclui não somente o que é visto, mas percebido e sentido. Na descrição das paisagens, cada autor utiliza referências de biografias espaciais já experimentadas, muitas vezes, fazendo comparações com paisagens européias. Verificam-se impressões diferenciadas de paisagens pelo fato de percorrerem caminhos e épocas sazonais distintas. Neste sentido, os relatos de viajantes podem ser estudados por recortes epistemológicos diversos, e referem-se a registros que contêm parte da gênese das paisagens da Província do Paraná e de Curitiba.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **1858, Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 114p.
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná 1974, 420p. (tradução, introdução e notas de Temístocles Linhares, nota bibliográfica de Newton Carneiro).
- BELLUZZO, Ana Maria (org). **Brasil dos Viajantes**. São Paulo: USP, n. 30,1996. 155p.
- \_\_\_\_\_. A Propósito do Brasil dos Viajantes. In: BELUZZO, Ana Maria. **Brasil dos Viajantes**. São Paulo: USP, n. 30, p.8-19,1996.
- IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil Meridional**. 2ed., São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988. 271p.
- LESSER, Jefrey. **A Negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo:UNESP, 2001. 344p.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Brasil**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada. 1955. 506p.
- MASSIMI, M. Visões do homem e aspectos psicológicos no encontro entre a cultura portuguesa e as culturas indígenas do Brasil, no séc. XVI. In: ALFONSO-GOLDFARB, A.M.. **História da Ciência: o mapa do conhecimento**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, p.143-15, 1995.
- MAZZOLENI, Gilberto. **O Planeta Cultural: para uma antropologia histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. 222p. (tradução Lílana Laganà e Helyo Lagabà Fernandes).
- PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. A Cidade de Curitiba no Discurso de Viajantes e Cronistas do Século XIX e Início do Século XX. In: **Revista de História Regional**. vol.1, nº1, Inverno, 1996. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v1n1/marco.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2004.
- PEREIRA, Magnus. **Semeando iras rumo ao Progresso**. Curitiba: UFPR, 1996. 184p.
- POMBO, J. F. da R. **O Paraná no Centenário: 1500-1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura do Brasil**. 6 ed.São Paulo: Perspectiva, 1987. 245p.
- RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 161p.



SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As Terras Inventadas**: Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: UNESP, 2003. 329p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 182p. (tradução: Cassiana Lacerda Carollo)



## ***CAPÍTULO 2***



---

## 2. PAISAGENS PROJETADAS

---

*Paisagens projetadas* são aquelas resultantes de códigos de posturas, legislações e planos que interferem diretamente na construção da paisagem. A análise de tais interferências pode ser realizada pelo viés histórico, no sentido não apenas cronológico, mas principalmente das ideologias dominantes na maneira de organização do espaço. Neste sentido “projetar” resulta em duas abordagens diferentes de concepção do espaço urbano, segundo os códigos de posturas e legislações de maneira prescritiva, e segundo os modelos como, por exemplo, o plano de Agache para Curitiba. Porém, ambos são baseados em posições ideológicas do que deve ser desejável para a cidade.

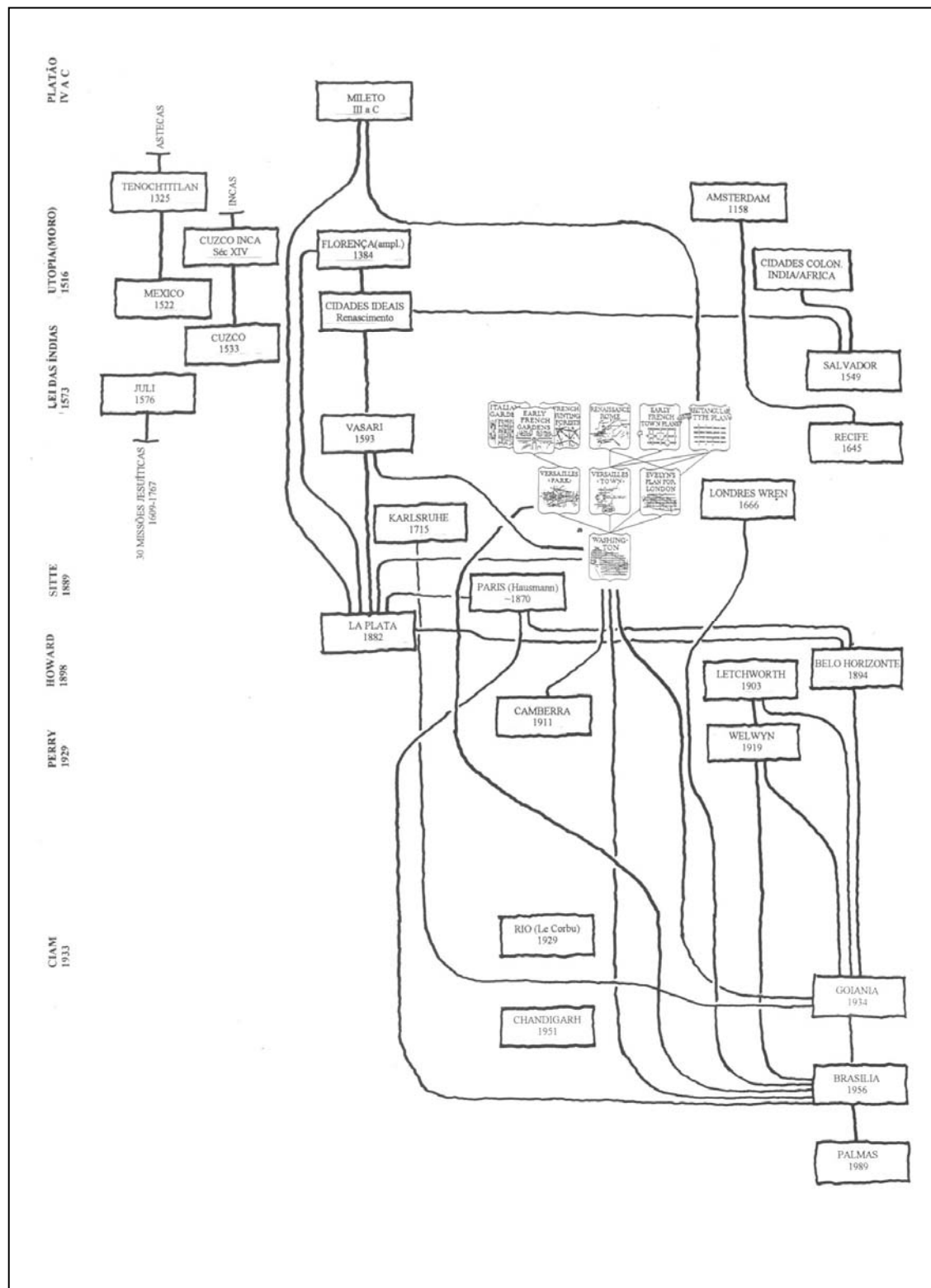
Preliminarmente, devem-se fazer algumas inferências sobre a questão dos textos configuradores do construído, seja de legislações ou seja de modelos espaciais. Especificamente, a abordagem de Choay (1985) trata do “mundo escrito” do espaço construído, que busca determinar as modalidades para a concepção de edifícios ou cidades futuras. A autora define duas categorias de textos: os realizadores e os comentadores. Aqueles têm por objetivo explícito a constituição de um aparelho conceptual que permite conceber e realizar espaços, um projeto a ser realizado ou que contribui para o mundo construído, e estes não têm a intenção de escapar do universo do escrito, porém exercem a função incitadora. Dentro da primeira categoria, a dos textos realizadores, incluem-se os chamados *instauradores* que seriam os tratados de arquitetura, as utopias e os escritos do urbanismo. Desta maneira, o tratado e a utopia seriam dois procedimentos de criação do espaço edificado, o primeiro como aplicação dos princípios e das *regras* e o segundo como reprodução de *modelos* (CHOAY, 1985).

Destarte, optou-se pela conformação das paisagens projetadas de Curitiba, tanto pela regra quanto pelo modelo. Choay (1985) abstrai o contexto para uma apuração real dos significados dos textos instauradores, inversamente, neste trabalho, o percurso teórico-metodológico insere o contexto da história das idéias e das mentalidades, para o entendimento das transformações espaciais nos caminhos do pensar e construir o urbano.

Para configurar o panorama, o das *paisagens projetadas*, utilizar-se-á dos trabalhos de Torres (1996) e Yamaki (1994) que diferem enquanto abordagem, porém a correlação pode definir questões da história das idéias em relação ao urbano e os projetos paradigmáticos resultantes. O primeiro faz uma revisão das principais temáticas e enfoques em diversas disciplinas, que historicamente têm-se constituído a literatura reconhecida como Urbana (Urbanismo, Sociologia Urbana, Geografia Urbana, História Urbana, Economia Urbana). A Figura 2.1 apresenta o quadro sinóptico geral da origem da interdisciplinaridade dos estudos urbanos que indica: os textos básicos, a origem disciplinar, as referências bibliográficas que se sobrepõem, e a base paradigmática sobre a construção do marco teórico. Dessa forma, para a sua fundamentação fazem-se necessária a interrelação entre a sociedade, a economia, a política e a história, e se encontra no fato de que as relações espaciais dão expressão e forma material à sociedade (TORRES,1996).

A metodologia de Yamaki (1994) denominada Morfo-genealogia, por outro lado, refere-se aos modelos paradigmáticos que, de certa forma, produziram suas genealogias nos planos das cidades novas brasileiras. Por meio da análise do gráfico resultante, pode-se definir a genealogia espacial das cidades, postuladas pelo próprio autor do projeto e teóricos que fazem correlações à sua gênese. Por exemplo, Brasília teria como concepção projetual, como consta no memorial descritivo do Arq. Lúcio Costa, aspectos do Piccadilly Circus, do Times Square, de Champs Elysee e da Rua do Ouvidor. No relatório do concurso, o júri faz referências ao plano de Christopher Wren para Londres de 1666, e as intervenções de Hausmann em Paris. Gallantay por sua vez, refere-se ao plano de Washington, e Bruand aponta similaridades com o projeto de Goiânia de 1934. Uma segunda leitura possibilita as ideologias dominantes como a Carta de Atenas promulgada em 1933, representativa na história do Urbanismo Moderno, e as referências das capitais brasileiras projetadas, Belo Horizonte por Araújo Reis, em 1894, e Goiânia por Atilio Correia Lima, em 1934 (Figura 2.2).





**Figura 2.2 – Diagrama de Morfo-genealogia**

Fonte: YAMAKI, 1994.



A partir disso, fez-se um quadro síntese adaptado a partir dos referenciais propostos e inserem-se os instrumentos de ordenação de Curitiba: as “correições” urbanas, o plano de Taulois (1855), o Código de Posturas de 1895, as diretrizes promulgadas para a construção da paisagem moderna, o Código de Obras de 1919, o plano de Agache (1941-1943) e o Plano SERETE (1965). Dessa forma, pode-se recorrer a uma leitura dos modelos paradigmáticos e da história das idéias como pano de fundo dos instrumentos que induziram a construção da *paisagem projetada* de Curitiba (Figura 2.3).

O povoado de Curitiba<sup>31</sup> compõe somente o panorama brasileiro no século XVII<sup>32</sup> tendo, no Paraná, apenas Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Apesar da imprecisão da data de sua fundação, oficialmente sua criação é em 1654<sup>33</sup>, cento e cinco (105) anos após a fundação de Salvador e nove (09) anos após o Recife dos holandeses<sup>34</sup>. A Figura 2.4 representa um detalhe do litoral do Paraná e faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar da inexistência da data, observa-se a indicação de rios como o Tibagi, Yapo e Rio Negro, e Curitiba e “Parnaguá” como aglomerações existentes.

---

<sup>31</sup> As primeiras referências de Curitiba datam de 1649 quando foi organizada uma expedição ao Campo de Queritiba, dirigida por Eleodoro Ébano Pereira para encontrar novas minas de ouro. Em 1850 há registros da criação de um pequeno povoado Vilinha, conhecido também como Vila Velha ou Arraial dos Cortês, às margens do rio Atuba e Bacacheri, núcleo inicial de Curitiba. No entanto, o núcleo inicial da vila definitiva foi em uma área entre os rios Belém e Ivo.

<sup>32</sup> Cronologicamente Reis (2000) define as cidades e vilas e suas prováveis datas de fundação, no Século XVI: São Vicente 1532; Salvador, Porto Seguro e Espírito Santo em 1535; Santa Cruz Cabrália, Ilhéus e Igaraçu em 1536, Olinda 1537; Santos 1545; cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos 1549; São Paulo 1554; Vitória 1551; Itanhaém 1561; Rio de Janeiro 1565; Iguape 1577; atual João Pessoa 1585; Cananéia 1587; São Cristóvão em 1590; Natal 1599.

<sup>33</sup> A respeito da fundação de Curitiba há uma lenda apontada por diversos historiadores que estaria vinculada às famílias dos bandeirantes Seixas, Soares e Andrade que teriam pedido a um cacique para que indicasse o melhor lugar para a instalação definitiva da povoação. Definido o lugar, os primeiros povoadores erigiram uma capela, local da Capela Metropolitana de Curitiba. Alguns historiadores atribuem o fato à Eleodoro Ébano Pereira, que teria fundado a primeira povoação em 1654, porém referências exatas e documentadas somente existem a partir do ano de 1661 (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, p143-145).

<sup>34</sup> De acordo com Castro (1954. p.85), verifica-se a semelhança da Holanda com o solo encharcado do Recife, as barragens naturais das dunas ou dos arrecifes. Algo familiar aos olhos dos holandeses, aquela paisagem da planície do Recife, com os linguados de areia, ilhas, mangues, braços de mar, arrecifes, deltas.









**Figura 2.4 – Detalhe do litoral paranaense (s/d)**

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Tem a sua implantação inicial nos moldes das cidades coloniais de referências portuguesas: “uma igreja uma praça, regra geral nas povoações brasileiras [...] além de abrigar o polé ou o Pelourinho, símbolo da ordem publica, das instituições e da condição jurídica da povoação autônoma” (MARX, 1986, p.12). Desta maneira, em Curitiba, o Largo<sup>35</sup> da Matriz, a Matriz e o pelourinho se fazem como elementos iniciais definidores de uma centralidade. Conforme Pereira (1998), na região paulista, durante o século XVII, a praça da igreja, onde mais tarde seria ereto o Pelourinho, era a expectativa urbana mais consistente:

---

<sup>35</sup> Pereira (1998) inicialmente discorda da existência de praças, a partir do princípio que não existem elementos empíricos que comprovem, visto que nas áreas adensadas das cidades medievais portuguesas os únicos espaços abertos eram os adros da igreja, ou os largos que eram o alargamento da rua. Tais espaços eram espaços residuais localizados nas imediações das igrejas, e eram utilizados para o comércio. Porém afirma que o termo praça existe na Legislação Municipal de Lisboa do século XIV vinculado aos locais de venda de produtos como frutas, verdura ou peixe. Por fim, conclui que o termo advém de uma confusão terminológica, às vezes utilizado em aparente sinomínia.

Saibam quantos este público instrumento de posse e levantamento de Pelourinho virem, em como aos quatro dias do mês de novembro de mil seiscentos e sessenta e oito anos, nesta vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, estando o capitão-mor Gabriel de Lara nesta dita vila, em presença de mim Tabelião fizeram os moradores desta dita vila requerimento perante ele dizendo todos a uma voz que estavam povoando esses campos de Curitiba em terras e limites da demarcação do Sr. Marquez de Casacaís, e assim lhe requeriam como Capitão-mor e Procurador bastante do dito senhor mandasse levantar Pelourinho em seu nome, por convir assim o serviço d'el-Rei e acrescentar do donatário; e visto o requerimento dos moradores ser justo mandou logo levantar Pelourinho com todas as solenidades necessárias, em paragem e lugar decente nesta Praça (B.A.M.C., v.1,p.03)

A centralidade demarcada pela igreja, símbolo da superioridade do cristianismo, era uma das posturas das “Leis das Índias” elaboradas, em 1573, por Don Felipe (BROADBENT, 1999). No entanto, autores como Reis (2000) e Bruand (1981) afirmam que o processo de formação da estrutura urbana das cidades brasileiras não seguia os postulados espanhóis no início da colonização os quais determinavam maneiras de organização dos conjuntos urbanos, com planos regulares em xadrez e espaços hierarquizados. Por outro lado, Pereira (1998) assegura que na época em que foi construída, Salvador superava em regularidade qualquer cidade portuguesa. Exemplifica com os traçados ortogonais de São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro e Parati.

Similarmente Marx (1980) diz que Portugal plantou na Renascença bastiões nos quatro continentes, sob a bandeira da luta dos cristãos contra os infiéis, criando postos marítimos intermediários para respaldar o comércio e o domínio virtual de novas terras. Os espanhóis, ao contrário, fundaram as povoações. Desta maneira, as características espaciais da cidade portuguesa, na América, opõem-se às das fundações espanholas, apreendidas nos tratados de arquitetura dos teóricos renascentistas. Esta linha de pensamento, de certa forma negativa, quanto aos aspectos de organização das cidades coloniais é observada em vários estudos<sup>36</sup>. Reis (2000), porém, demonstra que esta é uma abordagem simplista disseminada em que a não-regularidade corresponderia a uma “não-organização”.

---

<sup>36</sup> Holanda (1956, p.34), em *Raízes do Brasil*, coloca a cidade colonial como “*cidade sem rigor e sem método*” contrariamente aos traçados dos centros urbanos da América Espanhola onde há o “*esforço determinado [...] ato definido da vontade humana [...] as ruas impõem-lhe um acento voluntário da linha reta*”.

No entanto, a origem da organização dos núcleos urbanos coloniais portugueses, de acordo com Pereira (1998, 2005), está baseada no direito de almotaçaria<sup>37</sup> que controlava o mercado, o sanitário e o construtivo, uma das instituições administrativas herdadas das cidades islâmicas, reformuladas pelos novos senhores cristãos. O autor afirma ainda que, as atribuições básicas dos almotacés foram mantidas em todas as colônias portuguesas.

Demonstra, por meio de pesquisa nos livros de registros desses oficiais, que em Curitiba as “correições” em relação ao mercado consistiam na verificação da licença de funcionamento das casas de comércio e de artesãos, na averiguação dos pesos e medidas dos produtos e na obediência ao tabelamento de impostos. Em relação à “sanidade urbana”, os almotacés tinham a atribuição de conferir a limpeza das ruas (os comerciantes eram obrigados a varrer defronte ao seu estabelecimento), além de serem responsáveis pela preservação das fontes de abastecimento de água potável e da escavação dos valos para o escoamento das águas. A terceira atribuição do almotacé, a do edificatório (construtivo), contempla a configuração do traçado do núcleo urbano, a organização e manutenção das pontes, a pavimentação das ruas, e a manutenção das edificações (PEREIRA, 1998).

Essas diretrizes de “políticas públicas” configuram o primeiro momento da maneira de organização dos núcleos urbanos. Embora o papel do almotacé fosse de garantir a ordem urbana, as suas atribuições também eram realizadas por Ouvidores enviados pela Corte. Somente mais tarde, essas atribuições migraram para os vereadores. Desta forma, pode-se afirmar que a primeira manifestação de intervenção urbana registrada em Curitiba, data de 1721, com as posturas e os provimentos municipais formulados pelo Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, atuando como urbanizador sendo sua atribuição respaldada pela legislação portuguesa:

---

<sup>37</sup> A pesquisa realizada por Magnus Roberto de Mello Pereira, resultado da tese de doutorado em História pela UFPR, sob o título *A Forma e o Podre*, faz uma extensa análise do instituto da almotaçaria em Portugal e em suas colônias. Almotaçaria designa a instituição ou as atribuições. Em sentido particular designa as atividades mais correntes do almotacé e, depois a atuação da câmara em relação ao abastecimento das cidades. A almoçataria seria a prática cotidiana do direito de administrar a cidade.

Se trabalhe mandar em todos os Lugares da Correição, que façam benfeitorias públicas, convém a saber, calçadas, pontes, fontes, chafarizes, poços, caminhos, e casas dos Conselhos, picotas, e outras quaisquer benfeitorias, que forem necessárias, mandando logo assim fazer que cumprir de novo serem feitas, como reparar as que reparo houverem mister (Apud PEREIRA, 1998)<sup>38</sup>.

Pode-se afirmar que os postulados do Ouvidor Pardinho sintetizam a cidade desejável para a época. Os 129 itens referem-se aos setores de administração, de justiça e de culto divino e o que pudesse exigir o estabelecimento de normas de ação (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959). O art. 37 estabelecia a forma de concessão de construção para novas casas:

proveu que daqui por diante nenhuma pessoa com pena de seis mil reis para o conselho faça casas de novo na vila sem pedir licença à Camara, que lhe dará e lhe assinará chãos em que as faça *continuando as ruas que estão principiadas e em forma que vão todas diretas para a corda, e unindo-se umas com as outras*, e não consistam que daqui por diante, se *façam casas separadas e sós* como se acham algumas, porque além de fazerem a vila e povoação *disforme* ficam os vizinhos nela mais expostos a insultos e desviados das outras vizinhas para lhe poderem acudir em qualquer necessidade que de um dia ou de noite lhe sobrevenha (B.A.M.C.,v.1, p. 19).

O artigo acima define características espaciais desejáveis: continuidade e regularidade do arruamento e contiguidade das fachadas; caso contrário, poderiam fazer uma vila e povoação “disforme”. De acordo com Pereira (1996), a principal peculiaridade dos provimentos desse ouvidor foi veicular uma concepção global da vila. Espacialmente resultaria em uma área compacta, regular com a separação entre o público e o privado, imagem ideal de um centro urbano contraposto ao rural.

O Artigo 39 referia-se à necessidade de delimitação dos terrenos em suas áreas limítrofes e determinava: “*que tenham as portas das ruas fechadas, sempre e que não haja na vila pardieiros*<sup>39</sup> e ranchos abertos” (B.A.M.C, v.1 p.20), reiterando a continuidade das fachadas e a não-visualização de atividades internas das residências, para assim, configurar uma continuidade da forma de quadra.

---

<sup>38</sup> Este trecho refere-se às Ordenações Manuelinas, livro 1, tit.30, §15.

<sup>39</sup> Significa edificações em ruínas.



Refere-se, ainda, às áreas de corte de árvores exigindo que as novas construções fossem cobertas com telhas. A limpeza do rio Belém, era necessária para evitar que um banhado se formasse em frente à Matriz. Pode-se observar a preocupação no ordenamento, na continuidade de delimitação de ruas, preocupação de saneamento e de relações de convivência de uma pequena comunidade que se formava.

Até os meados do século XVI, Curitiba configurava-se como uma pequena vila, no entanto, com a abertura do Caminho do Viamão em 1738, ligando Guaíba, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba, em São Paulo, resultado de uma política portuguesa, Curitiba passa a ter maior relevância, como ponto de invernadas para a recuperação do gado. A Figura 2.5 faz parte dos “*Mappas Particulares extraídos da Carta da Capit<sup>na</sup> do Rio Grande de S. Pedro e suas circunvisinhancas athe o R<sup>o</sup> da prata*”, elaborado pelo engenheiro e tenente coronel de infantaria Francisco João Roscio, com bases em suas observações entre os anos de 1774 e 1778. Observa-se que o mapa abrange o Paraná e São Paulo e refere-se às vilas de Curitiba, Sorocaba e Paranaguá.

Segundo Martins (1922), de 1820 a 1838 Curitiba tinha 220<sup>40</sup> casas, distribuídas pela rua de São Francisco, Pátio da Matriz, ruas do Louro, do Chafariz, Direita<sup>41</sup>, Alegre, Baptizada, da Entrada, das Flores, do Commercio, e uma população de 16.155 hab. Em 1842, foi elevada à condição de cidade e em 1853, pela Lei Imperial nº 704, o Paraná tornou-se Província, emancipando-se política e administrativamente de São Paulo, e Curitiba é elevada à Capital da Província. Pode-se observar, na Figura 2.6, o mapa da área central de Curitiba, em 1850, tendo os principais espaços públicos o largo da Matriz e o largo da Ordem com suas respectivas igrejas.

---

<sup>40</sup> Saint Hillaire, ao descrever Curitiba em 1820 também afirma a existencia de 220 casas pequenas, cobertas de telhas e de um pavimento.

<sup>41</sup> Na tradição da cidade cristã portuguesa, direita não significa retilínea, mas o caminho direto a um local considerado importante.



Para receber o primeiro presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1853, a Câmara de Vereadores deliberou algumas providências no intuito de “maquiar” a nova sede da capital como: *“retocar as tintas do edifício da cadeia”* e *“lavrou-se edital convocando os povos para caiar e limpar as frentes de suas casas, bem como o fiscal mandar limpar os arbustos que estão na entrada de baixo e aqueles que ficarem nos pátios públicos e ruas”* (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 159).

Nessa época, em 1853, Curitiba tinha como elementos estruturadores duas escolas primárias, uma para cada sexo, e 4 igrejas: a Matriz de N. Senhora da Luz, a de N. S. do Rosário; a da Ordem Terceira e a de São Francisco de Paula. Segundo Martins (1922), eram 27 os seus bairros: da Cidade, Ahú, Pilarzinho, N. S. das Mercês, Santa Quitéria, Tatucoara, Campo Comprido, Botiatuvinha, Campo Magro, Atuba, Palmital, Cachoeira, Veados, Ribeirão da Onça, Capivary, Boixininga, Borda do Campo, Campina Grande, Arraial, Cerro Lindo, Marmeleiro, Botiatuva, Pacotuva, Tranqueira, Conceição, Ouro Fino e Assunguy de Cima. De acordo com Castro Neto (2002), caso se considerasse um bairro com equivalente a um hectare, a cidade era um núcleo coeso que mal chegava à quarta parte de um quilômetro quadrado. Sua densidade urbana era, portanto, relativamente alta, pois correspondia a 215 habitantes por hectare (Figura 2.6 e Figura 2.7).

Segue a descrição de Rodrigo Júnior sobre Curitiba no ano da instalação da província, em 1853:

Vila pobre e modesta [...] era uma povoação pequena e insignificante [...] consoante se deduz do exíguo número de seus moradores, não passava de um puzile de casas, mal alinhadas e separadas umas das outras por cercas de tábuas e extensos muros de pedra e taipa. Eram as casas em número de 308, estando 52 em construção [...] três sobrados, somente três sobrados, dominavam a casaria térrea da cidade: um situado no Largo da Ordem, pertencente a D. Angelica do Biang, e o terceiro, que mais tarde se chamou ironicamente de “Palácio de Cristal [...] ressentiam-se as ruas a falta de calçamento, e, em muitas delas se ostentavam caldeirões temerosos. Estendiam-se apenas, sobre o leito dessas *calles* primitivas, algumas pedras, desiguais, mal ajustadas, mal unidas, inclinando-se de um lado e de outro, para o seu meio, formando uma espécie de vala a fim de dar vazão às correntezas pluviais (JUNIOR, 1953 p.42).

Rodrigo Junior (1953, p.42) segue a descrição em relação às ruas. Quanto à vitalidade das ruas naquela época, a rua Fechada (atual José Bonifácio) era a que apresentava melhor aspecto: *“pedra em formas de lajes, mais bem assentadas, mais bem dispostas, desciam de ambos os lados para o centro da via pública, com declividade suficiente para dar escoamento as águas abundantes”*. No entanto, a mais movimentada era a do Comércio (atual Marechal Deodoro), *“onde se achava estabelecidas lojas de fazendas e armarinhos, negócios de secos e molhados. Existia então na cidade, localizada no pátio da Matriz uma única padaria”*. Era também no pátio da Matriz que se encontrava o mercado, chamado de “as casinhas”:

era constituído de pequenas casas “quase em ruínas”, baixas, sem soalho nem forro, esburacadas e de “triste aparência”. A edificação daquele lado da futura praça Tiradentes era toda formada de moradias de pau-a-pique, achatadas, cobertas de telhas goivas, e esclarecidas por janelas baixas. Este estilo arquitetônico português, transportado de Lisboa para o nosso país, desde os tempos da vila, seguiam-no a risca, obedecendo assim, os ditames absolutistas da moda (JUNIOR, 1953 p.42).

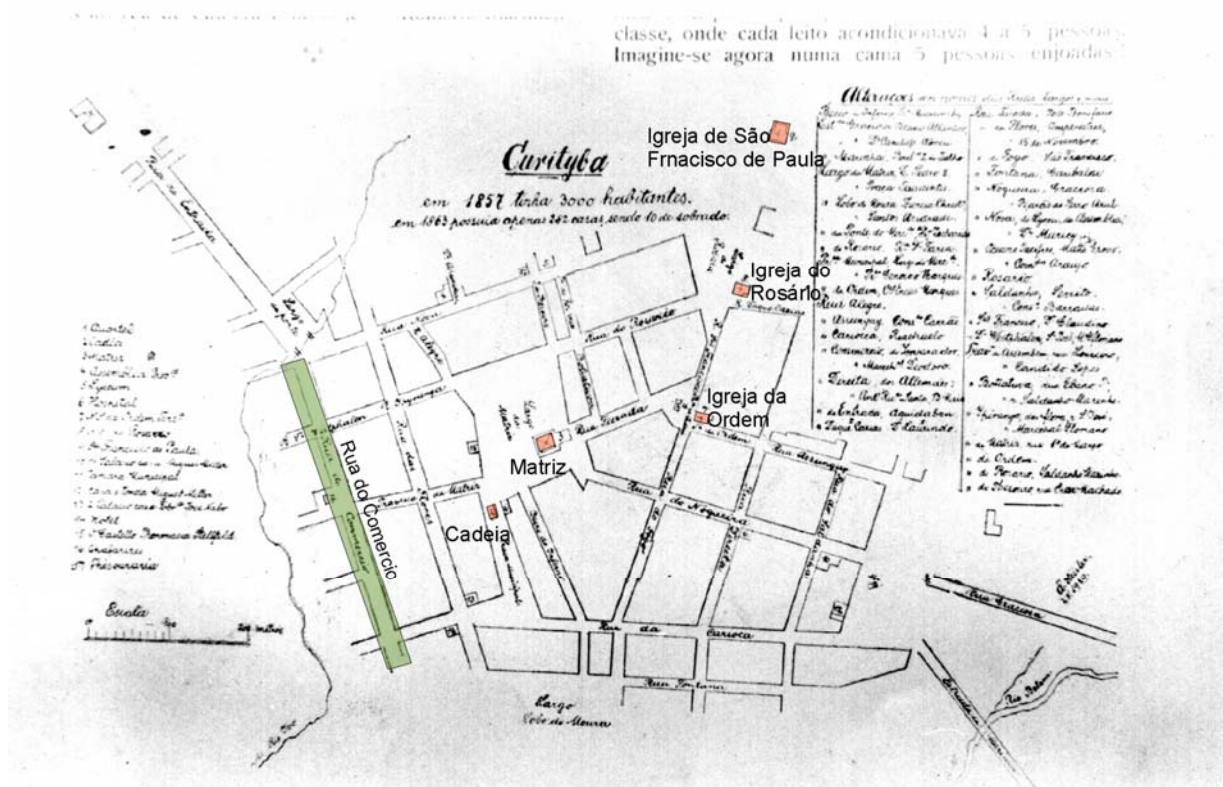
Reis Filho (1987) analisa a evolução das edificações brasileiras desde a época de fundação dos primeiros núcleos, relatando que as casas eram construídas de maneira uniforme e que, tal padronização era fixada em posturas municipais. Dimensões e números de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com as edificações vizinhas eram exigências correntes e revelam uma grande preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa.

A descrição apresenta, ainda, as vias públicas como verdadeiros pantanais, nas estações de inverno e verão, e um brejo que se estendia do Largo do Chafariz (Praça Zacarias) até a ponte sobre o rio Ivo. As praças eram somente três: o Largo da Ordem, denominado “patio da Capelinha”, o Largo da Matriz, conhecido como Patio e o Largo da Ponte, atual Praça Zacarias.

No ano seguinte, em 1854, o panorama da cidade era formado por:

308 casas, 52 em construção, 38 estabelecimentos comerciais de fazendas e 35 de secos e molhados, 3 ouvesarias, 5 ferrarias, 2 marcenarias, 6 alfaiatarias, 3 açougues, 9 sapatarias, 1 selaria, 1 padaria, além de diversas casas particulares onde se vendiam pão, sequilhos e biscoitos e 1 typographia, com contrato para a publicação dos atos oficiais do governo da Província (MARTINS, 1922, p.170).

Paulatinamente a construção da paisagem de Curitiba ia sendo definida, ainda com configurações semelhantes às cidades coloniais portuguesas com a ressalva de ser a Capital da Província. De acordo com Munford (1998), os clichês do planejamento do poder, no caso das novas capitais, era na realidade, um ensaio cênico formal, como um telão de fundo para realçar o poder hegemônico. Desta forma, a paisagem de uma capital sempre era elemento de definição e ordenamento, na diferenciação de outras cidades. Assim obras públicas são definidas para “providenciar” uma infra-estrutura adequada para a capital, como edificações para sediar o Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa além da elevação das torres da Matriz.



**Figura 2.7 - Mapa da Cidade de Curitiba**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

## 2.1 DE LA PLATA À CURITIBA DE TAULOIS – 1855

A capital da Província tem o primeiro plano de ordenamento concebido pelo engenheiro francês Pierre Taulois em 1855, contratado como inspetor geral de mediação de terras públicas. Segundo Oliveira (2001), Taulois tinha a missão, à frente de uma equipe de agrimensores, de propor a realização de reformas na infra-estrutura, sobretudo no que se diz respeito ao arruamento e à retificação de algumas ruas (Figura 2.8).

De acordo com Pereira (1996), com a instalação do governo da Província os profissionais com formação técnico-acadêmica deteriam o conhecimento científico e, portanto, representava o “progresso”, adotando os fundamentos geometrizarantes para a definição do urbano.

Esta concepção é evidente no relatório de Taulois, que afirma a existência de somente duas ruas se cortavam em angulo reto: a da Assembléia (Muricy) e a do Commercio (Deodoro). Assim as diretrizes indicavam meios de endireitar as outras que se afastavam através da desapropriação gradual por utilidade pública. A rua do Rosário, para o engenheiro, era tão imperfeita que julgava impossível dar a sua continuidade além da igreja e indicava as seguintes modificações:

recuar a extremidade de S.E. do quintal do 1º quarteirão, como também o canto do quintal do 3º e quando se reedificasse a casa do N.E do mesmo, construindo-se então a face do alinhamento recto; o mesmo se deve praticar no quintal correspondente ao 11º (Apud MARTINS, 1922, p.171).

Para a rua Primeiro de Março, travessa da igreja Matriz, Taulois define:

a rua da travessa da Igreja Matriz, (então face L. da actual Praça Tiradentes) que principia no lado da última casa da rua do Commercio para se tornar paralela á precedente (do Rosário) passando no canto S.E. do 12º quarteirão, cortará a rua das flores (Quinze de Novembro) os cantos a N.E. do dito quarteirão e as casas do 11º em todo o comprimento até a entrada no Largo da Matriz, e na direção da rua Fechada (José Bonifácio); esta não pode se prolongar sem que a linha passe no lugar de diversas casas do 20º quarteirão, correndo obliquamente a rua do Fogo (São Francisco) e a Direita (13 de Maio) (Apud MARTINS, 1922, p-127).



Em relação à rua da Graciosa, atual Barão do Cerro Azul, que “*não tendo casas até agora nada tem a mudar-se, basta conservar o parallelismo*” (MARTINS, 1922, p.173). A rua Quinze de Novembro, atual rua das Flores, em 1857 apresentava-se torta e acidentada, e Taulois a descreve “*a rua não é paralela à precedente (a do Commercio) e custaria muito reedifica-la; não é perfeitamente direita e se estende por sobre um terreno algum tanto dobrado, e que formando ondulações não permite vêr de uma á outra extremidade*”(p.174). Finaliza com a recomendação:

nas construccções futuras o prolongamento das ruas reedificadas deve ser seguido a risca; e para evitar-se o desvio no alinhamento [...] será indicado na planta [...] esses marcos servirão também para regular o melhor declive de cada parte das ruas, para o prompto escoamento das aguas pluviais (Apud MARTINS, 1922, p.176).



**Figura 2.8 - Planta de Curitiba (1857?)**

(segundo Martins, a data de 1857 não confere com os nomes dos logradouros, possibilidade de registro de 1863)

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Observa-se nas diretrizes de Taulois, o ajuste necessário à imperfeição das ruas, a dificuldade da visão perspectiva, o ideal dos ângulos retos e do “paralelismo” como elementos necessários à organização da capital da Província. No plano das idéias, Torres (1996) resume em alguns tópicos esses ideais e a questão positivista: a pretensão da racionalidade, que considera a ciência positiva, em particular a física newtoniana, como modelo universal para todas as ciências; a desacralização da natureza e a intervenção humana na ordem natural; a importância crescente do pensamento científico e a fé no progresso, consequência da intervenção racional do homem sobre a natureza. Dessa forma, desde o final do século XV, as cidades portuguesas foram submetidas a um processo de retificação e alargamento das ruas, bem como à eliminação dos becos – esse tipo de traçado atende à regularidade da cidade renascentista portuguesa na maior parte dos séculos XVI e XVII (PEREIRA, 1988).

No plano das intervenções urbanísticas, esta regularidade, segundo Bruand (1981), estava de acordo com a nova estética neoclássica que tinha sido trazida pela missão francesa ao Brasil em 1816, penetrou aos poucos e acabou por se impor, sem reservas, depois de 1850 (BRUAND, 1981). Nessa época, de acordo com Kersten (2000), a cidade de Curitiba foi estruturada para traduzir os valores simbólicos de capital e sede do poder. Surgiram instituições como o Arquivo Público, em 1855, e a Biblioteca Pública, em 1857.

Simultaneamente a esse plano de ordenamento para Curitiba, as propostas de Haussmann para Paris, iniciadas em 1852, projetava grandes intervenções para a reestruturação da cidade. No plano global, uma rede de vias que cortavam a cidade e, associadas a estas criações de praças, as estações ferroviárias, os edifícios públicos importantes, as avenidas e os chamados boulevares. Segundo Panerai (1980), três eram os objetivos principais: revalorizar os monumentos, isolando-os e instituindo conexões visuais entre eles; tornar a cidade mais salubre, contra o decrépito, e trazer a imagem da modernidade de espaço e de luz; e a circulação entre estações e bairros. Afirma ainda que, pelo seu conteúdo e *modus operandi* tal ordem se impôs mantendo a continuidade com a cultura clássica. As intervenções com a cidade existente se deram pelas dualidades de concordância e retificação, de continuidade e destruição e de aceitação e violência, dualidades frente ao tecido urbano consolidado.



A repercussão do traçado de La Plata, premiado na Exposição Continental de 1822, conforme Gutierrez (1983) é o resultado teórico concretizado na prática urbana. Não faltaram outras propostas de cidades ideais carregadas de conotações ideológicas semelhantes. Martins (1922, p.175) chega a afirmar que, se as proposições de Taulois tivessem sido realizadas, “*Curitiba seria representada por um quadrilátero normal e teria a feição aproximada de La Plata na sua divisão sistemática de ruas*”.

A próxima intervenção urbanística da capital da Província foi realizada pelo engenheiro italiano Ernersto Guaita (1843-1914/15), contratado para trabalhar na construção da Estrada de Ferro, o qual chegou em Curitiba por volta de 1850. Recebeu a incumbência de elaborar o primeiro cadastro urbano da cidade e, na década de 1880, tomando a Rua Liberdade como eixo principal, Guaita definiu diretrizes para as ruas perpendiculares. A região ficou denominada como “Nova Curitiba”. Assim, a Rua da Liberdade transformou-se na chamada “Rua do Poder”, onde se situavam: o Palácio do Congresso, o Palácio do Governo e o Paço Municipal, além de ser o local de desfiles e cortejos; referência espacial dos postulados intervencionistas de Haussmann e nos dizeres de Munford (1998) tanto simbólica como praticamente, estabelecia o planejamento em que todas as coisas se achavam “sob controle”.

Anteriormente à promulgação do Código de Posturas de Curitiba, alguns atos da Câmara Legislativa demonstram aspectos importantes no “fazer” a nova Capital da Província, de acordo com Pereira (1996), ainda com base nas noções de cidades herdadas do período colonial. Em 1885, a Câmara e o Presidente da Província – Alfredo d’Escrangnolle Taunay discutiam sobre a eliminação da rua da Matriz, necessária para a reorganização do paralelismo das ruas e no ajuste simétrico da praça central.

Tal justificativa era incipiente na visão de Taunay que, provavelmente, já tinha adquirido outras noções de organização da cidade como “*conservar o maior número possível de largos e praças com áreas de saneamento da população e futuros locais ajardinados e arborizados formando squares e pontos de recreio*” (Apud PEREIRA, 1996, p.107). Nessa incorporação de novos valores do urbano, em 1857 o governo provincial aprovava a criação de um Jardim Botânico, que não foi executado. No entanto, o parecer de Taunay sobre o projeto do Passeio Público<sup>42</sup>, em 1886, tais preceitos são enfatizados:

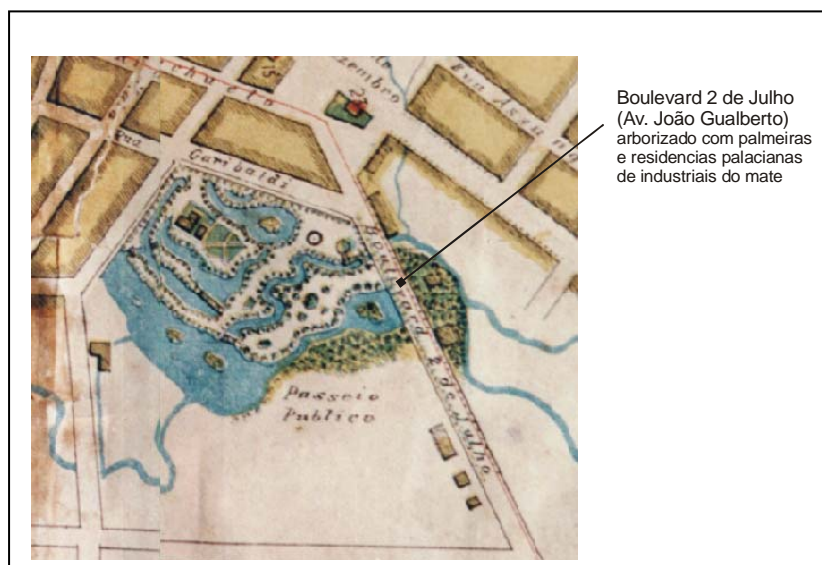
---

<sup>42</sup> Ver Boletim Informativo da Casa Romário Martins, ano IV, nº 42, Agosto de 1980 – O Passeio Público. Esse boletim contém descrições de localização, extensão e limites, além dos custos para a construção da obra.

A cidade de Curitiba ressentia-se de uma grande falta, que já deveria Ter sido motivo de algumas medidas por parte dessa Municipalidade: a de um passeio ou Jardim Público, que servindo à população de ameno e frequentado logradouro, mostrasse a quantos procuram ou visitam esta localidade que ela compreende devidamente a importância de certos melhoramentos cuja ligação com a saúde e higiene gerais são hoje indiscutíveis e que nos centros de aglomeração de gente se tornem até indispensáveis (Apud PEREIRA, 1996, p. 109)

Em 2 de maio de 1886 é inaugurado o Passeio Público “digno d’esta adiantada capital [...] onde existião inacessíveis pantanos, atravez dos quaes o Belem rolava pesadas aguas, hoje esse mesmo rio corre limpido em facticias curva”<sup>43</sup>. Segundo Pereira (1996), as obras foram administradas e parcialmente financiadas pelos magnatas do mate, assim com o planejamento do Boulevard 2 de Julho, ao lado noroeste do Passeio Público. Nesta avenida arborizada com palmeiras foram implantadas as residências palacianas da burguesia do mate frequentadoras do novo espaço público. (Figura 2.9).

Preocupações como a salubridade dos espaços urbanos e a circulação em ângulos retos, como elemento ordenadores, já faziam parte dos preceitos de concepções da forma de organização das cidades, utilizadas no Brasil por técnicos europeus. Dessa forma, a ordem abstrata da geometria urbana e a vegetação como necessidade de “saúde” e “higiene” foram questões essenciais na construção da paisagem de Curitiba.



**Figura 2.9 – Passeio Público – Detalhe da Planta de Curitiba (1894)**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

<sup>43</sup> Relatório apresentado a Assembleia Legislativa no dia 17 de fevereiro de 1887.

## 2.2 CÓDIGO DE POSTURAS 1895 – PRÉ- DEFINIÇÃO DA PAISAGEM CURITIBANA

Os registros mais antigos, daquilo que podem ser identificados como postura municipal, aparece nos diplomas foralengos, que são fragmentos remanescentes do direito consuetudinário, assegurados da perpetuação de uma ordem urbana sob tradições. Como visto anteriormente, no caso de Portugal e de suas colônias, tal direito era o de almotaçaria que controlava o mercado, o sanitário e o construtivo (PEREIRA, 1998).

Estes são semelhantes aos “editos comunais” italianos que, de acordo com Choay (1985) são classificados como escritos argumentadores<sup>44</sup>. A autora os analisa dizendo que podem ser entendidos como postura municipal e abarcavam o conjunto dos ordenamentos que respondem às necessidades dos habitantes. No entanto, tinham como concepção favorecer a realização e o desenvolvimento das atividades urbanas e definir regras para o embelezamento das cidades. Portanto, suas decisões são prospectivas e se inscrevem em um programa de intervenção a longo prazo, testemunhando uma vontade de racionalização e uma estratégia de otimização.

Sob este enfoque, em 22 de novembro de 1895 são decretadas as “Posturas Municipais” como instrumento de ação institucional dos vereadores. São ao todo 22 capítulos que definem questões de “Limpeza da cidade, tranquilidade e segurança públicas”, “Da Hygiene Salubridade Pública”, “Quadro Urbano”, “Dos edificios ruidosos e excavações”, “Servidões”. Definem as seguintes posturas: o Capítulo XIII do “Commercio”; o Capítulo XIV das “Fabricas, Officinas e Cortumes”; o Capítulo XV das “Casas de jogos e divertimentos públicos”; o Capítulo XVI do “Mercado” e do “Matadouro público, seu asseio e economia, açougues, conducção de carne e de deveres de veterinário; do “Cemiterios e enterramentos; do “Rocio”; das “estradas, caminhos, conservação de arvores e extincção de formigueiros; das “Cercas” e por fim da “Agricultura e criação”.

---

<sup>44</sup> Para Choay (1985), apesar de ser um texto cujo objetivo é a construção do espaço, a autora, no entanto, não o considera um texto instaurador. Afirma que as posturas diferem dos tratados de arquitetura, pois não são basilares no poder de concepção do espaço, nem em um pensamento teórico; apenas reitera o poder político local.

Este “Código de Posturas” define ações individuais que, de uma certa maneira, enquanto conjunto, transformaria fragmentalmente a paisagem da cidade. Os temas abordados demonstram que o instrumento regulamentava o construído e as atitudes individuais para uma ordem de viver em comunidade. Por exemplo, a obrigatoriedade de manutenção de jardins e quintais, serviços que *“deverão ser realizados aos sábados, até as 9:00hs no inverno, e até às 7:00hs no verão, para o recolhimento dos resíduos”* (Capítulo I art. 1º e 3º). A arborização das praças e ruas era de responsabilidade da Câmara; no entanto, a conservação das árvores no calçamento deveria ser realizada pelos moradores (Capítulo I art. 4º).

Uma paisagem “caiada” da cidade era prevista nos postulados<sup>45</sup> e, conforme Rudofsky (1973) era uma prática de salubridade muito utilizada na Europa. O Parágrafo único do Capítulo I definia: *“a trazer decentemente rebocada, caiada ou pintada a frente dos seus prédios, gradis ou muros”* Tal disposição deveria ser aplicada aos *“fabricheiros”* e nas capelas e igrejas. O material para as calçadas deveria ser de *“pedra ou lage”*, contínua e independente da edificação e, todas as construções *“deverão ser assinaladas à noite por uma lanterna”* (Art. 15, Capítulo II).

Proibições de animais nas ruas centrais, instalação de fábricas de *“phosporos”*, venda de pólvora, conservação de materiais inflamáveis, entre outros tinham como posturas a questão de segurança pública. Os sinos das capelas e das igrejas definiam a paisagem sonora da época, sendo o elemento sinalizador de incêndios. Para evitar esses marcos sonoros, as chaminés *“deverão ser limpas de seis em seis meses”* (Capítulo III. Art. 49º e 56º).

O Capítulo X refere-se ao “Quadro Urbano”, e a observação dos seus artigos delineia a configuração da paisagem, na demarcação da morfologia urbana inicial. Um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote, e a arquitetura mais adaptável às modificações ao plano econômico-social que o lote urbano (REIS FILHO, 1987). Dessa maneira, o lote-padrão, definido pelo Código de 1895, prevê a forma quadrada de 22m de frente e fundos, resultando no lote urbano de 484m², como padrão definidor da paisagem inicial da cidade.

---

<sup>45</sup> Ver Figuras 1.6 e 1.7: aquarelas de Jonh Henry Elliot de 1885 e 1865 respectivamente, que reproduzem as vistas “caiadas” do núcleo de Curitiba.

Outros postulados como a obrigatoriedade do lote ser cercado por um gradil e ter o calçamento frontal (Capítulo X Art. 95) e o reforço do alinhamento para novas construções, muros e gradis, são posturas para a criação de uma paisagem ordenada e contínua. Esta configuração determinava o público e o privado, na definição da rua. Esta deve ter largura mínima de 18m com exceção daquelas que seriam prolongadas (Art. 101). O Art. 110 enfatiza a questão da necessidade do *“embelezamento”* da cidade proibindo *“as cercas que não sejam gradis ou muros feitos com o fim permanente de “embellezar a cidade”*. A partir do momento em que as questões normativas referiam-se ao espaço público, as fachadas ou os elementos de fechamento também recebiam regulamentações. Esta ação referia-se à possível modificação da fachada frontal, a qual deveria ser aprovada anteriormente, justificada pelos padrões estéticos vigentes, na pré-definição de uma paisagem a ser construída.

Nos Art. 111 e 112, lê-se a proposição segundo a qual os gabaritos tinham o intuito de projetar o *skyline* de Curitiba, no final do Séc. XIX. O padrão exigido era de no máximo três pavimentos até uma altura de 17m, e as fachadas acabavam por ser definidas pela homogeneidade das aberturas, com as janelas de 2.30m de altura por 1.15m de largura, devendo as portas acompanhar o nível das janelas.

Configuravam-se, assim, os casarios de padrões semelhantes aos das várias cidades coloniais brasileiras. Bruand (1981, p.325) reafirma que *“a unidade dos edifícios construídos foi uma transferência desejada pelas autoridades, que se dedicaram a conferir às regiões conquistadas um caráter da mãe-pátria”* (Figura 2.10). A contigüidade das edificações, a definição de gabaritos, a homogeneidade de aberturas (portas e janelas) e a delimitação do privado são posturas para a conformação de uma área urbana, a um modelo previamente estabelecido e diferenciado do *“rocio”*.

Datam desta época, também, as posturas relativas às novas construções que, em longo prazo, transformariam os padrões iniciais. Por exemplo, no caso de construções fora do alinhamento, ficava a obrigatoriedade de recuos frontais mínimos de 5m., para um alinhamento secundário, e a proibição de construção de sótãos de cumeeira para frente, Art. 115 e 119, respectivamente. O padrão de alinhamento era um preceito importante no ordenamento das vias, não sendo aceitáveis construções de elementos que *“estorvem as vistas das casas que ficam no alinhamento”* (Art. 125º). Esta continuidade é proposta mesmo nos terrenos vazios dentro da área da cidade, que *“deverão ser fechados com muros ou gradis de no mínimo 2m de altura”* (Art. 126º), fato que daria a idéia de uma área compacta e regular.



**Figura 2.10 – Vista da Praça Municipal (atual Generoso Marques)**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba (Coleção Julio Wanderley)

Outra determinação proibia a construção de meias-águas nas frentes das ruas, para que a água pluvial não fosse direcionada para as vias públicas. Neste código de posturas definiam-se os parâmetros de numeração adotados em quase todas as cidades brasileiras, de números pares de um lado, e de ímpares do outro, além de regras de funcionamento do comércio que “*deverá permanecer fechado aos domingos a partir das 10hs, e nos dias úteis até às 22:00hs*”, exceto atividades como cafés, bilhares, restaurantes, hotéis e confeitarias que teriam seu horário estendido até às 24:00hs. Dessa forma, pelo estabelecimento dos horários e atividades permitidas eram definidas as áreas de vitalidade das ruas de Curitiba.

Os usos incompatíveis com as atividades da cidade constam no Capítulo XIV, que proíbe o estabelecimento de “fábricas de sabão, azeite, óleo, velas de cebo, destilação e outras pela qualidade de matérias primas, seus productos e combustível empregados [...] ou que exalem vapores que tornem nociva a atmosfera, alterando as águas potáveis ou incomodem a vizinhança” (Art. 159, Capítulo XIV). Pode-se observar um tipo de zoneamento proibindo atividades não-adequadas, por questões de salubridade, na área urbana.

Em relação às áreas definidas como “rocio”, fora do perímetro da cidade, a dimensão dos lotes era 12.100m<sup>2</sup>, dimensão para a prática da agricultura de abastecimento, em áreas periféricas ao núcleo urbano. Vale assinalar a impressão do agente oficial de colonização do Império, Inácio da Cunha Galvão, sobre o rocio de Curitiba, em 1886:

Não devo tratando do assunto de colonização, deixar passar em silêncio o interessante quadro que apresentam os subúrbios de Curitiba. De tudo que vi, na minha longa excursão, foi o Rocio de Curitiba uma das que mais agradável impressão em mim produziram. Vi ali uma nova prática, patente, de que podemos ter já imigração espontânea<sup>46</sup>. Nos campos ondulados que circundam a cidade de Curitiba, formando semi-círculo de um dos seus lados, vêem-se pequenas chácaras, com nítidas casinhas algumas de gosto diverso das do país [...] cuidadosamente cercado ou valado para obstar a danificação pelo gado, o pequeno terreno dessas está todo aproveitado; junto à casa está um pequeno pomar de pessegueiros e outras árvores frutíferas; o mais roteado a arado, estrumado e plantado de centeio, cevada, favas, ervilhas e outras hortaliças, forragens e algum trigo; e desses gêneros que abastecem o mercado da capital (Apud MARTINS, 1955, p.90).

Os lotes rurais definem marcas de propriedade fundiária que, de certa maneira, permanecem nas transformações de áreas rurais em urbanas. Os tipos de edificações do rocio não são postulados no código, desta maneira, somente os aspectos para a construção de uma paisagem urbana tinham seus parâmetros pré-definidos. Deve-se atentar ao fato de que, a determinação de tipologias, materiais e gabaritos urbanos era uma das maneiras de definir um padrão social que teria acesso a moradia no núcleo central.

Neste capítulo, definiram-se, também, as primeiras medidas de preservação ambiental estabelecidas em 10m de distância mínima como área de proteção para a conservação de nascentes, cabeceiras e margens dos rios. As estradas são divididas em municipais e vicinais. As primeiras referem-se àquelas que comunicam os bairros com as povoações do município, e as outras as de menor trânsito e comércio. Apesar do Art. 101 definir sua largura mínima em 18m, observa-se, no Art. 275, que a exigência mínima era de 13m. E por fim, determinava-se aos moradores a obrigatoriedade de extinção de formigueiros.

A Figura 2.11 refere-se à “Planta de Curitiba em 1894”. Pode-se observar a regularidade desejável das quadras e ruas e os elementos de infra-estrutura de uma capital. Verifica-se a concentração das igrejas da Ordem, do Rosário e da Protestante e a implantação

“não assimétrica<sup>47</sup>” da Matriz. A Rua da Liberdade chamada por rua do Poder, na concepção do projeto “Nova Curitiba” do Eng. Ernesto Guaita, é perpendicular à estação definindo o primeiro eixo a ser visualizado com os palácios do governo e do congresso. São várias as edificações de caráter militar como o quartel geral, da artilharia, da cavalaria e infantaria. Na parte Sudoeste, após a praça Tiradentes, tem-se uma área de características culturais com a escola de artes e ofício, o teatro S. Theodoro e o museu, além de cinco escolas. As construções marcadas na cor preta referem-se aos clubes existentes na época, como o Salão Hauer, o Clube e o Cassino Curitybano e os clubes de imigrantes italianos e alemães.

Países em que o processo de urbanização e a emergência de epidemias urbanas estavam se agravando, medidas sanitárias e melhoria das condições de vida faziam parte das estratégias de organização dos ambientes urbanos. De forma similar aos editos comunais, na Itália, e os códigos de posturas, em Portugal, na Inglaterra eram publicados os “Public Health Acts” que tiveram início nos anos de 1848. Porém, diretrizes de maior disseminação foram os Acts ingleses de 1875 que definiam regulamentos para a infraestrutura, o setor sanitário, a drenagem, o esgoto, os padrões de construções, as larguras de ruas, a prevenção de incêndios, entre outras posturas. Tais questões estavam atreladas à crença da objetividade científica, com a atuação de profissionais de formação técnico-acadêmica.

No Brasil, na mesma época da promulgação do “Código de Posturas” de Curitiba, em 1885, Belo Horizonte era projetada por Araújo Reis em 1884. As referências urbanísticas do projeto da capital mineira estão vinculadas, segundo Bruand, às intervenções de Haussmann em Paris e às cidades coloniais americanas, Gutierrez vincula o projeto ao de La Plata, e Galantay ao projeto de Washington (YAMAKI, 1994).

---

<sup>46</sup> No rocio de Curitiba, apesar de ter havido imigração espontânea, as várias colônias foram projetadas e implantadas, em sua maioria, pelo poder Provincial. Ver Capítulo 3.

<sup>47</sup> A implantação assimétrica da Matriz, em um dos cantos da Praça, é uma das observações descritas pelos viajantes que visitam a capital da Província. Ver Capítulo 1.





**Figura 2.11 - Planta de Curitiba - 1894**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Conquanto autores como Kersten (2001) se referissem a Cândido de Abreu, engenheiro e primeiro prefeito eleito, como responsável pela revisão do Código de Obras de 1895, o mesmo renuncia ao mandato em dezembro de 1894. A convite de Araújo Reis, Cândido de Abreu passa a fazer parte da Comissão Construtora de Belo Horizonte para o projeto da Capital, em substituição a Ouro Preto. Pode-se supor que a revisão do Código teve início na sua gestão, porém a aprovação deu-se na gestão Cyro Vellozo em novembro de 1895.

Observa-se que os artigos contêm também questões administrativas e fiscais, ligadas à própria constituição do estado. No entanto, além da paisagem a ser construída, os artigos abordam os mais variados aspectos que iam desde hábitos alimentares, gestual, formas de lazer, atividades e horários permitidos, posturas que definiam padrões de comportamento até a definição do que poderia ser visível do espaço público. As diretrizes do Código de Obras de 1855, apesar de preverem os padrões de higiene e salubridade disseminados na Europa, a configuração do núcleo urbano definiam características construtivas das cidades coloniais brasileiras semelhantes à imagem de Portugal, por meio de posturas de um modelo pré-estabelecido e desejável.

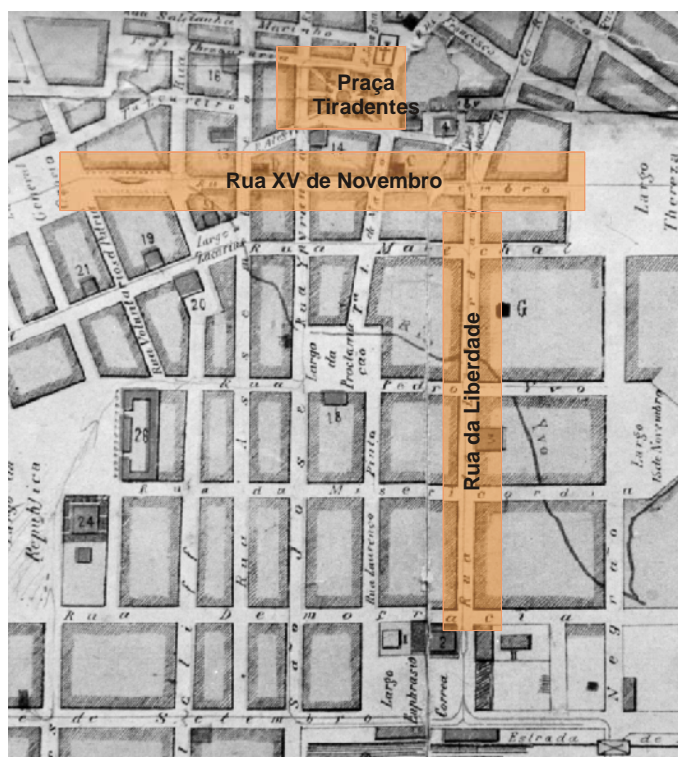
### 2.2.1 DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM MODERNA

São várias as leis promulgadas pela Câmara de Curitiba até a aprovação do novo “Código de Posturas” de 1919, as quais definem desde os limites da área urbana, o reforço da centralidade de ruas centrais e a rejeição do emprego da madeira nas construções, até a criação de um órgão de planejamento. A sequência de legislações contribui para os primórdios de chamada “modernização das cidades brasileiras”, na negação das estruturas urbanas coloniais.

Em 1903, a Lei n.º 117 definia as seguintes limitações do quadro urbano:

a partir do ponto de encontro das ruas do Cruzeiro e padre Agostinho, a linha divisória seguirá por esta última rua até seu encontro com a Rua Desembargador Motta; acompanhará esta última até seu ponto de cruzamento com a rua Xavier de Miranda; seguirá por esta, na direção de Oeste, até encontrar a Rua Tobias de Macedo, vai ter a rua do Batel; acompanhará o referido caminho até a mesma rua do Batel; seguirá por esta até seu encontro com a travessa Serro Azul; acompanhará o eixo desta travessa e continuará com a mesma direção a procurar a cabeceira Norte do Córrego Água Verde; acompanhará este córrego até seu encontro com a Rua Marechal Floriano Peixoto; seguirá por esta até o encontro com a Rua Chile, descendo por esta até seu encontro com a rua Guabirituba sobre as linhas da Estrada de Ferro; seguindo pela rua Guabirituba, alcançará a rua General Carneiro, subindo por esta até o encontro da rua 5 de maio; deste canto seguirá em direção do ponto de cruzamento dos boulevards Capanema e Floriano Peixoto (na vila Murray); seguirá por esta acima até o Cemitério da Comuna Alemã; daí acompanhará o caminho que, do cemitério vai a estrada da Graciosa, seguindo por esta até a primeira travessa à esquerda (esquina da Casa Emilio Voss); por esta travessa até o primeiro cruzamento com um caminho que, da cidade, converge com a mesma travessa, e deste ponto, com a direção magnética de 119 N.O. (cento e dezenove graus noroeste) irá encontrar o ponto de partida. (...) (Leis, Decretos e Atos Municipais, p. 10).

A Lei nº 149 de 10 de outubro de 1905 definia a configuração das principais áreas do centro referente às ruas: XV de Novembro, Liberdade e Praça Tiradentes, por meio da definição de gabaritos, “*só poderão ser de dois ou mais pavimentos*”, indicando o reforço da centralidade e importância desses eixos. Destarte, a Rua XV de Novembro recebe lei complementar nº 480 de 26 de abril de 1917 que restringia a área entre a Associação Comercial até a Avenida Coronel Luiz Xavier e obrigava a que se fizessem construções de 3 ou mais pavimentos, reforçando a sua hierarquia (Figura 2.12 e 2.13).



**Figura 2.12 – Eixos Importantes**

Fonte: Mapa Base planta de Curitiba de 1894



**Figura 2.13 – Rua XV de Novembro, década de 20**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Dessa maneira, três espaços de uma hierarquia maior seriam definidos na legislação: a rua da Liberdade representando um eixo político-administrativo, a praça Tiradentes com a Matriz e a rua XV de Novembro, local de *footing*<sup>48</sup> na época com vários pontos de encontro como os cafés, confeitarias e sorveterias.

A madeira como material de construção tinha restrições, primeiro quanto ao risco de incêndios, e segundo pela não-compatibilidade com a idéia de modernidade que se instaurava nas cidades brasileiras. Da mesma maneira, Curitiba tem, na aprovação do parecer nº45 de 11 de abril de 1906, a proibição de construções de casas de madeira na área central da cidade: (Figura 2.14)

Art. 1 – fica proibida a construção de casas de madeira na área abrangida pelo seguinte perímetro: da rua 7 de Setembro- em frente a Estrada de Ferro – subindo até o Largo 21 de Abril, deste, descendo a rua Brigadeiro Franco até encontrar a rua Saldanha Marinho; por esta até pegar a rua Desembargador Ermelino Leão; por esta subindo até o Alto de São Francisco; daí descendo até apanhar a rua América, por esta abaixo até sair na rua Paulo Gomes, por esta a sair no Largo 19 de Dezembro a apanhar a rua Riachuelo, desta até a 15 de Novembro e desta a apanhar o largo Santos Andrade, deste a apanhar a rua Marechal Deodoro até a rua da liberdade, e por esta até fechar o perímetro na Estrada de Ferro (C.L.D.A.M, p.48).

O efeito normatizador de definição de gabaritos e de materiais permitidos em construções no núcleo central da cidade tem o poder de segregar espacialmente os moradores do centro, além de que, segundo Yamaki (2001), havia a necessidade de criação de *urbs moderna* com a construção da imagem de cidades de alvenaria ou de “material”.

Uma transcrição de Pereira (1993) sobre os relatos da Câmara Municipal de Curitiba, no início do Século XX, descreve a cidade e o discurso da modernidade na incorporação de signos urbanos, como o traçado regular, bondes, salubridade urbana e as fachadas ecléticas, necessários como afirmação de “desenvolvimento” da capital do Paraná:

Ao acabar o século, o centro da cidade transformara-se numa espécie de síntese das várias propostas para a cidade. O traçado racional, se impusera muito mais por questões formais do que por qualquer outro motivo, e agora se prestava principalmente ao tráfego de bondes e aos 1.000 veículos diversos. As árvores e a água encanada garantiam a salubridade urbana. Enfim, não era

---

<sup>48</sup> O *footing* era o hábito de “desfilar”, principalmente as mulheres com intenção de serem vistas e de estabelecer em possíveis flertes na Rua XV de Novembro (BRANDÃO, 2002)

mais preciso viver apenas das notícias de Paris ou Rio de Janeiro. A erva-mate tornara possível trazer à cidade todos os signos a mais evidentes da *condição urbana moderna: o boulevard, a fábrica, a iluminação e o burburinho urbano das ruas*. Por detrás das fachadas ecléticas que começavam a tomar conta das ruas centrais de Curitiba, como a XV de Novembro (PEREIRA, 1993, p.73).

De acordo com Segawa (1999), algumas cidades brasileiras, nesta época, assimilavam intervenções modernizadoras em sua infra-estrutura, à maneira das cidades européias, como ressonância da questão do sanitarismo ou salubrinismo, e afirmava-se como palco da modernização, tendo como referência a organização, as atividades e o modo de vida do mundo europeu.

Cândido Ferreira de Abreu, após a experiência do projeto da nova capital mineira, novamente é eleito como prefeito de Curitiba. Assume o cargo em janeiro de 1913 e, em fevereiro, a Câmara Municipal promulga o decreto referente à doação de parcelas de áreas de utilidade pública nos casos de divisões de terrenos para fins de loteamento:

Art.1- Só poderão ser feitas e aprovadas divisões em lotes de terrenos particulares, no quadro urbano, ou rocio, quando sejam observadas as seguintes condições:

Nos terrenos, cuja área foi inferior a 12:100m<sup>2</sup>, serão reservados lotes para de utilidade municipal e na proporção de 15% no máximo da área a dividir.

Nos terrenos cuja área a dividir estiver compreendida entre 12.000m<sup>2</sup> 3 60.500m<sup>2</sup>, a área a reservar para o mesmo fim obedecerá, no máximo, a 15% e no mínimo a 10%.

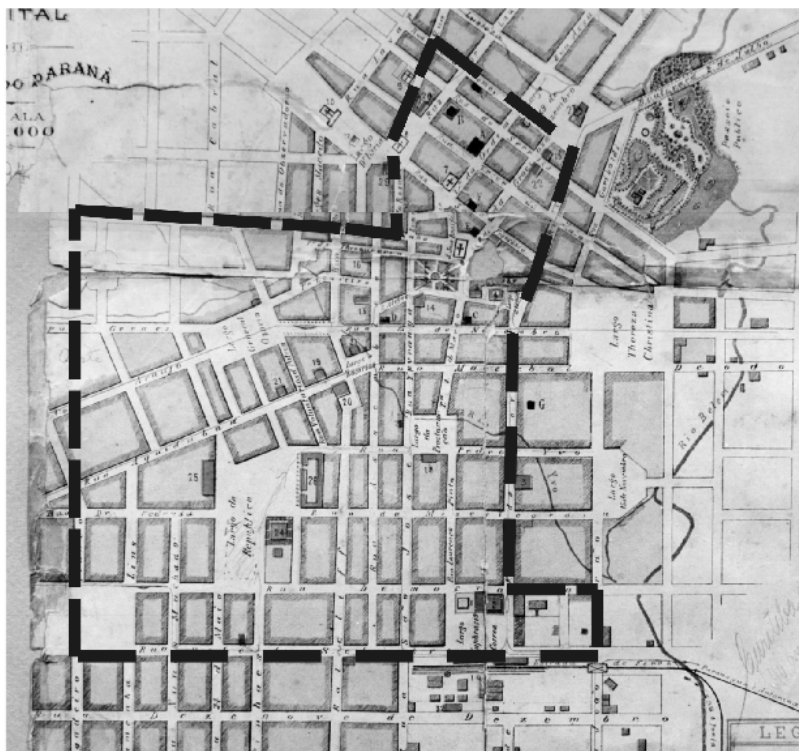
Nos terrenos de mais de 60.500m<sup>2</sup> a proporção mínima será de 10%, não tendo, porém, a área reservada nunca menos de 12.100m<sup>2</sup> quando na planta geral estiver projetada uma praça (C.L.D.A.M).

Tal prática, atualmente regulamentada por Legislação Federal, tem como objetivo garantir áreas necessárias para vias, espaços livres e institucionais. Cândido de Abreu também cria a Comissão de Melhoramentos da Capital, “*com pessoal administrativo e técnico estritamente indispensável e respectivos vencimentos que ocorrerão por conta da lei municipal [para que] dentre os problemas, cuja a solução mais imperiosamente se faz sentir, pois afetam as condições de higiene, salubridade pública e conforto dos munícipes, destacam-se a pavimentação, recalçamento, macadamização das ruas e demais serviços complementares, segundo o plano das obras que esta Prefeitura tem em elaboração*”; com a finalidade de agir



dentro da lei, no caso de “desapropriações e assim efetuar obras de instalação e embelezamento da cidade” (C.L.D.A.M) .

Cândido de Abreu já tinha desempenhado o papel de técnico em época anterior junto ao Instituto de Terras sendo o responsável por vários assentamentos das colônias ao redor de Curitiba. No entanto, pode-se afirmar que, a partir da segunda gestão de Cândido de Abreu, Curitiba, define por meio de legislações, a imagem de uma cidade “moderna” e institucionaliza, desde a criação da Comissão de Melhoramentos da Capital, um órgão de planejamento urbano.



**Figura 2.14 – Área Nobre – proibição de construções de madeira**  
Fonte: Mapa-base – Planta de Curitiba (1894)

### 2.3 CÓDIGO DE OBRAS 1919 - ZONEAMENTO PRELIMINAR

Na história do planejamento da cidade, um novo Código de Obras é promulgado pela Lei Municipal nº 527 em janeiro de 1919. No mapa de 1919, pode-se observar a expansão do núcleo central com o reforço da forma reticulada e a área do “roció” com suas várias colônias implantadas. São definidos os municípios limítrofes da cidade de Curitiba: ao norte, Tamandaré, ao sul e região sudeste, São José dos Pinhais, a leste Piraquara, a nordeste, Colombo, a noroeste, Campo Largo e a sudoeste, Araucária. (Figura 2.15)

Na análise comparativa do código anterior, muitas posturas são idênticas. Porém, observam-se preocupações de ordenação mais sistematizadas de uma área que apresentava índices de crescimento espacial. No Capítulo I, a cidade é dividida em três zonas: urbana, suburbana e do roció, com especificações diferenciadas para cada área, divididas de acordo com as suas funções e serviços (Art. 1º Capítulo I). Na Zona 1 concentram-se habitações e casas comerciais de alvenaria, de segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Na Zona 2 localizam-se as fábricas, habitações de operários qualificados, de imigrantes e a instalação de serviços públicos, e a Zona 3 destina-se aos demais operários e sitiantes. Ainda que, de forma implícita, como a incompatibilidade de usos, e a proibição de construção de casas de madeiras na área central, nesta legislação pode-se observar a zonificação na cidade por meio da definição de uso do solo, elitizando algumas regiões e induzindo aos primórdios da segregação espacial na cidade.

A proposta de divisão da cidade por zonas, historicamente, de acordo com Mancuso (1980) e Relph (1987), é originária da Califórnia, da cidade de Modesto em 1885, com o objetivo discriminatório, porém velado, de afastar os imigrantes chineses, em que proibia a implantação de lavanderias na área central, e removia as existentes, principal atividade desenvolvida por aqueles imigrantes. Prática seguida nas políticas públicas de San Francisco, Sacramento e Los Angeles. Na Alemanha, no período após a Primeira Guerra, o zoneamento foi utilizado para afastar os matadouros das áreas residenciais e, segundo Hall (1988), o modelo alemão conjugava o solo e altura dos edifícios. De acordo com Gislene Pereira (2002), o modelo alemão assume aspectos político-sociais enquanto a prática americana reforça as questões econômicas.





**Figura 2.15 - Mappa do Município de Curitiba-1913**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Quanto ao Capítulo II, as posturas relativas à “Viação Pública Urbana”, à largura das ruas e à criação de largos ou praças são “*conveniências de ordem e esthetica ou higyenica*” (§2º, Art.7º, Capítulo II). Há regulamentação de toponímia de ruas e de numeração, esta última acrescida de artigo que define, no caso de praças, que as edificações adjacentes “*deverão estabelecer numeração contínua*”, reforçando a centralidade e um possível “*enclosure*” dos espaços públicos (Art.9º e Art.12º, Capítulo II).

As citações de conveniências de ordem estéticas ou higiênicas são aportes de referência, no âmbito nacional, das intervenções de Saturnino de Brito, nas cidades de Campos (1903), Rio de Janeiro e Santos (1905-1910). De acordo com Segawa (1999), Saturnino de Brito foi um importante técnico da área sanitária preocupado também com o ambiente da cidade como um todo, reconhecendo em seus escritos a importância do aporte urbanístico de Camillo Sitte. Em suas diretrizes para o plano de Santos, afirma a necessidade da adoção da dimensão estética<sup>49</sup> para as cidades brasileiras.

A ênfase na continuidade do alinhamento é observada, mantendo-se este seja recuado, ou seja, no nível das edificações, obedecendo a uma continuidade dos edifícios pré-existent, dos gradis ou dos muros (Art. 14º Capítulo II). As sebes vivas somente são permitidas nas divisas internas dos terrenos (Art. 270º Capítulo XVIII). No entanto, este Código de Obras regulamenta o novo padrão de recuos frontais de 5m adotados em várias cidades brasileiras, porém ainda não obrigatório. Por outro lado, nas edificações construídas de madeira, deve-se adotar o padrão mínimo de 10m de recuo frontal (Art. 16º).

Com o estabelecimento de recuos, a configuração espacial das ruas define padrões diferenciados das primeiras cidades coloniais brasileiras, nas quais as edificações são os elementos definidores das vias, modificando-se gradualmente seu caráter inicial. Segundo Reis Filho (1987), esta nova prática indicava um avanço da tecnologia de construção, na liberação da edificação no lote, e promovia o surgimento de novos tipos de jardins, desaparecendo a uniformidade dos esquemas de residências.

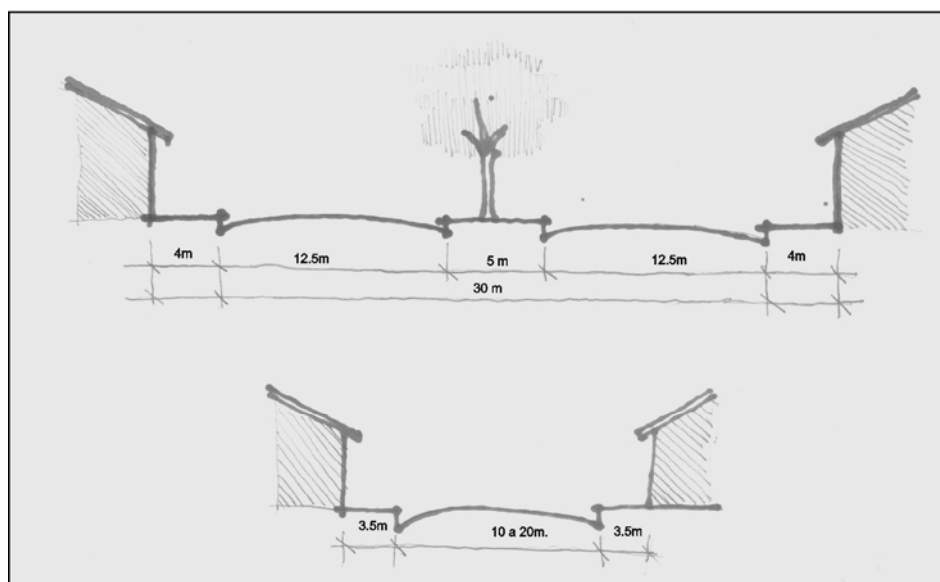
---

<sup>49</sup> A tradução em português resumida do livro de Camillo Sitte “A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos”, traz um apêndice das propostas de Saturnino de Brito para a cidade de Santos. Siite, Camillo. A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos. São Paulo: Ática, 1992.

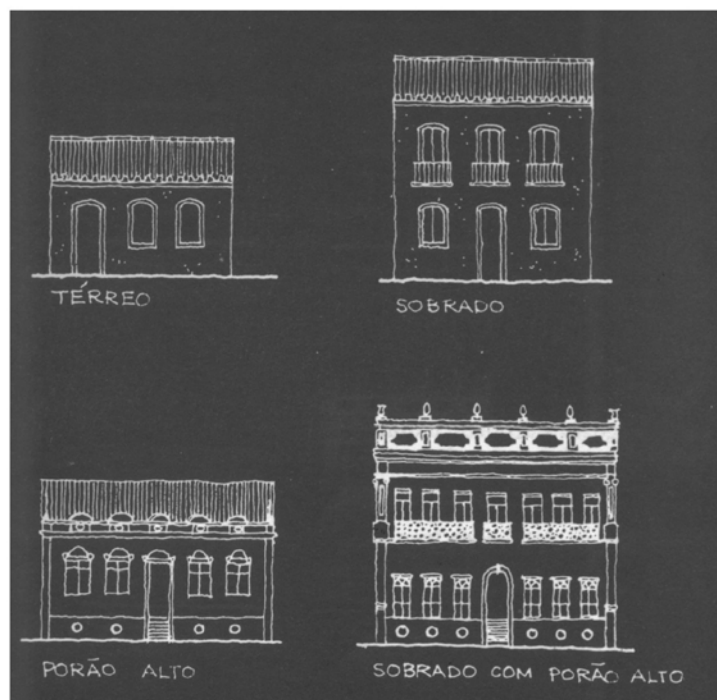
Os Artigos 21, 22 e 23 definem a hierarquia viária e o uso do material *petit-pavé*, ou pedra portuguesa: “os *calçamentos dos passeios serão de cimento, de ladrilho, de mosaico, de asfalto ou petit pavé e lajes de pedra de 0.20x0.20*”, obedecendo a determinação da Prefeitura. (Art.26, Capítulo II). Quanto às dimensões das vias, estas variam de 30m, de 12 a 22m e de 10 a 20m. Nas ruas de 30m deverá haver um canteiro central de 5m. “*convenientemente arborizada e, quando possível ajardinada*”, criando a imagem dos chamados boulevares, como, por exemplo, os propostos por Hausmann em Paris (Figura 2.16)

Na “secção” III do Capítulo II, referente à construção de prédios, são estabelecidos os seguintes gabaritos: o primeiro pavimento terá pé-direito de 4.50m., no segundo 4.20m., e 4,00m. para os demais; as paredes externas não deverão ser de madeira ou de estuque (4º e 5º, Secção III, Capítulo II). As questões de salubridade são definidas de acordo com a necessidade de ventilação de todos os compartimentos, por meio da definição de dimensões para aberturas como portas de 3.30 x 1.30; janelas de peitoril de 2.30 x 1.15; janelas e portas de 3.30 x 1.30 e portas denominadas *portes cochères* e portas de 3.30 a 4.0 x 2.00. No Capítulo XX, o Art. 282 obriga os proprietários a renovar anualmente as pinturas externas de seus prédios e, no caso de pintura a óleo a cada três anos. Esse tratamento é justificado por questões de higiene. A altura das edificações, o tipo de revestimento externo e a padronização de aberturas são os principais elementos que configuram uma paisagem da rua, e podem, no seu conjunto, compor a caracterização das cidades.

O Art.47 estabelece a adoção obrigatória de *porões*, nos casos de edificações destinadas à habitação, com altura mínima de 0.70m, contados do nível do passeio até a parte inferior dos barrotes com aberturas para garantir a ventilação. Conforme Reis Filho (1987), nos finais do século XIX, a arquitetura começou a adotar o esquema da casa de *porão*, conservando uma altura discreta da rua e aproveitando simultaneamente este espaço para alojamentos de empregados e locais de serviço (Figura 2.17).



**Figura 2.16 - Corte Esquemático de Vias (Código de 1919)**



**Figura 2.17 - Evolução do padrão de residências**  
 Fonte: REIS FILHO, 1897, p.41

As esquinas recebem um tratamento diferenciado na adoção de padrões de construções proibindo “arestas vivas”. Desta maneira, as esquinas terão seus cantos cortados em ângulo de 45° ou em curvas assimétricas, sendo a primeira edificação considerada padrão. O vão deverá ter obrigatoriamente janela, porta ou algum elemento de decoração. Tais regras preveem o aumento da visibilidade entre ruas; no entanto, a prática de adotar aberturas reforça a esquina como espaço convergente na área central urbana<sup>50</sup>.

A seção IV trata especificamente das casas de madeira e proíbe, na zona considerada urbana, a sua edificação, dando continuidade ao parecer nº45 de 11 de abril de 1906. Na segunda zona, a suburbana, o seu uso é permitido desde que: “*haja no alinhamento da rua ou praça gradil de ferro sobre alicerce de alvenaria*”; alinhamento frontal de 10m. e laterais de no mínimo 2m.; pé-direito (do assoalho ao forro) de no mínimo 4m., cada compartimento de no mínimo 36m<sup>2</sup>; construída sobre alicerces de madeira; largura de janelas de 2,30m e de 1,10m; as abas frontais dos telhados o ornamento *lambrequim*<sup>51</sup>; pintura externa e interna a óleo; e aquelas avarandadas de no mínimo 1.50m. A Figura 2.18 demonstra um remanescente de casa de madeira construída de acordo com as especificações da legislação.

Em relação às casas de madeiras construídas na terceira zona, denominada “rocio”, a pintura das paredes poderia ser feita a cal. Não somente em Curitiba, mas em várias cidades paranaenses, as casas construídas por imigrantes eram feitas de madeira, pelo fato de domínio da técnica construtiva, mas também pela abundância de matéria-prima local. As construções de madeira começaram a ser rejeitadas e, sua utilização proibida na área central da cidade considerada urbana.

---

<sup>50</sup> O Fórum Internacional das Culturas (2004) sediado em Barcelona foi organizado em três eixos temáticos: diversidade de culturas, desenvolvimento sustentável e condições de paz. Nas discussões referentes ao desenvolvimento sustentável foram abordadas as questões: o legado humanista, a base da legitimidade democrática e a *esquina* como lugar urbano único - como “um santuário dos encontros” (Fórum 2004, Barcelona 9 de maio – 26 de setembro de 2004).

<sup>51</sup> Dudeque (2001) refere-se aos lambrequins como uma *lenda urbana* de Curitiba, uma imagem da genuinidade da arquitetura imigrante que não necessariamente seria original a partir do momento em que estava incluído o seu uso no Código de Obras e relata que a caracterização européia da tipologia de chalés era utilizada em várias cidades brasileiras como modismo. Porém, interpretação diversa pode ser dada, a partir do momento, em que estudos de arquitetura da imigração têm observado que o lambrequim, no Brasil, não teria somente o aspecto funcional (como pingadeira), mas como referência de autoria de mestres-carpinteiros, ou mesmo como elemento decorativo.



**Figura 2.18 – remanescente de cada de madeira**  
Construção segundo o Código de Obras de 1919

O Capítulo V “Policiamento de Ruas; Liberdade de Transito” regulamenta uma variedade de procedimentos não permitidos, como o lançamento de lixo nas ruas; não-conservação de árvores; fixação de cartazes; roupas e tapetes estendidos de modo que sejam vistos da via pública; obras em calçadas; tráfego de animais; lavagem de veículos, bicicletas e cavalos nas ruas; jogos recreativos em ruas, entre outros. Vários desses artigos impõem regras de convivência comunitária e padrões ratificando a importância dos aspectos visuais e de ordem nas vias públicas. Como observa Pereira (1998), as posturas compunham uma manual de civilidade urbana, pois as regras de comportamentos referiam-se ao espaço público, definindo as condutas consideradas aceitáveis.

Verifica-se a adição de níveis e categorias de atividades classificadas como “*incomodos, insalubres ou perigosos*” que deveriam localizar-se em áreas apropriadas, com definição de distâncias mínimas para sua implantação, de acordo com os critérios da Prefeitura (§1º Art.133 e Art.134 Capítulo VIII). Esta legislação afirmava que o progresso da ciência e do avanço da tecnologia e da indústria pode ser fundamental para a revisão do que pode ser considerado nocivo (§3º Art.133 Capítulo III).

Neste Código de Obras, observa-se, da mesma maneira que o código anterior, a proteção das matas de mananciais e rios, como elementos de contenção de erosão. No

entanto, acrescenta a proibição de devastação de florestas, e também, um incentivo fiscal do município ao proprietário “*que tiver feito a maior plantação de pinheiros ou madeira de lei, acima de cinco mil pés*” (Art. 145 Capítulo IX). Pode-se afirmar que, essas normas com incentivos fiscais foram precursoras de uma legislação ambiental do Município de Curitiba.

Medidas consideradas de saúde pública, regulamentadas pela “Directoria de Hygiene”, estabelecem locais e transportes adequados para corte e venda de carnes, estâbulos, venda de leite, fabricação de pães, barbearias, com definições de tipo de construção, material, pintura, entre outros critérios que deveriam ser previamente obedecidos. Outras regulamentações definem tipos de diversões e licenças para os carnavais, cemitérios e processos para funerais (Capítulo XII, XIII, XV).

O Código de Obras de 1919 dá certa continuidade à maneira de organização dos núcleos urbanos, herdados dos portugueses; contudo, o estabelecimento de recuos das edificações, em relação às divisas do lote, transformaria a paisagem de Curitiba. A contigüidade das fachadas anteriormente desejada era necessária para compor a definição de volume das quadras. No momento em que a edificação pode ser isolada, enquanto volume, a arquitetura é tratada e percebida individualmente, não mais enquanto componente de um conjunto. A introdução dessas modificações de “construir” o urbano era consoante a certas inovações tecnológicas e à nova maneira de construção da burguesia.

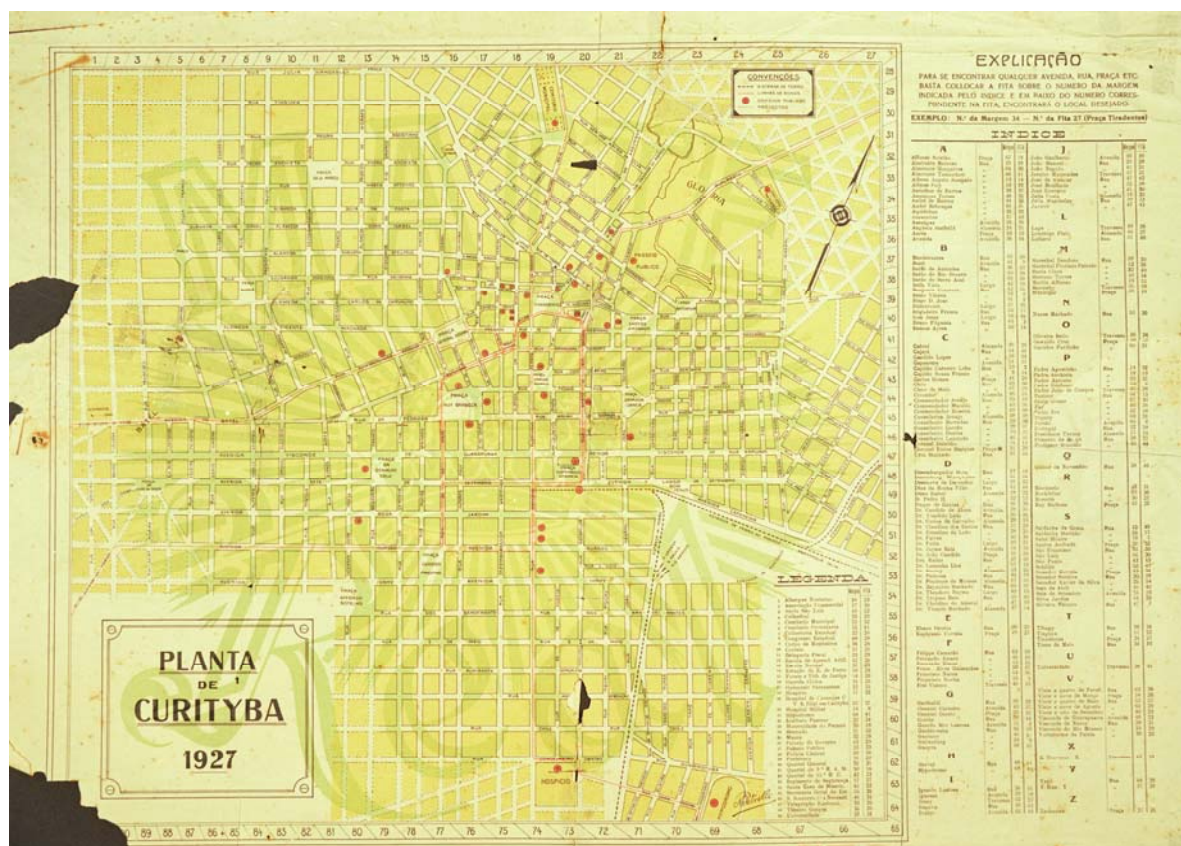
Em relação a algumas manifestações urbanísticas do Brasil, daquela época, como anteriormente comentado, as ações de planejamento de Saturnino de Brito, no plano de Santos, estabelecia diretrizes de salubridade e embelezamento das cidades cujas referências, influenciaram nas diretrizes e condução do pensar urbano. A formulação do idealismo das cidades-jardins de Howard teve desdobramentos no sentido de conciliação das vantagens da cidade com o campo. Este pensamento se materializou nos projetos de Letchworth (1903) por Louis de Soisson e Welwyn (1919), por Unwin e Parker (1906). A vinda de Unwin e Parker, entre os anos de 1917-1919, para São Paulo, para desenvolver os projetos do Jardim América e do City Lapa e a remodelação do Parque Trianon trouxe experiências de ressonância de “projetação” urbana para o Brasil.

Dessa forma, os estabelecimentos das regras do Código de Obras de 1919 contêm, em linhas gerais, diretrizes para reforçar o caráter de capital moderna na área central,



negando as estruturas coloniais. Por meio da incompatibilidade de usos e de proibição de casas de madeira, pode-se observar, na prática, uma zonificação, eletizando-se algumas áreas. As regras de convivência comunitária referiam-se ao ordenamento do espaço público. Os postulados desta lei dão continuidade às questões de regularidade, de higienização do espaço urbano, e de preocupação com a dimensão estética.

Na planta de Curitiba de 1927, verifica-se o predomínio da malha reticulada nas áreas expandidas, de acordo com os ideais de ordenamento, porém com quadras de dimensões menores do que o núcleo inicial. No entanto, novas morfologias, como a praça Dr. Luiz de Souza, em forma crescente, e o chamado *patte d'oie* são linguagens formais urbanas incorporadas ao repertório espacial de Curitiba, como pode ser observado na área de expansão sul (Figura 2.19).



**Figura 2.19 – Planta de Curityba de 1927**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba



## 2.4 DE CAMBERRA À CURITIBA DE AGACHE – 1941-1943

Curitiba entra no panorama mundial do urbanismo com o plano desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Donalt Agache<sup>52</sup>, entre 1941 e 1943. No seu currículo constavam várias experiências urbanas e o 3º lugar no concurso internacional para a nova capital da Austrália. Reps (s/d) fez a transcrição do concurso de Camberra, e a concepção para projeto urbano de Agache deveria ser subsidiada em três questões fundamentais: “*utilitarian, hygienic e architecture and beauty*”.

Em seu plano para Camberra, na questão do *utilitarismo* leva-se em conta as condições do solo, as provisões contra as enchentes e a divisão de áreas: política e administrativa, comercial, industrial, universitária, residencial e jogos e esportes em parques e jardins, e complementa-se com importantes edifícios e monumentos. Sob o ponto de vista da *higiene*, definem-se os espaços livres, as reservas florestais e os projetos de drenagem. Reafirma-se a necessidade de setorização e a configuração dos gabaritos definindo as áreas

---

52 ALFRED HUBERT DONAT AGACHE nasceu em 1875, em Tours na França, e faleceu no dia 5 de maio de 1959, em Paris. Formou-se na Escola de Belas Artes de Paris, onde foi aluno de Ladoux, Architect Diplômé Para Le Gouvernement e Chevalier de la Légion d'Honneur, lecionou como titular da cátedra de História de Arte, no College Libre des Sciences Sociales. Tornou-se consultor de diversas sociedades e um especialista na remodelação de cidades, com trabalhos na Europa, Américas do Sul e Norte. Em 1903, ganhou seu primeiro Concurso Internacional para a Crítica da Capital da Austrália: Camberra. Nesse mesmo ano publicou *La housing – question a Londres*, um estudo da habitação popular em Londres, editado por FIRMIN DIDOT. Publicou, em 1911, *Lá cité jardim* (Alliance d'Hygiène Sociale) no Congresso de Roubaix. Em 1913 publicou *Cités jardins et villes futures*, pela Câmara de Comércio de Nancy e em 1914 lançou sua obra *La grande ville*, a que ele deu o subtítulo de *Etude d'urbanisme – Les documents du progrès*, edição de Félix Alcan. *Reconstruire nos cités détruites*, *Notions d'urbanismes s'appliquant aux villes, bourgs et villages*, trata de urbanismo para ser usado após a guerra, editado pela Livraria Armand Colin e em 1917, a coleção *La construction moderne*. Antes de vir ao Brasil, publicou, em 1923, *Comment on fait un plan de ville* do volume *Ou en es l'urbanisme*. A partir de 1919 foi responsável, na Europa, pelos seguintes planos: Plano de Urbanização de Paris, Plano de Urbanização de Dunquerque, Plano de Urbanização de Poitiers, Plano de Urbanização de Dieppe, Plano de Urbanização de Orleans e o Plano de Urbanização de Lisboa. Em 1927 veio ao Brasil pela primeira vez a convite do prefeito do Distrito Federal, Prado Júnior, para elaborar estudos urbanísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Assim, durante três anos, contratado pela PDF Agache, trabalhou na execução do projeto de remodelação do Rio de Janeiro. Em 1930 publicou o livro “*Cidade do Rio de Janeiro – Remodelação, extensão e embelezamento*”, editado pela Foyer Brésilien Editor, de Paris, plano que constitui um marco no desenvolvimento do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro. Em 1933, escreveu um artigo para a Revista Municipal de Engenharia, também tratando do Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro de forma sintética. Em 1939, organizou a Exposição do Progresso Social na cidade de Lille e retornou ao Brasil, onde auxiliou na elaboração de planos de embelezamento de várias capitais brasileiras. Nesse mesmo ano, fixou residência no Brasil e colaborou como consultor técnico dos engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno. Participou na elaboração de várias capitais e cidades brasileiras: Curitiba, no estado do Paraná, Campos, Atafona e São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, Vitória, no estado do Espírito Santo em colaboração ao Escritório Otávio Catanhede, e em São Paulo, onde projetou Interlagos. Elaborou também os estudos do Parque Paisagístico da Estância Balneária de Araxá, em Minas Gerais. (Apud LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Nobel, 1999. p. 545-546).

da cidade: zona principal (centro da cidade que deve ser reservado para o comércio e negócios com edificações altas); zona secundária, concêntrica, de diâmetro pré-determinado e com edificações que atingem a metade das proporções da primeira zona. A terceira zona é concêntrica em relação às anteriores, com gabarito estabelecido de 1/3. Por fim, a distribuição de hospitais, mirantes, áreas militares e cemitérios. Em relação ao ponto de vista *arquitetônico e de beleza*, os aspectos de monumentabilidade e de panoramas desejáveis para uma capital federal, fazem parte da concepção do plano. Desta forma, descrevem-se as vistas, os horizontes e reforça-se a potencialização dos elementos naturais (REPHS, s/d). (Figura 2.20)



**Figura 2.20 – Plano de Camberra – Agache (1912)  
– 3º lugar**

Fonte: <http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/agache.htm>

O estudo de Agache para o Rio de Janeiro (1927-1930), semelhante em sua concepção ao de Camberra, baseava-se em três pontos: circulação, higiene e estética, porém a proposta foi só parcialmente executada. Segundo Leme (1999, p.362), Agache compara a

*“aglomeração urbana a um organismo vivo”* onde *“nenhuma imagem poderia representar melhor a constituição e a vida nas cidades. Estas nascem, vivem e como os seres animais enfraquecem e morrem”*. Observa-se o discurso biologista em que, de acordo com Torres (1996), houve a substituição de um modelo mecanicista por um biologista.

Um planejamento regional foi esboçado, e as cidades de veraneio, Petrópolis e Teresópolis foram projetadas como cidades-jardins. O plano tinha como diretrizes a questão de circulação, o zoneamento por meio do estabelecimento de áreas hierarquizadas de diferentes setores econômicos, e a criação de unidades de vizinhança separadas por áreas verdes, bem como uma gradação que ia de edifícios altos até casas térreas nos subúrbios. Esta proposta deu certa continuidade aos planos desenvolvidos por Pereira Passos, na execução de grandes avenidas e praças, houve o cuidado com as perspectivas, quer quanto aos edifícios existentes quer quanto aos monumentos modernos a serem erguidos. A previsão de um zoneamento “moderno” para a capital tinha o intuito de assegurar um crescimento da periferia através de uma acentuada especialização de usos. No entanto, o então Distrito Federal já abrigava as favelas em locais de topografia acentuada, próximos ao centro, e Agache de uma maneira simplificadora diante do problema emergente, propõe reservas de áreas públicas destinadas à construção de moradias populares.

Em Curitiba, o plano desenvolvido pela empresa paulista Coimbra Bueno & Cia<sup>53</sup>, contrata Agache<sup>54</sup>, como consultor. De acordo com Silva (2002), foi a primeira experiência de planejamento urbano em Curitiba nascida de uma decisão política de intervir na ordenação do solo, na remodelação da cidade e no embelezamento com a ajuda dos progressos da ciência e da técnica.

Agache com concepções urbanas pré-definidas e baseadas em experiências anteriores, prossegue de forma semelhante à empregada em Camberra e no Rio de Janeiro. Os autores do plano argumentavam que *“de uma aglomeração de casas sem uma característica que a distingue, passaria a ser uma cidade orgânica, um complexo inteiriço, com a fisionomia própria de uma capital”* (Apud FARACO, 2002, p.55). O plano fundamenta-se em

---

<sup>53</sup> A firma de engenharia Coimbra Bueno e Cia. Ltda havia se notabilizado pouco antes pela construção da capital do Estado de Goiás, Goiânia.

<sup>54</sup> De acordo com SILVA apud FARACO (2002) “quanto ao trabalho de estrangeiros, a ideologia nacionalista do Estado Novo não favorecia a contratação de técnicos estrangeiros, tanto assim que Agache trabalhou como colaborador e consultor e não como arquiteto do escritório”.

três postulados: saneamento, circulação (descongestionamento do tráfego urbano) e centros funcionais. Observa-se que a dimensão estética dos planos anteriores é substituída por “centros funcionais”, que segundo Trindade (1997) a organicidade de Curitiba dar-se-ia por intermédio do perfeito funcionamento de seus centros ou “órgãos funcionais”, os quais interagindo harmoniosamente constituiriam um conjunto sob regência de sua função maior – a sede do Governo do Estado (Apud Relatório da Turma V, 2003) (Figura 2.21).



**Figura 2.21 – Plano de Agache para Curitiba**

Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba

Em relação ao saneamento, propõe-se a drenagem dos banhados, a canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais e rede de abastecimento de água. Conforme Segawa (1999), já na segunda metade do século XIX a preocupação com a infra-estrutura era observada nas cidades como Rio de Janeiro, Recife, Santos, Manaus, e Salvador, com implementação de sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgoto.

Quanto ao descongestionamento, estabelece-se um plano de avenidas ao qual integram-se os centros funcionais. Define-se uma hierarquização do tráfego urbano, com vias de acesso externo, caracterizados por avenidas perimetrais (AP-0, AP-1, AP-2, AP-3) para a circulação da produção e abastecimento urbano; quatro radiais iniciadas na AP-1 (RP-1, RP-2, RP-3, RP-4); e as diametrais. A abertura de largas avenidas no tecido urbano, reflexo da “haussmanization” que, segundo Bruand (1981), dificilmente poderia ter ocorrido coisa diversa de um discípulo de Haussmann quanto aos princípios de base.

O zoneamento da cidade é definido pelos centros funcionais ou centros especializados. O centro cívico, de acordo com o arquiteto deveria ser “*a sala de visitas da cidade*”. Uma praça de características especiais cercada por edifícios destinados aos órgãos da administração. A sua localização, com fluxo pela Av. Cândido de Abreu, deslocaria o centro de gravidade do núcleo inicial (Praça Tiradentes), possibilitando um conjunto arquitetônico monumental e a criação de bairros residenciais modernos. Como centro comercial social considera-se a Praça Tiradentes e a Rua XV de Novembro, área com previsão de garagens subterrâneas, dado o número crescente de automóveis, continuando os arredores como centro comercial da cidade. Próximo à estação rodoviária deverá ser localizado o centro de abastecimento com um grande mercado central. Outras áreas especializadas são concebidas: a militar (Bacacheri), esportiva (Tarumã), de educação (Centro Politécnico) e industrial (Rebouças). O projeto prevê uma série de parques como elementos importantes, como o Parque da Lagoa do Barigui, o Parque do Ahú, o Parque do Capanema e o Hipódromo, o Cemitério Parque, o Parque entre as Avenidas Ivaí e Iguaçu, a Avenida Parque AP-3 (Boletim da PMC, 1943).

Vários dos elementos de concepção propostos por Agache, em Curitiba, são semelhantes àqueles descritos no memorial do concurso para Camberra. Agache trabalhou também em Chicago e, observa-se que o plano da cidade de 1914, tem como diretriz principal um anel em torno do centro. No entanto, de acordo com Faraco (2002) o Plano de Avenidas de Curitiba foi instituído pelo Decreto Lei nº 23/1942 antes mesmo da conclusão do Plano de Urbanização e inspira-se no Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo, concluído em 1930. Verifica-se na comparação entre os planos de avenidas criados por ambos, são formalmente bastante similares, no que tange à resolução espacial, mediante avenidas radiais e perimetrais com parques que garantem um sistema de áreas verdes. (Figura 2.22 e Figura 2.23).

De acordo com Oliveira (1995), a série de avenidas radiais e perimetrais, destinadas a organizar o tráfego presente e direcionar o crescimento futuro da cidade, seguem os pressupostos urbanísticos da época. Na análise da Figura 2.3, pode-se supor a influência das idéias da Escola de Chicago e, no Brasil, a construção de Goiânia, cuja concepção foi vinculada à idéia da cidade-jardim, projeto construído pela mesma empresa responsável pelo plano Agache em Curitiba. Porém, os postulados de maior disseminação eram os ideais da paradigmática Carta de Atenas de 1933, que requeria a organização das funções básicas da cidade em trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito e habitar. Especialmente, à

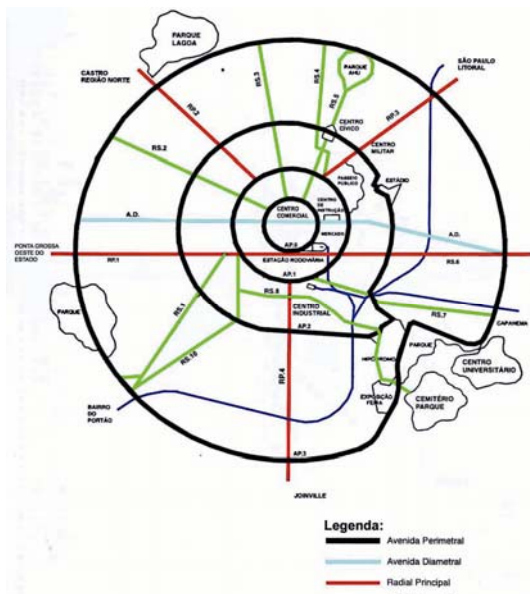
semelhança do plano de Agache, a divisão da cidade por funções e a ligação entre esses setores era realizada por meio de vias expressas, tais ideais refletiam que a organização da cidade seria capaz de ordenar a sociedade<sup>55</sup>.

No plano de Agache foi proposto um Código de Posturas e Obras o qual continha o zoneamento e, segundo os autores, seria a base de todo o plano idealizado. Este instrumento instituía a divisão da cidade naquelas quatro áreas distintas foi aprovado somente em 1953. De acordo com Silva citado por Faraco (2002, p.58) este recebeu influências do Código de São Paulo “[...] é possível observar que as regulamentações do Código de Obras Arthur Saboya para os anos 1930 se assemelham em muito às do Código de Obras de Curitiba feito em 1953 [...]”. De acordo com Torres (1996), o urbanismo nesta época era considerado como uma disciplina pragmática aplicado como política do Estado. Curitiba, assim como outras capitais brasileiras, passa a fazer parte das inúmeras experiências de organização das cidades, por meio de ordenamentos e incorporação tanto de regras como de modelos.



**Figura 2.22 – Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo**

Fonte: Folha de São Paulo, Caderno Especial, Eleições, 2004, p.16



**Figura 2.23 – Plano de Avenidas de Agache para Curitiba**

Fonte: AGACHE, 1943. In: Boletim da PMC, v.2, n12, nov/dez/1943

<sup>55</sup> Esta questão está na base das discussões sobre o urbano e há muito tempo faz parte da História da cidade. Lavedan entende que Hipódamo considerou como verdadeira inovação compreender que a forma da cidade era a forma de sua ordem social e que, para remodelar uma delas, é necessário introduzir mudanças apropriadas uma na outra (Apud MUNFORD, 1998, p.192).



## 2.5 A DURABILIDADE DO PLANO SERETE – 1965

Nessa época o discurso do governo do Estado era o projeto de modernização que tinha em vista o incremento da industrialização do Paraná. Dessa forma, as iniciativas em torno do projeto de modernização disseminaram uma cultura de planejamento urbano. A concorrência administrativa para elaboração do PPU - Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba - foi vencido pelo consórcio SERETE o qual realizava para a CODEPAR, financiadora da concorrência do PPU via Carta Convite, um estudo econômico da região Sudoeste do Paraná. Segundo Faraco (2002), a elaboração de Planos Preliminares antecedendo a elaboração do Plano Diretor era prática corrente no Estado de São Paulo, no fim da década de 1950 e início dos anos de 1960.

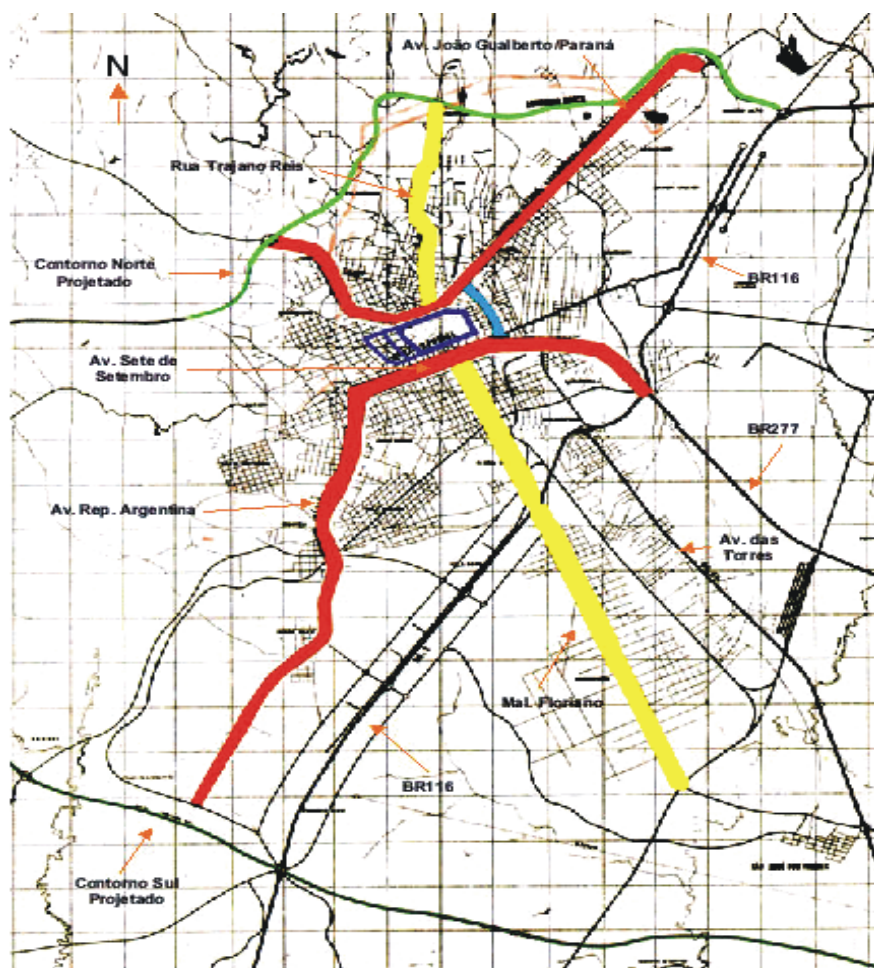
As diretrizes urbanísticas indicadas no Plano SERETE para Curitiba foram: crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida; hierarquia de vias; desenvolvimento preferencial da cidade no eixo nordeste-sudoeste; policentrismo e adensamento; extensão e adequação das áreas verdes; caracterização de áreas de domínio de pedestres e criação de uma paisagem urbana própria.

De acordo com Faraco (2002), das diretrizes citadas quase todas independiam do diagnóstico socioeconômico e urbanístico desenvolvido no plano. Eram idéias pré-concebidas pelo arquiteto Jorge Wilhelm que, em parceria com a Sociedade SERETE, foi responsável pela elaboração do PPU<sup>56</sup>. Faraco (2002) afirma ainda que das diretrizes apontadas somente o desenvolvimento preferencial da cidade ao longo do eixo nordeste-sudoeste obedeceu à realidade local; todas as demais são teses préconcebidas ou objetivos a serem alcançados.

As diretrizes propostas pelo PPU transformaram o sistema viário municipal proposto por Agache, concebido com anéis concêntricos, para uma estrutura linear baseada em duas grandes vias estruturais que moldariam o crescimento da cidade: a via rápida estrutural Norte e a Sul que teriam largura constante de duas faixas rápidas e uma lenta e sem cruzamentos no percurso de 300m (Figura 2.24).

---

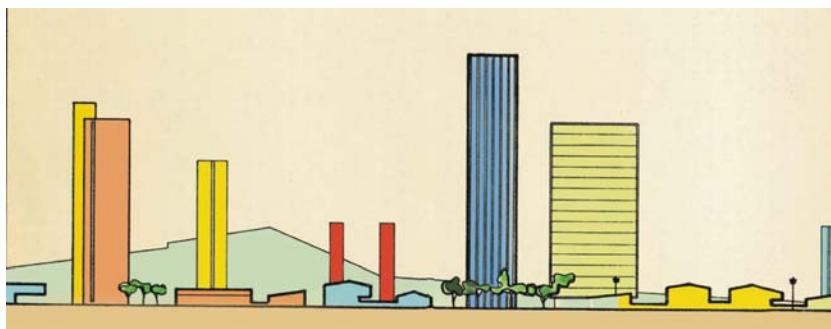
<sup>56</sup> Segundo Faraco (2002), “o crescimento linear de áreas centrais, vias rápidas estruturais tangenciando o centro principal, anéis de dispersão de tráfego, policentrismo, vias exclusivas de pedestres são idéias que Wilhelm defendia para São Paulo e foram transpostas para Curitiba” (FARACO, 2002, p.99)



**Figura 2.24 – Plano SERETE - Sistema Viário**  
 Fonte: IPPUC

Ainda em relação ao sistema viário o PPU propunha um anel perimetral envolvendo o centro e uma ligação com as vias de acesso à cidade, na construção da Avenida das Torres e no projeto de quadras residenciais no entorno da BR-2 (atual BR-116) para acelerar o adensamento (Figura 2.25). O Plano definiu ainda a criação de uma rua de pedestres no centro da cidade de forma a criar espaços de encontro e utilização dos miolos de quadra para o comércio. Tais questões transformariam a configuração da paisagem de Curitiba, com suas propostas de adensamento ao longo das vias estruturais e do crescimento linear ao longo desses eixos complementado por um cinturão verde formado pela zona rural em todo o seu perímetro (SCHUSSEL, 2005).





**Figura 2.25 – ZR2 – Adensamento e Criação de “paisagem própria”**

Fonte: FARACO, 2002, p. 119.

São vários os autores, como Oliveira (1995), Souza (2001), Faraco (2002), Leitão (2002) que afirmam a inspiração das recomendações expressas pelos CIAMs<sup>57</sup> – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - em especial os postulados urbanos da Carta de Atenas de 1933, no PPU. Dessa forma, as principais correlações caracterizavam-se pela divisão em zonas funcionais (e excludentes), pela transformação das ruas em avenidas, e pelas “necessidades básicas” do homem universal como habitar, circular, trabalhar e recrear. Havia por fim, a crença de que o planejamento organizando a cidade iria contribuir para a superação das contradições sociais.

Paralelamente à elaboração do Plano, ainda em 1965 foram criadas duas instituições que tiveram importância fundamental na implementação do plano: a COHAB – Companhia de Habitação popular de Curitiba e o APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (atual IPPUC). Em seguida, em 1966 é aprovado o Plano Diretor que transformou o espaço urbano da cidade na década de 70. Apesar de existir o consenso de que o Plano SERETE foi quase que praticamente a base do Plano Diretor (OLIVEIRA , 1995; SOUZA, 2001), de acordo com Faraco (2002), não são poucas as diferenças entre as diretrizes básicas do plano SERETE e as do Plano Diretor do IPPUC, entre as quais a desistência do policentrismo, a inclusão de setores históricos e a necessidade de um planejamento integrado.

---

<sup>57</sup> Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna surgem na segunda década do século XX, exercendo grande influência sobre os arquitetos e planejadores urbanos. O primeiro de uma série de dez ocorreu em 1928, na Suíça, e o último, em 1956, em Dubrovnik. Seus objetivos eram: formular o problema arquitetônico contemporâneo; apresentar a idéia arquitetônica moderna e fazê-la penetrar nos círculos técnicos, econômicos e sociais; zelar pelo problema da arquitetura. O mais importante resultado dos CIAMs é a Carta de Atenas, em 1933 (4º CIAM). A principal versão da Carta é de Le Corbusier, publicada em 1941, e exprime o conteúdo do Urbanismo Racionalista. In: LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

Entre 1971 e 1975 o arquiteto Jaime Lerner, ex-presidente do IPPUC e ex-membro de acompanhamento do Plano SERETE assume a prefeitura e implementa, em sua gestão, o plano aprovado de forma rápida e sem oposição. De acordo com Oliveira (1995) no início da década seguinte o plano já está implantado de maneira irreversível, nada mais resta a ser feito com relação ao espaço físico.

Em 1975 foi aprovada a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo que vigorou até o ano de 2000, quando sofreu uma revisão, porém manteve a estrutura geral do antigo plano alterando somente algumas de suas características secundárias. Em mensagem enviada à Câmara Municipal, o prefeito engenheiro Cássio Taniguchi é enfático ao afirmar a permanência das diretrizes vigentes “*O Plano Diretor, por sua vez, é o conjunto de diretrizes básicas que norteia o crescimento da cidade há 33 anos e não sofrerá alteração*”<sup>58</sup>.

Assim, desde 1971 a maioria dos prefeitos procedeu do IPPUC ou do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal, à exceção de Maurício Fruet (indicado) e, Roberto Requião (eleito), e são formados em Engenharia ou Arquitetura. Deste modo, Curitiba se fez na durabilidade dos postulados tanto do Plano Diretor, de 1966, quanto dos representantes políticos que, em uma continuidade de gestão quase ininterrupta, vieram em sua maioria do IPPUC. Tal fato demonstra que a construção da *paisagem projetada*, principalmente nas últimas décadas, em Curitiba, é o rebatimento espacial das forças, especialmente políticas, conjugadas pela crença na objetividade científica com a atuação de governantes de formação técnico-acadêmica embasada em um discurso desenvolvimentista.

---

<sup>58</sup> Mensagem n. 32 de 12 de nov. 1999, p.4, enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, 1999.

## 2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo olhar, o das *paisagens projetadas* pressupõe-se que as políticas e as instituições sejam agentes de formação e transformação das paisagens e, o inventário e a leitura das proposições projetadas para Curitiba podem indicar as ideologias e os modelos dominantes de organização na construção da paisagem curitibana. Para demonstrar isso se utilizou da paisagem construída e ordenada pelos decretos, códigos, legislações e planos. Pela análise das proposições verificam-se as maneiras ideais de organização do urbano, revelando nas *paisagens projetadas* a ação sistemática de construção de uma imagem ideal urbana.

Primeiramente, pelos almotacés e ouvidores, na continuidade e regularidade das ruas e contiguidade das edificações, e na separação entre público e privado no intuito de conformar espaços compactos, em uma aparência similar à dos núcleos dos colonizadores. A partir de Taulouis (1885), a intervenção racional do homem sobre a natureza é definida pela regularidade. Como resultado tem-se o ajuste da “imperfeição” das ruas, a necessidade de compor uma visão de perspectiva, o ideal de angulos retos e do paralelismo eram elementos essenciais para a organização da capital da Província. Modelos de intervenção europeus como os de Haussmann (~1870), para Paris, e o plano da cidade de La Plata (1882) eram paradigmas universais aplicados nas intervenções urbanas. De acordo com Torres (1996), esses ideais tinham sua base no positivismo e na racionalidade, em particular com a física newtoniana, como modelo universal de acordo com todas as ciências; a desacralização da natureza e a intervenção humana na ordem natural, na importância crescente do pensamento científico como substituto laico da religião e a fé no progresso.

Tais preceitos de ordenação se fazem presentes por um longo período. O primeiro Código de Posturas (1895) define ações individuais que viriam a transformar fragmentalmente a paisagem de Curitiba. Uma paisagem de edificações caiadas, com gabaritos e dimensões de aberturas (portas e janelas) estabelecidas, configuraria a imagem dos casarios presentes nas cidades coloniais brasileiras. Definições morfológicas na padronização dos lotes e de hierarquia viária previam uma paisagem ordenada e de critérios para o embelezamento do núcleo urbano.

Várias diretrizes promulgadas sucessivamente tinham como objetivo a construção de uma paisagem que negaria as estruturas urbanas coloniais e fortaleceria a idéia de modernização e desenvolvimento da capital do Estado. O reforço da centralidade da área urbana, a rejeição do uso da madeira, a criação de um órgão municipal de planejamento e a doação obrigatória de parcelas para áreas públicas, são imposições que faziam parte dos postulados para a construção de uma paisagem “moderna”.

Na análise do Código de Obras de 1919, observa-se a preocupação com a continuidade para alcançar esse ideal, prevalecendo questões como a regularidade e a higienização dos espaços urbanos. Define-se um zoneamento preliminar que divide Curitiba em 3 (três) zonas: urbana, suburbana e rocio, elitizando as áreas centrais e legitimando os princípios de segregação espacial.

A recomposição da leitura histórico-espacial das diretrizes, que influenciaram no processo da construção das paisagens de Curitiba, demonstra uma subsequente organização do espaço urbano para a burguesia emergente, por meio do estabelecimento de gabaritos e definição de materiais permitidos, como estratégia de elitização das áreas centrais. Em certo momento, a burguesia do mate reverte esse processo, importando novos modelos como volume único. Dessa forma, não mais se considerava a composição do conjunto e faz do entorno imediata área central, locus de suas mansões, menos restritivo do que o determinado pela legislação em vigor. A ordem geométrica e o paralelismo eram regras gerais de um ordenamento lógico e de referência estética. A fé no progresso positivista permanece como recorrência necessária na construção das paisagens projetadas tendo como denominador comum o discurso de modernização.

A partir de então, o planejamento urbano é compreendido como política do Estado e, o plano Agache (1941-1943) insere Curitiba no panorama de intervenções urbanísticas. As concepções do urbanista definem as preocupações em voga, máxime o saneamento, a circulação viária e os centros funcionais, pressupostos urbanísticos correlacionados com a Carta de Atenas de 1933. A resolução espacial da forma viária centrípeta, com áreas reservadas a parques, é similar à proposta do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Nessa época, segundo Torres (1996), o planejamento urbano era considerado uma disciplina pragmática.

As diretrizes básicas propostas pelo Plano SERETE como crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida; hierarquia de vias; desenvolvimento preferencial da cidade ao longo do eixo nordeste-sudoeste; policentrismo e adensamento; extensão e adequação das áreas verdes; caracterização de áreas de domínio de pedestres e criação de uma paisagem urbana própria. Estas foram proposições já defendidas pelo arquiteto Jorge Wilhelm, para São Paulo. O PPU inverte o sistema viário do Plano Agache, de anéis concêntricos para uma estrutura linear baseada em duas grandes vias estruturais que moldariam o crescimento da cidade. Apesar de ser consenso que o PPU foi a base para o Plano Diretor de 1966, há diferenças entre aquele e este, os quais consistem na retirada do policentrismo, na inclusão de setores históricos e na realização de um planejamento integrado. A partir de 1971, gestões continuadas de prefeitos-técnicos dão sequência aos princípios postulados no Plano Diretor de 1966, vigente em suas bases até hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba, v. 1.[19--] (mimeo)
- BOLETIM DA PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano de Urbanização**: Plano Agache. Curitiba: ano II, n.12, 1943.
- BROADBENT, Geoffrey. **Emerging Concepts in Urban Design**. London: E&FN Spons, 1996.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981 (tradução Ana M. Goldberger)
- CASTRO NETO, Vicente de. Grande Curitiba: Um Olhar Sobre a Evolução Urbana. In: **Metrópoles em Revista**. Curitiba: COMEC. nº 4, vol 4, p. 5-30, 2002.
- CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**: sobre a teoria da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1985. 333p.
- COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E ATOS MUNICIPAIS. Curitiba: Arquivo Público do Paraná,[19--] (mimeo)
- DUDEQUE, Irã José Taborda. **Os Espirais de Madeira**: uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001. 437p.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS XXXI Volume. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, p.138-204, 1959.
- FARACO, José Luiz. **Planejamento Urbano no Paraná: A Experiência de Curitiba**, 2002.Tese (Doutorado em Estruturas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUTIERREZ, Ramon. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1983. 776p.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.(Tradução: Pérola de Carvalho) 550p.
- JUNIOR, Rodrigo. **Curitiba em 1853**. In: Ilustração Brasileira. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, número 224. Rio de Janeiro: Edições AS. "O Malho", 1953.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do Tambamento e a Escrita da História**: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: UFPR/Imprensa Oficial, 2000.282p.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Nobel, 1999.

MANCUSO, Franco. **Las Experiencias del Zoning**. Barcelona: GG, 1980. 384p. (título original Le vicende dello zonning, 1978) (Tradução: Rossend Aequés).

MARTINS, Romário. **Curityba de Outr'ora e de Hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curityba, Commemorativa do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Brasil. São Paulo: Anhembi Limitada, 1955. 506p.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: da Universidade de São Paulo, 1980. 151p.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, Márcio de. A Trajetória do Discurso Ambiental em Curitiba (1960-2000). In: **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, 16, p97-106, jun., 2001.

PANERAI, Philippe R. e DEPAULE, Jean-Charles. **Formas Urbanas**: de la manzana ao bloque. Barcelona: Gustavo Gilli, 1986. 209p.

PARANÁ. Posturas Camara Municipal de Curityba, Estado do Paraná, decretada pela Camara Municipal em Sessão de 22 de Novembro de 1895. 66p.

PARANÁ. Código de Posturas do Município de Curitiba, Lei nº 527 de 27 de Janeiro de 1919. Curitiba: Tip. da Republica, 1919. 63p.

PEREIRA, Gislene. **Produção da Cidade e Degradação do Ambiente: A Realidade da Urbanização Desigual**, 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Câmara Municipal de Curitiba: 300 anos**. Curitiba: 1993.

\_\_\_\_\_. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense 1829-1889. Curitiba: UFPR, 1996. 184p.

\_\_\_\_\_. **A Forma e o Podre**: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas Idades Medieval e Moderna, 1998. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

\_\_\_\_\_. *Almuthasub* – Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, vol 21, nº42, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>> Acesso em 2 mar. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, ano II, nº12.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 245p.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil 1550/1720**. 2 ed. São Paulo: Pini, 2000. 236p.

RELATÓRIO DA TURMA V. **Contextualização Histórica e Socioespacial de Curitiba e RMC**, 2003. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 101p.

RELPH, Edward. **A Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987. 245p. (trad. Ana MacDonald de Carvalho).

REPS, Jon W. **Suggested Plan for a Federal Capital for the Commonwealth of Australia**. Typescript, Australian Archives, Series A762. Disponível em: <<http://www.library.cornel.edu/Rpes/DOCS/agache.htm>> Acesso em: 9 out. 2004.

RUDOFISKY, Bernard. **Ningen no tameni no michi (Streets for People)**. Tokyo: Kajima Institute Publishing Co. Ltd., 1973. 342p. (em japonês).

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. 224p.

SCHUSSEL, Zulma. Aglomeração metropolitana de Curitiba e as matrizes teóricas do planejamento, 2005. Qualificação de Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SILVA, Maclovio Corrêa da Silva. Urbanismo nas cidades brasileiras durante a primeira metade do século 20. In: **Sinopses**, nº37, p.78-86, abr., 2002.

SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento Urbano de Curitiba. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 16, p.107-122, jun., 2001.

TORRES, Horacio. El Origen Interdisciplinario de los Estudios Urbanos. In: **Seminario Internacional VAQUERIAS**. Argentina, oct., p.1-22, 1996 (mimeo).



YAMAKI, Humberto. **Buradiru ni okeru shin toshikeikaku no paradaimu**: toshi keikaku aprouchi kara (Morfogenealogia das Cidades Novas Brasileiras). Ed. Toyota, 1994. 97p. (em japonês)

\_\_\_\_\_. Arquitetura da Imigração Japonesa em Londrina – Análise de Documentação. In: **Anais da 9ª Reunião Anual SBPN**, vol. 5, nº1, p.244-245, 2001.



## ***CAPÍTULO 3***



---

### 3. PAISAGENS ÉTNICAS

---

#### 3.1 ESPAÇO E CULTURA – ESPECULAÇÕES<sup>59</sup> NECESSÁRIAS

*Paisagens étnicas*, como foi exposto anteriormente, são aquelas resultantes do processo de implantação de colônias de imigrantes ao redor do núcleo urbano de Curitiba. Parte-se do pressuposto que, de sua relação com o espaço pode-se originar valores culturais. Desde Heródoto, existe o questionamento de que a diversidade dos povos e as relações culturais têm um rebatimento nas paisagens construídas. No caso de Curitiba, foram quase 40 assentamentos projetados para os imigrantes e adaptados por eles, principalmente europeus. No entanto, para fundamentar tais questões, é necessária uma discussão prévia sobre cultura e sobre as suas relações no e com o espaço construído.

São várias as acepções do termo cultura. O Dicionário Aurélio, afirma que cultura é “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade”. Observa-se a forte conotação antropológica da definição, podendo-se notar os elementos tangíveis e os intangíveis. O Dicionário Houaiss acrescenta entre outros elementos da definição, conceitos como conhecimento/instrução e civilização, que contêm uma outra idéia de cultura, reiterando aspectos de autenticidade dos objetos culturais. Neste sentido, Cuche (1996) diz que o termo pode designar um panteão de grandes obras “legítimas” (Apud MATTELART, 1996), e Cosgrove (2003) acrescenta que a palavra é ideológica criada pela burguesia ocidental. Nesta dualidade de conceituação, existe a discussão entre a cultura compreendida que consagra grandes obras e a chamada “cultura popular”.

---

<sup>59</sup> Especulação no sentido de “perscrutar algo sumária e atentamente”, visto que o vocábulo latino designa a ação de observar com exatidão a partir de um ponto elevado e não utilizado aqui no sentido pejorativo de “imaginar algo sem fundamento” (MORA, 1982, p.131-132)

No campo da arquitetura, tal discussão tem como parâmetro os estudos de Amos Rapoport<sup>60</sup>, em *“House form and Culture”* de 1969. Afirma que, a teoria e história da arquitetura têm sido concebidas nos estudos dos monumentos e das grandes obras. Do mesmo modo que a cidade que é analisada e discutida como sistema social, econômico e político, ela tem sido considerada também como obra de arte, instrumento de comunicação e artefato histórico. Essa duplicidade de entendimento pode ser tributária de variadas tradições nacionais. Enquanto uma maneira de ver considera como elemento importante as grandes obras, uma outra entende que o ambiente construído é resultado de um conjunto de arquitetura denominada “folk”<sup>61</sup>. Desta maneira, o autor afirma que, a tradição *folk* arquitetônica é uma translação da forma física da cultura, de suas necessidades e valores – assim como desejos, sonhos e paixões das pessoas. São os ambientes “idealizados”, expressos pelas pessoas nos edifícios e assentamentos. A segunda obra de Rapoport, *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana* de 1977, acrescenta a dimensão psicológica e social na visão da cultura. O autor analisa os assentamentos e verifica que, por meio de percepções e relações culturais, enclaves homogêneos podem ser observados em várias cidades de culturas diferenciadas.

As maneiras diferentes de entendimento da cultura fazem parte da transformação das ideologias em vários campos das ciências, desde Arqueologia, Artes, História, Arquitetura, entre outros. A mudança dos valores pode ser exemplificada na análise das Cartas Patrimoniais<sup>62</sup>. Primeiro somente os monumentos e objetos vinculados à elite, seja a acadêmica, ou seja, a intelectual, eram valorizados e considerados dignos de perpetuação. Na análise da evolução do pensamento sobre o patrimônio cultural, verifica-se a inclusão de elementos, como as cidades, como representativos de valores culturais e, mais recentemente, até de elementos intangíveis.

---

<sup>60</sup> Amos Rapoport é arquiteto que faz as correlações entre tipos de habitações e as suas relações com o meio e a cultura, que acabam sendo determinantes no resultado formal. Publicou *House, Form and Culture* (1969), e o segundo trabalho extrapola a unidade de habitação, *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*, traduzido e publicado em 1978.

<sup>61</sup> A palavra Folk está relacionada a *clan, ethnic group, kin, race, tribe* em inglês. Em português está vinculada ao folclore e ao popular.

<sup>62</sup> As Cartas Patrimoniais são as publicações resultantes de discussões internacionais e nacionais relacionadas à questão do patrimônio. Ver Cury, Isabelle (org), 2000. Desde a Carta de Atenas de 1931, que definia os monumentos, e a paradigmática Carta de Veneza de 1964, que considera maneiras de restauro, até a Carta de Washington de 1996 que discute a questão dos centros históricos, observa-se a ampliação do que deve ser considerado representativo de produções culturais. A inserção de patrimônios imateriais reflete também a transformação das idéias físicas para a noção de valores mentais.

Na Geografia, inicialmente Sauer, da Escola Americana, salienta em seus estudos as tecnologias e a cultura não-material (crença religiosa, sistemas legais e políticos). Assim, a cultura era considerada como um conjunto de práticas compartilhadas de um grupo humano em particular, e desta forma, parecia vincular-se às pessoas que visavam alcançar fins dos quais elas tinham vaga idéia. Tal visão tem sido modificada vindo a ser a cultura, ao mesmo tempo determinada pela consciência e prática humana e, determinante delas entendendo-se que qualquer intervenção humana na natureza promove sua transformação culturalmente (Apud COSGROVE, 1998).

Na diversidade das visões referentes aos aspectos culturais, o geógrafo Claval (2001) aponta a alteração desses aspectos através da história: primeiro, pelo determinismo da natureza como elemento único de imposição dos modos de vestir, alimentar e habitar, visão que não resiste à comprovação; segundo, pela questão racial de diferenças biológicas e intelectuais, aspecto rapidamente desmentido pelo bom senso e pela ciência; terceiro, pela questão da história de atrasos na evolução dos povos, aduzida como justificativa utilizada para fins de colonização; quarto, pela cultura como um super-organismo que molda indivíduos e grupos, fator aceito por muito tempo pela Antropologia e pela Geografia Cultural americana, porém não explica as transformações e o progresso; e, por fim, pela homogeneização cultural do mundo dada pelo avanço tecnológico e das comunicações.

No entanto, pode-se observar uma redefinição do conceito de cultura. Geógrafos, como Claval (2001), Cosgrove (2003) e Corrêa (2003), assumem várias possibilidades de definição da palavra cultura. O primeiro autor entende que a cultura é um campo comum do conjunto das ciências humanas; cada uma aborda este imenso domínio com vários recortes epistemológicos. O segundo, afirma que *“pouco se ganha ao sustentar uma definição precisa de cultura, fazê-lo significa reduzir a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial [e finaliza que a cultura é] incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável, e compreensível somente na prática* (COSGROVE, 2003, p. 103). O terceiro autor complementa e diz que a cultura pode ser entendida como reflexo, como uma mediação e condição social, necessitando ser explicada.

Dessa forma, uma das estratégias é entender as relações culturais a partir da leitura das paisagens. De acordo com Berque (1998), é através da paisagem que são abordados os problemas culturais. Nesse sentido, Claval (1999) aponta várias vertentes analíticas pelas quais a cultura pode ser observada, principalmente no espaço: 1. como

conjunto de técnicas, atitudes, idéias e valores, que apresenta assim componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos; 2. transmitido e inventado; 3. não sendo constituído pela justaposição de traços independentes, mas, ao contrário, por sistemas de relações mais ou menos coerentes; 4. não assimilado igualmente pelos membros de uma sociedade; e 5. vivido individualmente. Claval enfatiza que, de uma geração a outra, os conteúdos mudam, uma vez que o meio físico se modifica e é apreendido, explorado, organizado ou examinado com novos meios, diz ainda que também a atmosfera social se transforma. Portanto, a cultura não é uma realidade global, é um conjunto diversificado ao infinito e em constante evolução.

Claval (2001) aborda as várias tónicas sobre os aspectos culturais: em relação à *cultura como elemento mediador entre os homens e a natureza*, por entender-se que os homens vivem num mundo artificial. Neste aspecto, cultura é o conhecimento dos artefatos, o know-how através do qual os homens mediatizam suas relações com o meio natural; *como herança que resulta do jogo da comunicação*, visto que os indivíduos e grupos são condicionados pela educação que recebem; *a cultura é construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro*, dessa forma, a cultura não é vivenciada passivamente, pois se interioriza em certos traços e se rejeitam em outros; ela é uma realidade mutável. Entende-se que *a cultura é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação*, pois os ambientes nos quais as sociedades evoluem é uma construção que se exprime pela palavra, e conseqüentemente pelas regras que regem a composição de seus discursos, e as práticas que modelam o espaço misturam estritamente ao ato, à representação e ao dizer. Complementa ainda que a cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. Carrega assim uma dimensão simbólica e, ao serem repetidos, certos gestos assumem novas significações. Além *da cultura como um fator essencial de diferenciação social*, por exemplo, nas sociedades complexas, existe sempre um modelo dominante.

Relativamente das visões entre espaço e cultura, Berque (1998) considera que a leitura da paisagem, enquanto *marca* e *matriz* da cultura, pode ser uma das estratégias de compreensão. A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também é uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E Claval (2001) insere seus estudos nesta linha de pensamento, entendendo que a *paisagem* constitui um documento - chave para compreender as culturas, porém afirma que a interpretação resultante é freqüentemente



ambígua. No entanto, imagina-se que a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades.

Tais inferências querem dizer que a paisagem enquanto marca e matriz pode ser observada em diferentes espaços e, se a relação cultural é um dos elementos que “moldam” os ambientes construídos, será que existe a relação entre cultura e espaço construído a partir do momento que quase 40 (quarenta) colônias de imigrantes foram implantadas – a grande maioria entre 1860 e 1895 - em áreas da atual RMC - Região Metropolitana de Curitiba? É possível entender que existem *paisagens étnicas* em Curitiba? E qual a relação espacial das colônias de imigrantes com o processo de urbanização da Capital? No intuito de discorrer sobre tais questões é necessário recorrer ao processo histórico de imigração e, procurar saber de que forma foram projetadas as colônias de imigrantes, como elementos primeiros para a definição de uma gênese e produção das *paisagens étnicas* de Curitiba.

### 3.2 PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO DE UM MOSAICO IMIGRANTE

Até o início do Século XVIII<sup>63</sup>, somente os portugueses eram autorizados a se fixarem na Colônia. Após a chegada da Corte em 1808, foi realizada uma política imigratória apoiada por D. João com legislação específica. Balhana (1969a.) define este período como início de “imigração espontânea<sup>64</sup>,” para o Brasil. São quatro os motivos que incentivaram a imigração: primeiro, para preencher os vazios demográficos; segundo, para suprir a mão-de-obra escrava; terceiro, para promover a agricultura de abastecimento; e quarto, para fornecer trabalhadores para a construção de grandes obras públicas. Tais orientações foram relacionadas à conjuntura de cada época, resultando em direções diferenciadas de política imigratória.

A primeira motivação, a que visava preencher os vazios demográficos, ocorreu principalmente para ocupar a área litorânea. A política imigratória deu-se pela promulgação do decreto de 25 de novembro de 1808, pelo príncipe regente, tornando possível a propriedade aos estrangeiros de terras:

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população que se acha bem diminuta neste Estado; e por motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo a minha ordem se concedam aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis e disposições em contrário (Apud, BALHANA, 1969b, p.28).

Na história do Paraná, o território, inicialmente era habitado por índios botocudos. Os luso-brasileiros e os colonos de Açores e da Madeira davam preferência aos campos limpos e não tinham interesse em colonizar as zonas de matas. Neste panorama, Weibel (1958) ressalta que o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado quanto um agricultor para defender as suas terras e poder cultivá-las. Tal perfil poderia ser encontrado na

---

<sup>63</sup> Decidiu-se excluir os séculos anteriores como recorte temporal. No entanto, sempre se deve ressaltar as expedições realizadas por Portugal. Primeiro, a organização das Capitanias Hereditárias em 1534, e o Governo Geral em 1548. Segundo Nadalin (s/d), imaginava-se a possibilidade, com os poderes dados aos capitães donatários, de explorar a terra com agricultura, povoá-la, com intuito de defender e torná-la rentável para a Coroa. O autor acrescenta ainda a tese de Celso Furtado que, enquanto o ouro não fosse encontrado, empreendeu-se o plantio da cana-de-açúcar, que tornou um êxito a colonização do Brasil a partir da segunda metade do século XVI.

<sup>64</sup> A autora utiliza a expressão “imigração espontânea” que exclui a transferência de escravos africanos para o Brasil, 1969a., p.326.

Europa Central principalmente, onde soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo.

Entretanto, para entender as primeiras estratégias de colonização do Paraná, principalmente por imigrantes europeus, deve-se atentar para as transformações gerais ocorridas na Europa. Segundo Nadalin (s/d), a Revolução Industrial e a Revolução Agrícola são fatores importantes que impulsionaram a emigração. Entre estas, as transformações tecnológicas, sem precedentes na história, como a revolução no transporte e o desenvolvimento do capitalismo, responsáveis pela grande transformação econômica, evidenciaram um fenômeno político, econômico e social. Nesse contexto, com o movimento demográfico e o aumento populacional aliado à baixa taxa de mortalidade, a emigração tornou-se, para uma população alijada das grandes transformações capitalistas ocorridas na Europa, uma alternativa para o desejo de melhoria de vida, ou mesmo para reivindicar terras e trabalho.

Nesse processo emigratório, devem-se acrescentar as particularidades de alguns países europeus, como a Alemanha. Em vista da incipiente industrialização, houve um progressivo empobrecimento da população rural, e a forte crise econômica de 1880 formou um grande contingente de emigrantes. No caso da Itália, a industrialização deu-se prioritariamente no norte do país, porém existiam grandes latifúndios, acrescido dos 30 (trinta) anos da guerra em prol da unificação (AZZI, 1983). Tais processos geraram a vinda de emigrantes à procura de novas possibilidades de melhoria de qualidade de vida.

Estabeleceu-se, dessa forma, um período denominado “portas abertas” para os emigrantes de todas as procedências e culturas, e esta diretriz se estende, praticamente por um século, reafirmada em 1820 pela lei que concede terras a imigrantes católicos. No Paraná, no entanto, ocorre a instalação de colonos alemães e açorianos somente na Vila do Príncipe (BALHANA, 1969b.) O primeiro núcleo de imigrantes no Paraná data de 1829, nas proximidades do rio Negro, localizado estrategicamente na interseção dos caminhos utilizados pelos tropeiros, que faziam a ligação entre Sorocaba e Viamão. Segundo Wachowicz (1982), esta foi a primeira experiência concreta de imigrantes europeus não-portugueses no Paraná.

Após tentativas de fixação de imigrantes e das várias críticas decorrentes dos fracassos dos empreendimentos, o governo publicou a lei de 15 de dezembro de 1830, que impedia a realização de quaisquer despesas públicas com o estabelecimento de núcleos coloniais, diminuindo, com isso o processo imigratório. Um novo estímulo à imigração somente

ocorrerá pelo Ato Adicional de 1834 que concedia aos governos provinciais a competência para “*promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias*” (BALHANA, 1969a., p.346).

No caso específico da Província do Paraná, emancipada somente em 1853, apenas dois núcleos coloniais foram instalados, por iniciativa particular: a colônia Thereza, em 1847, e a colônia Assunguy, em 1860. A colônia Thereza foi fundada pelo francês Jean-Maurice Faivre que, de acordo com Steca (2002), era um socialista utópico, que conduziu 87 imigrantes franceses. No entanto, os resultados não foram satisfatórios restando apenas 10 imigrantes. O viajante inglês Thomas Bigg-Whiter (1974 [1872]) fixou-se, em parte da sua expedição, na colônia e descreve sua primeira e melancólica impressão da Colônia Thereza:

à primeira vista parece um lugar ideal para quem quisesse ficar entregue às suas próprias rumações. Parada e muda como um túmulo ela me pareceu na manhã de nossa chegada [...] avistei logo uma capela, mais em estado de ruína, situada no alto de um morro [...] o que nos disseram acerca da pobreza e miséria de Colônia Teresa não fora exagero [...] de onde eu estava eu podia ver algumas casas de barro e de madeira, que não excediam a doze [...] a qual ocupava o angulo incluído entre os dois rios – o Ivaí e o Ivaizinho. Entre o rio e a aldeia ficava um brejo que impressionava mal” (BIGG-WITHER, 1974 [1872] p.165-166). Em seguida diz que “a colônia era um pouco maior do que eu julgara no primeiro dia [...] a preguiça e a falta de iniciativa pareciam ser o grande mal do povo da colônia [...] embora o solo fosse fértil, não tentavam cultivar, nem mesmo o necessário à subsistência [e finaliza] seus habitantes existiam, mas não viviam” (BIGG-WITHER, 1974 [1872] p.174-178).

A segunda colônia denominada Assunguy (atual Cerro Azul), em 1860, no istmo de Superagui (atual Guaraqueçaba) foi realizada pelo suíço Carlos Perret Gentil que fundou o assentamento na entrada da baía de Paranaguá, composta de 35 imigrantes suíços e alemães, bem como por um grande número de nacionais. De acordo com autores, como Colodel (1983), Martins (1955) e Weibel (1958), embora essa colônia obtivesse algum sucesso inicial, seu fracasso é decorrente de sua posição geográfica, tendo o mar como única via de acesso, sem estradas de comunicação. As observações do viajante Bigg-Wither (2001[1872]), também são complementares “*por falta de estradas adequadas, todo o tráfego com o campo tem de ser em lombo de mula [...] ponto de suma importância que afeta a colonização inglesa na região vizinha de Assungui*” (BIGG-WHITER, 1974 [1872], p.361).

O fornecimento de mão-de-obra para o cultivo do café devido à proibição do tráfico de escravos, constitui o objetivo para estimular a imigração, a partir de 1840. A Lei Eusébio de Queiroz de 1850 proibia definitivamente a entrada de escravos africanos no país<sup>65</sup>. Observa-se que o latifúndio<sup>66</sup> era a questão central dos acontecimentos relacionados a este período da imigração; desta maneira, uma solução encontrada foi à substituição da mão-de-obra através de uma política imigratória incentivada pela classe dominante.

De acordo com Balhana (1969a.) correm paralelas as duas práticas de imigração, no Império brasileiro: uma oficial com a criação de núcleos coloniais estrangeiros pelo governo, e outra particular que visava a obtenção de braços assalariados. Fatores resultantes da necessidade tanto de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, quanto de pequenos produtores para a lavoura de subsistência. Tais orientações são representativas pela lei orçamentária n. 514 de 28 de outubro de 1848 que reafirma a competência de colonização por parte dos governos provinciais e, por outro lado, a pressão político-econômica exercida pelos latifundiários que implicou na promulgação da Lei de Terras de 1850, a qual proibia “*as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o da compra*”, dificultando a compra e posse de terras por imigrantes. Esta lei significa a vitória dos representantes dos grandes proprietários de terras.

Autores como Carneiro (1950), Rios (1959), Saito (1961) reafirmam o poder político dos fazendeiros e referem-se à diferenciação do sistema agrícola da imigração como simples suprimento de mão-de-obra e para fins de colonização. Carneiro (1950) afirma que a abolição não significou o fim do latifúndio, porquanto que o regime proveu à classe dominante com auxílios e subsídios governamentais. E os grandes latifundiários interessavam-se em incentivar a imigração para disporem do aumento da oferta de mão-de-obra livre, que consequentemente resultaria em baixos salários. Rios (1959), em relação à imigração italiana no Sul do Brasil, refere-se à persistência da xenofobia, não apenas pelo preconceito, mas pelo receio de que a ascensão da classe imigrante fosse o prenúncio do parcelamento das terras

---

<sup>65</sup> Não obstante, datar de 13 de maio de 1888, a libertação definitiva dos escravos foi precedida de leis que suprimiam a escravidão em todo o território brasileiro.

<sup>66</sup> O latifúndio é entendido como um conjunto de instituições econômicas e sociais. Sistema de acomodação entre uma instituição da propriedade, um sistema de produção para a exportação, que constituía a base vital da economia nacional, o trabalho escravo, uma classe dominante, dona da propriedade, do escravos, da produção, da renda e da exportação e do poder público nacional. Portanto, a cessação do tráfico de escravos desestrutura o sistema.

dos latifundiários. Saito (1961) considera a revolta de imigrantes japoneses e abandono das fazendas de café, não apenas como defesa de interesses econômicos, mas como reação contra ao tipo de relações sociais de caráter latifundiário e feudal existente (Apud BALHANA, 1969a.).

As condições peculiares de cada província teriam propiciado o desenvolvimento de uma política provincial imigratória diferenciada. No Paraná, com o agravamento das condições de abastecimento das províncias, o decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854 concedia estímulos à posse de terras, possibilitando o acesso a ela, independente da nacionalidade do imigrante, concedia também auxílio para facilitar a colonização. O primeiro presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos (1853-1855) via como problemática inicial da administração: *“povoar êsse território de duzentos mil quilômetros quadrados”* e sancionou a lei nº 29, de 21 de março de 1855:

“Art.1º Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta província [...] e preferindo sempre atrair colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer províncias do Brasil.

Art.2º Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despendar anualmente até a quantia de 10:000\$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos imigrantes.

Art 3º Os colonos serão, por ora, principalmente destinados ao serviço de estradas da província, podendo o governo pagar, sem indenização alguma, a metade da passagem àqueles que nelas se empregarem por espaço de cinco anos.

Art. 4º Os colonos que quiserem dar à agricultura, e que não tiverem meios de o fazer por sua própria conta serão distribuídos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de três anos e sem juro algum, as despesas que com eles houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea.

Art. 5º O governo valerá a que nos ajustes feitos com êsses lavradores não sejam de modo algum lesados os interesses dos colonos (Apud MARTINS, 1955).

Considera-se esta lei como a gênese da política imigratória na nova província. Primeiramente como estratégia de ocupação do território, além da necessidade de mão-de-obra livre tanto para a lavoura quanto para a construção de obras públicas. Porém, a Província do Paraná sofria de problemas graves de abastecimento, necessitando incentivar a produção interna de gêneros alimentícios, como demonstra o Ofício de 1852, do fundador e diretor da

colônia de Assunguy, Carlos Perret Gentil: “os *preços dos gêneros alimentícios chegaram a subir numa proporção de 200%*” (Apud WACHOWICZ, 1975,p.3).

A imigração tinha um papel central nas políticas públicas. As elites supuseram que haveria uma forte correlação entre o ingresso dos imigrantes e a transformação social e econômica. Os sucessivos relatórios publicados pelos presidentes da Província do Paraná referem-se à necessidade de incentivar a imigração:

Não há por hora na província estabelecimentos rurais importantes [...] assim se o governo provincial quizer promover a colonização, na escala que autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importá-los, ou há de se tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua própria conta estabelecimentos agrícolas ou coloniais aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes.<sup>67</sup>

Dessa forma, a única solução para a Província do Paraná, para suprir a carência dos produtos de abastecimento, era a vinda de imigrantes:

...este estado de cousas porém tenho continuará e que só quando colonos morigerados e laborioso vierem povoar nossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras de consumo irão dar nova vida ao comércios de exportação dos produtos agrícolas.<sup>68</sup>

Em relação aos primeiros assentamentos de imigrantes nas proximidades de Curitiba, a colônia Assunguy (1860) foi localizada cerca de 100 km ao norte da capital. Fundada após 5 anos da promulgação da lei de Zacarias de Góes e Vasconcelos, foi organizada pelo governo provincial paranaense em colaboração com o governo imperial. Apesar das expectativas quanto à fertilidade das terras, os colonos franceses, ingleses e alemães abandonaram a colônia pela dificuldade de comunicação. O núcleo inicial foi projetado com 1.692 lotes e chegou a atingir 3.000hab.; atualmente comporta a cidade de Cerro Azul (Figura 3.1).

---

<sup>67</sup> Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 e janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalho, p.45, Curytiba, Typografia Paranaense.



**Figura 3.1 – Planta da Colônia de Assunguy (s/d) (s/e)**

Fonte: Arquivo ITC

Com o insucesso da colônia Assunguy, principalmente pela distância e falta de acesso aos principais centros consumidores, o Governo da Província do Paraná põe em execução um plano de colonização: a instalação de colônias agrícolas nos arredores do centro urbano, próximo ao mercado consumidor. Criaram-se órgãos provinciais específicos como a Inspectoria Especial de Terras e Colonização e Comissões de Imigração com sedes na capital, em cidades e em vilas, pela lei nº 451 de 06 de Abril de 1876.

O programa foi dinamizado na administração de Adolpho Lamenha Lins (1875 a 1877), que tinha como meta prioritária à promoção da imigração européia, como estratégia de auxílio agrícola aos grandes centros urbanos, fixando-os como legítimos proprietários, e não como operários nos grandes latifúndios, processo que ocorria em várias províncias (COLODEL, 1983).

---

<sup>68</sup> Segundo o relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos apresentado em 7 de janeiro de 1858 os produtos de abastecimento eram recebidos pela Marinha por preços exagerados.



O presidente Lamenha Lins, em 1877, descreve o processo de fixação dos imigrantes nessas colônias:

medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória (cujo preço era na época de 50 mil réis), regularmente construída. Ao colono maior de dez anos dá-se como auxílio de estabelecimento 20\$000. Cada família recebe mais 20\$000 para compra de utensílios e sementes. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção de estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo. Em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capela, com exceção daquelles que, por muito próximos da cidades, dispensam essa construção. Além do trabalho nas estradas do núcleo encontra o colono serviço nas obras públicas gerais. Estabelecidas por esta forma, ficam os colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar, no prazo do regulamento de 1867, a sua dívida ao governo. Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta provincia, ainda não excedeu a 500\$000 por cada família de 5 pessoas, termo médio, incluindo o preço das terras, e está garantida pelo valor real do lote, casa e acesórios. Achando a cidade pronto mercado para o producto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças e pequenas industrias, o colono pode em tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se a desenvolver a sua lavoura. Por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada já aceita ao nosso clima, identificada com os nossos costumes e preparada para derramando-se pelo interior dessa vasta provincia, explorar e aproveitar os inexgotáveis tesouros que ela encerra. O colono europeu por via de regra desamina diante das nossas matas virgens, porque para ele é completamente ignorada a esta cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colonais afastadas dos centros populosos, eles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muitas vezes que o desastre que na primeira derrubada fere um, basta para amedrontar a expedição inteira. É preciso pois, preparar o colono para penetrar nas regiões das matas virgens, riquíssimas de uberdade, e seiva, porém cuja rude majestade os assombra e intimid. D'ahi a vantagem de estabelece-los primitivamente, nos arredores dos centros populosos: ahi perto de todos os recursos, ao passo que se dedica a cultura que conhece, tem mercado pronto e consumo imediato para os seus productos, o colono ensaia essa cultura nacional que lhe é inteiramente estranha, e do terreno em que elas produzem. Por outro lado, o nacional, aprenderá do colono laborioso, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura europea, e se habilitará a melhora e aperfeiçoar a lavoura (Apud COLODEL, 1983,p.11).

Observa-se que o discurso do presidente Lamenha Lins, “por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada já aceita ao nosso clima [...] o nacional, aprenderá do colono laborioso, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura europea” (Apud COLODEL, 1983, p.11), estava baseado nas idéias de desejabilidade por imigrantes europeus, acreditando, assim, na sua base cultural de utilização da mão-de-obra. Na discussão sobre os diferentes aspectos culturais, visto anteriormente,

Claval (2001) aponta entre eles a justificativa do atraso da evolução dos povos e a questão de diferenças raciais nos aspectos biológicos e intelectuais no discurso de Lamenha Lins. No entanto, Lesser (2001) demonstra que a política imigratória no Brasil tinha como princípio a desafricanização do país e a construção de uma sociedade ideal.

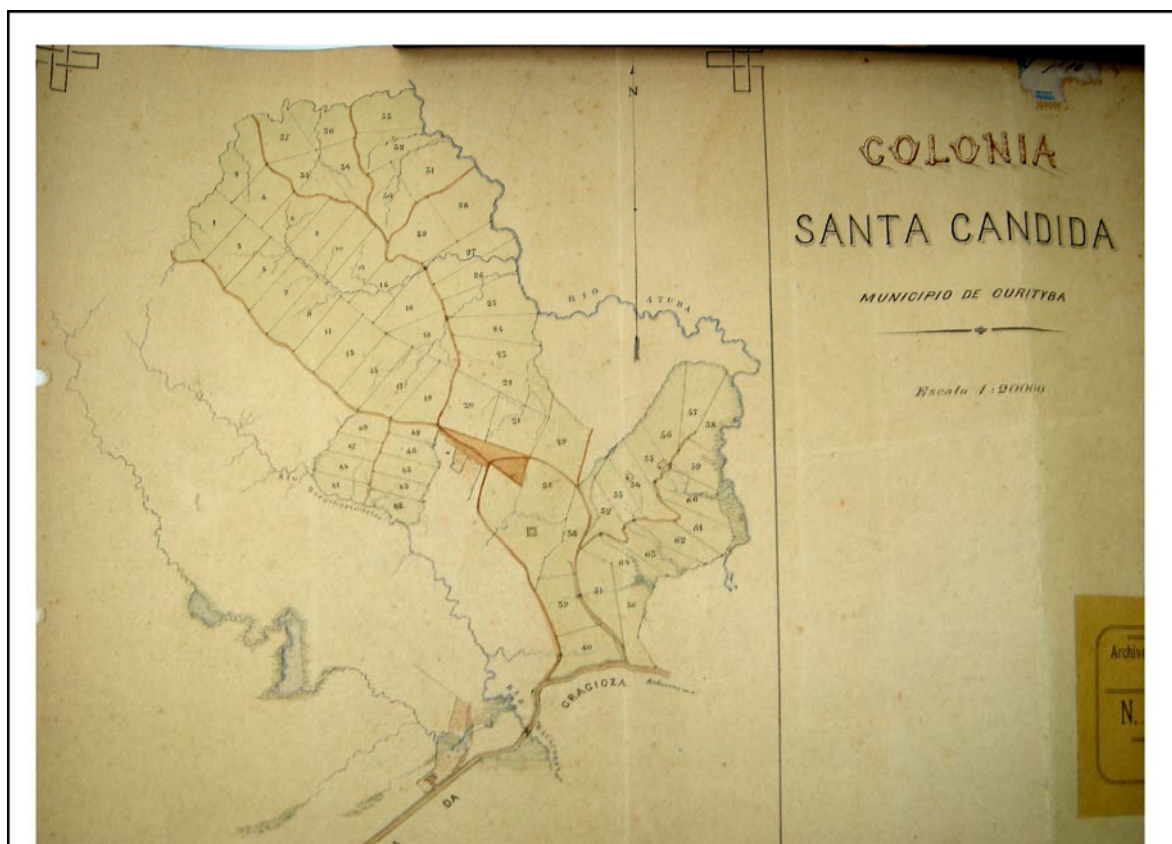
Essa política imigratória denominada “linista” resultou no planejamento das colônias: Santa Cândida (1875), Orleães (1875), Santo Inácio (1876), D. Pedro (1876), D. Augusto (1876), todas assentadas próximas às estradas existentes como a do Mato Grosso, Graciosa e Assunguy. A maioria com a média de 65 lotes rurais; D. Pedro e D. Augusto eram colônias menores com 23 e 36 lotes respectivamente (Figura 3.2).

Anteriormente à implantação de um modelo de colonização estrangeira ideal, Lamenha Lins visitou a colônia de Assunguy e as colônias municipais já existentes de Argelina, Abranches e Pilarzinho e analisando as causas do insucesso, definiu a necessidade de:

dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, e em vez de poéticas descrições e exageradas promessas, convencê-lo de que temos a seu alcance terras fertilíssimas, e promovermos a construção de boas vias de comunicação. Facilitar-lhes o transporte, evitando que o imigrante sofra privações e mau tratamento até o término de sua viagem. Dividir bons lotes de terras nas vizinhanças e fazê-los comunicáveis por estradas de rodagem. Fazer o colono aderir à terra que habita, pelo direito de propriedade, facilitando-lhe a aquisição dela. Evitar que o imigrante ao chegar sofram vexames que lhe abatam o ânimo aos seus primeiros passos em regiões desconhecidas. Estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa <sup>69</sup>( Apud, MARTINS, 1955,p.87).

---

<sup>69</sup> Relatório apresentado em 1876.



"Planta da Colonia Santa Candida" (1875) (s/e)



"Planta da Colonia D. Augusto" (1876) (s/e)

**Figura 3.2 - Colônias fundadas no linismo**  
Fonte: Arquivo ITC

Os resultados, dessa política imigratória, considerados satisfatórios estendem-se pelos Campos Gerais e para o litoral, porém não com todo o êxito esperado. No litoral, funda-se a colônia Alexandra (1875) e Nova Itália (1877). De acordo com Azzi (1987), o empresário Sabino Tripodo tinha autorização de transportar imigrantes italianos por meio de um contrato imperial. Em 1875 funda a colônia Alexandra com 50 famílias a 14 km de Paranaguá. A colônia fracassa apesar do solo fértil e da abundância de água. Por esta razão, o presidente Lamenha Lins rescindiu o contrato com Tripodi e promoveu diretamente a colonização fundando no litoral a colônia Nova Itália em 1877.

Nos Campos Gerais, na expectativa de um desenvolvimento agrário, instalam-se, em 1878, alemães procedentes da região do Volga. Estes imigrantes espontâneos, sem ônus para os cofres públicos provocaram uma política contrária às formas de subsídios dados pelo governo, como também, críticas de caráter xenofóbico, em razão de preferência ao imigrante estrangeiro em detrimento do nacional. No entanto, na história da política imigratória na Província do Paraná, pode-se observar uma continuidade na constante implantação de núcleos coloniais subsidiados.

Segundo Balhana (1969b.), com a extinção do sistema de colonização oficial, na década de 1880, uma nova etapa da corrente imigratória, com objetivos e com menor participação governamental, foi incentivada para o fornecimento de trabalhadores para as grandes obras públicas, como a construção de estradas de ferro, estradas de rodagem, e de linhas telegráficas. Como consequência, foi estimulada a criação de sociedades de imigração para promover tais os serviços.

Foram mais de cem núcleos coloniais fundados no Paraná, e mais de cem mil imigrantes foram localizados no território paranaense entre a fundação de rio Negro, em 1829, até a colônia holandesa de Carambeí, em 1911. A Figura 3.3 mostra a produção agrícola e distribuição dos núcleos imigratórios no Paraná, publicado em 1953. No caso da área que abrange a RMC-Região Metropolitana de Curitiba, a política imigratória estabeleceu 36 assentamentos nos arredores da Capital, excluindo aqueles de promoção particular, como meta de solucionar a problemática de abastecimento, ocupando assim, terras já exploradas.





### 3.3 Etnicidade dos Estudos Culturais das Colônias Imigrante

Observa-se que na relação entre cultura e espaço construído, são vários os recortes epistemológicos possíveis, apontados anteriormente como os de Rapoport (1969 e 1977), Claval (1999 e 2001) e Berque (1998). Haesbaert (1999) refere-se a um artigo de Castells, no qual afirma que para a compreensão da política deve-se começar por pender não para a economia ou a geopolítica, mas para a identidade religiosa nacional, regional e étnica de cada sociedade, considerando que a construção da vida, das instituições e da política em torno de identidades culturais coletivas é historicamente a regra e não a exceção.

Nesse sentido, os estudos existentes sobre o processo de imigração contêm forte conotação entre identidades culturais; entre as várias vertentes analíticas que visam analisar a relação entre cultura e espaço variam desde a sua espacialização, assimilação, adequação quanto aos diferentes meios, até as técnicas empregadas e readaptadas, entre outras possibilidades. No caso específico da região Sul, existem estudos produzidos pelas áreas de Geografia, Arquitetura, Antropologia e História.

Weibel (1958)<sup>70</sup> aborda o sistema de geografia agrária no Brasil e analisa os princípios da colonização europeia no Sul do país, salientando as relações entre a terra, de um lado, e as atividades dos colonos de outro, cuja temática refere-se à *paisagem cultural*. Analisa preliminarmente as condições naturais, suas características geográficas, clima, vegetação e tipologia do solo. O autor, considerando o contexto político de colonização das matas, define o estabelecimento das primeiras colônias alemãs no Sul do Brasil, subsidiadas pelo Governo Imperial: São Leopoldo (1824), Rio Negro (1829) e São Pedro de Alcântara (1829). Ressalta que, diferentemente dos Estados Unidos, quase não houve colonização espontânea no Brasil. Desta maneira, elas foram organizadas, planejadas, subvencionadas e dirigidas pelo governo federal, das províncias ou estados, do município, por companhias particulares ou proprietários de terras e os métodos aplicados e os resultados diferem, de acordo com o tipo de colonização.

---

<sup>70</sup> Leo Weibel, nasceu em 1888, geógrafo alemão, impedido de lecionar por questões políticas na Alemanha, lecionou nos Estados Unidos. Esteve no Brasil de 1946 a 1950 como assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia no Rio de Janeiro. Seus trabalhos principais referem-se aos sistemas agrários na América Central, um estudo sobre os Boers na África, em que definiu a preponderância dos fatores econômicos sobre os étnicos.

Em relação à origem e composição da colonização, o autor faz a diferenciação da imigração alemã no Paraná, comparando-a com a dos outros estados do Sul. A relativa e pequena imigração alemã deveu-se, primeiramente à questão do relevo, sendo o litoral estreito e insalubre, onde foram fundadas colônias italianas que não prosperaram; segundo, à serra cristalina com suas encostas íngremes que oferecem pouco espaço para a colonização. Terceiro, sendo a província mais nova, o interesse pela colonização deu-se apenas na década de 1860. Por fim, cita os escritos de Heidt<sup>71</sup> com o intuito de refrear a imigração alemã para o Brasil. Tais critérios seriam negativos para a instalação de colônias alemãs no estado do Paraná.

Dessa forma, os poloneses e italianos, e depois os ucranianos, tornaram-se os principais colonos no Paraná. A região onde se insere hoje a metrópole de Curitiba era formada por vegetação de mata e campo, não podendo abrigar grandes colônias, além disto era pouca a verba para a instalação. Weibel (1958) elogia o plano de pequenas colônias, para o abastecimento, nos arredores da capital, interligadas por estradas. Colônias semelhantes foram estabelecidas em Ponta Grossa, Palmeira, Castro e Lapa.

O autor analisa o sistema agrícola adotado pelos colonos e verifica que a maioria deles utiliza o mais primitivo, o de rotação de terras, aprendido pelos fazendeiros portugueses que provavelmente o receberam dos índios. Tal sistema resulta na separação espacial da agricultura e pecuária, acarretando uma criação extensiva e primitiva, que aplicada nas pequenas propriedades é ilógica. Define três tipos principais de sistemas agrícolas<sup>72</sup>, que

---

<sup>71</sup> Em 1959, a Prússia promulgou o chamado rescrito de Heydt que, devido ao mau tratamento dos colonos alemães em São Paulo, proibiu a propaganda em favor da emigração para o Brasil. Teve efeito desfavorável sobre possíveis emigrantes da Prússia e de 1871 em diante, sobre toda a Alemanha. Somente em 1896 este decreto foi revogado em relação aos tres estados meridionais do Brasil (WEIBEL, 1958, p.215-216)

<sup>72</sup> *Sistema de Rotação de Terras Primitivas*: compra da terra; derrubada e queima da mata; plantio com cavadeira e enxada; construção de casa primitiva (folhas de palmeira e depois de tábuas); excesso da safra para criação de porcos; troca de artigos. Ligação com o mundo exterior por estradas primitivas; isolado; produtos repassados ao "vendista". Educação para os filhos por apenas dois anos; calendário religioso (único livro da casa); freqüência regular à Igreja. Dificil elevação de nível social e cultural, estagnação.

*Sistema de Rotação de Terras Melhoradas*: maior parte das matas devastadas; incremento populacional; existência de estradas carroçáveis – melhoria das técnicas agrícolas e as condições econômicas. Desenvolvimento de pequenos centros comerciais; estabelecimento de moinhos (preparo e processamento dos produtos para o mercado). Aumento da produção e introdução de plantio europeu, criação de porcos e gado. Substituição do trabalho humano pelo animal; utilização do arado e da grade. Elevação do padrão economico e cultural: melhoria nas habitações (de características nacionais e étnicas). Educação por quatro ou cinco anos; às vezes livro ou jornal. Estágio de sistema mais difundido. Decadência ou estagnação depois de 30 anos, e conseqüente deteriorização do solo.

representam estágios sucessivos do desenvolvimento histórico da paisagem agrícola: sistema de rotação de terras primitivas; sistema melhorado e combinado com rotação de culturas e criação de gado, e suas implicações nas questões de moradia, situação social e cultural.

Weibel (1958) conclui que apenas 5% dos colonos europeus no Sul do Brasil alcançaram o terceiro estágio, de rotação de culturas combinada com gado; 50% estão no segundo, no sistema de rotação melhorado; e 45% no primeiro, no sistema de rotação de terras primitivas. Para o autor, tal resultado é decorrente de três fatores: primeiro, os imigrantes não eram agricultores e adotaram rapidamente o sistema agrícola dos nativos; segundo, a idéia de povoar áreas desabitadas, longe do mercado urbano, daí a imposição de uma agricultura de subsistência, e terceiro, para a aplicação do sistema extensivo de rotação de terras eram necessários lotes de maiores dimensões.

Após a análise das colônias de imigrantes existentes no Sul do Brasil, Weibel (1958) afirma que são importantes três pontos para uma próspera colonização de imigrantes. Primeiro, a unidade étnica, contrária àquela visão de formação de colônias mistas. Discorre-se sobre uma colonização étnica disseminada, com pequenas comunidades uniformes do ponto de vista étnico, social e cultural. Segundo, cada comunidade deve ser uniforme do ponto de vista religioso; depois do idioma o elemento mais importante na vida em comunidade é a religião. Terceiro, a qualidade do ensino, para que sejam preservadas as tradições estrangeiras e amalgamadas com a cultura brasileira.

A obra de Weibel (1958), pioneira quanto à observação e crítica dos sistemas agrícolas adotados na colonização européia do Sul do Brasil, reforça a diferenciação da imigração do *Middle West* americano e dos campos brasileiros. Somente a combinação de rotação de culturas com a criação de gado, mais que o uso do arado, poderia solucionar a pobreza generalizada no país, sistema fundado na tradição de separação espacial das atividades agrícolas.

---

*Rotação de Culturas Combinada com a Criação de Gado*: estágio final do desenvolvimento agrícola, em campos arados e adubados (requer um plano econômico mais elevado, mais trabalho, capital e conhecimento). Esse sistema gravita em torno da criação de gado, inserção de novas culturas de plantio – alternar culturas de cereais com culturas de raízes e plantas leguminosas, enriquecimento do solo com nitrogênio. Criação de fábricas para o processamento da produção, com produtos uniformes e padronizados. Área rural próspera e paisagem cultural: tipo de casa de caráter mais suburbano, de tijolo ou pedra, com varandas, caiadas externamente, canteiro de flores e palmeiras. Educação elevada, leitura de jornais e revistas, uso de rádio e vitrola. Padrão de vida próximo ao do lavrador médio dos Estados Unidos (WEIBEL, 1958, p.259-263).



Outra pesquisa contemporânea à de Weibel, que trata especificamente da colonização estrangeira no Paraná, é o ensaio de Martins (1955), sobre um viés sociológico dos fenômenos de aculturação. Faz a caracterização dos elementos geo-ambientais peculiares para uma colonização européia. Porém demonstra a má qualidade dos solos<sup>73</sup>, pelo excesso de acidez, aliada à falta de comunicação por ausência de estradas de rodagem e de ferro, que seriam fatores do insucesso de vários núcleos coloniais no estado.

O autor apresenta o aporte histórico e a política imigratória do Estado, no contexto para a implementação das colônias, incluindo partes das discussões reveladas em jornais e publicações da época, como escândalos de favorecimentos na compra de terras para colonização. Caracteriza o meio rural e urbano e a padronização de 25 a 30 ha. dos lotes coloniais do Paraná. Afirma as hostilidades e os erros cometidos na elaboração dos assentamentos e as dificuldades de infra-estrutura proporcionada aos colonos. Quanto às modificações impressas nas paisagens iniciais, descreve a implantação da casa primitiva e a posterior construção da casa definitiva, ficando aquele como galpão ou depósito. Embora seja semelhante à do caboclo, traços de combinação da técnica trazida pelos imigrantes e do material oferecido pelo meio existente, resultam em uma diferenciação enquanto arquitetura vernacular.

Martins (1955) divide as origens e história da imigração, por etnias, a saber: alemães, poloneses, italianos, russos, japoneses, holandeses, franceses, ingleses, portugueses, americanos, suíços, suecos e outras que formaram a colonização estrangeira no Paraná. Aborda os aspectos de cada etnia relacionados à integração ao meio, à higiene e saúde, as principais profissões exercidas pelos imigrantes, e à característica de cada uma na morada, alimentação, roupa, mobília. Observa a atuação de arquitetos estrangeiros nas principais edificações e na formação das cidades. Dados censitários, relações de casamento e aspectos familiares são analisados, além da tecnologia de automóveis trazida pelos imigrantes. Os aspectos lingüísticos e a assimilação pelas escolas coloniais e principalmente pela religião revelam a formação da sociedade imigrante curitibana.

---

<sup>73</sup> Vale assinalar a política imigratória da companhia que planejou a colônia Aliança de imigrantes japoneses. Segundo os critérios para a instalação do assentamento, a terra não sendo fértil favoreceria a união entre os imigrantes (panfleto da BRATAC, (s/d), em japonês).

Em relação às pesquisas existentes, especificamente sobre as colônias de imigrantes em Curitiba, são vários os estudos de casos e abordagens diferenciadas, principalmente pelo viés histórico e sociológico. Porém, são poucos aqueles que tratam o processo sob o aspecto espacial, de formação do núcleo imigrante. Fez-se uma síntese sobre estes estudos com as seguintes especificações: nome do autor e ano da publicação; título da obra; conteúdo dividido em tema principal e secundário; conceitos e métodos utilizados; principais elementos analisados e observações relevantes (Quadro 3.1).

A Casa Romário Martins tem uma série de boletins informativos publicados que se referem à história de bairros curitibanos, muitos deles iniciados por imigrantes. Em 1975 é publicado o boletim: “Santa Cândida: pioneira da colonização linista” escrito por Wachowicz. A pesquisa da documentação oficial é frequentemente utilizado como referência em outros estudos. Trata da história da colônia e enfoca os aspectos de saúde e organização religiosa. Imaguire (coord.) (s/d) revela aspectos da arquitetura do imigrante italiano em Santa Felicidade, com levantamento de algumas tipologias porém de pouca referência analítica. Macedo (s/d), no boletim sobre o Parque Inglês dá subsídios para a formação do bairro Bacacheri (antiga colônia Argelina) e, em outro estudo de 1980, enfoca a história de Pilarzinho com uma breve análise da lei que define a dimensão dos lotes e critérios para concessão. Macedo e equipe (1981) referem-se à Estrada do Mato Grosso e cita as colônias adjacentes. Boruszenko (1982) trata do Bairro Agua Verde, antiga colônia Dantas, e refere-se às condições iniciais e atuais do bairro. Colodel (1986) faz uma abordagem histórica, mais completa, sobre a colônia D. Augusto e abarca questões econômicas, costumes, organização religiosa e educação.

Autor	Obra	Conteúdo	Métodos	Análise	Observações
1. Wachowicz (1977)	Tomás Coelho : uma comunidade camponesa	A) Tema Principal: Colônia Tomás Coelho B) Tema Secundário: política linista, contexto histórico da fundação, organização religiosa, tipos de produção, educação.	A) Conceitos: linismo - política imigratória do Presidente Lamenha Lins B) Técnicas: Pesquisa de documentos (relatórios do presidente, engenheiros, oficiais), dados secundários (estatísticas populacionais e por nacionalidade), levantamento iconográfico (casas de colonos, capela, festas religiosas, famílias, paisagens, comércio, pequenas indústrias)	- Análise proposta de Lamenha Lins, despesas, implantação da colônia, conclui a má distribuição dos lotes, sem centralidade definida, ocasionando divergências. - organização religiosa: problemas para a implantação da igreja (rivalidade regionalista: galicianos e silesianos) - Análise da situação da colônia por meio de levantamento de patrimônio construído, animais de criação e produção agrícola (semeadura e colheita por alqueires e produtividade por unidade) - educação e sociedades: escolas e currículos diferenciados para meninos e meninas. - Conclui a não sobrevivência da Colônia pela definição de área industrial.	- levantamento iconográfico da colônia a partir de 1904 até 1950 e planta da colônia. - análise das condições iniciais e críticas em relação à sua implantação e as grandes possibilidades da sua não sobrevivência*.
2. Equipe - Coordenação do Patrimônio Cultural (1986)	A Represa e os Colonos (refere-se à colônia Tomás Coelho praticamente inundada com a construção da barragem no Rio Passaúna)	A) Tema Principal: resgate histórico e sócio cultural da colônia Tomás Coelho) B) Tema Secundário: polônia e a política imigratória, formação da colônia, cotidiano e costumes (trabalhos, mulheres, cerimônias religiosas -casamento, batizado, natal, funeral, igreja), ocupação espacial e problema das áreas de inundação pela construção da represa.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento de estudos, levantamento fotográfico, depoimentos em relação às áreas inundadas, levantamento de campo de propriedades rurais	- Análise do conformismo inicial e por uma certa mobilização da comunidade ameaçada pela construção da barragem. - análise da ocupação espacial: implantação, programa e material construído da capela; tipologia básica das construções; levantamento de 08 unidades (técnica construtiva tradicional, usos iniciais, usos compatíveis, características urbanas e rurais. Apresenta a implantação geral, plantas, elevações e cortes das unidades levantadas.	- obra publicada pela Secretaria da Cultura e do Esporte- coordenação do Patrimônio Cultural - forte conexão do levantamento do patrimônio arquitetônico.
3. Ferrarini (1992)	O Município de Colombo (estudo abrange as colônias: Alfredo Chaves, Santa Gabriela, Antonio Prado, Presidente Faria, Eufrásio Correia)	A) Tema Principal: criação do Município de Colombo B) Tema Secundário: retrospectiva histórica da região e dos imigrantes - entrada dos imigrantes (política imigratória, subsídios, atribuição dos lotes, naturalizações, organização religiosa e educacional)	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: pesquisa em arquivos públicos, inclusive do Arquivo Público Nacional - RJ, levantamento de documentos oficiais do Império e da Província, atas da Câmara, registro de terras e de imigrantes pioneiros, levantamento de custos e subsídios, depoimentos, notícias de jornais da época, entre outros..	- Análise histórica: implantação das colônias, localização, projeto, imigrantes pioneiros, custos de terrenos, subsídios alimentares e de ferramentas, proprietários de lotes iniciais; - Relatos de visitas de políticos, técnicos e de Comissões de imigração de vários países; - Organização religiosa e construção de igrejas; - Análise econômica desde tipos de produtos agrícolas, industriais e comerciais desenvolvidos nas colônias pelos imigrantes; - Análise de documentação política do Município de Colombo.	- obra publicada para o Centenário de Emancipação do Município de Colombo; - extensa pesquisa de arquivos e requerimentos; - pesquisa iconográfica; - depoimentos de imigrantes.
4. Wachowicz (1975)	Santa Cândida: pioneira da Colonização linista	A) Tema Principal: Colônia Santa Cândida B) Tema Secundário: política linista e histórico. Imigrantes: saúde e os aspectos de organização social e religiosa	A) Conceitos: linismo - política imigratória do Presidente Lamenha Lins B) Técnicas: Pesquisa baseada em documentos: arquivos, relatórios oficiais (muitos manuscritos), notícias veiculadas em jornais do governo	- pouca duração da política linista - organização social para construção da capela e escola	- obra pioneira em relação a Santa Cândida, publicada na série: Boletim Informativo da Fundação Cultural de Curitiba, resumido contém apenas 15 pág. - referência em outras obras pela pesquisa da documentação oficial.

Quadro 3.1 - Síntese Estudos Existentes

<b>Autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Métodos</b>	<b>Análise</b>	<b>Observações</b>
5. Fenianos (2002)	Santa Cândida: cabeças, cruzes e corações	A) Tema Principal: Bairro Santa Cândida B) Tema Secundário: origem do nome, breve referência aos aspectos geográficos, históricos e culturais	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento de observação, impressões pessoais.	- Breve comentário sobre a organização religiosa, escola, vestimenta e costumes. - evolução do bairro, com dados do censo de 97.	- obra de cunho jornalístico da série Coleções Barrios de Curitiba, sem a pretensão de cientificidade. - contém várias passagens semelhantes à obra de Wachowicz (1975)
6. Macedo (1980)	Pilarzinho: o bairro na história da cidade.	A) Tema Principal: Bairro Pilarzinho B) Tema Secundário: histórico, projeto de lei para criação da colônia, concessão de terras, organização social e religiosa.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento de documentos, atas da Câmara e depoimentos de descendentes dos primeiros imigrantes do bairro.	- Análise da lei - dimensão de ibtes, benefícios, critérios de concessão. 1º ex-voluntários da pátria, 2º colonos poloneses. - breve comentário sobre a rivalidade dos imigrantes alemães contra a instalação de poloneses. - depoimentos: relação de vizinhança com Abranches (escola e igreja)	- obra publicada na série Boletim Informativo da Casa Romário Martins, resumo. - transcrição da lei de criação de Colônias Municipais - Lei Provincial nº243 de 20/04/1870. - depoimentos de descendentes confirmam parte da história do bairro.
7. Boruszenko et alii. (1982)	Água Verde: o bairro na história da cidade.	A) Tema Principal: Bairro Água Verde (antiga Colônia Danias) B) Tema Secundário: histórico, instalação de imigrantes italianos, organização religiosa, aspectos sociais (lazer, futebol, sociedade de auxílio, ensino, saúde) e bairro atual.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento de documentos de referência - atas da Câmara, lista de votantes, requerimentos, depoimentos, referências bibliográficas.	- Análise das condições iniciais e atuais do bairro (limites, denominações, famílias pioneiras, organização religiosa, cemitério, sociedade, escolas) - depoimentos: imaginário inicial, costumes, figuras populares, figuras religiosas, indústrias de imigrantes, profissões, lazer, festas, rivalidade intra-bairro pelo futebol)	- obra publicada na série Boletim Informativo da Casa Romário Martins, resumo. - depoimentos de descendentes confirmam parte da história do bairro.
8. Colodel (1983)	Colônia D. Augusto: uma introdução a sua história.	A) Tema Principal: Colônia D. Pedro B) Tema Secundário: escravidão africana e imigrantes no Paraná, imigração polonesa, processo de fixação de colônias nos arredores de Curitiba, fundação da colônia, economia, costumes, organização religiosa e educação.	A) Conceitos: refere-se à criação do Distrito Municipal de Nova Polónia. B) Técnicas: levantamento bibliográfico, levantamento de documentação (relatório do presidente, relatório de despesas, relatório do engenheiro, dados secundários, entrevistas com descendentes de imigrantes poloneses.	- Análise das condições iniciais para a criação do bairro, relação das colônias fundadas por Lamenia Lins e os custos para a implantação, localização das principais estradas-tronco, nacionalidade dos imigrantes, distrito Nova Polónia - São João, Orleans, Rivière, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, cadastro do núcleo (n) do lote, proprietário e área), estatísticas das colônias (patrimônio construído, animais, produção agrícola) - entrevista, imigração, organização religiosa, costumes, educação.	- obra publicada na série Boletim Informativo da Casa Romário Martins, abordagem mais "científica" desde os problemas quanto aos aspectos metodológicos. - transcreve o decreto de criação do Distrito Municipal de Nova Polónia - 20/08/1892 à sua extinção por Decreto estadual em 20/10/1938.
9. Weibel (1958)	Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil (Boqueirão - Curitiba)	A) Tema Principal: Sistema Agrário e Colonização Europeia no Sul do Brasil B) Tema Secundário: Colônias instaladas no campo do Estado do Paraná. Refere-se à um grupo de menonitas russos que se instalaram na região do Boqueirão, fundada em 1933.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento de campo, observação do assentamento e entrevista com o presidente da cooperativa.	- Fundada em 1933, cerca de 12km de Curitiba, instalados em uma fazenda de gado no campo, sistema de rotação de culturas combinados com criação de gado, 132 famílias, de 5 a 10 ha, cada lote, terra arada e adubada. - apenas duas ruas, casas simples e primitivas - exemplo de sistema de rotação de culturas com criação de gado em campos. Observa a naturalidade de cultivar o campo. - descrição da colônia recém fundada na época do levantamento de campo.	- estudo de caso inserido no livro de Weibel. - descrição da colônia recém fundada na época do levantamento de campo.
10. Sahr e Löwen Sahr (2000)	Menonitas Brasileiros às Margens do Mundo Nacional: um estudo de Geografia Social e Cultural (Xaxim e Boqueirão - Curitiba)	A) Tema Principal: Menonitas Brasileiros às Margens do Mundo Nacional: um estudo de Geografia Social e Cultural B) Tema Secundário: migração na teoria da ação - estruturas sociais; diversidade dos processos de regionalização da história menonita, rede de menonitas no Brasil; estudo de caso de uma família.	A) Conceitos: migrante como centro - teoria da estruturação de Giddens (agir como ponto de partida); mundo vivido B) Técnicas: levantamento bibliográfico, levantamento de campo, entrevista.	- Análise a partir da teoria das estruturas sociais de Giddens - sistemas de significação, dominação e legitimação dos menonitas - em Curitiba, paisagem semelhante da região da Ucrânia: proximidade de convivência com alemães - incorporação das aldeias menonitas (Boqueirão e Xaxim) à malha urbana - desintegração geográfica dos menonitas. - rede social mantida por meio de contatos pessoais.	- publicação na Revista RA'EGA - Dept. Geografia da UFPR. - discussão de uma abordagem teórica de transposição de fronteiras culturais e processo de integração de imigrantes..

Quadro 3.1 - Síntese Estudos Existentes

Autor	Obra	Conteúdo	Métodos	Análise	Observações
11. Sutil, Marcelo Saldanha (1995)	Boqueirão: o bairro na história da cidade	A) Tema Principal: Bairro Boqueirão e a Cia. Territorial Boqueirão. B) Tema Secundário: menonitas (fazenda vizinha ao loteamento do Boqueirão)	A) Conceitos: B) Técnicas: levantamento bibliográfico, levantamento iconográfico, entrevista.	- Análise histórica da imigração menonita. - Dados sobre a compra de uma fazenda de 240 ha. Ao longo da estrada São José. - Construção da Escola, Igreja (diferenciação da Igreja Menonita e Igreja Irmãos Menonita) e Cemitério. - Análise dos aspectos econômicos: criação de gado, produção do leite e formação de uma Cooperativa Mista. - Costumes: casamentos, crenças e culinária.	- obra publicada na série Boletim Informativo da Casa Romário Martins. - a publicação refere-se ao bairro Boqueirão, no entanto, a proximidade da comunidade menonita e a sobreposição dos aspectos econômicos e culturais da etnia no bairro compõe uma boa parte da publicação.
12. Balhana (1958)	Santa Felicidade: um processo de assimilação	A) Tema Principal: Aspectos sociais, econômicos e culturais de Santa Felicidade. B) Tema Secundário: fundamentos históricos, paisagem natural e humana, atividades rurais; alimentação; estrutura social; aspectos culturais; religião, ritos de passagem, festas, artes e jogos populares.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários, levantamento de campo, observação, entrevistas.	- Origem dos imigrantes - migração da colônia Nova Itália (Morreles). - Processo de criação da colônia Sta. Felicidade (compra de terreno particular e divisão por sorteio). - Área rural: "aglomerado dispersivo" e área urbana: tipo Strassendorf (igreja, cemitério e comércio local). Ausência de plano urbanístico. - Utilização de rotação de terras. - Desenvolvimento de produção agrícola e indústrias artesanais. - Processo de assimilação e integração da comunidade italiana.	- publicação resultante de tese de doutorado, parte da obra realizada na Itália, em Veneza, local de origem dos imigrantes italianos do Paraná. - extenso levantamento histórico e caracterização dos principais elementos formadores da paisagem humana.
13. Kersten (1983)	O Colono-Polaco: a criação do camponês sob o Capital (	A) Tema Principal: desenvolvimento do capitalismo na agricultura - estudo de caso: Colônia Tomas Coelho B) Tema Secundário: processo migratório dos poloneses, relação ao ambiente do núcleo colonial, aspectos econômicos, relação histórico da colônia, transformação após a implantação do CIAR - Centro Industrial de Araucária.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários, levantamento de campo, observação, entrevistas.	- Análise da problemática agrária e seus processos de transformação e reprodução na sociedade capitalista, inserção do núcleo colonial nesse sistema, como produtores de mercadoria e vendedores de força de trabalho. - análise da expropriação do camponês dos poloneses pelo crescimento urbano e no caso Industrial. - Análise histórica, social e antropológica da Colônia Tomas Coelho. - Verificação da transformação da paisagem na construção da barragem no Passaluna e na implantação do CIAR.	- Pesquisa resultante na dissertação de Mestrado em História Econômica do Brasil, do Dept. de História da UFPR em 1983.
14. Gil Filho (1994)	Colônia Polonesa e o processo de metropolização de Curitiba: impactos espaciais da modernidade	A) Tema Principal: identificação dos processos de re-estruturação espacial da colônia de Tomaz Coelho no processo de modernização e face à transformação da RMC. B) Tema Secundário: conflito entre o tradicional e o moderno nas sociedades tradicionais; verificação da dinâmica urbano-industrial dada a ocupação da área da colônia pelo setor; aspectos de perpetuação da tradição dos colonos; desarticulação espacial.	A) Conceitos: ----- B) Técnicas: levantamento bibliográfico referentes às bases teóricas, aos estudos existentes, ao processo de metropolização; levantamento histórico e de dados secundários e levantamento de campo.	- Análise do processo histórico da colônia e sua integração no sistema metropolitano; - Análise do processo e dos elementos dos padrões de modernidade a partir dos anos 70; - Análise dos agentes na re-estruturação do núcleo.	- Resultado na dissertação de Mestrado na área de concentração em Organização do Espaço, pela Universidade Estadual Paulista do Campus de Rio Claro em 1994. - Continuidade de temática de pesquisa: graduação - aspectos relativos à cultura polonesa de Tomaz Coelho, em relação ao espaço mítico e sagrado (1985); especialização - impacto da lógica-industrial face à implantação da refinaria de petróleo (1989)

Quadro 3.1 - Síntese Estudos Existentes

Autor	Obra	Conteúdo	Métodos	Análise	Observações
15. Müller (2003)	Os Ventos Sopram Liberdade: alemães do volga, a epopeia de um povo (sobre a colônia Marietal)	A) Tema Principal: história dos alemães de Volga, enfoque na Colônia Marietal - Lapa. B) Tema Secundário: pesquisa histórica da imigração alemã para a Rússia (estabelecimento das colônias; processo da imigração para o continente americano; aspectos sociais, culturais, religiosos) - pesquisa histórica dos alemães do Volga no Brasil, estudo de caso - Colônia Marietal.	A) Conceitos: ..... B) Técnicas: levantamento bibliográfico, iconográfico, levantamento de campo no Volga, pesquisa em arquivos da Alemanha e da Rússia.	- Reprodução da imigração dos alemães para a região do Volga como consequência das Guerras. Incidento de Catarina II, a Grande, de origem alemã, para o desenvolvimento e ocupação de terras da Rússia. - Análise das formações e das questões sociais, econômicas e culturais das colônias. - Relato das causas da imigração da Rússia para as Américas (EUA, Canadá, Argentina e Brasil) - Estudo de caso - Colônia Marietal (Lapa): pioneiros, loteamento e fundação. Aspectos educacionais, religiosos, costumes, construção da capela e festividades. Aspectos econômicos comércio, tropeiros e carroças. - Breve histórico sobre as colônias de russos-alemães na Lapa. 'Johannesdorf e Wirmond.	- re-edição do livro 'Além dos Mares a Liberdade em comemoração aos 125 anos da fundação de Marietal. Dados novos obtidos na Alemanha em pesquisas de arquivos e levantamento de campo. - mapas e ilustração com fotos de famílias pioneiras, aspecto inicial da colônia, imagens atuais das colônias-mães na região do Volga. - o livro apresenta uma certa falta de clareza e repetição de vários dados históricos.
16. Tornaz, Antonio (1998)	Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra: 120 anos de história, genealogia	A) Tema Principal: Colônia Santa Maria do Novo Tirol B) Tema Secundário: breve história da questão da imigração no Brasil e Paraná; primeiros imigrantes, genealogia, loteamento, proprietários de lotes, construção de igreja, escola e cemitério.	A) Conceitos: B) Técnicas: levantamento bibliográfico em arquivos públicos, registros de igrejas, do cemitério, levantamento iconográfico, entrevista com descendentes de pioneiros.	- História da imigração italiana no Paraná. Colônias existentes e na aproximação da área de estudo, considerações sobre São José dos Pinhais e Piraguara. - Dados importantes sobre o loteamento da Colônia. Possibilidade de modificação do traçado pelo Eng. Ernesto Guaita (italiano). - Análise das condições iniciais e meios de produção agrícola. - Análise das questões sobre educação e religião, incluindo o cemitério. - Análise de genealogia para identificação dos imigrantes pioneiros.	- a obra traz importante pesquisa de documentação e dados históricos sobre a imigração; - dados importantes sobre o loteamento e títulos de propriedade. Ênfase da genealogia dos pioneiros. - apesar da grande contribuição de dados, a análise é breve, na tentativa de abarcar as questões históricas, sociais, econômicas e culturais da Colônia.
17. Iarochinski, Ian	Saga dos Polacos (Santa Cândida, Murici, Thomaz Coelho, São Mateus do Sul, Castro, Palmeira, Cruz Machado)	A) Tema Principal: Imigração Polonesa no Brasil B) Tema Secundário: considerações sobre a imigração europeia no Brasil; Poloneses em SC e RS, ênfase no Estado do Paraná e nas colônias na área da RMC	A) Conceitos: B) Técnicas: levantamento bibliográfico em arquivos público e jornais	- História da imigração polonesa no Brasil nos estados de SC, RS e PR (número de imigrantes e origem) - listagem das colônias nos arredores de Curitiba: nº de imigrantes, nº de lotes, dimensão e área total de cada colônia de imigrantes poloneses. - Descrição dos primórdios da imigração, tipos de habitação e crenças - Análise de notícias publicadas em jornais sobre a imigração polonesa.	- a obra define uma panorama da Europa e as principais causas da imigração. - demonstra por meio de mapas a constante perda de território da Polônia. - a pesquisa realizada em jornais traz contribuições e relata os preconceitos e problemas para a assimilação dos imigrantes.
18. Schwab, Carlos Alberto (1997)	Resumo Histórico e Genealogia dos alemães de Volga 1877 - 1997	A) Tema Principal: Alemães de Volga no Paraná, especificamente na região de Ponta Grossa. B) Tema Secundário: breve história da imigração dos alemães de Volga; relação dos colonos e subsídios adquiridos	A) Conceitos: B) Técnicas: levantamento bibliográfico em arquivos públicos e entrevistas com descendentes de pioneiros.	- Breve história da imigração dos alemães de Volga; - Colônias fundadas pelos imigrantes (total de imigrantes, subsídios recebidos, dimensão dos lotes, definição de área comum nos loteamentos) - Transcrição de documentos oficiais em relação às colônias dos alemães de Volga; - Entrevistas com descendentes - relato histórico e familiar das condições iniciais e principalmente a genealogia dos alemães de Volga no Paraná.	- a obra traz a transcrição de relatos oficiais da Província em relação às colônias; - informações relevantes sobre o assentamento dos imigrantes; - maior ênfase dada ao estabelecimento da genealogia dos imigrantes.

### Quadro 3.1 - Síntese Estudos Existentes

Em relação a colônia Tomaz Coelho, tem-se o estudo de Wachowicz (1977) com uma extensa pesquisa de documentos oficiais desde a proposta de implantação e despesas e conclui expondo a má distribuição dos lotes sem a definição de uma centralidade do assentamento. A Secretaria da Cultura (1986) faz um levantamento das tipologias rurais da colônia Tomaz Coelho, em virtude do eminente desaparecimento face à construção da barragem do rio Passaúna. Kersten (1983), sob a ótica da problemática agrária e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tem Tomaz Coelho como estudo de caso. Analisa o processo imigratório e a inserção dos poloneses como produtores de mercadorias e vendedores da força de trabalho no sistema capitalista, nas suas especificidades sociais, regionais e étnicas. Por meio de entrevistas complementa a visão antropológica e as transformações, dada à implantação de área de caráter eminentemente industrial inserida na colônia. Relata os tipos de usos existentes que caracterizam áreas do antigo território: uso industrial, a Refinaria da Petrobrás, resquícios de paisagens coloniais e usos emergentes como as chácaras de lazer. Gil Filho (1994) a partir do pressuposto da hegemonia da lógica urbano-industrial - modernidade sobre a lógica do campesinato – tradicionalismo, tem Tomaz Coelho como referência. Analisa a dinâmica da RMC e conclui os fatores de desarticulação da estruturação do núcleo colonial: o processo de revalorização das áreas e de transformação de uso do solo; a reestruturação espacial rompe-se devido à marginalização da colônia no processo capitalista e a existência de “resquícios” de tradicionalismo.

Ferrarini (1992) faz uma coleta importante de documentos oficiais e analisa a formação das colônias de Alfredo Chaves (atual Município de Colombo) e Presidente Faria e seus primeiros imigrantes. Utilizando-se de dados do cadastro das colônias, analisa os proprietários de lotes, as condições iniciais, e ressalta a falta de sistematização e organização dos documentos de concessão. Tomaz (1998) tem como estudo de caso Santa Maria do Novo Tirol; apesar da ênfase dada às questões de genealogia dos imigrantes formadores da colônia, traz contribuições do início da formação. Por outro lado, Balhana (1958) tem como temática de doutoramento a colônia Santa Felicidade. Analisa o processo de criação da colônia com imigrantes vindos do litoral do Paraná e aponta a falta de um plano urbanístico. Faz a abordagem dos aspectos sociais, econômicos e culturais. Refere-se aos aspectos históricos e da paisagem natural e humana, e analisa o processo de assimilação e integração da comunidade italiana.

Temática específica sobre os alemães da região de Volga, os chamados russos-alemães é tratada por Muller (1995) e Schwab (1997). O primeiro, na reedição do seu livro inicial, complementa a pesquisa realizada em arquivos da Alemanha. Tem como estudo de caso a colônia Mariental, na Lapa, e aborda a necessidade da imigração, primeiro para a Rússia e depois para as Américas. Faz a listagem dos pioneiros e descreve a fundação e loteamento da colônia. Ressalta a importância da religião e os costumes trazidos com os imigrantes. Schwab (1997), por sua vez, enfatiza a genealogia dos alemães do Volga principalmente os estabelecidos na região de Ponta Grossa e transcreve vários documentos oficiais.

Weibel (1958), Sutil (1995) e Sahr e Löwen Sahr (2000) referem-se a uma pequena colônia menonita<sup>74</sup> instalada entre os bairros atuais de Xaxim e do Boqueirão, porém diferem quanto aos aspectos abordados. Na obra de Weibel (1958), a análise da colônia faz parte de um extenso estudo sobre o sistema agrário e a colonização européia no Sul do Brasil. Analisa a colônia, ainda em formação, na época do levantamento. O segundo autor traz dados sobre a compra da fazenda, construção da escola e igreja e trata dos aspectos econômicos da criação de gado. Sahr e Löwen Sahr (2000) têm como estudo de caso uma família e concluem relatando a desintegração geográfica dos menonitas em Curitiba e a manutenção somente da rede social, por meio de contatos pessoais.

Pode-se verificar no Quadro 3.1 que as publicações da Casa Romário Martins seguem certa semelhança quanto aos tópicos, prevalecendo a abordagem histórica e sociológica de cunho mais informativo e menos analítico. Estudos mais aprofundados como os de Balhana (1958) e Kersten (1983) são resultados, os daquele de tese de doutorado e os deste de dissertação de mestrado, portanto pesquisas mais aprofundadas sobre a colônia Santa Felicidade e Tomaz Coelho, respectivamente. Gil Filho (1994) apresenta uma trajetória contínua de pesquisa realizada na colônia Tomaz Coelho - graduação, especialização e

---

<sup>74</sup> Segundo Minich (1968), os menonitas têm a sua origem nos Países Baixos, quando ocorreu o movimento anabatista, na época da Reforma Religiosa. O maior líder do movimento foi Menno Simon e seu nome, posteriormente, acabou sendo usado tanto pelos católicos, quanto pelos membros das Igrejas Protestantes, como sinônimo de apróbrio (menistas). Como as Igrejas da época eram "Igrejas de Estado", o princípio defendido pelos anabatistas, de separação das duas instituições não foi aceito. Perseguidos e condenados a morte por católicos e protestantes, emigraram para a região de Dantzic, permanecendo cerca de dois séculos, e, novamente migraram para a Rússia, atendendo a um pedido de Catarina, a Grande. Desenvolveram um sistema agrícola e industrial, porém com a adoção do regime comunista, a saída da Rússia tornou-se inevitável, e por volta de 1930 emigraram para o Paraguai e Brasil (Apud Sutil, 1995, p.23-24). Nas proximidades de Ponta Grossa existe ainda hoje a colônia menonita denominada Witmarsun.



mestrado. No último trabalho aborda os aspectos tradicionais da cultura e o impacto do processo de modernidade na transformação da estrutura espacial da Colônia Tomaz Coelho.

A pesquisa de Tomaz (1998) sobre a colônia Santa Maria do Novo Tirol apesar do caráter histórico, dá informações importantes sobre a maneira de organização espacial e formação do núcleo colonial. Refere-se ao Eng. Ernesto Guaíta como um dos pioneiros e dá indícios sobre os ajustes para o projeto final da colônia que difere espacialmente na elaboração do projeto do assentamento.

Somente a pesquisa de Ferrarini (1992) abrange uma área de estudo maior, compreendendo o Município de Colombo. Incorpora as colônias de Alfredo Chaves, Santa Gabriela, Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correia com pesquisas em cadastros, documentos oficiais desde o Império, decretos, identificação de imigrantes iniciais e seus respectivos lotes, entre outros dados históricos importantes.

Destarte, inexistem estudos que enfoquem, na sua totalidade, as implantações das várias colônias imigrantes. Nesse sentido, para o entendimento da formação das colônias imigrante de Curitiba é necessária uma reconstrução e uma historiografia espacial para a recomposição do processo de espacialização dos imigrantes no intuito de analisar a gênese da construção das *paisagens étnicas*.

Em um primeiro momento, a necessária coleta de informações básicas sobre as várias colônias para poder traçar um panorama de uma política de imigração realizada pelo governo. Depois, a existência de uma “lógica” nos projetos de assentamentos, desde modelos existentes, morfologias, até a possível definição de elementos de uma centralidade das colônias com as igrejas e escolas. Por fim a toponímia utilizada que define maneiras de criar uma imagem de acordo com os assentamentos dos imigrantes. Existem várias vertentes analíticas; no entanto, tais questões, de acordo com os pressupostos da pesquisa, podem delinear aspectos relevantes na contribuição de estudos que enfocam a discussão do processo de construção das *paisagens étnicas de Curitiba*.

### 3.4 COLÔNIAS DE IMIGRANTES IMPLANTADAS NA ÁREA DA ATUAL RMC

O resultado da política imigratória espacializa e caracteriza uma gênese singular na formação de colônias imigrante na área da atual RMC - Região Metropolitana de Curitiba. Desta maneira, em uma primeira aproximação, fez-se a sobreposição de informações para estabelecer as suas principais características. Pela não existência de dados sistematizados e de listagem das colônias foi necessária a coleta de várias informações em arquivos<sup>75</sup>, pesquisas de jornais, estudos e mapas existentes para a formulação do Quadro 3.2 que contém os seguintes dados: responsabilidade da fundação (Federal, Provincial, Municipal e Particular); a denominação inicial; ano da fundação; a origem dos primeiros imigrantes; número e dimensão dos lotes, número de imigrantes e a distância em relação ao centro consumidor (Quadro 3.2).

A análise das datas de fundação das colônias revela que a política imigratória desenvolvida na Província do Paraná, de certa maneira, foi quase que ininterrupta. Apesar da promulgação da lei de incentivo à imigração datar de 1820, a colônia de Assunguy (atual Cerro Azul) instala-se em 1860, aproximadamente a 100 km. da capital. No “rocio” de Curitiba, a 3km da cidade, somente é criada a colônia Argelina em 1868. No entanto, deve-se atentar ao fato de que a criação da nova Província do Paraná deu-se apenas em 1853, época em que era de competência das províncias em promover o estabelecimento de colônias.

---

<sup>75</sup> Pesquisa realizada no Arquivo da Casa da Memória, Arquivo Público e no arquivo do antigo Instituto de Terras e Cartografia.





Desde 1860 até 1880, foi implantada a maioria dos núcleos coloniais idealizados pelo poder provincial. A continuidade da política imigratória iniciada por Zacarias de Góes e Vasconcelos deu-se com seguintes presidentes do Paraná: José Francisco Cardoso (1859), Antonio Barbosa Simas Nogueira (1861), Agostinho Ermelino Leão (1868), Venâncio José de Oliveira Lisboa (1870), Frederico José de Oliveira Abranches (1873), Adolfo Lamemha Lins (1875), Alfredo d'Escagnolle Taunay (1885), Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1886), Balbino Cândido da Cunha (1888). Na gestão de Lamemha Lins (03/05/1875 a 16/07/1877), 08 (oito) assentamentos foram sucessivamente elaborados e implantados, uma grande maioria contígua à região noroeste da Província. Tal política foi denominada *linismo* (Quadro 3.3).

	ÓRGÃO IDEALIZADOR	ANO DA FUNDAÇÃO	DENOMINAÇÃO INICIAL	**PRESIDENTE DA PROVÍNCIA
1	Imperial	1860	Assunguy	José Francisco Cardoso
2	Municipal	1868	Argelina	Antonio Augusto da Fonseca
3	Municipal	1870	Pilarzinho	Venâncio José de Oliveira Lisboa
4	Provincial	1871	S. Venancio	"
5	Municipal	1873	Abranches	Frederico José de Araújo Abranches
6	Provincial	1875	Santa Candida	Adolfo Lamemha Lins
7	Provincial	1875	Orleans	"
8	Provincial	1876	Santo Inácio	"
9	Provincial	1876	D. Pedro	"
10	Provincial	1876	D. Augusto	"
11	Provincial	1876	Lamemha Lins	"
12	Provincial	1876	Tomaz Coelho	"
13	Provincial	1877	Riviere	Joaquim Bento de Oliveira Junior
14	Provincial	1878	Mariental	Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes
15	Municipal	1878	Dantas	Rodrigo Otavio de Oliveira Menezes
16	Provincial	1878	Antonio Rebouças	"
17	Provincial	1878	Alfredo Chaves	"
18	Provincial	1878	Zacarias	"
19	Provincial	1878	Muricy	"
20	Provincial	1878	Inspetor Carvalho	"
21	Provincial	1878	Virmond	"
22	Provincial	1878	Johanisdorf	"
23	Provincial	1878	Santa Maria do Novo Tirol	"
24	Particular	1880	Santa Felicidade	João José Pedrosa
25	Provincial	1886	Antonio Prado	Alfredo d' Escagnolle Taunay
26	Provincial	1886	Santa Gabriela	Joaquim de Almeida Faria Sobrinho
27	Provincial	1886	Santa Cristina	"
28	Provincial	1886	Alice	"
29	Provincial	1886	Barão de Taunay	"
30	Provincial	1886	Presidente Faria	"
31	Provincial	1887	Maria José	"
32	Provincial	1888	Eufrásio Correia	Balbino Candido da Cunha
33	Provincial	1889	D. Mariana	"
34	Provincial	1889	Balbino Cunha	"
35	Federal	1895	Antonio Olinto	REPUBLICA
36	Estadual	1908	Afonso Pena	
37	Estadual	1911	Santos Andrade	
38	Particular	1926 - 1937	Marques de Abrantes	
39	Particular		Ferraria	

**Quadro 3.3 – listagem das colônias de imigrantes e gestão provincial**

Fontes:

Arquivo do dept. de Terras e Colonização

\*\* Ilustração Brasileira – edição comemorativa do Centenário do Paraná (1953)

Contudo, entre 1880 e 1885, observa-se a interrupção da política imigratória e a não-implantação de novos núcleos coloniais. Têm-se os novos governantes como João José Pedrosa (1880), Carlos Augusto de Carvalho (1882) e Luiz Alves Leite de Oliveira Belo (1883), aliados a uma campanha de nacionalização, que se baseava na criação de coloniais mistas, e de críticas quanto à formação de “quistos étnicos” na Província. A própria utilização do termo “quistos étnicos” em documentos oficiais transformam os grupos étnicos em elementos patológicos que supõe a idéia de remoção.

As questões de criação de colônias mistas eram básicas na nova concepção de atitudes nacionalistas que, de acordo com Levi-Strauss (1972), é uma das atitudes mais antigas e difundidas repudiadoras das formas culturais - morais, religiosas, sociais, estéticas - que se distanciam daquelas com as quais nos identificamos (Apud MAZZOLENI, 1992).

Somente com a presidência de Alfredo d'Éscragnolle Taunay<sup>76</sup>, em 1885, retoma-se a instalação de novos núcleos imigrantes. Na gestão de Faria Sobrinho são criadas 06 (seis) colônias, a maioria com média de 50 lotes, e a finalização da política imigratória provincial termina na gestão de Balbino Cunha.

Em 1889, a república foi proclamada, e é criada a Comissão de Colonização pela lei nº 729 de 5 de abril, em 1907, e já no ano seguinte é implantada a Colônia Afonso Pena. Segundo o relatório do presidente republicano em exercício, Joaquim Monteiro de Carvalho, “*já foram demarcados lotes em colônias já existentes, como Prudentópolis, havendo o governo adquirido por compra a Fazenda Águas Belas, próxima a capital, para aí fundar uma colônia modelo*” (Apud MARTINS, 1955, p.98).

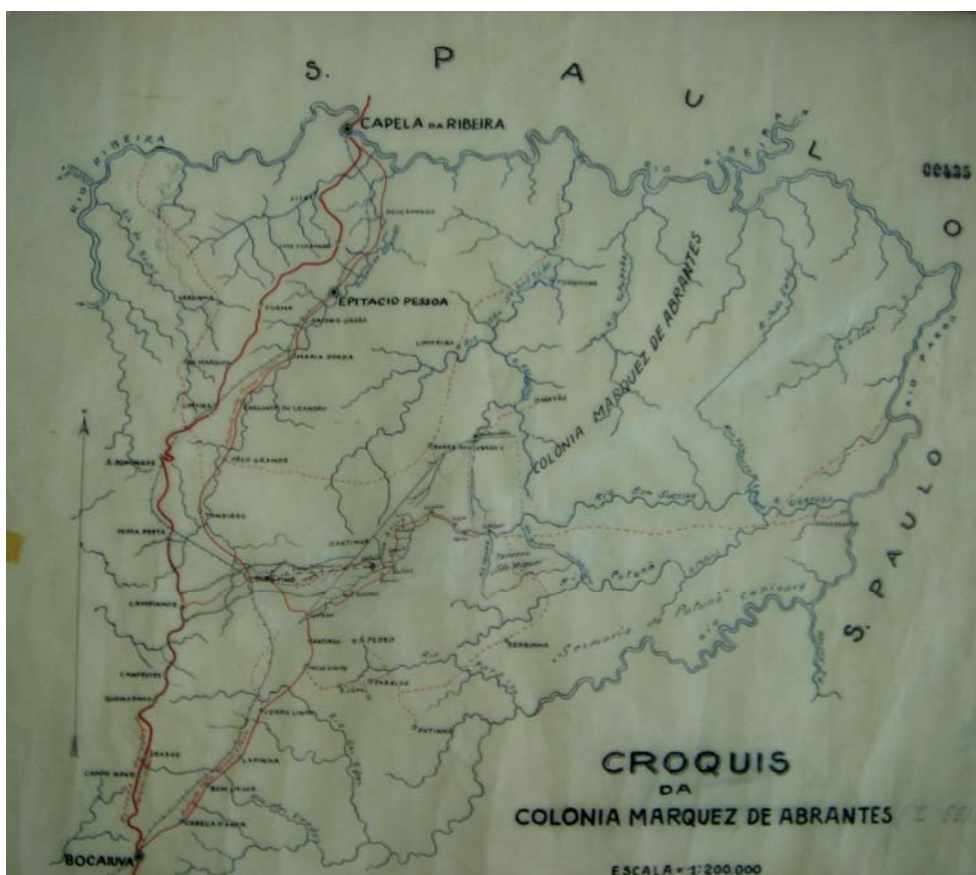
Os anos da Grande Guerra (1914-1918) retêm o fluxo emigratório e as autoridades abandonam tal política. Nesse período, houve o reverso de desejabilidade dos imigrantes, sendo estes perseguidos e proibidos de se expressarem em suas línguas

---

<sup>76</sup> Taunay foi vice-presidente da Sociedade Central de Imigração, em 1888. Liderava a facção oposicionista à imigração dos chineses, virulentamente sinófila. O discurso anti-chines de Taunay continha dois elementos que logo viriam a converter na política social oficial do Brasil. O primeiro era a proibição de toda e qualquer entrada de chineses, codificada em 1890, sob a forma de proibição do ingresso de asiáticos e africanos sem a aprovação do Congresso. O segundo, postulava que os imigrantes não precisavam falar o português ou seguir as normas religiosas brasileiras para serem úteis ao desenvolvimento. É claro que Taunay tinha em mente os alemães, mas políticas como essas viriam, poucas décadas depois, a abrir espaços, por menos intencionais que fossem para outros grupos não-europeus (árabes e japoneses).

originais<sup>77</sup>. Somente em 1923, o presidente Caetano Munhoz da Rocha, em mensagem afirmava a necessidade de retomar o movimento imigratório dirigido, criando, entre várias colônias novas, no Estado do Paraná, a colônia de Santos Andrade, localizada em São José dos Pinhais.

A última colônia fundada, nas proximidades de Curitiba, que consta no cadastro de colônias é a colônia Marques de Abranches (1926-1932), de iniciativa particular, ficando a cargo do poder público a fiscalização dos serviços de execução (Figura 3.4). A partir desse momento, a colonização é dirigida por empresas particulares, as quais recebiam a concessão do governo para explorar os empreendimentos de colonização.



**Figura 3.4 – Croquis da colonia Marquez de Abranches (s/d)(s/e)**  
Fonte: Arquivo ITC

<sup>77</sup> A questão de perseguições aos imigrantes, nos anos de guerra, é abordada no Capítulo 4.

Entretanto, estudos de Weibel (1958) e de Sahr E Löwen Sahr (2000), registram uma colônia particular de menonitas, em 1933, a 12 km no Sudoeste de Curitiba e, apesar da colônia Ferrara não constar nos registros nem na listagem oficiais, por tratar-se de uma iniciativa particular, e de pouca citação nos estudos, a sua implantação é verificada no mapa de Curitiba de 1915 (Ver Figura 2.15) . Seu loteamento divide-se de acordo com duas tipologias de lotes: 25 longitudinais e 14 de forma quadrática. Nos relatos das paisagens, Saint-Hilaire (1995 [1826] p.101) refere-se ao sítio Ferrara, percorrido em 1820, na passagem por Campo Largo e, na visão emergente do núcleo urbano, tal descrição confere quanto à localização da colônia na parte Sudoeste de Curitiba (Figura 3.5).



**Figura 3.5 – Planta da colônia Ferrara (s/d) (s/e)**

Fonte: Arquivo ITC

Verifica-se que das 39 colônias de imigrante fundadas na área da atual RMC - Região Metropolitana de Curitiba (incluindo-se Lapa), entre 1860 e 1926, a grande maioria foi estabelecida na época de incentivo por iniciativa do Governo Provincial. Apenas 4 (quatro) - Argelina, Pilarzinho, Abranches e Dantas – são de caráter municipal e com exceção de Assunguy que é subsidiada pelo governo imperial. As colônias criadas por iniciativa particular como Santa Felicidade, Ferrara e Marques de Abranches pouco aparecem em registros e em dados oficiais.



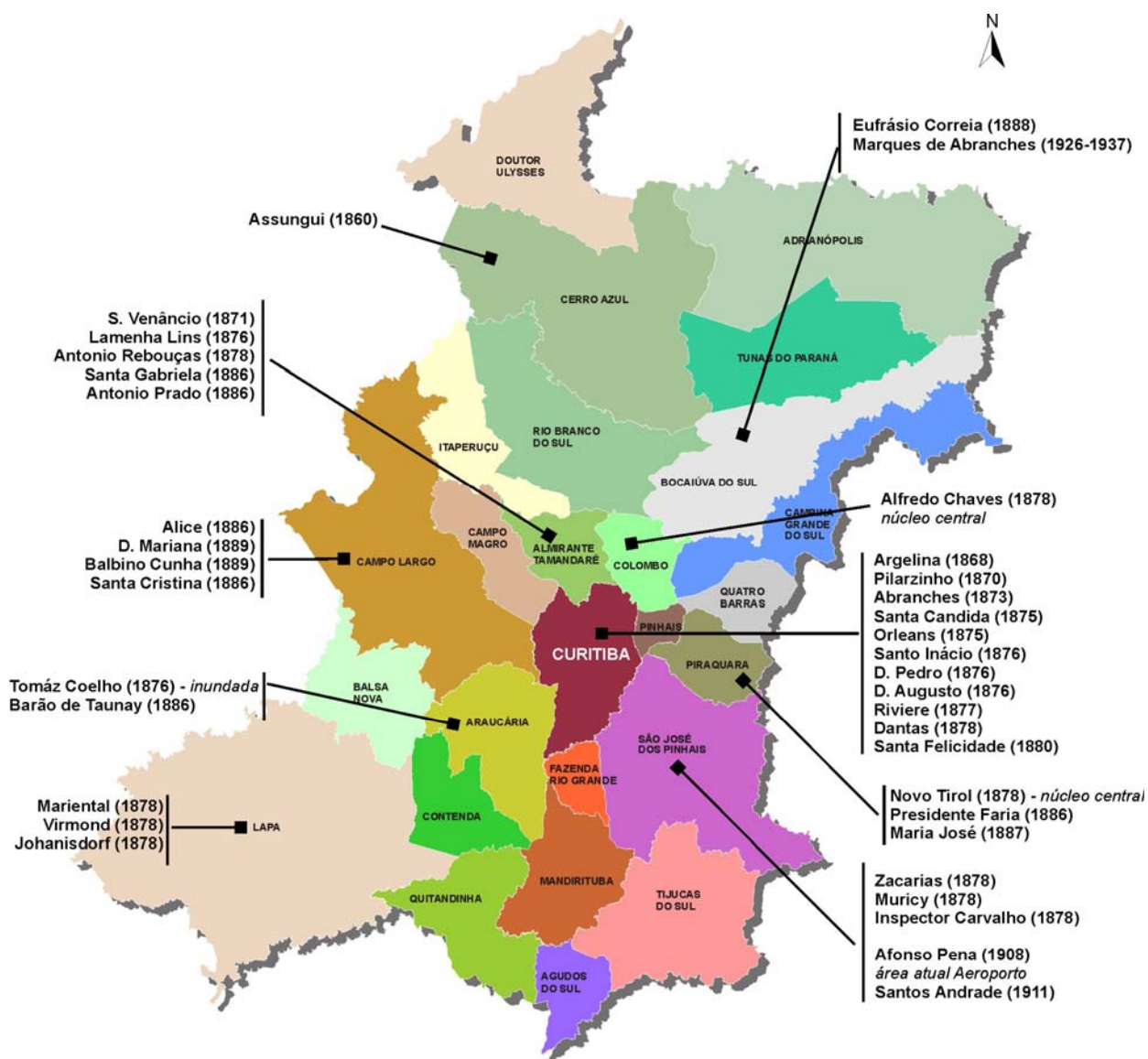
Um levantamento realizado em 1906, para a localização de minérios na área da capital, como se pode verificar no “Mapa do Município de Curitiba”, evidencia as sucessivas implantações das colônias imigrantes ao redor do núcleo urbano, revelando uma concentração, na região Norte e Nordeste, na existência das principais conexões, como a Estrada da Graciosa, Assungui e posteriormente a Estrada de Mato Grosso. A área das colônias de Santa Cândida, Pilarzinho e a contiguidade das colônias D. Pedro, Orleans e Santo Inácio demonstram uma abrangência em área de extensão maior do que o próprio núcleo de Curitiba (Figura 3.6.).

Na Figura 3.7 pode-se observar uma grande concentração de colônias foi localizada na área da atual cidade de Curitiba. Outras se situaram nas cidades adjacentes de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais, Piraquara e Bocaiúva, a sede do Município de Colombo era a antiga colônia Alfredo Chaves - e, por fim, no município de Lapa localizam-se 4 (quatro) assentamentos: Mariental, Virmond, Johanisdorf e Antonio Olinto<sup>78</sup>. A totalização de aproximadamente 3.000 lotes rurais e de 220 lotes urbanos projetados nas colônias é um fato que afirma a importância das colônias imigrante na origem da formação espacial da RMC - Região Metropolitana de Curitiba.

---

<sup>78</sup> A colônia Antonio Olinto situava-se próximo à divisa do Paraná com Santa Catarina. A colônia foi desmembrada do município de Lapa e atualmente é incorporada ao município de Rio Negro, não fazendo parte da RMC.





**Figura 3.7 - Localização das Antigas Colonias Imigrantes na RMC**

Fonte: Mapa base COMEC (2004)

### 3.4.1 A "LÓGICA" ESPACIAL DAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES NA RMC

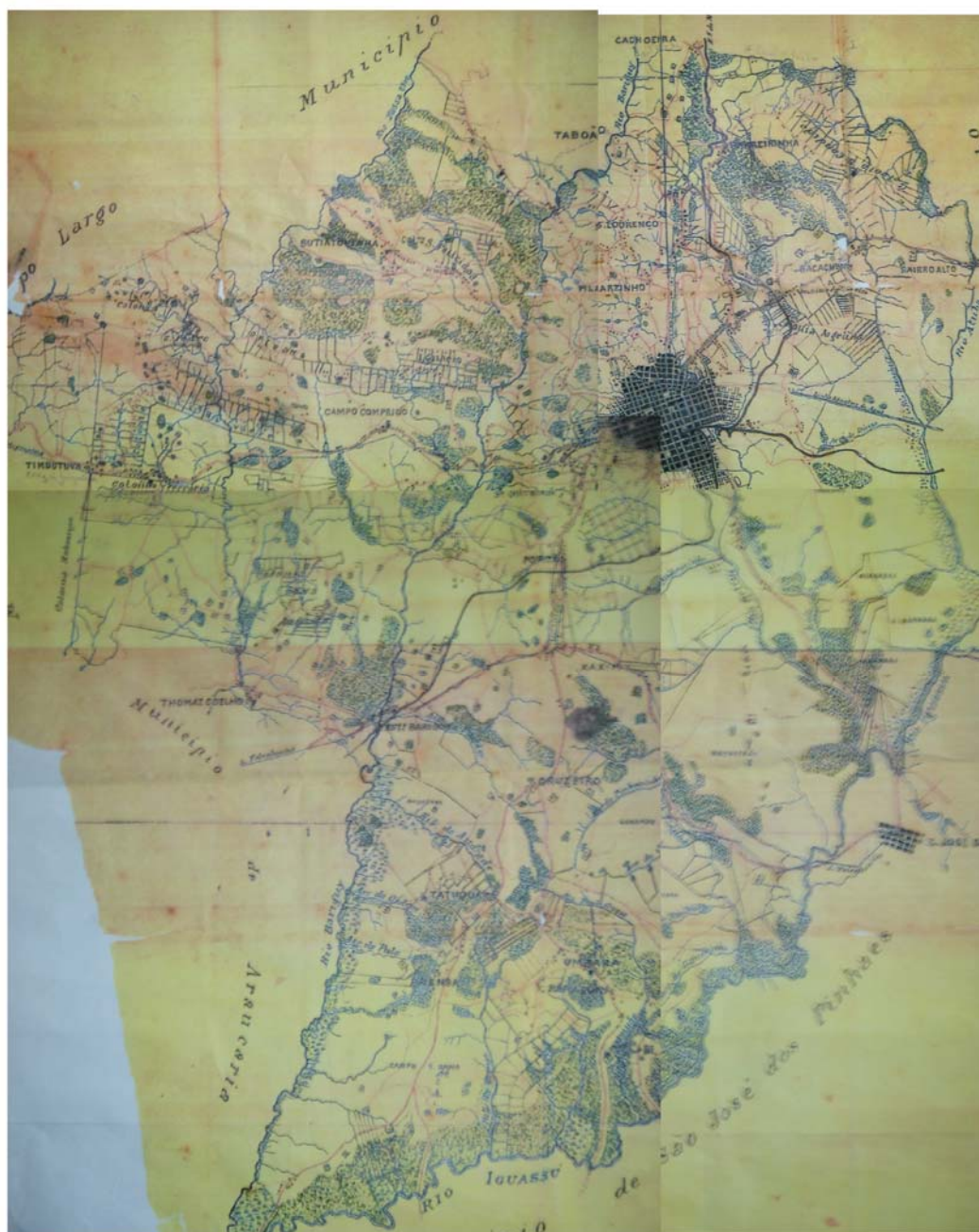
A implantação dos núcleos nos arredores de Curitiba, como se pode verificar no mapa de 1915, faz Wachowicz (1975) afirmar a formação de um "cinturão verde" (Figura 3.8). No entanto, a criação de cinturão-verde na história do urbanismo baseia-se em dois aspectos: o primeiro do urbanismo moderno no qual a necessidade de salubridade dos núcleos urbanos poderia ser resguardada por uma área verde circundante, de lazer, e a outra de produtividade dos núcleos rurais, defendida por Howard, Ledoux, Owen, Pemberton, Buckingham e Kropotkin (HALL, 1988). No caso de Curitiba, a história revela a necessidade do abastecimento, colocada como fator importante para a sobrevivência da nova província e a probabilidade maior êxito para uma colonização próxima ao centro consumidor, e nesse caso um cinturão agrícola seria o mais indicado.

Nos estudos existentes verificou-se que alguns autores referem-se às tipologias de colonização para a definição dos assentamentos realizados. Por exemplo, em suas anotações de viagem de 1872- 1875, o engenheiro inglês Bigg-Wither (1974 [1875]) refere-se a dois tipos de colônias existentes no Paraná: as estaduais e as particulares, dirigidas estas por indivíduos ou companhias, movidos pela especulação. De acordo com Weibel (1958) diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, quase não houve colonização espontânea no Brasil. Desta maneira, elas foram organizadas, planejadas, subvencionadas e dirigidas pelo governo federal, das províncias, dos municípios, por companhias particulares ou proprietários de terras diferindo os métodos aplicados e os resultados de acordo com o tipo de colonização. De maneira similar, Steca (2002) divide apenas em colônias oficiais e não-oficiais. Por outro lado, Nadalin (s/d) define como espontânea, dirigida e planejada, e por fim, Yamaki e Kato (1984) definem as tipologias em: *reclaim*<sup>79</sup>, planejados e espontâneos, nesse caso, em relação à imigração japonesa no Brasil.

---

<sup>79</sup> A tradução da palavra *reclaim* encerra a idéia de "desbravamento". O autor diz que este tipo de assentamento tem distintos processos de formação. Porém uma característica peculiar é que geralmente os assentamentos eram formados por imigrantes vindos de uma mesma região ou que tiveram experiências em fazendas de plantação de café no interior paulista.





**Figura 3.8 - Mapa do Município de Curitiba - "cinturão agrícola" (s/d) (s/e)**  
Fonte: Arquivo- ITC

A partir dessas tipologias pode-se observar que as colônias de imigrantes implantadas na atual área da RMC - Região Metropolitana de Curitiba, podem ser divididas em basicamente dois: assentamentos do tipo de desbravamento e assentamentos planejados/subvencionados (federais, provinciais e municipais). No primeiro tipo, pelo histórico levantado por Balhana (1958), verifica-se que a formação da colônia Santa Felicidade deu-se inicialmente por um grupo de 15 imigrantes vindos da colônia Nova Itália, situada no litoral. Devido às precárias condições locais para desenvolverem uma agricultura, compram terras particulares distantes 6 km da capital e a dividem, através de sorteio, em 15 lotes iniciais (Figura 3.9).

A grande maioria, cerca de 90% é do segundo tipo. No entanto, de acordo com o órgão idealizador, podem-se delinear algumas características diferenciadoras. A colônia de Assunguy, fundada por autorização imperial e a colônia Antonio Olinto implantada com subsídios federais, localizam-se mais distantes do centro urbano, em áreas de maiores extensões ainda não exploradas. Dessa forma, puderam ser idealizados grandes assentamentos para absorção de um número elevado de imigrantes (Figura 3.10).

Os núcleos provinciais, a maioria de menores extensões, localizam-se nos arredores de Curitiba. Em uma análise morfológica inicial, pode-se verificar que as colônias implantadas eram de caráter eminentemente rural, contendo a definição de apenas lotes “rústicos”, antiga denominação de lotes rurais. Tal concepção definia a proximidade do centro consumidor e, por inexistir a necessidade de criação de um aglomerado de caráter urbano prevaleceu o projeto de criação de lotes rurais para o cultivo da agricultura (Figura 3.11).

Esta análise revela 4 (quatro) exceções, com os planos de Santa Maria do Novo Tirol e Alfredo Chaves, ambas implantadas em 1878. De acordo com Tomaz (1998), existia a idéia de formação de um núcleo urbano nessas colônias, dada a distância de aproximadamente 30 km da Capital, correspondendo a cada lote rural um lote urbano. Dona Mariana e Balbino Cunha, fundadas em 1889, apresentam lotes de menores dimensões nas intersecções dos principais acessos, caracterizando um aglomerado urbano. Estas são distantes do núcleo urbano, e suas datas de fundação revelam semelhanças no projeto de loteamento. (Figura 3.12 e 3.13).

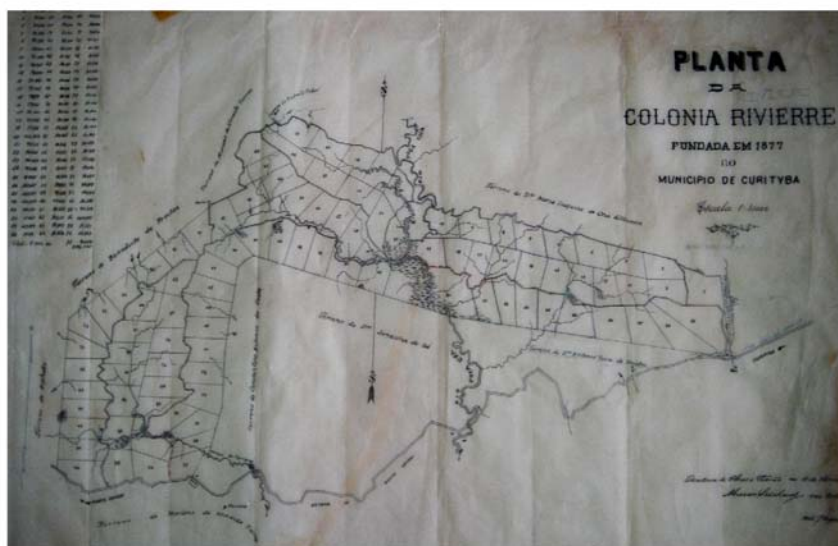


**Figura 3.9 -Localização da Colônia Santa Felicidade (s/d) (s/e)**  
 Fonte: Balhana (1958)



**Figura 3.10 - Colônia Antonio Olinto - Lapa (1896) com 648 lotes rurais (s/e)**  
 Fonte: Arquivo ITC





"Planta da Colonia Rivierre" (1877) (s/e)



"Planta da Colonia Inspector Carvalho" (1878)(s/e)

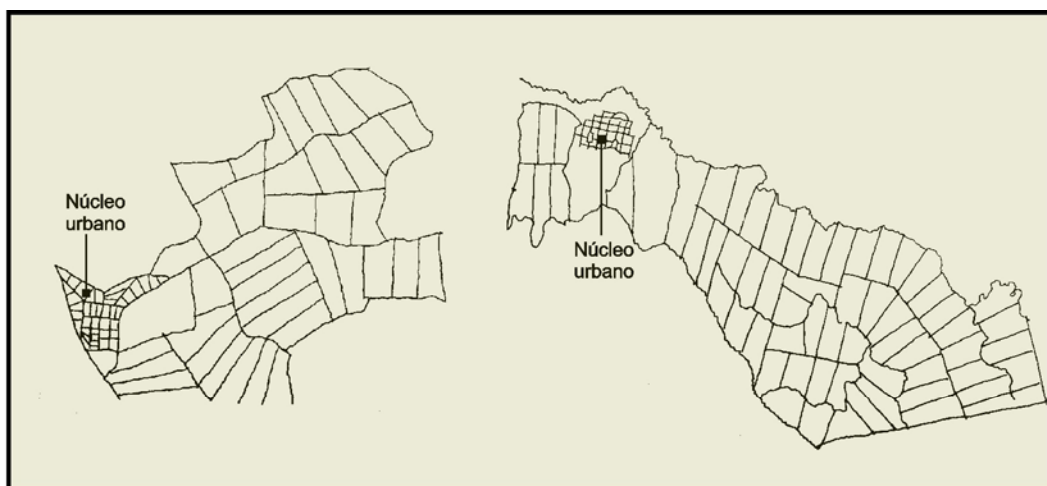


"Planta do Nucleo Sta. Gabriela" (1886)

**Figura 3.11 - Colônias de lotes "rústicos"**

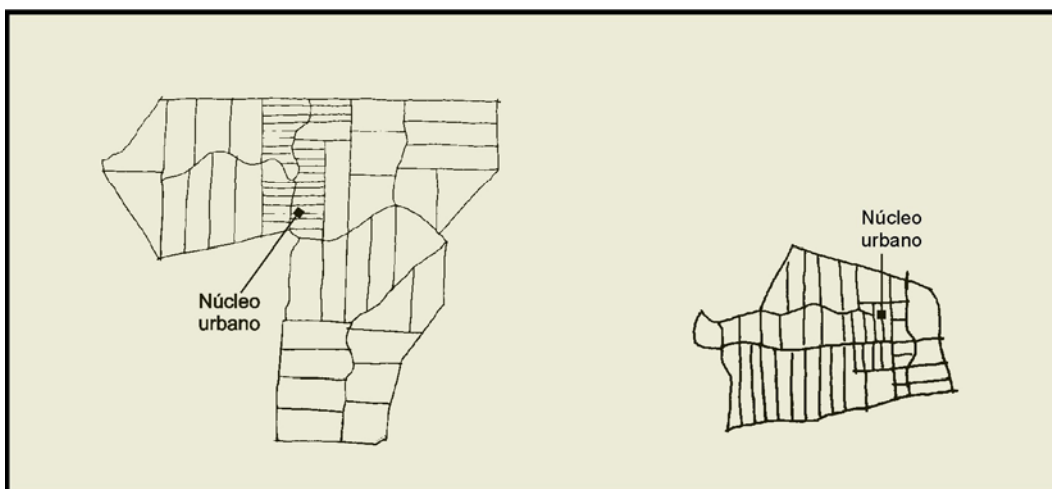
Fonte: Arquivo ITC





**Figura 3.12 - Colônias Alfredo Chaves e Novo Tirol (1878) (s/e)**

Fonte: Arquivo ITC



**Figura 3.13 - Colônias Dona Mariana e Balbino Cunha (1889) (s/e)**

Fonte: Arquivo ITC

Os assentamentos subvencionados pela municipalidade, são implantados próximos ao núcleo central urbano: Argelina – 3 km (Bairro Bacacheri), Pilarzinho- 4 km (Bairro Pilarzinho), Abranches - 6 km (Bairro Abranches) e Dantas – 2km (Bairro Água Verde). Caracterizam-se por lotes rurais prevalecendo, portanto, a idéia de proximidade do centro. No entanto, a colônia Argelina (1868), primeira experiência de assentamento realizada pelo Município de Curitiba contém a formação de um núcleo urbano projetado, totalizando 36 lotes. Na análise dos mapas existentes, verifica-se a rápida expansão da área da colônia até a Estrada da Graciosa, conexão de Curitiba com o litoral, implantando-se lotes urbanos ao longo da estrada (Figura 3.14).



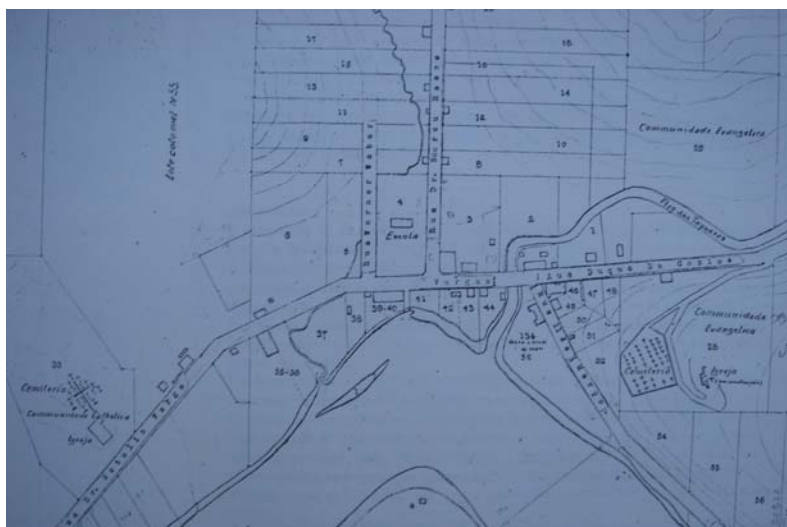
**Figura 3.14- Planta do Bairro Alto – Detalhe Colônia Argelina (1868)**

Fonte: Arquivo ITC

Neste sentido, quanto aos aspectos morfológicos podem-se analisar os modelos de implantação das colônias imigrante de caráter rural. O estudo de Weibel (1958), que abrange as colônias rurais do sul do Brasil, define como “povoamento rural disperso” e assim, descrevendo, assim, sua característica:

povoado rural disperso as propriedades, entretanto, não são espalhadas irregularmente, como acontece no *Middle West* dos Estados Unidos, mas são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação ou estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vale fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, à distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais tem 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. É exatamente o tipo de povoamento e a distribuição de terras que eram usados no fim da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Lá este tipo de povoamento é chamado *Waldhufendorf*. *Wald* significa floresta, *Dorf* quer dizer vila e *Hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono. A ocorrência de *Waldhufendorf* medieval alemão no sul do Brasil levanta uma série de problemas...o fato interessante é que este tipo de povoamento é quase desconhecido no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes. Quase toda essa população é originária de vilas aglomeradas (*Haufendörfer*), onde eles moravam comprimidos uns aos outros (WEIBEL, 1958, p.242)

A Figura 3.15 representa o projeto original da colônia de Ibirama–SC e os aspectos de um “povoamento rural disperso”. Observa-se o caminho principal paralelo ao longo do rio, e os lotes longitudinais com acesso à via e à água.



**Figura 3.15 – Planta da colônia Ibirama – SC (s/d) (s/e)**

Fonte: Arquivo Yamaki

Destarte, embora Weibel (1958) define a similaridade da maneira de divisão de terras com os povoamentos alemães, tal prática foi largamente utilizada pelos ingleses no Norte do Estado do Paraná, desenvolvida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, que fundou 63 cidades e patrimônios. As diretrizes eram definidas com a implantação de núcleo urbano, e ao redor se situariam cinturões verdes, de chácaras de área variável entre 5 e 30 alqueires. Esta área rural era demarcada:

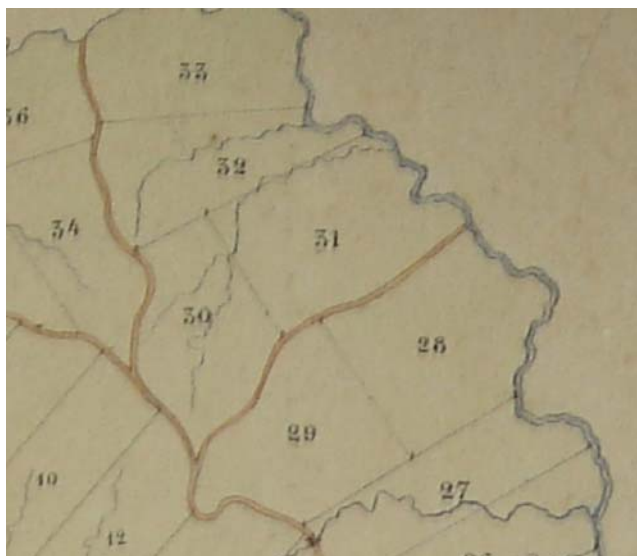
A área rural seria cortada por estradas vicinais, abertas ao longo de espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10,15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e de fundos para um ribeirão [...] as casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias (CMNP, 1975 p.76-77).

Assim pode-se inferir que os aspectos de referência espacial e cultural, esboçados na análise de Weibel, talvez não fossem fatores determinantes na delimitação dos lotes rurais. A necessidade de infra-estrutura mínima de acesso e de água tinha aspectos de funcionalidade e provavelmente de facilidade na demarcação topográfica de lotes.

No caso dos assentamentos implantados na área da atual RMC – Região Metropolitana de Curitiba, a grande maioria realizada com subsídios provinciais, observa-se que as questões de infra-estrutura inicial como acesso e disponibilidade de água, fatores necessários para o desenvolvimento da agricultura, nem sempre foram considerados. Em uma análise detalhada observa-se que a acessibilidade prevalecia sobre a água. Depoimento de Emílio de Menezes confirma o fato:

alguns lotes ficam sem água e desaproveitados. Parece que devia ser preferido outro método de medição de lotes, de modo que cada um contivesse água suficiente... muitas vezes, tal veio corta a metade Norte de uma seção, e se esta for subdividida em quatro lotes com linhas de latitude e longitude, os dois do Sul ficam sem água, ao passo que, correndo demarcação com linhas N. a S. para formar os quatro prazos, cada um deles terá água necessária (Apud MARTINS, 1955, p.128-129).

Um detalhe de parcelamento da colônia Santa Cândida, na Figura 3.16, a primeira fundada por Lamenha Lins, em 1875, com 64 lotes, indica subdivisões em que prevalecia a questão do acesso. No lote nº 29 inexistem veios de água, porém duas estradas vicinais delimitam o lote. A simples divisão interna dos lotes, no sentido L-W, proporcionaria além da água, acesso para o escoamento dos produtos obtidos com o cultivo da terra. Neste sentido, as colônias de imigrantes na região de Curitiba refletem a política imigratória que facilitava a aquisição dos lotes, que foram praticamente “doados” aos novos colonos, inexistindo um rigor maior enquanto projeto urbano, como aqueles desenvolvidos pelas companhias de colonização particulares.



**Figura 3.16 – Detalhe do parcelamento da colônia Argelina (1868) (s/e)**

Fonte: Arquivo ITC

O Apêndice contém os mapas das colônias implantadas com suas principais características. É possível a visualização das questões de infra-estrutura inicial e a grande variabilidade de tipos de morfologias dos projetos, provavelmente pela adequação de terras disponíveis e das condições locais como topografia e córregos existentes.

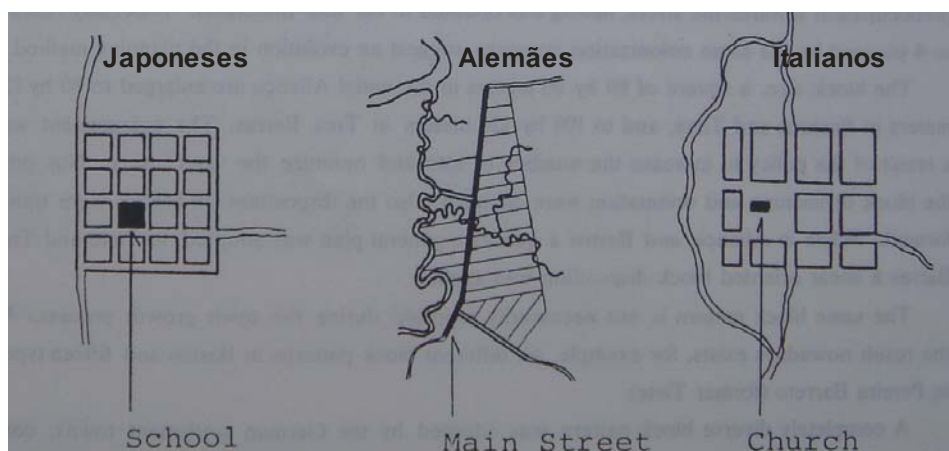
Segundo Ferrarini (1992), ainda no império, eram emitidos os “Títulos Provisórios ou de Designação de Lote de Terras”, e os definitivos, de acordo com a legislação, eram expedidos somente após a quitação dos lotes. O prazo inicial era de 5 anos, porém a legalização efetiva deu-se somente após os anos de 1900. Neste processo, observa-se a perda de documentação e a constante necessidade de atrair novos proprietários de terras.

Após as discussões sobre a espacialização das áreas rurais das colônias implantadas, uma análise morfológica dos loteamentos urbanos existentes é necessária para especulações espaciais de concepção projetual, acerca de definição dos elementos de estruturação. Os estudos de Weibel (1958) caracterizam as áreas colonizadas na região Sul do Brasil como “povoados aglomerados”:

A esse meio rural corresponde, simetricamente, um meio urbano, representado pelos “povoados conglomerados”, localizados à distâncias de 8 ou 10 quilômetros, geralmente em cruzamentos de estradas. As casas se distribuem em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais. Não existe ainda definido “tabuleiro urbano”: as casas se alinham, visto que não são mais do que “lotes citadinos”, ao longo da estrada, quando muito uma ou outra escapa do alinhamento para se localizar no que é prenúncio de uma futura rua. Esses povoados são *Strassendörfer* quando se considera sua projeção sobre o mapa. Entretanto a sua função não é a de um Dorf ou vila européia, mas de uma pequena aldeia. Os alemães, por isso, denominam estes povoados de aglomerados de *Stadtplätze*, mesmo que consistam em apenas de algumas casas (WEIBEL, 1958, p.243).

Balhana (1958) refere-se às tipologias de caráter rural de Weibel (1958) para caracterizar a colônia Santa Felicidade como “aglomerado dispersivo”, que seriam estabelecimentos humanos dispersos em meio a áreas cultivadas. Quanto ao núcleo urbano do tipo *Strassendorf* que tem como centro da colônia uma área próxima à igreja, onde se faz o maior adensamento de casas, alinhadas ao longo da estrada principal, completando o aspecto de *Stadtplatze*, de função comercial e social. No entanto, a autora afirma a ausência de um plano urbanístico inicial.

A descrição dos “povoados conglomerados” dá a imagem de aglomerações sem projetos pré-definidos que seu crescimento dar-se-ia ao longo de caminhos principais. Contudo, o estudo de Yamaki e Narumi (1983) sobre as cidades imigrantes alemãs, italianas e japonesas, na região Sul do Brasil, mostra que os planos idealizados trazem referências culturais sobre a maneira de organização dos núcleos urbanos. Nas cidades de colonização alemã, um eixo central é definido ao longo do leito do rio, e em cada extremidade da via situam-se os símbolos religiosos, uma igreja católica e do outro lado uma protestante, ambas com seus respectivos cemitérios. No caso das cidades italianas, a característica morfológica principal é a praça central e a igreja. Nas companhias de colonização japonesa, o *slogan* “educação e saúde” era rebatido no espaço com a implantação da escola e do hospital no principal eixo (Figura 3.17).



**Figura 3.17 – Estruturação dos planos das colônias imigrantes na região Sul**  
 Fonte: YAMAKI, 1983, p.437

A partir desses elementos primários de estruturação urbana, fez-se a complementação de dados, por meio de pesquisa no cadastro das colônias estaduais, com o intuito de verificar a existência de reservas de lotes, para escolas e igrejas, nos planos das colônias imigrantes projetadas pela província. Apesar do relatório apresentado pelo presidente Lamenha Lins, em 1877, afirmar que “*em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capela*”<sup>80</sup>, são poucos os exemplos de lotes destinados para tais fins.

<sup>80</sup> Relatório do presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15.02.1877. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, p. 79. (Apud COLODEL, 1983. p. 11).

Como exemplos de colônias com núcleos urbanos, na colônia de Novo Tirol (1878) existe a reserva do lote nº1 e no de D. Mariana (1889) o lote nº33 é destinado à implantação da igreja. Nesta última colônia, observa-se que o lote reservado tem acesso à estrada principal do núcleo urbano, porém apresenta uma parte do lote como área alagada. A colônia Novo Tirol é uma exceção, enquanto elaboração de projeto de colônia fundada pelo o poder provincial. Na divisão geral, um núcleo central urbano é localizado na extremidade Oeste, cercado por lotes rurais. Este núcleo apresenta uma malha urbana com quadras ortogonais. Na intersecção da principal via, no sentido Leste-Oeste, dois espaços públicos são criados: a Praça Fonseca com o Hospital, e a Praça Tavares Bastos circundada pela escola, pela igreja e pelo edifício da administração. O prolongamento da rua principal, no sentido Norte-Sul define nas suas extremidades, o Boulevard do Imperador e o da Imperatriz. Eixos contínuos e, nos cruzamentos, elementos estruturadores definidos e espaços abertos representativos são características de um urbanismo barroco. Tomaz (1998), em sua pesquisa cita o Eng. Ernesto Guaita<sup>81</sup> como um dos imigrantes pioneiros e dá indícios de possíveis ajustes realizados pelo profissional no plano inicial da colônia (Figura 3.18).

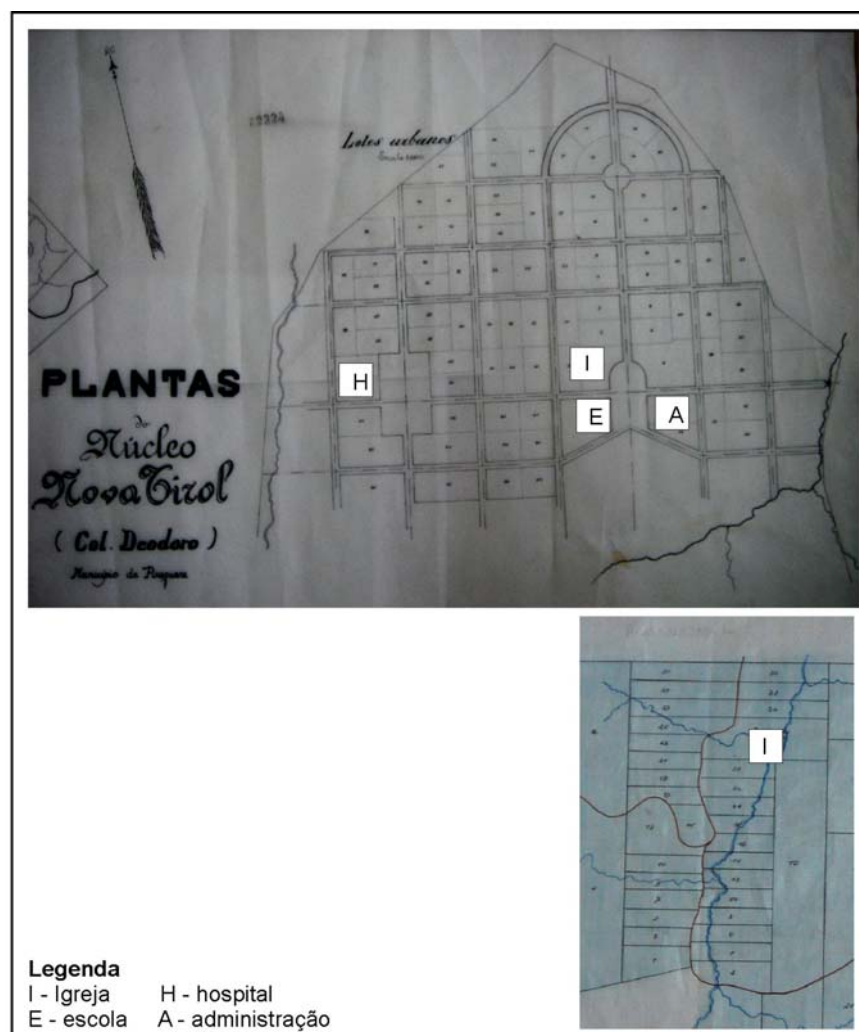
No caso de colônias de carácter eminentemente rural, consta no cadastro das colônias estaduais, dois exemplos fundados em 1886 que apresentam a reserva de lotes para fins institucionais e/ou religiosos: Antonio Prado - reserva de 1(um) lote para igreja, sem a definição de localização, e Santa Cristina reserva do lote nº 60, de dimensões menores, localizada no extremo central para capela e escola (Figura 3.19).

Ferrarini (1992) faz um levantamento de proprietários de lotes nas colônias. Em suas pesquisas consta que, na colônia Santa Gabriela e na colônia Antonio Prado, existe a reserva do lote nº 40 e do lote nº 24 para igreja, respectivamente. Na colônia Presidente Faria (1887), o lote nº 51 é reservado para a igreja e escola, sendo a área doada pelo proprietário das terras. A colônia Eufrásio Correia tem a reserva do lote nº 19 para a igreja e o cemitério.

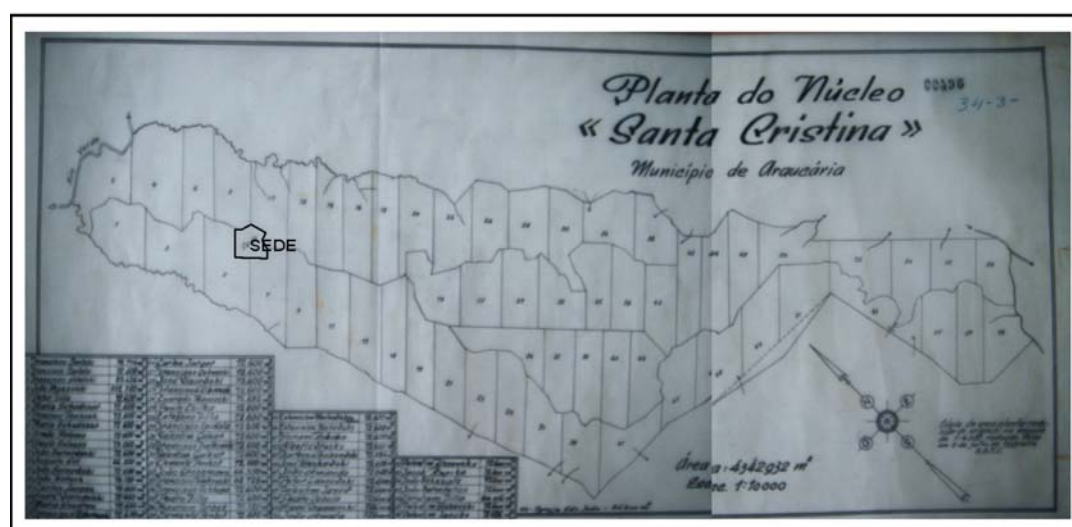
---

<sup>81</sup> Ernesto Guaita chegou em Curitiba por volta de 1850, elaborou o primeiro cadastro urbano e propôs diretrizes para que a Rua da Liberdade se transformasse em Rua do Poder (Ver Capítulo2). O engenheiro trabalhou na construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá. Projetou o Palácio da Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo, além de várias mansões.





**Figura 3.18 - Estruturação das colônias: Novo Tirol (1878) e D. Mariana (1889) (s/e)**  
Fonte: Arquivo ITC



**Figura 3.19 - Colônia Santa Cristina (1886) (s/e)**  
Fonte: Arquivo ITC



Os projetos desses assentamentos predefiniam locais para fins institucionais e religiosos, primeira reivindicação dos imigrantes europeus para o desenvolvimento de uma comunidade. A documentação oficial relata que os primeiros pedidos dos imigrantes, após a instalação das moradias, era a construção de capelas e edifícios para a educação. Vários estudos existentes, como o de Weibel (1959), insistem na importância do professor e do padre; Menezes e Souza (Apud MARTINS, 1955) falam sobre a necessidade de se criar áreas de aglomeração nas colônias de imigrantes. Tal fato é verificado no relatório do engenheiro chefe ao presidente da Província, em 1879, sobre a situação da colônia Tomaz Coelho:

ressente-se esta colonia da falta de uma Igreja e um cemitério, tendo já sido remetido ao Ministro da Agricultura um projeto para a construção de um templo. Esta necessidade está, entretanto actualmente remediada porque em uma casa pertencente ao Estado, que existe na colonia e foi preparada a custa dos colonos, celebra o padre Francisco Gurowsky, o culto divino...torna-se necessária n'esta colonia a construção de duas escolas, não por ser grande o número de crianças como por tornar-se difficil às mesmas percorrerem grandes distancia<sup>82</sup>

O relato sobre a construção da capela na colônia Tomaz Coelho ilustra a não-definição do local no plano inicial da colônia, causa de conflitos internos de interesse dos colonos. Aberta concorrência pública para a sua construção, surgiu o problema a respeito de sua localização. Foram sugeridos três locais: 1. O local da capela provisória, construída pelos colonos, situada em um dos extremos da colônia, na margem de uma estrada vicinal; 2. o centro da colônia, local indicado pelo colono Antonio Zorek, que custaria 400\$000 rs. para a província; 3. o centro da colônia, denominado Campina dos Ausentes, em terreno oferecido gratuitamente por Aleixo Trauczynski, no lote 58. Quanto ao cemitério e a escola, em ato da Presidência de 16 de fevereiro de 1882, o governo subdividia o lote nº 95, para tal fim. Este lote localizava-se na parte meridional da colônia, na passagem da estrada geral que ligava Curitiba à vila do Príncipe (Lapa). (WACHOWICZ, 1977, s/p) (Figura 3.20). Wachowicz conclui que a colônia teve uma má distribuição dos lotes, sendo os seus extremos distantes e a falta de definição de centralidade inicial ocasionou divergências prejudiciais para a comunidade, por isso a colônia chegou a ter quatro centros: Capela Velha, São Miguel, Nossa Senhora das Dores e Barigui Correio.

---

<sup>82</sup> Relatório do engenheiro chefe do 2º districto, Olimpio Rodrigues Antunes ao presidente da Província Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, de 30 de maio de 1879, vol 8. Arquivo Publico do Estado do Paraná (documento manuscrito).



**Figura 3.20 - Planta da "Colônia Tomaz Coelho (1876)**  
 Redução conforme o original - Eng. Henrique Rivierre (s/e)  
 Fonte: Arquivo ITC

Outro elemento de morfologia é o lote. Em um primeiro momento verifica-se o número de lotes por colônia e a sua dimensão. A variação da dimensão dos lotes, em média entre 10 hectares, faz com que o número de lotes seja diversificado. De acordo com a análise de Weibel (1959), o tamanho médio das propriedades rurais é de 25 a 30 hectares, área considerada pequena, pelo autor, para o sistema de rotação de terras, geralmente praticado. O lote rural ideal deveria ser de 55 a 65 hectares em terra boa e 80 a 105 em terra ruim.

No entanto, as legislações da Província para determinar a dimensão dos lotes carecem, em um primeiro momento, de padronização, dando como critério o número de pessoas que constituem a família.

O regulamento nº 5 de 07 de junho de 1859, e destinado a Colônia Teresa, dizia o art. 3º que “cada colono receberá terrenos de cultura, cuja superfície será determinada pelo diretor, segundo o número de pessoas que constar a família, e receberá igualmente um terreno na povoação, destinado à construção de uma casa de morada e quintal, o qual deverá ser cercado segundo o alinhamento da planta geral (Apud MARTINS, 1955,p.50).

Até a promulgação da nova legislação, apenas as colônias de Assungui, Argelina e Pilarzinho tinham sido criadas, com dimensões de lotes entre 2 e 5 ha. E, posteriormente, vinte anos mais tarde, o Poder Legislativo para “*promover o progresso da colonização espontânea do rocio da capital*”, votou a lei nº 243, de 20 de abril de 1870, com a qual autorizava o governo a gastar até a quantia de 10:000\$000, em forma de subvenção à municipalidade, para que esta destinasse uma área de meia légua quadrada, “*em um ou mais lugares dos terrenos do seu patrimônio, para os colonos que espontaneamente quiserem nela fundar estabelecimentos agrícolas*”. Desta forma, os lotes teriam aproximadamente 10 hectares (MARTINS, 1955, p.93).

A maioria das colônias foi planejada após 1870; assim, de acordo com a legislação estadual, os lotes rurais deveriam medir 10 ha. No entanto, observa-se uma variação de 5 a 12 ha. Apesar das legislações anteriores serem de caráter estadual, deve-se ressaltar a existência da legislação municipal - Código de Obras de 1895- que estabelece no Capítulo XIX sobre o “rocio”: “*terrenos do rocio serão concedidos por aforamento perpétuo às pessoas que os pedirem, mediante pagamento*” (Art. 249) e no artigo seguinte define “*cada carta de aforamento não compreenderá mais do que a área ou lote de 12.100 metros quadrados (1.21ha.), sendo permitido conceder a um mesmo indivíduo mais de um lote ... não concederá a Camara, mais de cinco lotes ou 60.500 metros quadrados (6.05ha) (Art. 250).*

Dessa maneira, mesmo sendo colônias subvencionadas pela província, a variação das dimensões dos lotes inferiores a 10ha estaria de acordo com a legislação municipal. As legislações subsequentes, nº 367 de 14 de abril de 1900, autoriza o governo a conceder aos nacionais, áreas de 25 a 50 ha, pelo preço e condições em que são concedidas aos colonos estrangeiros. O decreto nº 427, de 15 de setembro de 1911, confirma a dimensão dos lotes, definindo as colônias. No caso da área da atual RMC - Região Metropolitana de Curitiba, são citadas a colônia de Afonso Pena e a colônia Santos Andrade.

Além do aspecto da legislação existente, outros pressupostos podem ser delineados para entender a variabilidade de dimensionamento dos lotes: 1. tipo de colônia; 2. proximidade do centro consumidor como determinante; e 3. concepção do projetista, uma vez que, na observação do Quadro 3.4, verifica-se a não padronização. A primeira hipótese, de tipo de colônia e órgão planejador, observa-se que há uma variação de dimensão dos lotes nas colônias provinciais, em uma mesma época da fundação; por exemplo, Orleans (1875) apresenta a média de lotes de 12ha e D. Augusto (1876) apenas de 5ha. Na segunda hipótese, em relação à distância do centro, embora a colônia Santo Inácio fora situada apenas 4km do centro com lotes em média de 4.6 ha a 5.1ha, a colônia Tomás Coelho apresenta dimensão similar de 5ha e localiza-se à 15km.

A terceira hipótese, a partir do momento de que, provavelmente, o mesmo técnico responsável projetava os assentamentos para a Província, em uma mesma época, os profissionais tinham uma concepção própria dos projetos. No entanto, na observação das plantas originais dos assentamentos, a autoria ou responsabilidade técnica nem sempre constava no projeto. No arquivo encontram-se sete engenheiros que assinaram os respectivos projetos: Eng. Luiz A. J. Azambuja Parigot -Lamenha (1876); Eng. Henrique Rivierre (1876) – Santo Inácio, Tomás Coelho, Dom Augusto; Eng. Carlos Rivierre (1878)- Inspector Carvalho; Eng. Manoel Francisco T. Correia (1886) – Presidente Faria e Santa Gabriela; Eng. Manoel Ferreira Caneca – Eufrásio Correia e Eng. Francisco de A. Torres – Ferraria. Os projetos do Eng. Henrique Rivierre possuem lotes de 5ha e, nos projetos de Santa Gabriela e Presidente Faria de autoria do Eng. Manoel Francisco T. Correia, os lotes apresentam uma geometria uniforme com lotes entre 7 ou 8 ha , indício de uma concepção projetual por parte dos projetistas.

	ÓRGÃO IDEALIZADOR	DENOMINAÇÃO INICIAL	ANO DA FUNDAÇÃO	NÚMERO DE LOTES	DISTÂNCIA DO CENTRO CONSUMIDOR	DIMENSÃO DE LOTES (ha)	AUTOR DO PROJETO
1	Imperial	Assunguy	1860	1.692	100 km Curitiba	3	
2	Municipal	Argelina	1868	36 urb e 36 rur	3 km. Curitiba	0,4 a 2,8	
3	Municipal	Pilarzinho	1870	50	4 km. Curitiba	5	
4	Provincial	S. Venancio	1871	31	15 km. Curitiba	9,68	
5	Municipal	Abranches	1873	50	6 km. Curitiba	5,5	
6	Provincial	Santa Candida	1875	64	8 km. Curitiba	5,5 a 7,0	
7	Provincial	Orleans	1875	66	10 km. Curitiba	12	
8	Provincial	Santo Inácio	1876	70	4 km. Curitiba	4,6 a 5,1	eng. Henrique Rivierre
9	Provincial	D. Pedro	1876	23	14 km. Curitiba	8,1	
10	Provincial	D. Augusto	1876	36	11 km. Curitiba	5	eng. Henrique Rivierre
11	Provincial	Lamenha Lins	1876	139	9 km. Curitiba	7	eng. Luiz A.J. Azambuja Parigot
12	Provincial	Tomaz Coelho	1876	275	16 km. de Araucária	5	eng. Henrique Rivierre
13	Provincial	Riviere	1877	97	16 km. Curitiba	7,9 a 13	
14	Provincial/Imperial	Mariental	1878	50	10 km Lapa	3 a 7	
15	Municipal	Senador Dantas	1878	36	2 km		
16	Provincial	Antonio Rebouças	1878	35	17 km. Curitiba	10	
17	Provincial	Alfredo Chaves	1878	40 urb e 40 rur	30 km. Curitiba	10	
18	Provincial	Zacarias	1878	28	6 km de São José dos Pinhais	11,4	
19	Provincial	Muricy	1878	73	32 km de Curitiba	12	
20	Provincial	Inspetor Carvalho	1878	34	10 km de S.J. dos Pinhais	12	eng. Carlos Rivierre
21	Provincial	Virmond	1878	115	5 km. Lapa	10,8	
22	Provincial	Johannesdorf	1878	36	7 km. Lapa		
23	Provincial	Santa Maria do Novo Tirol	1878	86 urb e 66 rur	30 km de S.J dos Pinhais	15	
24	Particular	Santa Felicidade	1880	15	6 km Curitiba		
25	Provincial	Antonio Prado	1886	54	16 km. Curitiba	7,5 a 8	
26	Provincial	Santa Gabriela	1886	40	12 km. Curitiba	7 a 8	eng. Manoel Francisco T. Correia
27	Provincial	Santa Cristina	1886	60	8 km. Campo Largo	7,2	
28	Provincial	Alice	1886	9	9 km de Campo Largo	7,1	
29	Provincial	Barão de Taunay	1886	51		7,3	
30	Provincial	Presidente Faria	1887	51	17 km de Curitiba	7 a 8	eng. Manoel Francisco T. Correia
31	Provincial	Maria José	1887	13	20 km de Curitiba	9 a 10,3	
32	Provincial	Eufrásio Correia	1888	33			eng. Manoel Ferreira Caneca
33	Provincial	D. Mariana	1889	32 urb e 32 rur	6 km. Campo Largo		
34	Provincial	Balbino Cunha	1889	23 urb e 23 rur	9 km Campo Largo		
35	Federal	Antonio Olinto	1895	648	72 km de Lapa	2,5	
36	Estadual	Afonso Pena	1908	60	20km de Curitiba	15	
37	Estadual	Santos Andrade	1911	192			
38	Particular	Marques de Abrantes	1926 - 1937				
39	Particular	Ferraria		39			eng. Francisco de A. Torres

**Quadro 3.4 – dimensão dos lotes das colônias de imigrantes**

Fontes:

Arquivo do dept. de Terras e colonização (mimeo)

Martins (1922)

Ferrarini (1992)

Gazeta Polska

Por outro lado, a variabilidade de dimensão dos lotes poderia estar atrelada ao número de lotes necessários, isto é, a grande variabilidade pode pressupor uma possível demanda de imigrantes a serem assentados. No estudo de Wachowicz (1977), que se refere ao processo de formação da colônia Tomaz Coelho, tal demanda por lotes é observada. Inicialmente, a colônia estava projetada para 182 lotes, mas, devido ao grande fluxo de imigrantes, o seu número foi ampliado para 270. Se a área destinada para a colônia permanecesse a mesma, o incremento de 88 lotes resultaria na variação de lotes iniciais de 10 ha para 5 ha.

Segundo Claval (2001), a execução de um parcelamento, apesar de custosa, não é a causa principal de longevidade das divisões fundiárias; desta forma, remodelar o conjunto de um território sob base voluntária é praticamente impossível, salvo as subdivisões. Assim, a questão das demarcações dos lotes nas colônias imigrante define elementos lineares de permanência nas divisões de propriedades de terras. Desta forma, foram aproximadamente mais de 3.000 lotes projetados, resultantes da política imigratória desenvolvida, entre 1860 e 1937, que fazem parte da gênese da produção *das paisagens étnicas* da RMC.

Os aspectos levantados sobre a morfologia urbana, a morfologia rural e a questão de divisão dos lotes nos assentamentos de imigrantes, remontam à diferenciação dos projetos realizados pelo Governo do Paraná e dos empreendimentos das companhias de colonização particulares. O processo de planejamento de núcleos colonias por companhias estrangeiras que atuaram largamente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>83</sup>, possuía características e objetivos diferenciados. Sendo assim, a colonização significava empreendimento lucrativo e direcionado a um grupo étnico homogêneo. Um estudo sobre a história da educação das escolas comunitárias de imigrantes desenvolvido por Kreutz (2000) afirma que, nas colônias principalmente alemãs, italianas e polonesas, foi empreendida uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural à semelhança dos países de origem.

Da mesma forma, no Norte do Paraná, a atuação da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná tinha, como estratégia de vendas, a atratividade dos projetos das cidades e patrimônios. Por isso, os planos elaborados apresentam maior rigor quanto aos aspectos de infra-estrutura inicial e referências projetuais das “cidades-jardins” (BARNABÉ, 1990). No caso de Yamaki (1991) refere-se ao uso do *patte d’oie* como elemento projetual para estruturação do patrimônio.

No entanto, o viajante inglês Bigg-Wither (1974 [1872], p.446) faz anotações sobre a colônia particular de Kittolândia, analisando um prospecto e conclui que o empreendimento fora “*concebido para enganar o pretendido imigrante*”. O mapa refere-se a estradas, linhas de bonde, estradas de ferro construídas e em projeto, rios e cidades

---

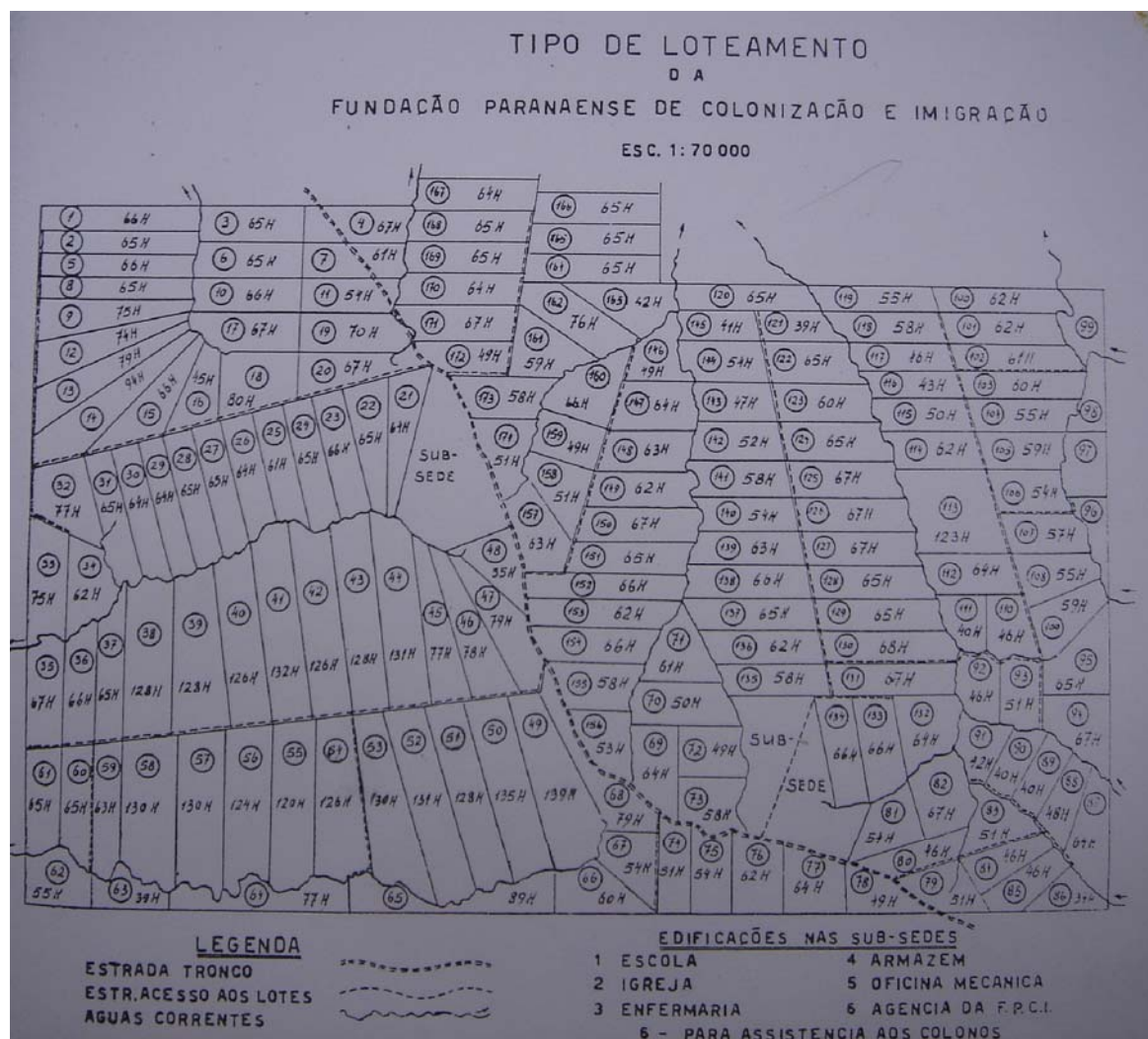
<sup>83</sup> Além das pesquisas de Yamaki e Narumi (1984) ver UEDA (1982) que faz um estudo comparativo nas áreas de colonização estrangeira nos estados do Sul do Brasil e sua abordagem indica os aspectos de transformação dos núcleos coloniais. Ueda, Atsuh. **Buradiru nambu gaikokujin ijiutiichi ni okeru jubunka reinyou ni kansuru hikaku chosa**. Universidade de Osaka, 1982. (em japones).

principais. Porém, verifica que não há distinção entre as grandes estradas e os caminhos quase intransitáveis e vende a imagem de uma Província possuidora de uma rede de estradas. Inexiste, porém, a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, ainda em projeto, e a linha imaginária de bondes que liga Curitiba ao centro da colônia proposta; e por fim, ao longo desta mostram-se pequenas aldeias como se fossem grandes cidades.

Dessa maneira, verificam-se que os projetos dos assentamentos direcionados a imigrantes localizados atualmente na área da RMC - Região Metropolitana de Curitiba é resultado de um *planejamento de necessidade* com o intuito de criar áreas rurais para o abastecimento da Capital. A reivindicação de núcleos comunitários como a igreja e escola refletem uma das primeiras adaptações dos imigrantes. Assim os assentamentos foram planejados para os imigrantes e adaptados por eles de acordo com as suas referências culturais.

Embora não fossem realizados assentamentos na área atual da RMC-Região Metropolitana de Curitiba após 1936, deve-se avaliar o tipo de loteamento proposto pela Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, criado no governo de Moisés Lupion (1944-1947). A análise de um loteamento-padrão proposto pela fundação, e publicado na Enciclopédia dos Municípios, reflete o processo de erros e acertos iniciado nos núcleos coloniais de Curitiba. A estrada-tronco atravessa todo o assentamento, e no seu percurso é localizada uma sub-sede. As edificações necessárias neste local seriam: escola, igreja, enfermaria, armazém, oficina mecânica, agência da FPCI para assistência aos colonos, como elementos essenciais à formação do núcleo. Todos os lotes teriam acesso para estradas vicinais e para a água. Os lotes rurais apresentam uma variabilidade de 40ha a 140ha, padrão mínimo proposto por Weibel (1958) (Figura 3.21).





**Figura 3.21 - Tipo de Loteamento proposto pela FPCI**  
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros



### 3.4.2 TOPONÍMIA COMO AFIRMAÇÃO DE PODER

São poucos os estudos sobre a imigração que demonstram como traço cultural a relação entre toponímia e o urbano. Segundo Azaryvahu (2001), a toponímia articula linguagem, política territorial e identidade. Nomear tem um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais hegemônicos ou não (Apud CORRÊA, 2003). Alguns exemplares de cidades de imigrantes, no Brasil, trazem na sua denominação a pregnância de valores culturais ou de afirmação de uma identidade, por exemplo: Neu Bremen (SC), Hammonia (SC), Blumenau (SC), Joinville (SC), Dantzig (PR), Heimtal (PR) (alemão); Nova Milano (SC), Nova Itália (PR) (italiano); Assaí, Uraí (PR) (japonês); Witmarsun (PR) (menonitas – alemão); Mallet (PR) (ucranianos).

De acordo com Relph (1976), um dos primeiros atos do homem é dar nomes às características mais proeminentes, uma estratégia de humanizar o desconhecido. Dessa forma, não somente logradouros e cidades, mas também elementos geomorfológicos como rios, vales e montanhas recebem uma carga simbólica, existindo muitas vezes uma duplicidade de nomes, uma oficial e a outra baseada no imaginário da cultura de origem. Os imigrantes de Santa Catarina freqüentemente apontavam o rio Itajaí como rio Reno e, em Assaí, um pequeno outeiro situado na proximidade da cidade era relembado como o Monte Fuji assaiense, assim sendo, a toponímia funcionava como vínculo afetivo de referências culturais de origem. De acordo com Gupta e Ferguson (2000), os imigrantes usam a memória do lugar para construir imaginativamente seu novo mundo. Neste sentido, a terra natal permanece como um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados, embora a relação com ela possa ser construída de modo diferente em cenários diferentes.

No caso de Curitiba, na análise quanto às denominações das colônias imigrantes, verifica-se a preponderância de enfatizar o poder provincial e, podem ser divididas em quatro (4) categorias: 1. afirmação de poder (uso de nomes de presidentes da província e homenagem à família imperial); uma subcategoria 1A. homenagem a familiares de políticos importantes ou técnicos como engenheiros e médicos; 2. afirmação religiosa; 3. referências locais (rios ou acidentes geográficos) e 4. afirmação da cultura imigrante (Quadro 3.5).

Tipo 1 Afirmação de poder	Tipo 1A Homenagens	Tipo 2 Afirmação religiosa	Tipo 3 Referências locais	Tipo 4 Afirmação da cultura imigrante
<b>Abranches</b> (1873) – Pres. Prov. Frederico José de Araújo Abranches	<b>Tomaz Coelho</b> (1876) - Ministro da Agricultura <i>Thomaz José Coelho de Almeida</i>	<b>Pilarzinho</b> (1870) - Nossa Senhora do Pilar	<b>Assunguy</b> – “rio que banha o Mun. de Guarakessaba”	<b>Argelina</b> (1868) – imigrantes procedentes de Argelia
<b>Zacarias</b> (1878) - Primeiro Pres. da Prov. – <i>Zacarias de Góes e Vasconcelos</i>	<b>Dantas</b> (1878) - estadista Manoel Pinto de Souza Dantas	Mariental (1878) Vale de Maria- santuário de veneração à Virgem Maria	<b>Santo Inácio</b> (1876) – corredeira do Rio Paranapanema	Novo Tyrol (1879) imigrantes procedentes do Tirol
<b>Barão de Taunay</b> (1886) – Pres. Prov. <i>Alfredo d’Escrangnolle Taunay</i>	<b>Alfredo Chaves</b> (1878)- Conselheiro <i>Alfredo Chaves</i> , ex-Ministro da Agricultura do Império	<b>Johanisdorf</b> (1878) São João Batista		
<b>Presidente Faria</b> (1886) – Pres. Prov. <i>Joaquim de Almeida Faria Sobrinho</i>	<b>Antonio Prado</b> (1886) – Ministro da Agricultura			
<b>Lamenha Lins</b> (1876) – Pres. Prov. <i>Adolpho Lamenha Lins</i>	<b>Santa Candida</b> (1875) – 2ª esposa do Pres. Lamenha Lins			
<b>Balbino Cunha</b> (1889) – Pres. Prov. <i>Balbino Candido da Cunha</i>	<b>Riviere</b> (1877) – Eng. Henrique Rivierre			
<b>São Venâncio</b> (1877) – Pres. Venâncio José de Oliveira Lisboa	<b>Dantas</b> (1878) – Conselheiro <i>Dantas</i>			
<b>Santos Andrade</b> (1899) Gov. José Pereira dos Santos Andrade	<b>Antonio Rebouças</b> (1878) – Eng. <i>Antonio Pereira Rebouças</i>			
<b>Orleans</b> (1875) - príncipe <i>Luis Felipe de Orleans</i> , o Conde d’Eu, esposo da princesa Izabel	<b>Muricy</b> (1878) – Médico José Candido da Silva Muricy			
<b>D. Pedro</b> (1876) – Príncipe <i>D. Pedro</i> , neto do Imperador	<b>Santa Felicidade</b> (1880) – <i>Felicidade Borges</i> , irmã de Antonio e Arlindo Borges – proprietário das glebas			
<b>D. Augusto</b> (1876) – Príncipe D. Augusto de Saxe Goburgo, neto do imperador D. Pedro II	Wirmond (1878) proprietário da fazenda			

	<b>Santa Gabriela</b> (1886) – <i>Gabriela d'Escrangnolle Taunay</i> , mãe do Pres. Alfredo Taunay.			
	<b>Alice</b> (1886) – matrona <i>D. Alice Guimarães Correia</i> , esposa do Dep. Euphrasio Correia e filha do Visconde de Nacar			
	<b>Maria José</b> (1887) – Baronesa do Serro Azul			
	<b>Euphrasio Correia</b> (1888) – Senador <i>Manoel Euphrasio Correia</i> .			
	<b>Dona Mariana</b> (1889) – esposa do Senador <i>Manoel Euphrasio Correia</i> .			
	Antonio Olinto (1895) – Ministro de Obras Públicas Dr. Antonio Olinto			
	Afonso Pena (1908) – Conselheiro do Gov. de João Candido Ferreira			

**Quadro 3.5 - Categorias toponímicas das colônias de imigrantes**

Pode-se observar a predominância toponímica para ressaltar o poder local, em um momento de afirmação da nova província, desmembrada de São Paulo. Os presidentes que incentivaram o processo migratório tiveram seus nomes no batismo das colônias planejadas: Abranches, Zacarias, Barão de Taunay, Lamenha Lins, São Venâncio, Presidente Faria e Balbino Cunha. Outra estratégia de nomeação que remete ao poder político é de prestar homenagens a esposas de presidentes como Cândida, ou utilizar nomes de ministros como Tomaz Coelho e Alfredo Chaves, ou de políticos, no caso de Dantas e Afonso Pena. Existem casos em que engenheiros e médicos que prestavam serviço à comunidade local eram homenageados: Riviere, Antonio Rebouças e Muricy.

A utilização de denominações como São ou Santa, a primeira sincopada de santo, revela os aspectos religiosos como elemento de forte significação, além da afirmação

de poder, a partir de que era unívoca a relação entre Igreja-Estado<sup>84</sup>, até o início do período republicano. Claval (2001) diz que, depois da Alta Idade Média, as vilas mais antigas da Europa recebem nomes de santos, fato que remeteria à sua origem medieval.

Apesar de a religião ser um dos aspectos importantes para os imigrantes, somente três exemplos estão diretamente ligados a santos de devoção: a colônia Pilarzinho é batizada de Nossa Senhora do Pilar, nome de uma ermida consagrada à Santa Mãe de Jesus; Mariental significa vale de Maria, um santuário de veneração à Virgem Maria, sendo um nome largamente utilizado nos países de imigração dos russo-alemães para o Brasil, Argentina, Canadá, Ucrânia e Estados Unidos; e Johannesburg que faz homenagem a São João Batista. Observa-se a anexação de São ou Santo para enfatizar o aspecto religioso no caso de Santa Felicidade, Santa Cândida e Santa Gabriela. A primeira colônia homenageia a proprietária da gleba inicial, a segunda a esposa do presidente da Província Lamenha Lins e por fim uma homenagem a mãe do Presidente Alfredo Taunay.

Outros elementos locais geomorfológicos como rios e denominações prévias de local são elementos de referência como Assungui e Santo Inácio. No entanto, são poucos os topônimos referentes à cultura imigrante verificado nas colônias como Argelina, com imigrantes argelinos e, Novo Tirol com imigrantes tirolezes.

Por outro lado, enquanto denominação que assumiu área de imigrantes como política de gestão deve-se considerar a criação do Distrito Municipal de Nova Polônia, decretada em 20 de agosto de 1892, pela Câmara Municipal para facilitar a administração. A área delimitada compreendia as seguintes colônias situadas na parte oeste: Santo Inácio, Orleans, Rivière, D. Pedro, D. Augusto, Tomas Coelho, com a predominância da cultura polonesa. Tal decreto foi revogado pelo Decreto-Lei estadual 7.573 de 20 de outubro de 1938, tendo uma durabilidade legislativa de 46 anos (COLODEL, 1983).

A condição de capital da Província, antes mesmo da República, na crescente consolidação urbana, promovida pela economia do mate, ofereceu ambiente para o surgimento do desejo de uma identidade própria para a região. Em termos gerais, de acordo

---

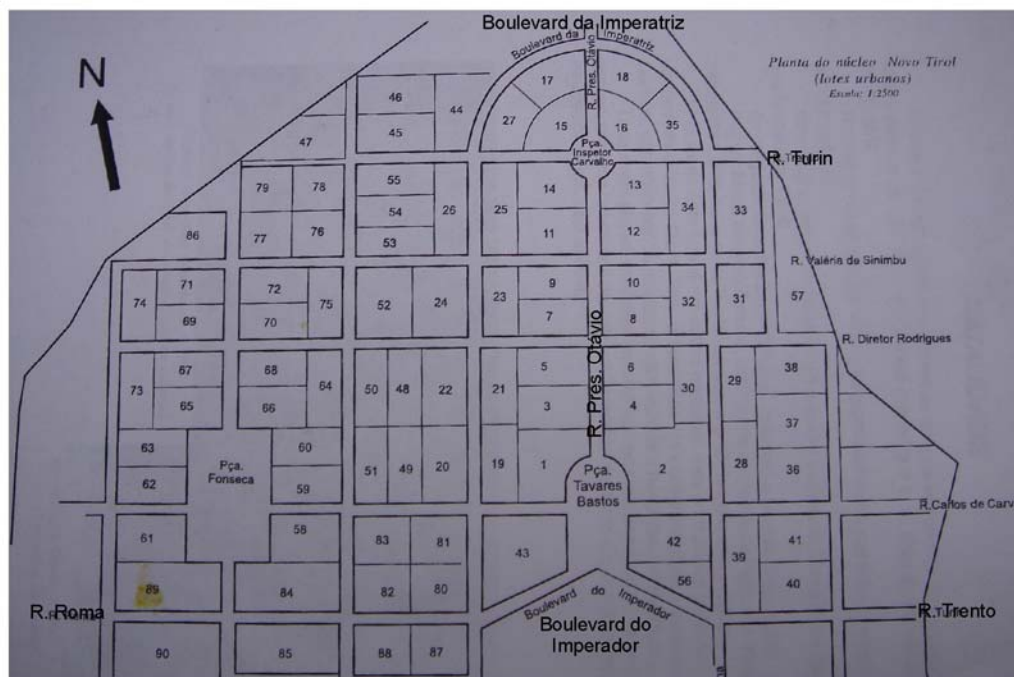
<sup>84</sup> Com a Proclamação da República separou-se oficialmente a Igreja do Estado, de um modo geral os novos governantes continuaram a reconhecer a importância da instituição eclesiástica na sociedade brasileira, e a valer-se dela como instrumento apto para a manutenção da ordem social. No Paraná, o novo governo continuava a valorizar a atuação da Igreja Católica (AZZI, 1987, p.223-224).

com Carvalho (1990), este processo confundia-se com os esforços, vigentes em todo o país, de criação de um imaginário republicano, laico e progressista. Em Curitiba, mudaram-se nomes de ruas e praças. Por exemplo, a rua da Imperatriz passou a se chamar XV de Novembro; a rua do Imperador tornou-se avenida Marechal Deodoro; e a praça D. Pedro II virou Tiradentes, esta última perdendo seu caráter sagrado de antigo Largo da Matriz e passando a receber monumentos e símbolos republicanos, como a estátua de Tiradentes, de João Turin, de Benjamin Constant e o Monumento à República.

No caso das colônias, a colônia Alfredo Chaves, assim denominada denominação em homenagem ao Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, tem a sua mudança oficial para Colombo (em janeiro de 1890); a denominação de Santa Maria do Novo Tirol por Piraquara. Por outro lado, tem-se a continuidade nas pequenas colônias de denominações imperiais e religiosas como D. Pedro, Orleans (atualmente Nova Orleans) e D. Augusto (atualmente Dona Augusta, em homenagem a uma antiga moradora detentora de vários lotes na colônia).

As ruas do núcleo urbano de Alfredo Chaves fazem homenagem a vários técnicos que contribuíram para o sistema de colonização dos núcleos: Rua Antunes (Joaquim Rodrigues Antunes – agrimensor e membro da Comissão de Medição de Terras do 1º e 2º Distritos); Rua Chalréo (André Braz Chalréo Júnior – engenheiro e membro da Comissão de Terras); Rua Therezio (Francisco Therezio Porto Netto – engenheiro e membro da Comissão); Rua Torres (Francisco de Alemida Torres – engenheiro) (FERRARINI, 1992).

A planta do núcleo de Novo Tirol (1878) remete a uma análise individual de toponímia. A sua rua principal, de largura de 12 m. recebeu a denominação do presidente da Província Rodrigo Otavio de Oliveira Menezes. Por outro lado observam-se dois boulevares nas suas extremidades, o Boulevard do Imperador e o da Imperatriz. As praças principais apresentam o nome do proprietário das terras, Sr. José de Barros Fonseca e nomes representativos do poder político ou técnico, Praça Tavares Bastos (ministro da Agricultura) e Praça Inspetor Carvalho. Além das ruas extremas Rua Roma, Rua Turin e Rua Trento remetem às cidades italianas (Figura 3.18).



**Figura 3.22 - Colônia Santa Maria do Novo Tirol (1878)(s/e)**

Fonte: Arquivo ITC

A grande maioria dos topônimos empregado nas colônias de Curitiba ressaltava o poder da nova Província no que difere de assentamentos planejados pelas companhias de colonização que atuaram nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No caso da CMNP-Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, verifica-se que o batismo ficava a cargo do técnico responsável. O depoimento do engenheiro russo Babkov que prestou serviços para a CMNP (1975) relata que, para a denominação das águas na área colonizada, utilizava-se um dicionário guarani ou mesmo a relação de acidentes geográficos dos países dos imigrantes. Nome de santos, marcas de cigarro, quadros de futebol, namoradas ou esposas de agrimensores foram elementos de toponímia (Apud CMNP, 1975).

Verifica-se que as companhias de colonização utilizavam a denominação como estratégia para a venda das terras e reforço de uma nova perspectiva de melhoria de vida, direcionando a vinda de imigrantes de uma única etnia. Este fator pode ser considerado uma das questões para a sua pouca utilização nas colônias da época provincial. As colônias nos arredores de Curitiba foram realizadas na época em que um nacionalismo em prol dos colonos nacionais impunha a condição de formação de colônias mistas, dificultando um termo único de referência da origem imigrante.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica revela que a questão da imigração tinha um papel central nas políticas públicas como estratégia, no caso da Província do Paraná, para suprir a carência dos produtos de abastecimento. A observação das datas de fundação das colônias, para o assentamento de imigrantes, revela a continuidade da política de incentivo à imigração, exceto no período entre 1880 a 1885, época em que os gestores provinciais aliaram-se às discussões sobre os nacionais e a questão de xenofobia.

A preferência dos luso-brasileiros pelos campos foi um dos motivos para ceder as terras de mato para o sistema de colonização. Apesar da lei de concessão de terras a estrangeiros datar de 1820 somente em 1829 é implantado o primeiro núcleo de imigrantes, nas proximidades do rio Negro. A partir de 1853, cada província é responsável pela política imigratória e o governo executa um plano de instalação de colônias agrícolas de imigrantes próximas ao centro de Curitiba.

São poucas as pesquisas existentes que tratam a implantação das colônias de imigrantes considerando as questões espaciais. A maioria delas analisa como estudos de caso e suas abordagens são feitas no caráter histórico ou antropológico. O resultado de 39 colônias totalizando cerca de 3.000 lotes rurais e 220 urbanos demonstra a importância das colônias no processo de produção do espaço na cidade de Curitiba.

As colônias de imigrantes podem ser divididas em dois tipos: por desbravamento e por subsídio. O primeiro, refere-se aos casos daquelas que foram implantadas por iniciativa dos imigrantes. A grande maioria teve subsídios do governo geral, provincial ou municipal, sendo cerca de 90% dessas colônias, planejadas como áreas rurais. Exceto 6 (seis) exemplos que constituíram núcleos urbanos iniciais: Argelina, Afondo Chaves, Novo Tirol, Dona Mariana, Balbino Cunha e Afonso Pena.

Existem diferenças entre o projeto das colônias e os órgãos idealizadores. No caso de subsídio do governo geral, foram colônias de maiores dimensões e mais distantes de Curitiba; os provinciais foram localizados nos arredores da capital sendo projetados, apenas lotes rurais. Por fim, os municipais tiveram uma proximidade maior ao núcleo urbano central.

Este processo de implantação sucessiva de assentamentos imigrantes deu-se por meio de um *planejamento de necessidade* sem preocupações quanto à infra-estrutura e de concepção projetual. São poucos os exemplos de projetos que pre-determinavam espaços para a igreja e a escola. Desta forma, a primeira transformação espacial para adequar às necessidades foi a reivindicação de áreas significativas para a cultura imigrante.

Tal questão traz a correlação entre os empreendimentos desenvolvidos por companhias de colonização particular, que atuaram nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, implantando várias colônias de imigrantes, principalmente europeus e o processo das colônias desenvolvidas na área da atual RMC - Região Metropolitana de Curitiba. Na primeira existia a estratégia de vendas de lotes, assim os projetos deveriam ser comercializados utilizando como atrativos a infra-estrutura, a toponímia e muitas vezes com elementos de referência da cultura imigrante. No caso de Curitiba, os lotes foram praticamente doados em vista de uma necessidade de produção de gêneros alimentícios.

No início da formação da cidade, existia a concentração dos núcleos coloniais na região norte e noroeste, devido à localização dos principais eixos de comunicação e a contigüidade das colônias perfaziam áreas de extensão maiores que o próprio núcleo urbano. Em relação à toponímia verifica-se a preponderância de enfatizar o poder provincial. A reconstrução da historiografia espacial das colônias imigrantes permitiu parte da re-composição do processo de espacialização e a formação da gênese das *paisagens étnicas* de Curitiba.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZI, Riolando. **A Igreja e os Imigrantes**: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904) vol. I. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. 372p.
- BALHANA, Altiva Pillati. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: Tip. João Haup & Cia. Ltda., 1958. 286p.
- BALHANA, Altiva Pillati et alli. Alguns Aspectos Relativos aos Estudos de Imigração e Colonização. Separata dos **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, p.345-389, 1969a.
- BALHANA, Altiva Pillati. Política Imigratória do Paraná. Separata da **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº12, maio/jun., 16p., 1969b.
- BARNABÉ, Marcos Fagundes. A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da companhia de terras norte do Paraná, 1990. Dissertação (Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos) – São Carlos.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, p.84-9, 1998.
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional**: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná 1974, 420p. (tradução, introdução e notas de Temístocles Linhares, nota bibliográfica de Newton Carneiro)
- BORUSZENKO, Oksana (cood). Água Verde: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IX, nº 68, nov., 1982. 32p.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. RJ: EdUERJ, 1999. 59-98p.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2001.453p. (trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro. Afeche Pimenta).

CMNP. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

COLODEL, José Augusto. Colônia D. Augusto: uma introdução e sua história. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano X, n.º 71, mar., 1983.40p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p167-186, 2003.

COSGROVE, Denis E. Geografia Cultural. In: **Espaço e Cultura**, n.05 jan/jun, p.5-29, 1998.

\_\_\_\_\_. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 103-134, 2003.

CULTURA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--]. p.409.

CULTURA. In: HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.117.

CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 384p.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Colônia Polonesa e o Processo de Metropolização de Curitiba**: impactos espaciais da modernidade. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo. 199p. Disponível em: Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 17 de março de 2006.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da Cultural!: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, Antonio A (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, p.30-49, 2000.

**DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991. 654p.

ESPECULAÇÃO. In: MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 131.

ESTRADA DO MATO GROSSO: contribuição à história dos bairros do Batel, Seminário, Barigui e Campo Comprido. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano VII, nº 50, mar., 1981. 22p.

FERRARINI, Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992, 620p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades Brasileiras** – origem e significados dos seus nomes – Paraná. Curitiba: J.C.V. Ferreira, 1999. 330p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. RJ: EdUERJ, p.167-189, 1999.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988. 550p.(Tradução: Pérola de Carvalho)

IMAGUIRE, Key (coord). Arquitetura do Imigrante Italiano: no Bairro de Santa Felicidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IV, n<sup>o</sup> 24, 59p.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **O Colono-Polaco: a Recriação do Camponês sob o Capital**, 1983. Dissertação (Mestrado em História Econômica do Brasil)- Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 123p.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: **Revista Brasileira de Educação**, n<sup>o</sup> 15, set/out/nov/dez, p.159-176, 2000.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade cultural**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 344p.

MACEDO, Rafael Greca. Pilarzinho: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano VII, n<sup>o</sup> 45, out., 1980. 25p.

\_\_\_\_\_ et alli. Cabral Juvevê: os bairros na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IX, n<sup>o</sup> 62, fevereiro, 1982. 42p.

\_\_\_\_\_. O Parque Inglês. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, n 41, 1982. 42p.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Brasil. São Paulo: Editora Anhembi Limitada. 1955. 506p.

MATTELART, Armand et al. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 214p.

MAZZOLENI, Gilberto. **O Planeta Cultural**: para uma antropologia histórica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. 222p. (tradução Liliana Laganà e Helyo Lagabà Fernandes).

MÜLLER, Estêvão. **Os Ventos Sopram Liberdade**: alemães do Volga, a epopéia de um povo – edição especial comemorativa. São Paulo: Centro Marista de Estudos e Pesquisa, 2003.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações**. Coleção História do Paraná. Curitiba: UFPR, s/d.

PARANÁ. Posturas Camara Municipal de Curityba, Estado do Paraná, decretada pela Camara Municipal em Sessão de 22 de Novembro de 1895. 66p.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do Esporte, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **A represa e os colonos**. Curitiba, 1986.144p.

RAPOPORT, Amos. **House, Form and Culture**. New Jersey: Prentice Hall, 1969.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Humanos de la Forma Urbana**: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana. Barcelona: Editora GG, 1977. 381p.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 161p.

SAHR, Wolf-Dietrich e LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Menonitas Brasileiros às Margens do Mundo Nacional: um estudo da geografia social e cultural. In: MENDONÇA, Francisco (ed.). **RAÉGA – O Espaço Geográfico em Análise**. Ed: UFPR, Revista do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação, nº4, ano IV, 2000.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo histórico e Genealogia dos Alemães de Volga: 1877-1997**. Campo Largo: Paranaense, 1997. 684p.

STECA, Lucinéia Cunha e FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do séc. XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.206p.

SUTIL, Marcelo Saldanha. Boqueirão: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.106 ago., 1995. 99p.

TOMAZ, Antonio. **Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra**: 120 anos de história, Genealogia. Curitiba: Editare, 1998. 592p.

WACHOWICZ, Ruy C. **Santa Cândida**: Pioneira da Colonização Linista: Boletim Informativo da Casa Romário Martins, ano 2, nº 16, dezembro, 1975. 15p.

\_\_\_\_\_. **Tomás Coelho: uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1982.

\_\_\_\_\_. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981.

\_\_\_\_\_. **Orleans**: um século de subsistência. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

WEIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1958. 307p.

YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro. Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil: a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. Osaka: **Technology Reports of the Osaka University**, vol. 33, nº 1736, october, 1983. p.435-443.

YAMAKI, Humberto Tetsuya e KATO, Akinori. Spatial Structure of Community Core in Japanese Settlement Towns in Brazil. Osaka: **Technology Reports of the Osaka University**, vol. 34, nº 1758, March, 1984. p.157-166.

\_\_\_\_\_. Patte Dóie Norte Paranaense: um estudo morfo-genealógico. In: **SEDUR** – Seminário de Desenho Urbano. Brasília: UnB-GDF, p.235-243, 1991.



## ***CAPÍTULO 4***





---

#### 4. REFLEXÕES SOBRE AS PAISAGENS ÉTNICAS CONTEMPORÂNEAS

---

O resgate histórico-espacial das colônias de imigrantes demonstra a sua importância na formação espacial da cidade de Curitiba. No entanto, novos elementos foram agregados no processo de construção das *paisagens étnicas*. Estes novos elementos foram incorporados durante o processo de planejamento urbano desenvolvido na cidade produzindo uma série de espaços temáticos e criando outros referenciais étnicos.

Este capítulo discorre sobre a existência de três tipos de *paisagens étnicas* contemporâneas na cidade de Curitiba. A primeira é as áreas das antigas colônias analisadas no capítulo anterior. Estas requerem um olhar complementar a respeito de possíveis elementos de identificação étnica. De acordo com Zeizel (1984), através da observação dos espaços, pode-se supor atividades prévias e transformações, além de elementos como personalização, zelo, mensagens públicas, entre outros, e assim, apresentar possíveis significados de uma cultura imigrante.

A segunda paisagem étnica tem como base o questionário proposto na pesquisa de Bahl (1994) cujo objetivo é “verificar a comprovação da existência de um legado étnico na cidade de Curitiba (elementos identificadores das etnias), a partir do depoimento dos imigrantes e/ou descendentes entrevistados” (BAHL, 1994, p.5-6), como opção para a diversificação da oferta turística. Apesar das ressalvas quanto ao aporte metodológico<sup>85</sup>, o resultado do questionário nos permite a uma série de reflexões diferenciadas sobre as paisagens étnicas imaginadas pelos imigrantes e/ou descendentes.

A terceira refere-se à *paisagem étnica produzida para a Construção da Capital de Primeiro Mundo*, *slogan*<sup>86</sup> utilizado pelo poder público iniciado na década de 1980 para criar

---

<sup>85</sup> A amostra contou com 20 entrevistados de cada etnia (alemães, italianos, poloneses, ucranianos e japoneses) tendo como variáveis de identificação a etnia/descendência, geração e o idioma de origem. Foram feitas perguntas abertas e fechadas com discos demonstrativos contendo 10 referenciais indicados. Dessa forma, apesar do autor afirmar uma pesquisa exploratória preliminar para compor previamente os elementos de indicação, este tipo de metodologia pode induzir às determinadas respostas.

<sup>86</sup> De acordo com Mendonça (2001), vários *slogans* publicitários se sucederam com o intuito de criar imagens de positividade para a Capital: a partir de 70 é apresentada como “exemplo de planejamento urbano”; entre 1980-1990 como “Capital do Primeiro Mundo”; depois como “Capital Ecológica” e em 2000 como “Capital Social”.

a imagem da eficácia de planejamento urbano (MENDONÇA, 2001). Uma das estratégias foi vincular os bons resultados da experiência curitibana, no campo de planejamento urbano, à formação étnica de sua população, disseminando uma série de espaços temáticos étnicos como memoriais, portais, bosques e monumentos. Assim sendo, a partir da leitura de paisagens, discorre-se que o planejamento urbano da cidade de Curitiba tem des-construído as paisagens étnicas das antigas colônias imigrante e construídas outras sob falsas continuidades.

#### **4.1 PAISAGENS ÉTNICAS DAS ANTIGAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES**

Com um olhar complementar em áreas de antigas colônias imigrante, podem-se observar permanências que, de acordo com Rossi (1995) são persistências detectáveis dos sinais físicos do passado; pode-se também delinear a existência de territorialidade e de sentido de pertencimento. Lang (1986) sugere algumas das características de territórios, entre as quais a propriedade e a personalização, e Gifford (1997) afirma que o sentido de pertencimento vem a ser os significados desenvolvidos por meio da familiaridade com o ambiente construído através de vários mecanismos culturais.

A análise morfológica do capítulo anterior demonstrou que o parcelamento das colônias de imigrantes variava quanto à dimensão dos lotes. No entanto, de acordo com Claval (2001), as marcas fundiárias imprimem traços de difícil transformação; ao contrário da existência efêmera das construções, possibilitando, portanto, observar a continuidade espacial. Nesse sentido, essas marcas são verificáveis em várias antigas colônias que foram incorporadas à malha urbana de Curitiba. Apesar do mapa de “evolução da ocupação urbana”, realizado pelo IPPUC (Mapa 4.1), não considerar, como dados, as áreas das antigas ocupações das colônias de imigrantes, pode-se fazer sua simulação na atual área de Curitiba, apesar de os limites originais das colônias nem sempre corresponderem aos limites dos bairros.

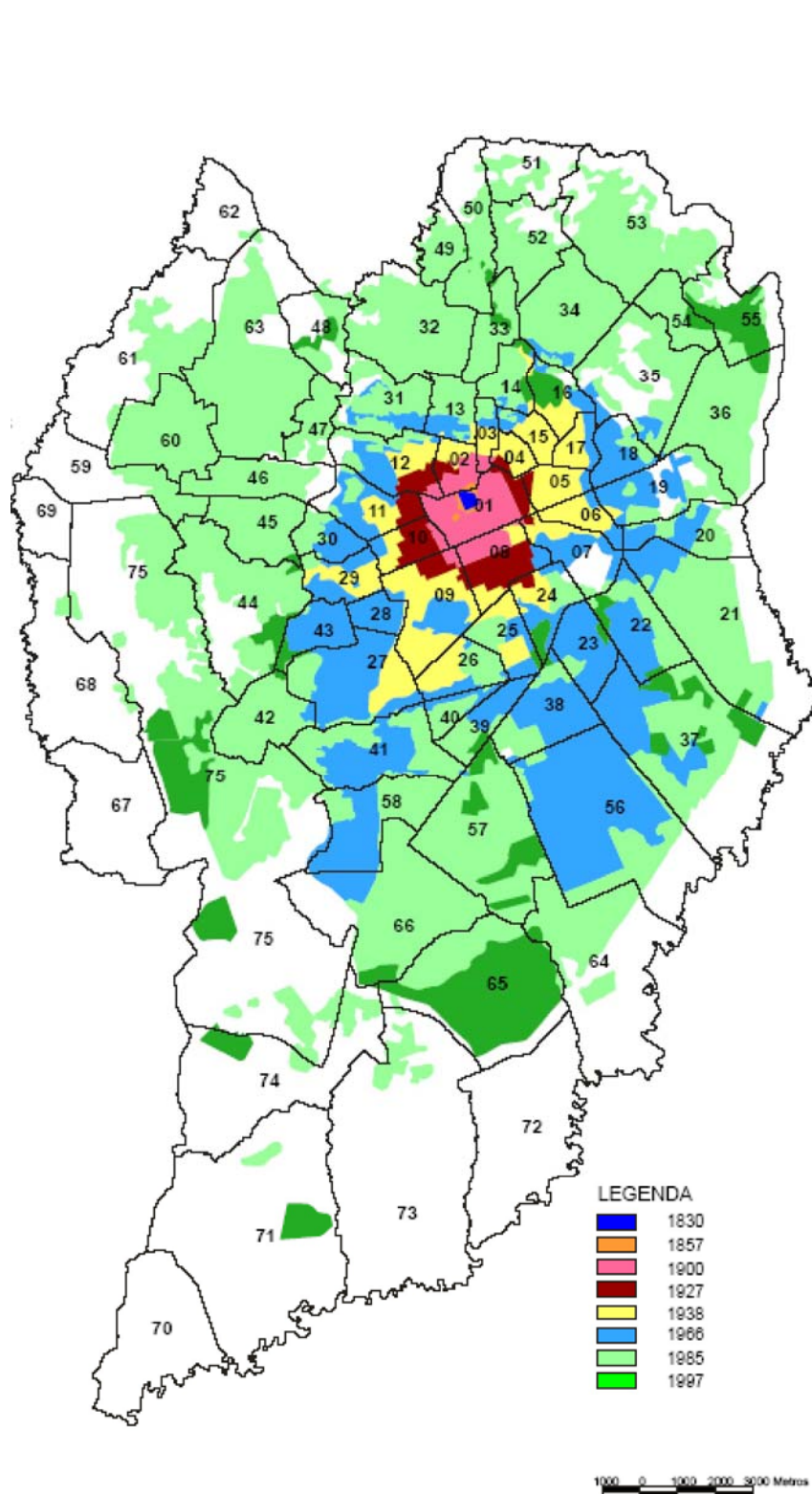
A partir do processo de expansão do núcleo urbano inicial, dá-se a anexação da maioria das colônias à malha urbana da cidade, uma vez que estas foram implantadas a cerca de 3 a 10 km do núcleo central, como Dantas (atual Água Verde), Argelina (atual Bacacheri),

Pilarzinho, Abranches, Lamenha, Santa Felicidade, Santo Inácio, Orleans, Riviere (atual Riviera) e D. Augusto (atual Augusta). Dessa forma, pode-se observar a espacialização desse processo, como é demonstrado no Mapa 4.2, e afirmar que Curitiba é a única metrópole brasileira que incorporou como seus bairros, no processo de urbanização e expansão, antigas colônias de imigrantes.

Uma outra estratégia de observação das permanências pode ser verificada na sobreposição do projeto original de 1877, em que se mostra a absorção da colônia de Santo Inácio, à atual malha urbana (Figura 4.1). Verifica-se que os limites oficiais dos bairros não são os mesmos das áreas projetadas inicialmente. Apesar disso, observa-se a continuidade dos acessos principais tanto no sentido leste-oeste quanto no sentido norte-sul. Constata-se a continuação das linhas de parcelamento, devido à questão de demarcação fundiária. A área da extremidade leste do antigo assentamento era caracterizada por um banhado e atualmente comporta parte do Parque Barigui, construído em 1972.

Verifica-se o simbolismo da permanência da igreja implantada desde os primórdios da colônia que, no presente, se localiza em uma rua secundária e sem saída. Tal fato retoma a discussão do capítulo anterior, que mostra que em muitos projetos das colônias de imigrantes não houve uma definição inicial desse espaço simbólico, reafirmando o *planejamento de necessidade* nos projetos das colônias imigrante desenvolvidos pela Província. No entanto, a continuidade do lugar pode ser verificada na reconstrução da nova igreja de Santo Inácio Mártir (Figura 4.2).

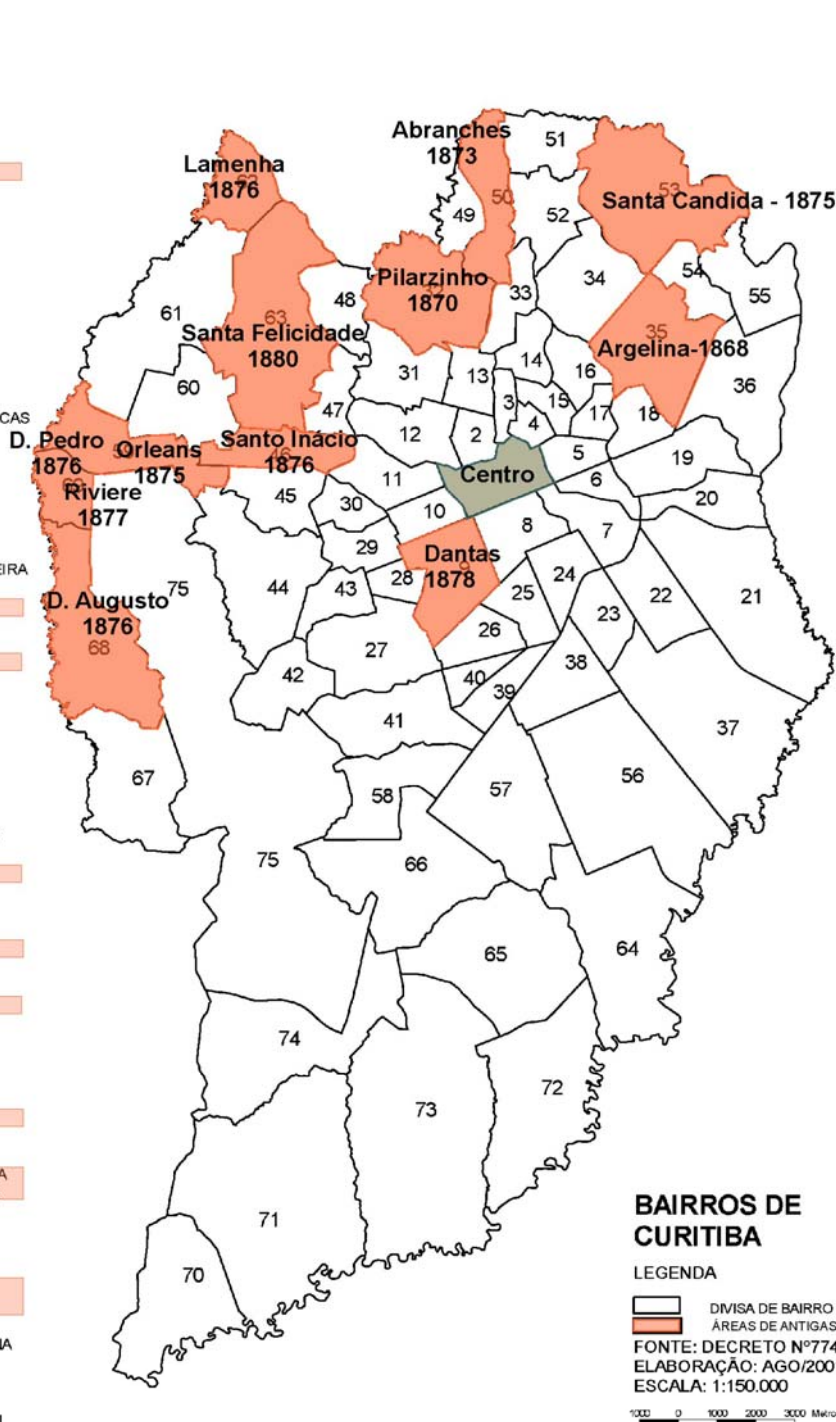
Em relação ao olhar complementar, dirigido à parte Oeste da cidade que compreende as áreas das antigas colônias: Augusta, Orleans, Santo Inácio e Riviera. Estas, em um primeiro momento, são fragmentos da capital, com uma ambiência de cidade pequena. Na antiga área da colônia Rivierre (atual bairro Riviera), apesar de ela ser mapeada como bairro da cidade, há o predomínio de chácaras, dando continuidade à imagem de um assentamento rural. Pode-se notar, no mapa atual de arruamento do IPPUC, que apenas três ruas cortam toda a extensão do bairro. Augusta, na antiga área da colônia D. Augusto, apresenta-se de forma semelhante; no entanto, foi implantada a Vila São José como um pequeno núcleo urbano, com lotes considerados mínimos. Em toda a sua extensão Oeste tem-se como limite o parque municipal do Passaúna (Figura 4.3).



**Mapa 4.1 - Evolução urbana**  
 Fonte: IPPUC

## BAIRROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CÍVICO
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-BATEL
- 11-BIGORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-BOM RETIRO
- 14-AHÚ
- 15-JUVEVÊ
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÃ
- 20-CAPÃO DA IMBUIA
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUABIRUTUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAÍRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA IZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTA ALEGRE
- 32-PILARZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHERI
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-LINDÓIA
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITÉRIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÊ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHOEIRA
- 52-BARREIRINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGUI
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-BUTIATUMINHA
- 62-LAMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-RIVIERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-GANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL



**Mapa 4.2 - Áreas de Antigas Colônias de Imigrantes**

Fonte: Mapa-base IPPUC

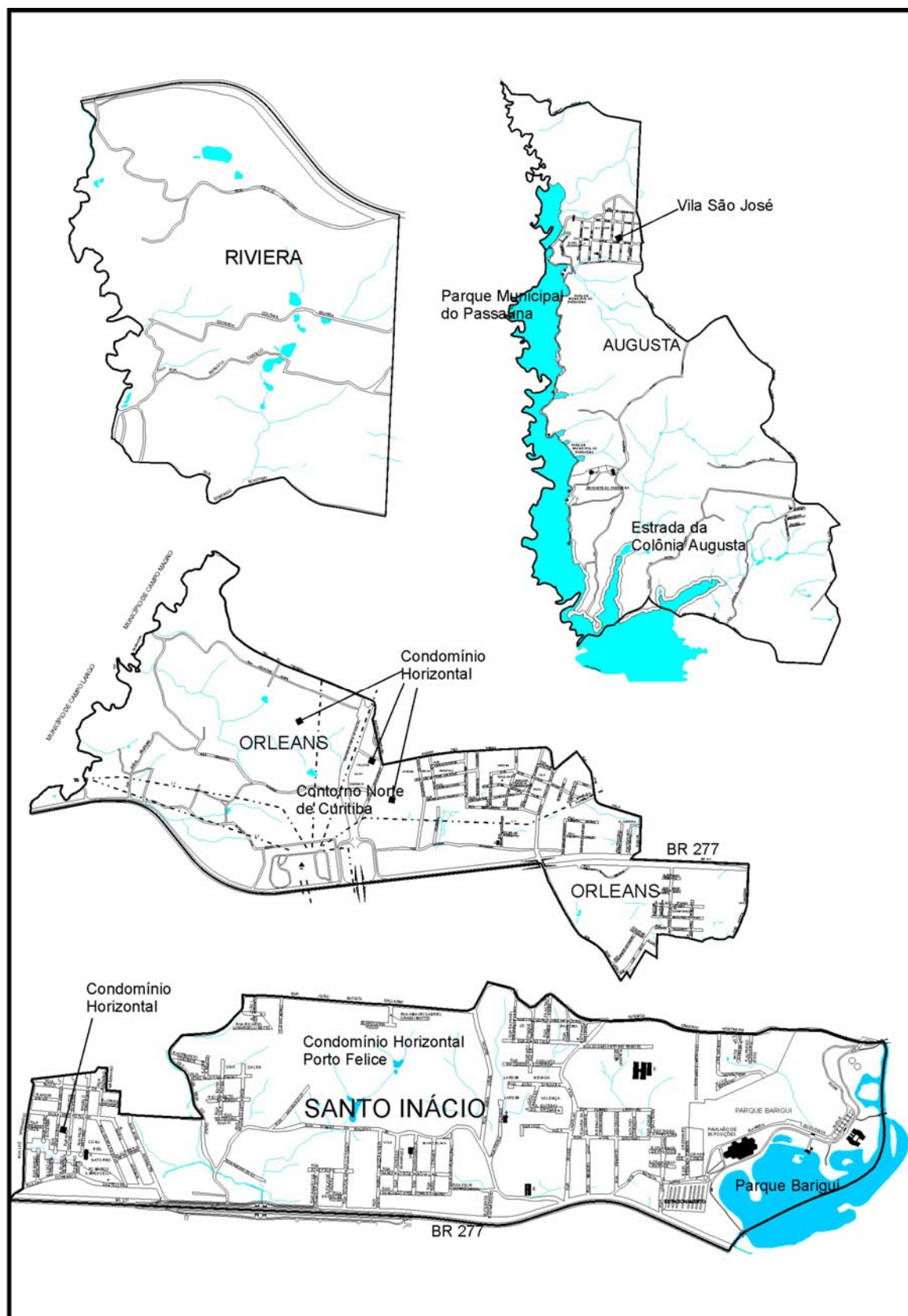




**Figura 4.1 - Santo Inácio: projeto original (1877) e malha urbana atual**  
 Fonte: Arquivo ITC e IPPUC



**Figura 4.2 - Igreja Santo Inácio Mártir**



**Figura 4.3 - Bairros de Curitiba- antigas colônias de imigrantes**  
 Fonte: IPPUC- Curitiba Digital (2001)

O reparcelamento das antigas propriedades rurais, no caso de Santo Inácio e Orleans<sup>87</sup>, é verificável no loteamento urbano de caráter mais consolidado. Contudo, é mantida uma baixa densidade de ocupação em virtude da legislação existente, como áreas de preservação urbana e como estrutura fundiária afeita a novos condomínios horizontais. Estes, por meio de anexação dos lotes rurais, perfazem áreas de grandes dimensões apropriadas a este tipo de empreendimento imobiliário.

O único destaque de verticalização na paisagem são as torres das igrejas. A primeira capela de Orleans<sup>88</sup> foi construída em 1876 e substituída pela nova igreja em 1880 com o auxílio dos imigrantes. Esta foi demolida em 1930 sendo erguida a atual paróquia de Santo Antônio de Orleans, em 1936. Observa-se como característica peculiar das imigrações européias a contigüidade do cemitério paroquial (Figura 4.4).



**Figura 4.4 – Paróquia Santo Antonio de Orleans e Cemitério Paroquial**

---

<sup>87</sup> De acordo com depoimento de Eduardo Kloss, ex-presidente do Conselho Comunitário e da Comissão da Igreja, Orleans começou a ser parcelada em meados de 1965. Ver Diário do Paraná, 13 de Agosto de 1975.

<sup>88</sup> Ver reportagens sobre a colônia Orleans no jornal Gazeta do Povo de 10 de jan. de 1982 e de 06 de jan. de 1991.



São vários os exemplos de permanência de topônimos como os dos bairros Pilarzinho, Abranches, Santa Candida, Orleans, Santo Inácio, Lamenha, Tomaz Coelho, Santa Felicidade, entre outras denominações iniciais que persistem desde a implantação das colônias, assim como de alguns letreiros das fachadas comerciais que exteriorizam nomes de origem dos imigrantes (Figura 4.5).

Quanto à denominação de acessos, verifica-se a continuidade de nomes utilizados desde os primórdios das colônias, como estrada da Colônia Riviera e estrada da Colônia Augusto. Os nomes das ruas também servem como elemento de referência aos imigrantes, por exemplo, em Orleans, tem-se Kubis, Wichnewski, Faggiatto, Wellneck; em Santo Inácio, Majewski, Zimmer, Schwartz, Sikorski, Leprevoski; em Riviera, Eckstein e Laskoski; e em Augusta, Pavelski, Beck, Kamiski, Muller. À exceção do último nome, a maioria delas é de origem polonesa. Esta área comporta o antigo distrito municipal de Nova Polônia, visto anteriormente que vigorou por 46 anos (1892-1938). Tratamento diferente quanto a denominação de ruas, nota-se o núcleo urbano da Vila São José. Basta mencionar, por exemplo, Cruzeiro do Oeste, Piraí do Sul, Faxinal, Concórdia, nomes todos eles, referentes às cidades do interior do Paraná.



**Figura 4.5 – Letreiro comercial**  
Bairro Santo Inácio



**Figura 4.6 – Roofscape**  
Bairro Santa Felicidade

A paisagem de algumas ruas é diferenciada pelo seu *roofscape*<sup>89</sup> com telhados de forte inclinação que revela a existência do sótão, uma arquitetura que traz referência de valores transplantados por imigrantes<sup>90</sup> e que produziram uma paisagem particular (Figura 4.6). No entanto, é nas ruas internas que se encontram resquícios de arranjos espaciais individuais que, no conjunto, revelam sua identificabilidade étnica com uma tipologia de casas simples, de madeira, avarandadas, na sua maioria sem os ornamentos dos lambrequins. As alcovas, algumas vazias no frontão das casas, onde eram inseridas imagens religiosas com a função de proteção, permanecem. Algumas delas demonstram um sincretismo religioso (Figura 4.7).

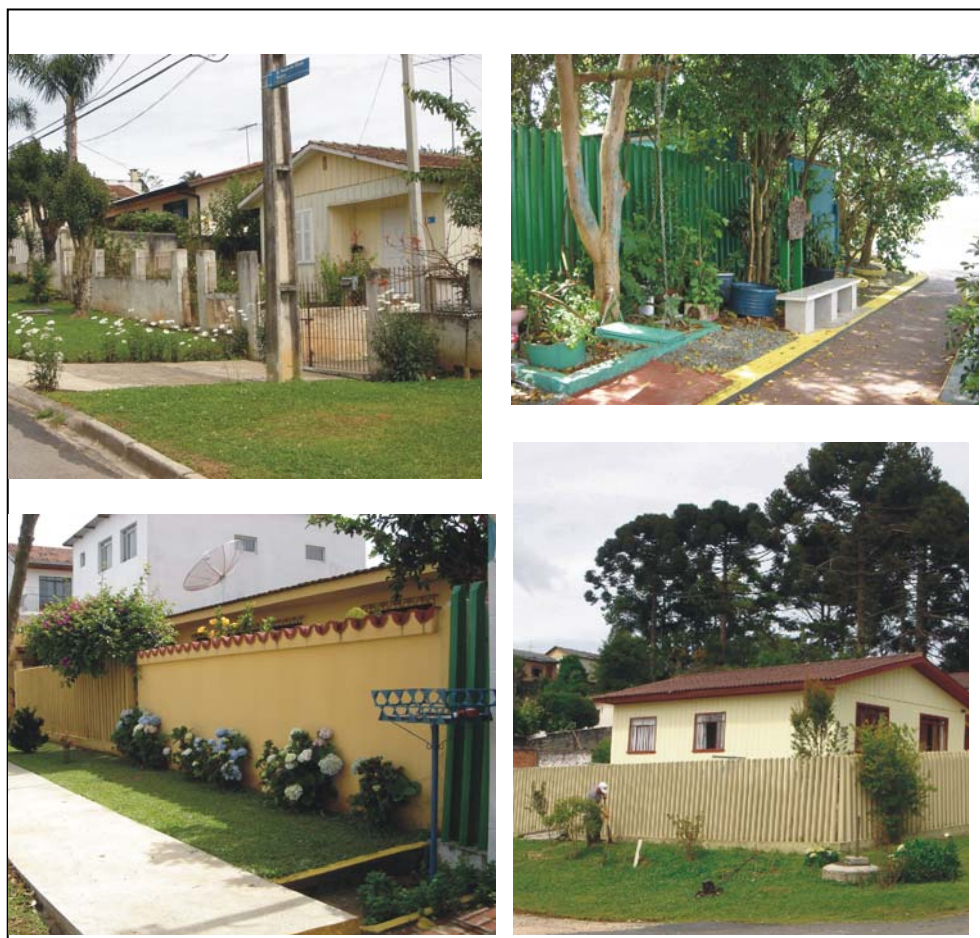


**Figura 4.7 – Tipologias das casas em Orleans e Santo Inácio**

<sup>89</sup> *Roofscape* refere-se à paisagem dos telhados, a quinta fachada, como elemento de diferenciação nas cidades da Ásia. Um estudo comparativo dos *Roofscape*s europeus e asiáticos, assim como a percepção dos estrangeiros e japoneses foram utilizados para a definição do telhado enquanto símbolo de identidade étnica e de exteriorização do poder japonês nos territórios conquistados (KANASHIRO, 1999).

<sup>90</sup> São vários os estudos existentes sobre tipologias de arquitetura vernacular imigrante. No caso dos alemães ver WEIMER, Günter. A arquitetura da imigração alemã – um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, 1983; italianos ver POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1997; poloneses ver VALENTINI, Jussara. A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba. Curitiba: IHGEP, 1987.

Vê-se um freqüente número de moradores, principalmente nos fins de semana, cuidando de áreas públicas como extensão dos jardins particulares e constata-se várias intervenções nas calçadas. As calçadas, de acordo com o atual Código de Obras, são de responsabilidade do proprietário. Tal fato pode ser determinante para uma maior utilização de tipos de pavimentação que não necessitem de manutenção. Todavia, observa-se que nestes bairros é comum o uso de cobertura gramínea que, em uma primeira impressão, poderia ser definida como uma área carente de infra-estrutura. Entretanto, de acordo com Relph (1977) e Tuan (1983), respeito e zelo por um determinado local são expressões de individualidade, porém no conjunto podem refletir manifestações de culturas espaciais diferenciadas (Figura 4.8).



**Figura 4.8 – Manifestações de zelo**



Pela emulação entre os proprietários, o cuidado com as áreas externas, com jardins, com árvores frutíferas, com canteiro de flores e com hortas é acentuado. Essas imagens relembram as descrições dos viajantes - referidas no Capítulo 1- que as relatavam como elementos de identificabilidade de imigrantes europeus. Retomando as discussões de Pereira (1996), que diz respeito ao início da formação da Província, o jardim e o quintal do imigrante eram as próprias expressões da força do trabalho, capazes de levar qualquer um à prosperidade e, de certa forma, teriam o significado simbólico de que os imigrantes eram “proprietários rurais” (Figura 4.9).



**Figura 4.9 – casa na antiga colônia de Orleans**  
Esquina da rua B. Chanoski e Três Marias

A dimensão dos antigos lotes rurais permitiu a implantação, em um único terreno, de várias unidades, garantindo, em muitos casos, a unidade familiar. Nas áreas onde ocorreu a formação de um núcleo mais urbanizado, como se deu nas antigas colônias de Orleans e Santo Inácio são vários os exemplos de três ou mais construções dentro de um mesmo lote formando pequenas vilas que definem áreas comuns, como acesso e jardins, e áreas individuais (Figura 4.10).



**Figura 4.10 – Vilas na antiga colônia Santo Inácio**

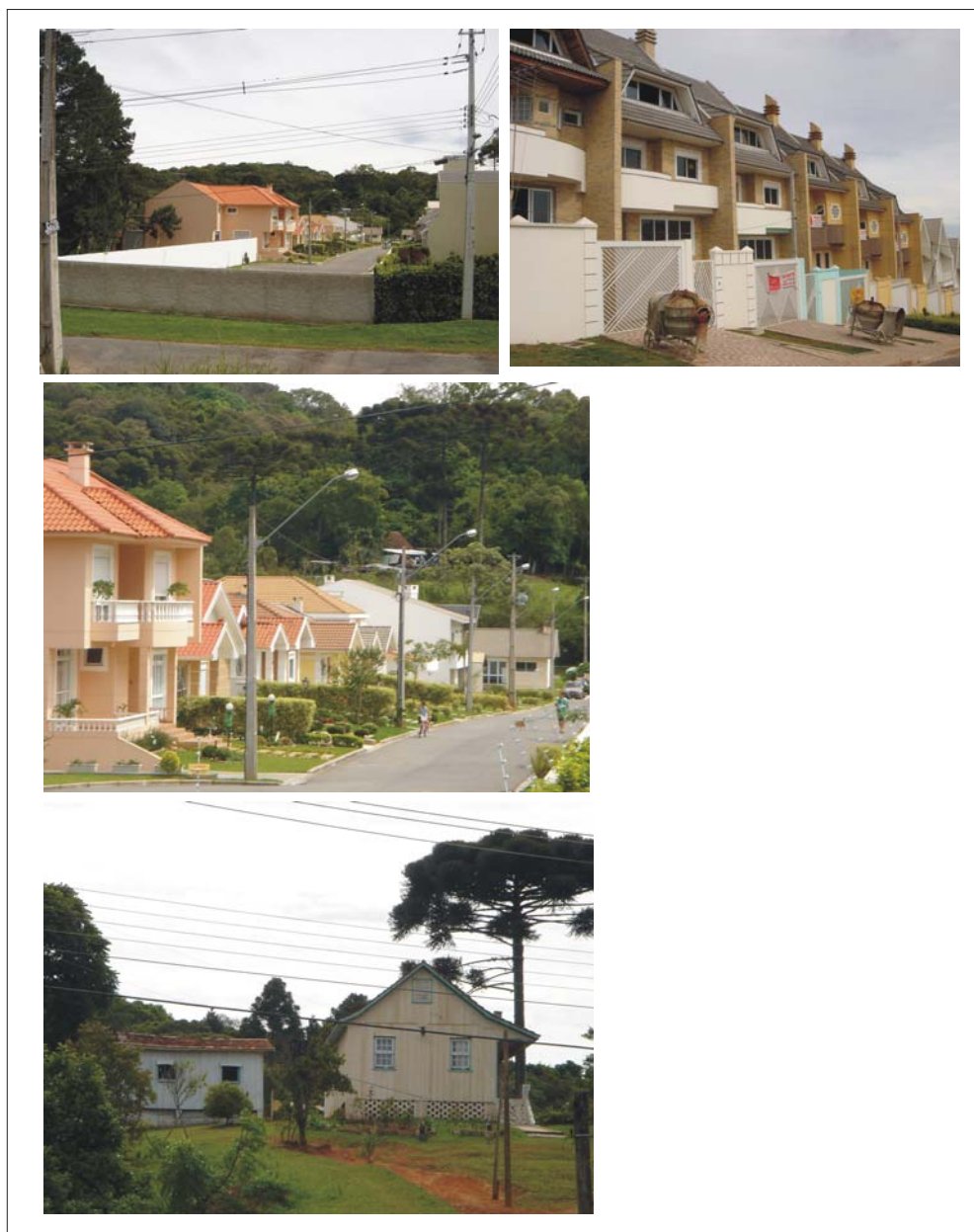
Observam-se, ainda, exemplos que demonstram as sucessivas construções definidas no tempo, como a casa inicial, o galpão e a casa definitiva construídas de forma a configurar um espaço aberto, nos bairros que ainda guardam o seu caráter rural, como em Augusta e Riviera (Figura 4.11). Nos estudos sobre a habitação rural de imigrantes verifica-se uma progressiva melhoria no padrão das construções, passando a habitação provisória de madeira a ser utilizada como galpão para depósito de produtos agrícolas e outras finalidades. Quando as condições econômicas permitiam era construída a casa definitiva de alvenaria. (MARTINS, 1955).



**Figura 4.11 – Lote rural em Augusta**

Pode-se constatar, na justaposição de paisagens antigas, que ainda relembram as antigas propriedades rurais como testemunho de um assentamento de imigrantes, com a dos novos empreendimentos imobiliários - produção em série de casas geminadas e condomínios horizontais fechados - áreas em vias de transformação (Figura 4.12).

Portanto, nessas antigas áreas de colônias de imigrantes, por meio do olhar complementar, podem-se revelar resquícios de paisagens étnicas. As demarcações fundiárias, os espaços religiosos, os caminhos e acessos são permanências detectáveis. Assim como os arranjos espaciais -as vilas; as tipologias de arquitetura vernacular; os símbolos de proteção – os nichos no frontão das casas; a toponímia – de estradas, ruas e letreiros comerciais; a exteriorização dos jardins e as marcas de zelo fazem parte das paisagens étnicas das antigas colônias de imigrantes de Curitiba.



**Figura 4.12 – Paisagens atuais na antiga colônia de Santo Inácio**



## 4.2 PAISAGEM ÉTNICA IMAGINÁRIA DOS DESCENDENTES

Nas questões sobre as várias visões de paisagem discutidas inicialmente, salienta-se seu valor perceptivo, muitas vezes de significado e de influência cultural, as quais podem configurar maneiras de julgar e compor imagens de um determinado grupo. Nesse sentido, decidiu-se utilizar o questionário realizado por Bahl (1994) junto a grupos de imigrantes e/ou descendentes. O resultado do questionário oferece recursos para reflexões diferenciadas referentes à pesquisa sobre a existência de *paisagens étnicas contemporâneas imaginadas* pelos imigrantes e/ou descendentes.

A importância dos espaços religiosos sobressai como referência dos imigrantes. No caso dos alemães, são citadas, por 80% deles, a Catedral Basílica Menor<sup>91</sup> (localizada na Praça Tiradentes); a Igreja Bom Jesus (Praça Rui Barbosa) e a Igreja Presbiteriana<sup>92</sup> (Praça Garibaldi), as duas últimas por 55%. Os italianos citam (80%) como referência a Igreja das Mercês e a de São José (55%), localizada no bairro de Santa Felicidade (Figura 4.13 e Figura 4.14). Os poloneses citam, 95% deles, a Igreja de Santo Estanislau e 80% a de São Vicente de Paula. Observa-se que o simbolismo religioso revela traços de permanência étnica dos imigrantes, constituindo-se como referência simbólica de sua tradição. O resgate da formação dos assentamentos das colônias de imigrantes - abordado no Capítulo 3 - revelou a necessidade primeira de construir suas igrejas e posteriormente as escolas, elementos significativos para a constituição de uma comunidade.

As atividades sociais dos imigrantes, no final do século XIX, passam a acontecer em locais próprios como os clubes. Em 1869, surge o Clube Germânia, criado pela colônia alemã, o qual se funde em 1886 ao Concórdia, fundado em 1873. Em 1883, a colônia italiana funda a Sociedade Garibaldi. Outros imigrantes alemães criam, em 1884, a sociedade

---

<sup>91</sup> Localizada na Praça Tiradentes, inicialmente era uma pequena capela de madeira, que em 1715 foi elevada à primeira Igreja Matriz. Foi então erguida uma outra de pedra e barro, em estilo colonial. Em 1860, por ocasião do levantamento das torres, apresentou rachaduras o que motivou, em 1875 sua completa demolição. A inauguração da atual igreja foi em 1893, restaurada em 1993, ano em que passou a denominar-se Catedral Basílica Menor (SETU – Secretaria do Estado de Turismo)

<sup>92</sup> Construção de 1934, localizada na Praça Garibaldi. Seu interior possui elementos decorativos alemães, sendo o primeiro dos cinco templos da Igreja Presbiteriana Independente que teve origem na divisão da Igreja Presbiteriana Tradicional, ocorrida no Brasil em 1903. Disponível em: <http://www.curitiba.gov.br/pmc/>



Rio Branco, anteriormente denominada *Unterstützungsverein* e depois *Handwerker*. A sociedade teuto-brasileira fundada em 1890 seria rebatizada como Duque de Caxias. A Figura 2.11 - inserida no Capítulo 2 - refere-se à “Planta de Curityba em 1894” e observa-se que as construções marcadas na cor preta indicam os clubes existentes naquela época.



**Figura 4.13 – Catedral Basílica Menor**



**Figura 4.14 – Igreja Presbiteriana**

As respostas ao questionário apontam os clubes como locais de referências étnicas como Rio Branco, Duque de Caxias e Concórdia para os alemães e as Sociedades Garibaldi<sup>93</sup>, Trieste e Dante Alighieri para os italianos. No caso dos poloneses, a Sociedade União Juventus e a Polono-Brasileira. Os clubes<sup>94</sup> são uma necessidade de um espaço de

<sup>93</sup> Em 1895 o terreno foi doado pelo governo estadual e o consul italiano concedeu empréstimo à comunidade italiana. O projeto foi realizado pelo engenheiro italiano Ernesto Guaita. Durante a Segunda Guerra Mundial, o prédio foi invadido e confiscado pelo Estado, tendo sido usado como Palácio da Justiça e sede do Tribunal Regional Eleitoral. A edificação retornou a colônia italiana em 1965 e, em 1993, o município a transformou em Unidade de Interesse de Preservação. (SETU – Secretaria de Estado do Turismo).

<sup>94</sup> Pesquisa sobre a questão dos clubes ou as chamadas casas regionais de imigrantes como elemento de assistência e referência, na continuidade de tradições, tem sido temáticas desenvolvidas sobre o revivalismo cultural (SOUZA, 2005).

convivência cultural e são apontados como locais de concentração dos imigrantes. Nota-se que, nas últimas décadas de revivalismo cultural e de afirmação étnica, esses locais têm emergido como centros de disseminação de costumes e tradições (Figura 4.15 e Figura 4.16).



**Figura 4.15 – Clube Concórdia**

Fonte: [www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a\\_cidades/](http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a_cidades/)



**Figura 4.16 – Sociedade Garibaldi**

Fonte: [www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a\\_cidades/](http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a_cidades/)

Diferenças no resultado do questionário entre as etnias são evidenciadas. Por exemplo, somente os alemães citam locais de educação como os colégios: Martinus<sup>95</sup>, Divina Providência e Bom Jesus<sup>96</sup>. O estudo de Kreutz (2000) sobre a questão da educação das várias etnias dos imigrantes no Brasil comprova, com dados relativos à implantação de escolas, que o número mais expressivo de escolas étnicas foi o dos imigrantes alemães, acrescidos de sanções religiosas severas aplicadas àqueles que não participassem das atividades de alfabetização.

Com referência à produção industrial, os alemães têm os Pianos Essenfelder<sup>97</sup> e a Ferraria Muller (atual shopping), e os italianos indicam as vinícolas<sup>98</sup> todos com 70% de

---

<sup>95</sup> Em 1884 esta escola foi transformada em uma sociedade escolar, a Escola Alemã, esta mantida até 1898, pela comunidade evangélica luterana de Curitiba.

<sup>96</sup> O Colégio foi fundado inicialmente com o nome de Escola dos Meninos Alemães.

<sup>97</sup> Ver Boletim Informativo da Casa Romário Martins: “Pianos Essenfelder: Trabalho, Técnica e Arte” que descreve a origem, o trabalho artesanal desenvolvido pelos imigrantes e a referência nacional de qualidade do artefato industrial. Apesar da família ter imigrado da Argentina para o Rio Grande do Sul, a madeira da peroba encontrada no Estado do Paraná era a matéria-prima necessária para a produção de algumas peças que exigiam madeira dura. A fábrica foi transferida para Curitiba em 1911. Por muito tempo, a fábrica esteve instalada no Alto da Glória transferindo, em 1995, suas instalações para o CIC.

<sup>98</sup> Ver Balhana (1958), Santa Felicidade: um processo de assimilação. Balhana cita também a industrialização de produtos de vime. Recentemente o turismo cultural tem reforçado a cidade de Colombo como “Circuito Italiano”.

indicação. O resgate histórico sobre a imigração confirma que os alemães foram considerados os imigrantes mais urbanos, partindo desde o início para atividades comerciais e industriais<sup>99</sup>.

No entanto, em relação à indicação de áreas ou bairros de identificação étnica, 85% dos poloneses fazem alusão aos bairros Abranches<sup>100</sup> e Santa Cândida, e 90% dos italianos Santa Felicidade como principal local de concentração. Por outro lado, 60% dos alemães apontam o Largo da Ordem, espaço central da cidade, como local de referência da sua etnia. É no Largo da Ordem que está localizada a Igreja Presbiteriana e as construções das primeiras atividades comerciais por eles desenvolvidas na cidade.

Pode-se averiguar nas *paisagens étnicas imaginadas* pelos imigrantes e/ou descendentes que estas se referem aos elementos construídos, como igrejas e clubes, que carregam um simbolismo étnico vinculado às instituições religiosas e socioculturais. Alusão às indústrias pode ser entendida como expressão de alcance do poder econômico de suas respectivas etnias. As paisagens das antigas colônias são quase inexpressivas nas respostas ao questionário, exceto o Bairro de Abranches e o Pilarzinho para os poloneses que se configuram como etnia de maior característica rural entre os imigrantes e/ou descendentes. Santa Felicidade, no entanto, é reconhecida como um dos principais eixos gastronômicos da cidade, sendo referência turística incorporada à etnia italiana.

Fato destacado, no resultado dos questionários, é a inclusão de espaços, por exemplo, os bosques e portais, como elementos de identidade étnica para os próprios descendentes de imigrantes: o Bosque João Paulo II (1980) é citado por 85% dos poloneses como o seu principal local de concentração; o Portal de Italiano (1990) e o Portal Polonês (1991) são citados respectivamente por 80% e 65%. Destarte, pode-se afirmar que os espaços projetados de simbolismo étnico foram rapidamente assimilados pelos imigrantes e/ou descendentes como elementos representativos da sua etnia.

---

<sup>99</sup> Ver Weibel (1958), Martins (1955) e Azzi (1987). Bigg-Whiter nas suas observações de Curitiba, em 1872, e descreve que “*todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto que as menores estavam nas mãos de alemães*” (BIGG-WITHER, 1974, p.77-78).

<sup>100</sup> Sobre Abranches ver Diário do Paraná “Curitiba receberá imigrantes polonezes em novembro” de 31 de maio de 1973; Diário do Paraná “Abranches: cem anos de vida comunitária” de 18 de novembro de 1973; o Diário do Paraná de 30 de julho de 1974 “Julinda, uma mestra no Abranches”; Jornal do Estado “Poloneses comemoram seus 120 anos em Curitiba” de 03 de outubro de 1991 e a Gazeta do Povo “Abranches, o bairro das mazurkas” de 27 de outubro de 1991.

### 4.3 PAISAGEM ÉTNICA PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL DE PRIMEIRO MUNDO

Como os espaços étnicos construídos foram assimilados pelos imigrantes e/ou descendentes, define-se a terceira *paisagem étnica contemporânea produzida para a construção da imagem de “Capital de Primeiro Mundo”*. A temática étnica foi disseminada, pontualmente, pelo processo de planejamento desenvolvido em Curitiba construindo-se vários espaços étnicos (Quadro 4.1)

O questionário de Bahl foi aplicado em 1994, época em que somente o Bosque do Papa (1980) e os Portais Italiano (1990) e Polonês (1991) haviam sido construídos. A partir desse ano, uma sucessiva implantação de espaços temáticos similares foi construída em que a etnia é o mote de concepção: Bosque de Portugal (1994), Memorial da Imigração Ucraniana (Parque Tingui -1995), Bosque Italiano e Memorial (1996), Memorial Árabe (1996), Bosque Alemão (1996) e Praça Japão (1968) com a construção do Palácio de Hyogo (1996).

Prefeitos	Mandatos
Jaime Lerner (2ª gestão)	1979 a 1983
Maurício Fruet	1983 a 1985
Roberto Requião de Mello e Silva	1986 a 1988
Jaime Lerner	1989 a 1992
Rafael Greca de Macedo	1993 a 1996
Cássio Taniguchi	1997 a 2001

<p>Bosque João Paulo II (1980) Portal Italiano (1990) Portal Polonês (1991)</p> <p>Reforma Praça Japão (1993) Bosque de Portugal (1994) Memorial da Imigração Ucraniana - Parque Tingui (1995) Memorial Árabe (1996) Memorial da Imigração Italiana - Bosque São Cristovan (1996) Bosque Alemão (1996)</p> <p>Palácio de Hyogo (1996)</p>
---

**Quadro 4.1- Gestões dos prefeitos e as obras de temáticas étnicas**

O projeto pioneiro de Curitiba, de vínculo étnico, é o Bosque João Paulo II (1980) construído na 2ª gestão do prefeito e arquiteto Jaime Lerner (1971-1983) logo após a visita do papa João Paulo II a Curitiba. O projeto faz o transplante de 7 (sete) casas da antiga colônia de Tomaz Coelho, em vias de serem alagadas pela construção da barragem no rio Passaúna. As casas construídas pelo sistema de *log-house* (troncos encaixados horizontalmente)<sup>101</sup> traduzem a arquitetura dos imigrantes desenvolvida inicialmente pelos carpinteiros poloneses. Este tipo de intervenção é similar ao dos denominados *open-air-museum* que têm como principal objetivo a preservação, por meio de reconstrução ou transplante, de exemplares vernaculares, para a reconstituição de vilas de pioneiros. O primeiro projeto foi realizado na cidade de Skansen, na Dinamarca, em 1891, com o propósito de mostrar o modo de vida em diferentes partes da Suécia (Figura 4.17).



**Figura 4.17 – Bosque João Paulo II**

Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc>

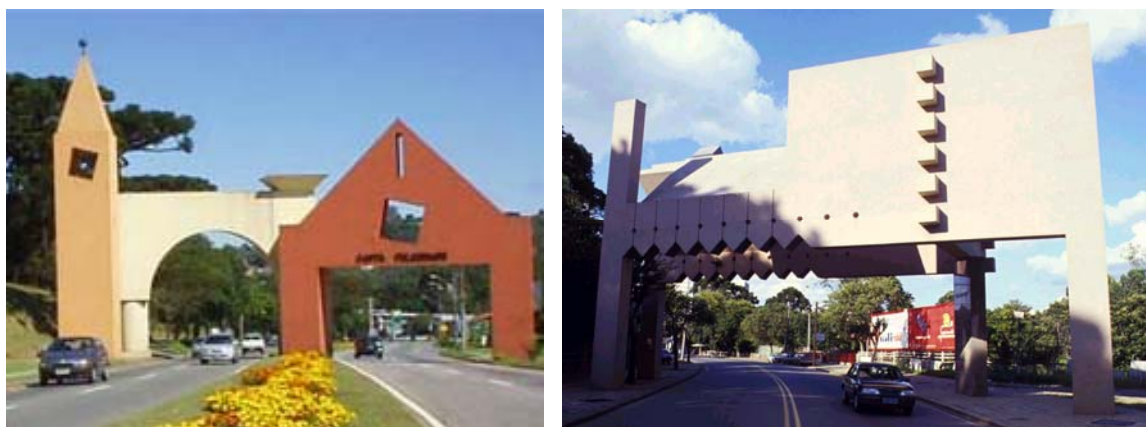
Em uma nova gestão do arquiteto Jaime Lerner (1989-1992), após uma década da existência do Bosque do Papa, o Portal Italiano (1990) e o Portal Polônês (1991) são as criações que reafirmam as respectivas etnias (Figura 4.18). O primeiro portal relembra detalhes e formas das habitações dos imigrantes italianos, localizado na entrada da rua principal da antiga colônia de Santa Felicidade, definindo um eixo gastronômico italiano. O segundo implantado na Rua Mateus Leme, antigo acesso ao caminho do Assunguy, estiliza

---

<sup>101</sup> Garcia, Fernanda em “Arquitetura de Madeira: uma tradição paranaense” (1987) estuda as tipologias das arquiteturas construídas por imigrantes alemães, italianos e poloneses.



encaixes e detalhes de ornamentos de madeira e reforça o acesso ao Parque João Paulo II. Este último teve a iniciativa política de um vereador descendente polonês para marcar os 120 anos da imigração<sup>102</sup>. O portal, na sua gênese, era o elemento definidor das cidades muradas medievais, demarcando o seu acesso e definindo territorialidades (RUDOVSKY, 1973). A sua proliferação, em várias cidades caracterizadas pela imigração, tem sido largamente registrada, indicando, às vezes, acesso da cidade ou compondo atividades culturais e de informações turísticas como em Joinville, Blumenau, Pomerode , entre outras.



**Figura 4.18 – Portal Italiano (R. Manoel Ribas) e Portal Polonês (R. Mateus Leme)**

Fonte: [www.curitiba-parana.com/](http://www.curitiba-parana.com/)

Na gestão seguinte, em uma continuidade política, assume o prefeito e também arquiteto Rafael Greca (1993-1996), anteriormente responsável pela Fundação Cultural de Curitiba. Afirma Meucci (1994, p.13) que *“já prefeito por ocasião das festividades em comemoração aos trezentos anos da cidade, houve uma série de eventos cujo objetivo era por em evidência a questão das etnias”* (Apud MORAES e SOUZA, 1999). Greca dá continuidade à construção de uma capital étnica com a criação de uma série de bosques e respectivos memoriais temáticos dos imigrantes.

---

<sup>102</sup> Ver o Jornal do Estado de 31 de outubro de 1991.

O primeiro projeto desenvolvido na gestão de Rafael Greca é o Bosque de Portugal (1994) e constitui-se uma área de animação, construída em piso de mosaico português circundada por colunas com os nomes dos países de língua portuguesa. Além do espaço denominado Alameda dos Cantares, destinado a homenagear os países de língua portuguesa. Neste percurso estão gravados sobre azulejos trechos de poesias de Luiz de Camões, Gregório de Matos entre outros poetas lusitanos.

O segundo projeto é o Memorial da Imigração Ucraniana construído no Parque Tingui (1995). Um portal de madeira demarca o acesso e uma réplica da Igreja de São Miguel Arcanjo, em menor escala que a originalmente construída, no Município de Mallet (Pr), cidade de forte imigração ucraniana. No entanto, o local não tem funções religiosas, servindo apenas para demonstrar as tradições ucranianas (Figura 4.19).



**Figura 4.19 – Memorial da Imigração Ucraniana no Parque Tingui**

Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc>

O terceiro espaço de referência étnica é o Memorial da Imigração Italiana implantado no Bosque São Cristóvão em 1996, atualmente conhecido como Bosque Italiano. Uma estilização da fachada da Igreja de São José, a primeira matriz de Santa Felicidade, é construída como reprodução de um cenário (Figura 4.20). O último projeto é o Bosque Alemão criado em 1996 o qual reconstitui a fachada da Casa Mila, uma antiga residência construída por imigrantes alemães na rua Barão do Cerro Azul. Faz parte do complexo a Torre dos Filósofos, além da réplica de uma antiga igreja Presbiteriana de madeira do bairro Seminário (Figura 4.21).



**Figura 4.20 – Bosque Italiano São Cristovan**  
Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc>



**Figura 4.21 – Bosque Alemão**  
Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc>



Entre outros espaços temáticos étnicos, duas etnias foram incluídas com seus respectivos memoriais, a japonesa e a árabe, porém em projetos de menor escala. Ambas são imigrações mais recentes, porém fazem parte de uma extensa discussão, levantada por Lesser (2001), sobre a construção de uma identidade nacional, expondo como algumas etnias tornaram-se desejáveis não mais pelo discurso cultural, mas pelo poder econômico e político.

A construção da Praça Japão foi iniciada em 1958, às expensas da comunidade japonesa com o auxílio da Prefeitura Municipal. Lagos artificiais, cerejeiras e lanternas nipônicas compõem o cenário. Em 1993 foi realizada uma reforma com a inserção de símbolos étnicos como o Portal Japonês, a Casa de Cultura e a Casa de Chá. Em 1996, é inaugurado o Palácio de Hyogo, na gestão do engenheiro Cássio Taniguchi (1996-1999), com uma arquitetura vinculada à imagem do Templo *Kinkakuji*, para a recepção do casal imperial (Figura 4.22). O Memorial Árabe localiza-se próximo ao Passeio Público, especificamente na Praça Gibran Kalil Gibran, como uma colagem de elementos que remetem às edificações mouriscas como abóbodas, vitrais, colunas e arcos.



**Figura 4.22 – Palácio de Hyogo**

Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc>

Todos esses espaços temáticos de celebração das etnias, a maioria européias, enquanto concepções projetual reproduzem réplicas, reconstituem fachadas e criam espaços de fácil assimilação. De acordo com Relph (1976), são pseudo-lugares ou lugares sintéticos, porém, podem constituir-se uma das estratégias de reforço da imageabilidade<sup>103</sup> dos espaços públicos; não são espaços inocentes e sua aparência e forma podem ser capitalizadas, no caso de Curitiba, como projeto político-governamental para a projeção da Capital de Primeiro Mundo por meio da vinculação da idéia de desenvolvimento a partir da imagem de uma população européia, portanto, “morigerada e laboriosa”.

---

<sup>103</sup> Imageabilidade ou imaginabilidade são termos de Lynch (1960) que define como “aquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador”

#### 4.4 VERACIDADES SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS ÉTNICAS CURITIBANAS

A partir dos delineamentos sobre a existência de *paisagens étnicas contemporâneas* de Curitiba é necessário discorrer sobre as questões de produção, invenção ou anulação destas no processo de construção das paisagens étnicas curitibanas.

Primeiramente, faz-se especulações sobre o processo de des-construção das paisagens das antigas colônias de imigrantes. Demonstra-se, por meio de alguns exemplos, que nas intervenções contemporâneas da cidade têm sido desconsideradas as relações históricas, culturais e sociais dos antigos assentamentos de imigrantes.

Em seguida as referências aos espaços temáticos que foram produzidos para a criação da imagem de Capital do Primeiro Mundo. Neste caso, interpreta-se que foi acobertada parte da história da formação da sociedade curitibana, deixando na invisibilidade o negro e, retomando de maneira romântica a história dos imigrantes encobriu-se uma época de perseguições, criando uma falsa idéia de continuidade.

##### 4.4.1 DES-CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS ÉTNICAS DAS ANTIGAS COLÔNIAS IMIGRANTE

São várias as intervenções ocorridas nas áreas das antigas colônias de imigrantes que exprimem, de acordo com Torres (1996), um planejamento urbano de planos e estratégias cujos princípios norteadores referem-se ao desenvolvimento. Relph (1987) comenta que este tipo de planejamento urbano funciona, sobretudo nas duas dimensões dos mapas, mas afetam diretamente a utilização do solo, o traçado das vias, os edifícios, enfim toda a escala urbana, da microregião à macroregião.

Um dos exemplos diz respeito à chamada “engenharia das estradas” na implantação do contorno norte de Curitiba, o qual dividiu a antiga área da colônia Orleans, como pode ser observado na Figura 4.3. De acordo com Rykwert (2004), que fez recentemente várias críticas sobre a maneira de “fazer” as cidades, o automóvel tem sido um dos principais atores, que leva a uma hipertrofia aguda de vias expressas e pela destruição de

bairros cheios de vitalidade e reminiscências históricas. De maneira similar, Appleyard (1981) demonstra como o alargamento de vias e o aumento do fluxo veicular tem reflexos diretos em questões referentes ao sentimento de pertencimento e de “lar”. E Souza (2001) diz que o equipamento estrada, apesar de significar ligação, significa também a função de barreira.

A colônia Tomaz Coelho praticamente desapareceu com a construção da barragem do Passaúna<sup>104</sup>, construída em 1989, para a implantação de um novo manancial de abastecimento da RMC - Região Metropolitana de Curitiba. Embora tenha sido criada uma Comissão Coordenadora do Rio Passaúna com o envolvimento de 31 entidades, a construção da barragem já era um fato, fundado no saber técnico sem uma discussão prévia com a população a ser atingida pelo processo. A extensão do lago de aproximadamente 35.000 m<sup>2</sup> de superfície afetou um total de 179 propriedades. Várias foram as críticas<sup>105</sup> ao autoritarismo técnico e à prioridade econômica, justificada como necessidade de desenvolvimento.

Outro tipo de intervenção foi a criação do CIC - Cidade Industrial de Curitiba. O Executivo Municipal em 1973 declarou como utilidade pública uma área de aproximadamente 4.370ha, cerca de dez por cento do total de 43.100 ha. do município com o objetivo de atratividade empresarial e geração de empregos. Este projeto, desenvolvido pelo responsável do Plano SERETE, o arquiteto Jorge Wilhelm - visto no Capítulo 2 - é implantado na parte Oeste da cidade. Nesse processo, no CIC de Araucária - CIAR, a colônia Tomaz Coelho foi afetada pela implantação de núcleos industriais<sup>106</sup>, da Refinaria da Petrobrás, revelando mais uma vez, a industrialização como progresso econômico.

---

<sup>104</sup> Ver Pereira, Gislene (2002), tese de doutoramento a qual explicita a relação entre pobreza e degradação ambiental tendo como área de estudo a região da Bacia do Rio Passaúna. Embora a área seja uma APA – área de preservação ambiental, com a predominância do uso residencial, observa-se atividades incompatíveis com índices poluidores, superiores ao recomendado. Existem cerca de 3.974 domicílios irregulares, sem infra-estrutura mínima como esgoto sanitário, ocorrência de fenômenos erosivos nas ocupações dos fundos de vale e encostas. Demonstra ainda o círculo vicioso do processo que relaciona pobreza e degradação ambiental, na comercialização das ocupações irregulares. Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR (2002).

<sup>105</sup> Ver A Represa e os Colonos, publicação da Secretaria do Estado da Cultura (1986). A Gazeta do Povo de 13/10/1985 traz como manchete: “Toneladas de água cobriram terras férteis para a construção de uma barragem. Outras toneladas de água substituirão uma comunidade com valores culturais preservados há um século. Qual será o próximo passo?”

<sup>106</sup> Ver Kersten, Marcia (1983), na sua dissertação de mestrado verifica a transformação da paisagem na construção da barragem do Passauna e na implantação do CIAR.

Observa-se outro fenômeno recente, na valorização das chácaras nas antigas colônias, como em Augusta e Orleans, causando o processo de *gentrification*<sup>107</sup>, na expulsão dos antigos moradores pela valorização das áreas. Este processo está aliado à proliferação dos loteamentos horizontais fechados na região Oeste, como foi visto anteriormente, na anexação de lotes rurais. Dessa forma, recorre-se à discussão inicial sobre paisagens, as quais são dinâmicas, construídas e reconstruídas cujo rebatimento espacial refere-se às forças dominantes.

Estes exemplos evidenciam que o processo de urbanização e o planejamento urbano de Curitiba têm destruído sistematicamente os territórios das paisagens étnicas. Apesar do discurso de Agache e do Plano SERETE – que analisa a formação da sociedade curitibana - exposto no Capítulo 2, direcionado a uma característica singular e genuína de imigrantes europeus, as áreas de antigas colônias de imigrantes não foram consideradas nos respectivos planos. A partir da adoção do Plano SERETE, Curitiba entra na fase do planejamento urbano moderno com métodos dominantes de diretrizes metodológicas definidas para a análise e proposição de ações voltadas às questões de desenvolvimento urbano. Têm-se como resultado os planos diretores e os planos de uso do solo, consoantes com o modelo capitalista de produção, cujos critérios econômicos e políticos têm sobressaído nas decisões do planejamento urbano de Curitiba.

Ao retomarem-se as exposições de Torres (1996), observa-se o predomínio dos métodos quantitativos de análise urbana com a crença de que, as funções urbanas se estruturam internamente em um modelo hierárquico; prevalecendo a obsessão com a ordem, com os padrões espaciais e com os modelos estatísticos, como se o planejamento urbano fosse capaz de resolver todas as questões, inclusive as sociais, por meio de modelos espaciais racionalmente planejados.

---

<sup>107</sup> Termo técnico que designa o fenômeno de substituição da população de rendas inferiores por populações de rendas superiores induzida pela valorização imobiliária e/ou simbólica de porções urbanas consideradas históricas. O processo foi rotulado como “renovação urbana” e no caso americano, a crítica referiu-se a um processo de “remoção dos negros” (RYKWERT, 2004, p.330-331).

São várias as críticas quanto a esse tipo de planejamento que tem emergido durante as últimas décadas. A promulgação da Nova Carta de Atenas, em 1998<sup>108</sup>, sintetiza as questões e contrapõe-se àquela paradigmática do urbanismo moderno. Pode-se observar a reversão de conceito na atuação do arquiteto de “grande mestre” detentor das verdades a um coreógrafo. Isso significa a transposição do domínio científico dos planejadores para a ênfase na efetiva participação social nas decisões de planejamento (*empowerment*) é considerado como elemento central do documento. A Nova Carta estabelece recomendações quanto ao futuro das cidades e à satisfação das aspirações dos habitantes: uma cidade para todos, envolvimento real, contato humano, continuidade do caráter, aspectos ambientais, variedade e diversidade e uma cidade saudável e segura. Muitas dessas aspirações são de caráter subjetivo e nem sempre são viáveis enquanto diretrizes espaciais, porém refletem as discussões iniciais da tese sobre a qualidade de vida nas cidades.

Apesar das críticas acumuladas quanto àquele tipo de planejamento, recentemente, no caso de Curitiba, Vicentini e Pereira (2000), analisam a nova “Lei de Uso do Solo” de Curitiba aprovada em 2000, e afirmam que esta ainda remete a parâmetros metodológicos utilizados há mais de quatro décadas no Brasil. Concluem que o processo de planejamento na cidade é marcado por esses modelos convencionais que colocam o zoneamento como centro e motor das transformações urbanas preconizadas e desejadas. Os autores verificam que os critérios desconsideram as críticas ao urbanismo funcionalista o qual não prioriza, entre outras questões emergentes, a cultura e a memória.

Os exemplos de projetos citados definem o processo de des-construção das *paisagens étnicas das antigas colônias imigrante* na cidade de Curitiba. Apesar de Curitiba ser considerada um laboratório das experiências inovadoras urbanas, observa-se a continuidade do conservadorismo - como visto no Capítulo 2 - e pode-se afirmar que o processo de planejamento de Curitiba, colocando-se como o inverso do discurso; na realidade tem sistematicamente desconsiderado as relações entre cultura e memória imigrante.

---

<sup>108</sup> Ver KANASHIRO, M. “Da Antiga à Nova Carta de Atenas” publicada na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Cidade e Sustentabilidade. Curitiba: UFPR, nº9, p.246-247, 2004.

#### 4.4.2 CONSTRUÇÃO DE UMA CONTINUIDADE ARTIFICIAL

Outro aspecto referente à produção das paisagens étnicas contemporâneas é aquela que utiliza a etnia como elemento de atratividade urbana na proliferação de espaços temáticos em Curitiba. As construções realizadas nos memoriais e bosques são reduzidas, com a preocupação de reproduzir cenário, para tanto se utilizam elementos de fácil assimilação que produzem um anacronismo planejado.

Apesar da importante discussão arquitetônica de criação de cenários ou mesmo como estratégia político-governamental de *city-marketing*<sup>109</sup>, outros aspectos devem ser revelados, como as falsas construções históricas e sociais provenientes desse processo de exaltação das etnias brancas para a projeção da imagem de Capital do Primeiro Mundo.

Primeiro, os projetos de intervenções denominadas étnicas retomam as teorias eugenistas. O imaginário produzido por influência de alguns autores, como Martins (1955) e Wachowicz (1988), ressaltou a quase inexistência da população negra no processo de desenvolvimento da Província do Paraná. O próprio PPU - examinado no Capítulo 2 - analisa a composição da população curitibana<sup>110</sup> e afirma ser esta população, na sua maioria, de imigrantes europeus. Tal análise feita com base em dados do TRE, excluiu os analfabetos, os não-eleitores e os re-imigrados, ou seja, os pobres (SOUZA, 2001).

Deve-se ter o contraponto dessa visão idealizada pelo planejamento de Curitiba desde o plano de 1965, retomando-se o estudo de Ianni (1988) em *As Metamorfoses dos Escravos*, o qual demonstra quê, na origem da cidade, os escravos constituíam uma população próxima a 50%, apesar de comparativamente a escravidão em Curitiba ter sido menor do que nas outras regiões, afirma que o regime escravo assumiu a mesma importância básica na formação da cidade.

Portanto, enquanto esse tipo de planejamento tem realizado o destaque de algumas etnias, uma outra é encoberta convenientemente, como demonstra o estudo de

---

<sup>109</sup> Ver as publicações de Sánchez Garcia: *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city-marketing*. Curitiba: Ed. Palavra, 1997 e "A reinvenção das Cidades para um mercado mundial". Chapecó: Ed. Argos, 2003.

<sup>110</sup> De acordo com o autor a ocupação empreendida pelos migrantes europeus teria sido saudável, pois teria propiciado, segundo o PPU "um desenvolvimento contínuo, centrífugo e homogêneo" e teria, ainda, limitado a especulação terrenista resultado de uma recente "migração de nacionais" (SOUZA, 2001, p.112)

Moraes e Souza (1999) sobre a produção da invisibilidade racial sob três aspectos: nos processos de configuração arquitetônica, no discurso de intelectuais e no projeto político-governamental. Dessa forma, enquanto parques extensos e de infra-estrutura turística reforçam as etnias “brancas”, existem dois singelos “monumentos” em homenagem à etnia “negra”. O primeiro é um pequeno bloco de granito localizado na praça Santos Andrade com uma placa de bronze dedicada “à colônia afro-brasileira”, e o segundo é um espaço público denominado Praça Zumbi, na periferia do bairro Pinheirinho (Figura 4.23).

Assim, a temática étnica traduzida espacialmente em Curitiba demonstra a invisibilidade do “negro” no processo de construção da paisagem étnica contemporânea, em que, de acordo com Bega (Apud VICENTINI, 2001), esse processo acaba banindo do imaginário coletivo os migrantes nacionais e a população negra, que atualmente representam 30% dos habitantes.



**Figura 4.23 – Monumento à colônia afro-brasileira na Praça Santos Andrade**



Uma outra questão relevante é a retomada “romântica”<sup>111</sup> que envolve os imigrantes e a qual se agrega a base da imigração européia como um dos signos para vincular a idéia desenvolvimentista da Capital. Observa-se, utilizando-se os termos de Hobsbawm (1984), que existe o processo de invenção das tradições e, conquanto se faça referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer uma continuidade artificial.

Uma continuidade artificial que acoberta a interrupção da história de silenciamento dos “alienígenas”<sup>112</sup> durante a campanha de nacionalização engendrada pelo Estado Novo varguista a partir de 1937 e que se estende até 1945. Nesse período ocorreu a Segunda Grande Guerra (1939-1945) que, aliada aos ideais nacionalistas, reforça várias violências contra os imigrantes e a sua cultura, prioritariamente contra aqueles pertencentes ao Eixo Roma, Berlim e Tóquio.

A sociedade brasileira foi reinventada pelo Estado Novo que iniciou o processo de “saneamento patriótico” que buscava horizontalizar a sociedade na constituição de uma nação única, baseada na integração e união da população sob um Estado centralizador e autoritário. A integração era a justificativa da proposta de eliminação das diferenças étnicas para a criação de uma nação homogênea, e a almejada brasilidade deveria ter início no processo de educação.

Dessa forma, segundo Seyfert (1997), o primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino de línguas estrangeiras e a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras”<sup>113</sup> a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”; as que não cumpriram a lei foram fechadas. No mesmo sentido, Dalmolin (2004) afirma que, para o propósito de Vargas ter êxito, era necessário iniciar pelas escolas étnicas<sup>114</sup>, tendo o Exército o papel de nacionalizador.

---

<sup>111</sup> Romântico na aproximação de tudo aquilo que poderia ser visto como pitoresco, romanesco, fabuloso [...] uma nostalgia no sentido de retomar o fio de uma continuidade. Ver SALIBRA (2003) em *Utopias Românticas*.

<sup>112</sup> De acordo com Seyfert (1997, p.95), a categoria “alienígena”, preponderante no jargão oficial englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portanto, portadores de culturas incompatíveis com os princípios de brasilidade.

<sup>113</sup> Em Curitiba, por exemplo, a Escola Alemã, passou a denominar Colégio Progresso, e em 1943 seu patrimônio foi repassado para a Faculdade de Medicina do Paraná.

<sup>114</sup> Sobre o número significativo de escolas de línguas estrangeiras ver o estudo desenvolvido por Kreutz (2000)

Nos discursos para a campanha da nacionalização, não somente a escola, mas também a igreja, as associações recreativas e culturais e o lar aparecem como instituições fundamentais para a manutenção de identidades étnicas, pois eram os locais onde se permitia a continuidade do aprendizado da língua e dos costumes. Com o intuito de nacionalizar as áreas de colônias de imigrantes, várias foram as ações<sup>115</sup> para atingir aquelas instituições como a obrigatoriedade do ensino em português, o fechamento das associações<sup>116</sup>, escolas e jornais, a introdução do escotismo para impor o civismo e chegar, através dos jovens, até o lar, a imposição de padres, pastores e fiéis, do uso da língua portuguesa nos serviços religiosos, o recrutamento para o serviço militar, a organização de festas cívicas com participação obrigatória, entre outras atitudes justificadas para a construção de uma nação (SEYFERT,1997).

Pode-se verificar nos Decretos e Atos sucessivos o processo de eliminação das culturas imigrantes, que atingiram expressivamente os estados do Sul do Brasil onde havia colônias denominadas, na época, de “quistos étnicos<sup>117</sup>”; proibia-se o uso de nomes estrangeiros em estabelecimento comerciais, escolas e associações<sup>118</sup>, proibiram-se também atividades políticas de estrangeiros<sup>119</sup>. Depois do início da guerra, estavam proibidos de entrar no Brasil os cidadãos do Eixo, e aos residentes foram criadas restrições à liberdade de locomoção e, imposta a necessidade, a partir de 1942, do porte de “salvo-conduto”. Outras proibições atingiram até mesmo o uso de línguas estrangeiras principalmente a alemã, a italiano ou a japonesa em público, além do confisco dos bens dos “súditos do Eixo”. Foram feitas intervenções por parte do Estado em empresas e indústrias de estrangeiros<sup>120</sup>, e freqüentes atos de devassa nas residências e nas contas bancárias. Tornaram-se comuns às ações de desapropriação dos núcleos coloniais onde se concentravam estrangeiros.

---

<sup>115</sup> No caso do Rio Grande do Sul, Fachel (2002) inclui as ações da força da polícia gaúcha na desapropriação de cemitérios e a troca de nomes das ruas da capital, que faziam referências a Alemanha por nomes dos navios brasileiros afundados; até o uso da língua alemã no RS foi considerado crime.

<sup>116</sup> O prédio da *Società Giuseppe Garibaldi di Beneficenza*, em Curitiba, durante a Segunda Guerra Mundial, foi invadido e confiscado pelo Estado, tendo sido usado como Palácio da Justiça e sede do Tribunal Regional Eleitoral. Somente em 1965 o prédio retornou à comunidade italiana.

<sup>117</sup> O uso desse termo é significativo porque transforma os grupos étnicos em elementos patológicos, sugerindo a idéia de remoção.

<sup>118</sup> Decreto-lei nº35 de 13 de Janeiro de 1938.

<sup>119</sup> Ato de 18 de Abril de 1938.

<sup>120</sup> Ver Frostcher, Méri que trata o caso das intervenções na Cia. Hering de Blumenau. Tese de doutorado em História, sob o título “Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais de Blumenau (1929-1950). Florianópolis, UFSC, 2003.

No entanto, observa-se que esta parte da história é reconstruída e, a partir dos anos de 1980, com os discursos sobre as especificidades culturais, passam a adquirir certo revigoramento os elementos relativos à memória do imigrante. Dessa maneira, segundo Oliveira (1995), em Curitiba a celebração dos valores alemães, italianos e poloneses fazia parte, indiretamente, do projeto de modernização urbana em uma associação feita na cultura nacional de progresso e imigração européia. No caso dos italianos e alemães, já na virada do século havia uma numerosa burguesia no controle de expressivos estabelecimentos nos ramos alimentício, têxtil, metalúrgico, etc., bem como participante da política local. A existência, segundo o autor, de um outro objetivo subjacente a esta política cultural foi a atualização da imagem do imigrante no imaginário local. De tal modo, os poloneses e seus descendentes eram até então, grupos que continuavam no imaginário popular assimilado aos estereótipos oriundos da fase inicial da sua vida na cidade. Nesta, o polaco era o “*preto do avesso*”, concorrente do recém-liberto por posições no mercado de trabalho. Portanto, é compreensível que estes imigrantes tornaram-se parte importante da elite econômica e política da cidade a partir dos anos 1950s e, conseqüentemente, a política cultural e de patrimônio histórico reforçou a celebração das contribuições destas etnias ao progresso e engrandecimento da cidade. Nesse sentido, a política cultural cumpre, ainda que indiretamente, a função de “atualizar”, por assim dizer, o relógio da história (OLIVEIRA, 1995).

Conclui-se, portanto, que se produziu uma continuidade ilusória como parte do projeto de modernização da Capital pela associação de progresso com a imigração européia e, tomando emprestado o dizer de Lesser (2001) “à medida que os colonos imigrantes se tornassem brasileiros, [Curitiba] se tornaria Européia”. Dessa forma, a política de exaltação das imigrações “brancas” construída em Curitiba, retoma a discussão de intelectuais e políticos que desejavam, como formadores da sociedade, europeus “puros”, tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista cultural “*era e continua sendo uma ilusão necessária, produto de uma nostalgia de uma era imaginária de harmonia e homogeneidade*” (LESSER, 2001, p. 29).

Destarte, as identidades étnicas produzidas e reinventadas pelo planejamento urbano de Curitiba são superficiais, não um produto de seus verdadeiros componentes nem da sua história real, camuflando uma época de ruptura de preconceitos e racismos, mas é politicamente estruturada, e reforça a estratégia a qual a ideologia se metamorfosea em política e se espacializa na cidade, como projeto-político para a criação da Capital de Primeiro Mundo.

Neste sentido, deve-se repensar a perspectiva de *paisagem e cultura*, reconhecendo-se que a manipulação destas são atitudes que têm dominado recentemente o processo do planejamento. Vicentini (2001) reafirma esta questão, por meio de uma aproximação teórico-metodológica a respeito das teorias sobre as cidades contemporâneas. Demonstra, com os exemplos de renovação de Berlim, Lisboa e Curitiba que as intervenções urbanas estão vinculadas a um processo histórico e cultural, e quando reinterpretadas e transpostas soam como simulacro ou são inviabilizadas por um contexto diverso. Remodela-se este bem para formas de concentração em níveis de consumo mais sofisticados, como fruto de um pensar histórico, cultural e tecnológico.

No entanto, embora as *paisagens étnicas* criadas para a construção da Capital de Primeiro Mundo sejam constantemente reforçadas, por outro lado, a *paisagem étnica das antigas colônias* e aquelas fixadas no imaginário do imigrante têm sido des-construídas no processo de planejamento. Devem-se retomar as lições de Rykwert (2004, p.217), que afirma: “*como o ilusório ou o fantasioso tende sempre a se impor no caminho do real, o espectador sempre estará no caminho de alguém, cuidando da sua vida*”. Tais questões indicam a necessidade de reavaliar os parâmetros de construção de paisagens considerando-se valores referentes aos aspectos apontados inicialmente para a discussão sobre a qualidade de vida e incluindo-se outras questões como as da história e as da memória do habitante que fazem parte do processo de construção das paisagens.

---

## RETOMANDO PRESSUPOSTOS E REFLEXÕES FINAIS

---

Os capítulos anteriores apresentam três paisagens analisadas por olhares diferenciados - *paisagens apreendidas*, *paisagens projetadas* e *paisagens étnicas*, como estratégia de reconstrução histórico-espacial no processo de entendimento da construção das paisagens de Curitiba.

Preliminarmente, retomam-se os pressupostos da pesquisa segundo cada olhar. Quanto ao primeiro olhar, o das *paisagens apreendidas* é aquele descrito nos relatos de três viajantes europeus: Saint-Hilaire [1829], Avé Lallement [1858] e Bigg-Wither [1872]. Se a paisagem é um produto, as visões dos viajantes e as iconografias do início da formação da Província e da Capital definem maneiras de olhar o novo continente e seus “*genius loci*” iniciais. E, como a produção dos relatos dos viajantes pode trazer contextos, situações e percepções que auxiliam a construção da gênese da paisagem de Curitiba.

Retomando-se as considerações finais de cada capítulo, observa-se que, nas *paisagens apreendidas*, emergem os valores culturais e sociais na interpretação das novas paisagens. O olhar indica a constante procura de referências de identidade na comparação com os valores europeus. Entre as várias visões de paisagem apresentadas no início da pesquisa, o olhar perceptivo das paisagens vincula-se às relações de visibilidade e visualidade, correspondendo esta à imagem do mundo físico, ao passo que aquela, a visibilidade, à elaboração reflexiva. Isso significa que o olhar não é somente o exercício da visão, mas tem significados diferenciados que podem variar de acordo com experiências prévias, observadas na interpretação das paisagens pelos viajantes.

Os relatos dos viajantes são estruturados em *forma de diário*, com base nos conhecimentos observados; como *cartas narrativas*, dando-se a entender que valores culturais e sociais são utilizados para interpretação da nova realidade; e por fim como *tratados científicos*, no caso de Saint-Hilaire e Bigg-Whiter. Os três viajantes apresentam o olhar *renascentista* em uma ampliação individual do saber do novo mundo e registros para a divulgação dessas descobertas.

Verificam-se os critérios de incivilização: analfabetismo generalizado, hábito da preguiça, produção para a subsistência e não-uso do arado. No entanto deve-se atentar para o fato de que, na época do Brasil-colônia, existia o preconceito sobre o trabalho braçal, destinado somente à classe inferior. Outros aspectos de incivilização foram ressaltados na descrição da precariedade das habitações, na ausência de livros nas casas e nas longas distâncias de igrejas e escolas dos núcleos urbanos. Por outro lado, consideram-se elementos de civilidade a similaridade racial (“marca de bondade e inteligência”), ressaltada por Saint-Hillaire que era representativa das idéias vinculadas na Europa, naquela época, de hierarquias raciais. A presença de hortas, pomares, áreas cultivadas com simetria e zelo, características estas sempre relacionadas à presença de imigrantes europeus.

Em relação aos aspectos geomorfológicos, a similaridade do clima e dos campos entre a província e as regiões da Europa, é definida como elemento de identificabilidade; muitas vezes comparava-se às paisagens européias, porém a presença de araucárias é tida como paisagem prenante.

Nos pequenos aglomerados urbanos que se formavam, como Antonina, Castro, Ponta Grossa e Curitiba, a descrição dos viajantes revela uma “operação-padrão”, na transposição de valores espaciais dos aglomerados urbanos portugueses. A falta de simetria da praça e a implantação descentralizada da Igreja, no *core* de Curitiba, são apontadas pelos viajantes e demonstram que a regularidade e o geometrismo já eram características importantes na organização dos espaços urbanos.

Deve-se ressaltar a intenção de publicar as aventuras no outro continente. Dessa forma, dados quantitativos e descrições pragmáticas eram uma das estratégias de mostrar a verossimilidade quanto ao que era visto. Apesar do predomínio da visão, os viajantes apreendem o novo mundo pelos sentidos, sendo a paisagem olfativa e sonora complementar na descrição da realidade.

Porém, a despeito de serem relatos de caráter subjetivo pode-se verificar que são informações sobre a configuração das paisagens iniciais da Província do Paraná. Assim, os relatos dos viajantes reproduzem os contextos e as situações que demonstram os valores coloniais na construção da província-colônia de Portugal como gênese da paisagem de Curitiba.

Quanto ao segundo olhar, o das *paisagens projetadas*, pressupõe-se que as políticas e as instituições sejam agentes de formação e transformação das paisagens, e a partir do inventário e da leitura das proposições projetadas podem indicar as ideologias e os modelos dominantes de organização na construção da paisagem curitibana. Para demonstrar isso, utilizou-se da paisagem construída e ordenada pelos códigos, legislações e planos. Através da análise das proposições verificam-se as maneiras ideais de organização do urbano, a maioria referências externas, revelando nas *paisagens projetadas* à ação sistemática de construção de uma imagem ideal urbana.

Primeiramente, pela atuação dos almotacés e ouvidores, na continuidade e regularidade das ruas e contigüidade das edificações, e na separação entre público e privado no intuito de conformar espaços compactos, em uma aparência similar à dos núcleos dos colonizadores. A partir de Tolouis (1885), a intervenção racional do homem sobre a natureza é definida pela regularidade. Com efeito, o ajuste das ruas, a necessidade de compor uma visão de perspectiva, o ideal de ângulos retos e do paralelismo eram elementos essenciais para a organização da capital da Província. Modelos de intervenção europeus como os de Haussmann, em Paris, e o plano da cidade de La Plata eram paradigmas universais aplicados nas intervenções urbanas. De acordo com Torres (1996), esses ideais tinham sua base no positivismo e na racionalidade como modelo universal a todas as ciências.

Tais preceitos de ordenação estão presentes no primeiro Código de Posturas (1895) que define ações individuais que viriam a transformar fragmentalmente a paisagem de Curitiba. Uma paisagem de construções caiadas, com gabaritos definidos e de dimensões homogêneas de aberturas (portas e janelas), configuraria a imagem dos casarios presentes nas cidades coloniais brasileiras. Definições morfológicas na padronização dos lotes e de hierarquia viária previam uma paisagem ordenada e de critérios para o embelezamento do núcleo urbano.

Várias diretrizes promulgadas sucessivamente tinham como objetivo de construir uma paisagem que negaria as estruturas urbanas coloniais e fortaleceria a idéia de modernização e desenvolvimento da capital do Estado. O reforço da centralidade da área urbana, a rejeição do uso da madeira, a criação de um órgão municipal de planejamento e a doação obrigatória de parcelas para áreas públicas, são imposições legais que faziam parte dos postulados para a construção de uma paisagem “moderna”. Na análise do Código de Obras de 1919, observa-se a preocupação com a continuidade para alcançar esse ideal,

prevalecendo questões como regularidade e higienização dos espaços urbanos. Definia-se um zoneamento preliminar que divide a cidade em 3 (três) zonas: urbana, suburbana e rocio, elitizando as áreas centrais e legitimando os princípios de segregação espacial.

O plano de Agache (1941-1943) insere Curitiba no panorama de intervenções urbanísticas. As concepções do urbanista definem as preocupações em voga, máxime o saneamento, a circulação viária e a setorização, pressupostos urbanísticos correlacionados com a Carta de Atenas de 1933. A resolução espacial da forma viária centrípeta, com áreas reservadas a parques, é similar à proposta do Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo. Nessa época, de acordo com Torres (1996), o planejamento urbano era considerado como uma disciplina pragmática.

A recomposição da leitura histórico-espacial das diretrizes, que influenciaram no processo da construção das paisagens de Curitiba, demonstra uma constante organização do espaço urbano para a burguesia emergente, utilizando-se de gabaritos e de definição de materiais permitidos como estratégia de elitização das áreas centrais. Em certo momento, a burguesia do mate reverte esse processo, importando novos modelos de arquitetura, em um único volume construído, não mais considerando a arquitetura como conjunto, e faz o entorno imediato do núcleo central, *locus* de suas mansões, menos restritivo quanto à legislação em vigor, transformando gradativamente a imagem construída da pátria-mãe. A ordem geométrica e o paralelismo eram regras gerais de um ordenamento lógico e de referência estética. A idéia de desenvolvimento e de modernização iniciou-se no processo de negação das estruturas urbanas portuguesas com ações de concepção racionais.

O plano SERETE tinha como diretrizes básicas o crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida; prevendo uma hierarquia de vias; desenvolvimento preferencial da cidade ao longo do nordeste-sudoeste; policentrismo e adensamento; extensão e adequação das áreas verdes; caracterização de áreas de domínio de pedestres e criação de uma paisagem urbana própria. Estas foram proposições já defendidas pelo arquiteto responsável pelo plano, Jorge Wilhelm, para São Paulo. O PPU inverte o sistema viário do Plano Agache de anéis concêntricos para uma estrutura linear baseada em duas grandes vias estruturais que moldariam o crescimento da cidade. Apesar de ser consenso que PPU foi a base para o Plano Diretor de 1966 realizado pelo IPPUC, há diferenças entre aquele e este, as quais consistem na retirada do policentrismo, na inclusão de setores históricos e na necessidade de ser realizado um planejamento integrado. A partir de



1971, em gestões quase ininterruptas de prefeitos-técnicos vindos a maioria do IPPUC ou do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal, à exceção de Maurício Fruet e Roberto Requião, dão sequência aos princípios postulados no Plano Diretor de 1966, vigente em suas bases até hoje.

O terceiro olhar, o das *paisagens étnicas* tinha como propósito investigar a espacialização do processo de estabelecimento das colônias de imigrantes em Curitiba. Estudos existentes sobre a concepção dos planos de colônias imigrantes no Brasil, especialmente as italianas, alemãs e japonesas, definem que determinantes culturais assumiram importância significativa para a construção de uma comunidade ideal. Dessa forma, se a relação entre espaço e cultura foi relevante na concepção dos planos de colônias de imigrantes; estas questões pressupõem uma lógica de estruturação e de organização espacial relacionada às etnias na implantação de 39 assentamentos na atual área da RMC - Região Metropolitana de Curitiba, além de suscitar a uma série de questões de espacialização no processo de urbanização da cidade.

A quantidade de assentamentos planejados que resultou em uma distribuição de quase 3.000 lotes rurais e cerca de 220 lotes urbanos, nos arredores do núcleo inicial, evidencia a importância do processo de implantação das colônias na origem de Curitiba. Pode-se afirmar que foi o primeiro processo de reforma agrária, resultado do parcelamento das sesmarias com o intuito de povoar a Capital e de principalmente resolver os problemas de abastecimento.

Pôde-se verificar, após a análise dos núcleos planejados e direcionados aos imigrantes na atual área da RMC – Região Metropolitana de Curitiba, que sua grande maioria, cerca de 90%, foram assentamentos planejados e subsidiados, de caráter eminentemente rural. Os assentamentos de acordo com o órgão idealizador possuem algumas características individuais. No caso de colônias subsidiadas pelo governo central são de maiores dimensões e mais distantes de Curitiba; os provinciais localizaram-se nos arredores da Capital sendo projetados, em sua maioria, apenas com lotes rurais. Por fim, os municipais tiveram uma proximidade maior com o núcleo urbano inicial.

Este processo de implantação sucessiva de assentamentos imigrantes deu-se por meio de um *planejamento de necessidade* sem preocupações quanto à infra-estrutura e quanto à concepção projetual. Foram poucos os exemplos de projetos que pré-determinavam espaços para a igreja e a escola, como os das colônias de imigrantes projetados por

companhias de colonização particulares. Dessa forma, a reivindicação por estas construções foi a primeira transformação espacial requerida para adequar às necessidades dos imigrantes. Nos assentamentos verifica-se o domínio da racionalidade no que diz respeito tanto à divisão de terras, independente das condições do sítio físico existente, quanto às definições mínimas de infra-estrutura e dimensão de lotes.

A correlação entre os empreendimentos desenvolvidos por companhias de colonização particulares e pela Província revela diferenças. Quanto aos primeiros existia a estratégia de vendas de lotes. Nesse caso, os projetos deveriam ser comercializados apresentando como atrativo a infra-estrutura, a “planta” deveria ser vendável e, muitas vezes usava-se a toponímia como referência da cultura dos imigrantes. Quanto aos segundos, os lotes foram praticamente doados em vista da necessidade de produção de gêneros alimentícios e sua denominação refletia o poder provincial. São vários os relatos que indicam falta de acesso à água, e infra-estrutura deficiente; enfim, as colônias projetadas para os imigrantes implantadas em Curitiba comprovam um *planejamento de necessidade*.

Um outro questionamento da pesquisa visa saber se o estabelecimento das colônias de imigrantes na cidade foi uma política que se espacializou, quais foram os resultados da construção da Paisagem Étnica de Curitiba, e se se pode afirmar a existência de paisagens étnicas contemporâneas na cidade.

A pesquisa confirmou a existência de três *paisagens étnicas* em Curitiba. A primeira retoma os primórdios da formação da cidade, ou seja, época em que existia a concentração dos núcleos coloniais na região Norte e Noroeste, devido à localização dos principais eixos de comunicação como a Estrada da Graciosa, a Estrada de Mato Grosso e o caminho para Assungui. Algumas colônias como Pilarzinho e Santa Cândida tinham uma extensão de área maior que o próprio núcleo urbano, e a contigüidade espacial demonstra um rápido loteamento da área rural destinado aos imigrantes.

Nesse processo, pode-se observar uma peculiaridade em Curitiba, o fato de ser a única capital no Brasil que incorporou antigas colônias de imigrantes as quais, atualmente, são os seguintes bairros da cidade: Água Verde, Pilarzinho, Bacacheri, Santo Inácio, Abranches, Santa Cândida, Orleans, Lamenha Pequena, Santa Felicidade, Augusta e Riviera.

A divisão fundiária imprime marcas permanentes nos antigos assentamentos, acessos e caminhos ainda são verificáveis: as estradas das colônias, a toponímia, os tipos de organização espacial, além de elementos simbólicos como a igreja e cemitérios contíguos são exemplos que persistem. O cuidado com as calçadas como continuidade dos jardins e estes com hortas, pomares e canteiros de flores exteriorizam o cuidado e zelo com as áreas externas. Indícios de permanência, de territorialidade e de sentido de pertencimento fazem parte das paisagens étnicas das antigas colônias de imigrantes.

A segunda paisagem seria aquela imaginada pelos imigrantes e/ou descendentes que definem como espaços significativos, principalmente, as igrejas e locais de concentração. A referência aos espaços de temas étnicos define a terceira paisagem produzida para criar a imagem da Capital do Primeiro Mundo. No entanto, este processo de criação de espaços temáticos retoma os princípios eugenistas e convenientemente acoberta parte da história real de violência e perseguições aos imigrantes no período de nacionalização e da guerra, resgatando de maneira romântica a imigração como símbolo de desenvolvimento da Capital.

Retomando-se as discussões iniciais sobre as várias visões de paisagens, podem-se vincular os resquícios das paisagens étnicas das antigas colônias à acepção da palavra alemã *Landshafen*, em sua associação com as formas físicas e culturais. Em relação as paisagens produzidas para a construção da Capital de Primeiro Mundo resgatam o sentido renascentista do termo paisagem, como pintura ou panorama a ser fotografado. São produzidos vários projetos étnicos temáticos por meio de réplicas e reproduções como concepção da paisagem a ser criada. Nas paisagens étnicas dos imigrantes e/ou descendentes, conquanto haja as referências a locais de representação social, a inclusão dos espaços temáticos revela um processo de transmutação das paisagens, no sentido de que os descendentes não necessariamente compartilham da história de seus ancestrais.

Verifica-se assim que a identidade cultural pode ser manipulável. Brabha (2000) observa que a enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem sendo repetido, relocado e traduzido, em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos de artifício do arcaico.

Além do exposto, o percurso teórico-metodológico da reconstrução das paisagens corrobora o fato de que, a partir do momento em que as identidades culturais e suas paisagens podem ser manipuláveis; a idéia de intervenção humana e o controle de forças que modelaram ou remodelaram constantemente o espaço urbano de Curitiba demonstram continuidade da imposição de ideologias de um saber codificado e certificado; como se a regularização fosse preceito necessário a idéia de planejado, princípio herdado do racionalismo que persiste como elemento dominante na maneira de organizar a cidade. Verificou-se o direcionamento às práticas elitistas, a alienação histórica e cultural e, principalmente, um processo de planejamento engajado em um projeto político-governamental.

Assim as observações referentes às paisagens, a partir de uma recomposição histórico-espacial, permitem as várias críticas dos caminhos tendenciosos da construção da paisagem de Curitiba. A construção de uma imagem de capital “mais branca do país” pode ser vinculada mais a um discurso distópico, a antítese de utopia, aquela relacionada ao sistema político de poder e esta a uma visão idealizada do construído.

Sob este enfoque retomam-se as discussões iniciais sobre as *Entopias* que não são necessariamente “planejadas” ou não espaciais como as utopias. Deve-se buscar subsídio na existência de culturas espaciais para podermos discorrer sobre outras formas de compreensão da cidade, na tentativa de estabelecer um possível diálogo interdisciplinar que possa constituir bases para um saber menos restritivo e redutor. Entopias, na definição de Gifford (1997), são espaços realizáveis que podem ser trazidos em existência. Portanto, significa que são espaços existentes que necessitam de novos olhares capazes de efetivamente, compreendê-los como lugares qualificáveis por meio de conhecimentos históricos e culturais.

Desta maneira, uma questão essencial é a forma de “olhar” a cidade. Segundo Sennett (1990), os impulsos para desenvolver um “olhar consciente” podem ser, igualmente, as fontes necessárias para a emergência e mobilização de energias criativas, tornando as pessoas visíveis e recuperando a plenitude dos sentidos. Que tal reflexão possa ser a busca para estabelecer outros possíveis caminhos a respeito dos *Saberes Ambientais* do planejamento, em uma transposição dos ensinamentos de Leff (2000; 2001), uma vez que o *Saber Ambiental* inclui saberes marginalizados e subjugados pela centralidade do logos científico, por meio do qual devem emergir novas estratégias conceituais que envolvem paradigmas de conhecimento de diversas ordens, como um saber identificável, conformado

em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas. Um saber em que as etnias e as referências a lugares qualificados, as *Entopias Urbanas*, possam esboçar uma reconstrução do conhecimento a partir de novas visões, potencialidades e valores, guiados por novas significações.

Rykwert (2004) refere-se à Nova Carta de Atenas de 1998, citada anteriormente, e afirma que esta contém sugestões firmes e substanciais, contrárias tanto ao espírito quanto às prescrições do documento original, e representa a confissão dos urbanistas por muitos fracassos. Todos nós, autoridades públicas, investidores e arquitetos, temos sido coniventes com a produção da cidade em que hoje vivemos. Deve-se reconsiderar a maneira de abordar a questão da construção de cidades, que só pode ser entendida no contexto da sua paisagem. O autor entende que devemos trabalhar de maneira menos ambiciosa nossas cidades e que o papel específico do arquiteto na feitura do tecido urbano precisa ser redefinido. Para entendermos a cidade e sermos capazes de trabalhar nela, temos de vê-la como uma concatenação de coisas desejáveis. Não é de encantamento e grandiloquência que precisamos agora, mas de sobriedade e ação efetiva, contrariamente as que enunciam o discurso de Daniel Burnham<sup>121</sup>.

Ainda que as formas de olhar de Leff (2001) e Ryckwert (2004) sejam de campos disciplinares diferenciados, aquele discorrendo sobre a reconstrução de uma nova racionalidade ambiental a partir da incorporação de saberes ambientais para o entendimento da complexidade ambiental, e este, arquiteto, demonstrando os erros cometidos pelos urbanistas e reafirmando a necessidade de um redirecionamento do urbanismo. Ambos trazem nos seus pensamentos a emergência de novas concepções na maneira de construir as paisagens, considerando os saberes ambientais arraigados como áreas de significados existentes.

---

<sup>121</sup> Daniel Burnham foi um dos arquitetos que conceberam os arranha-céus de Chicago: Edifício Munadnock (1889-1891), Rookery (1888) com 22 andares foi por certo tempo o edifício de ocupação mais alto do mundo, foi o autor do grande projeto para Chicago de 1909 quando afirmou: "Não faça planos pequenos, eles não tem a mágica necessária para mexer com os sentimentos dos homens" (Apud Rykwert, 2004, p.349).

A passagem no fechamento do livro “As Cidades Invisíveis” retoma a ação dos urbanistas:

o inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno com o qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1990,p.150).

Portanto, uma das estratégias é apreender o mundo, estratégia que, de acordo com Calvino (1990, p.150), “*é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínua: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço*”. Incorporar a sensibilidade descrita por Calvino talvez seja uma das difíceis tarefas que faz que as intervenções urbanas sejam de caráter mais instaurativo, algo novo, necessário para o reconhecimento dos lugares, preservando-os e abrindo espaço. Um olhar sobre a cidade que seja capaz de captar não apenas suas dimensões objetivas, mas também subjetivas para podermos descobrir a “alma” ou os vários “genius loci” da cidade é uma das maneiras de fornecer condições para interrogarmos o presente e projetarmos o futuro.

Portanto, pode-se afirmar que as paisagens curitibanas foram edificadas a partir de princípios universais, presentes em um mundo unificado sob o signo da ciência e do discurso técnico instaurado principalmente pelos governantes-técnicos. No entanto, a existência de territórios de imigrantes como fragmentos de *paisagens étnicas* existentes podem revelar formas diferentes de organização e de saberes ambientais. Pode também sugerir outras maneiras de apreender o mundo que permitam o entendimento de novas formas de apropriação e de reconhecimento das várias maneiras de manifestações étnicas, entendidas estas conforme a visão de Bonnemaïson (1981) como grupos culturais, ou seja, como verdadeiras etnias modernas que têm um grupo próprio que se traduz enquanto visão de mundo e tipos de territorialidades<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> A questão de etnias modernas e de territorialidades é uma das temáticas emergentes em face das recentes tensões provocadas por imigrantes em países da Comunidade Européia. Na periferia de Paris, franceses, descendentes de imigrantes de origem árabe ou africana, marginalizados pela sociedade francesa iniciaram um processo de vandalismo em razão de vários problemas sociais e econômicos de discriminação étnica. Ver artigo da Revista Veja “Paris está em Chamas”, edição 1930, ano 38, nº45, 09 de nov. de 2005; artigo “A Voz dos Subúrbios”, edição 1931, ano 38, nº46, 16 de nov.2005.

Esta tese encerra parte das questões relativas ao processo histórico-espacial das paisagens étnicas de Curitiba. Na busca de referências iconográficas e de estudos existentes observou-se a carência de pesquisas para entender o fenômeno da imigração na formação espacial da cidade. Sabe-se que esta tese enfatiza as questões geo-estruturais das colônias de imigrantes, enquanto aproximação do objeto. No entanto, o olhar contemporâneo dirigido aos assentamentos dos imigrantes revela que estas são áreas onde a riqueza das relações geo-simbólicas<sup>123</sup> ainda permanece e se faz como um grande campo de estudo a ser desbravado.

Dessa forma, existem várias possibilidades de continuidade e esta pesquisa tem a pretensão de fornecer subsídios por desvendar importantes aspectos histórico-espaciais, os quais são referências necessárias para a criação de paisagens. Apreender e recombina, com novos olhares sobre o espaço, para procurar novas fórmulas, melhores ou saber perpetuar as existentes, pode ser um dos caminhos para a (re) descoberta das *Entopias*.

---

<sup>123</sup> Este conceito de acordo com Bonnemaison (1981) pode referir-se a um lugar, a um itinerário, a um espaço, que adquirem pelos olhos dos grupos étnicos e das pessoas uma dimensão cultural e simbólica na qual os seus valores estão enraizados e através dele sua identidade é afirmada.









## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (org). **A Duração de Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.27-55.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 280p.

APPLEYARD, Donald. **Livable Streets**. California: University of California Press, 1981.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **1858, Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 114p.

AZZI, Riolando. **A Igreja e os Imigrantes**: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904) vol. I. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. 372p.

BAHL, Miguel. **Legados Étnicos na Cidade de Curitiba**: opção para diversificação da oferta turística local, 1994. Dissertação (Mestrado pela Escola de Comunicação e Artes) - Universidade de São Paulo, 204p.

BALHANA, Altiva Pillati. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: Tip. João Haup & Cia. Ltda., 1958. 286p.

BALHANA, Altiva Pillatti et alli. Alguns Aspectos Relativos aos Estudos de Imigração e Colonização. Separata dos **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, p.345-389, 1969a.

BALHANA, Altiva Pillatti. Política Imigratória do Paraná. Separata da **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº12, maio/jun., 16p., 1969b.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens Americanas: Imagens e Representações do Wilderness. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, n.5, jan/jun, p.43-53, 1998.

BARNABÉ, Marcos Fagundes. A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da companhia de terras norte do Paraná, 1990. Dissertação (Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos) – São Carlos.

BELLUZZO, Ana Maria (org). **Brasil dos Viajantes**. São Paulo: USP, n. 30, 1996. 155p.

\_\_\_\_\_. A Propósito do Brasil dos Viajantes. In: BELLUZZO, Ana Maria. **Brasil dos Viajantes**. São Paulo: USP, n. 30, p.8-19, 1996.

- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura..** Rio de Janeiro: EdUFRJ, p.84-9, 1998.
- BHABHA, Hommi. O Compromisso com a Teoria. In: Arantes, Antonio A.(org). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, p.11-29, 2000.
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional:** a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná 1974, 420p. (tradução, introdução e notas de Temístocles Linhares, nota bibliográfica de Newton Carneiro).
- BOLETIM DA PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano de Urbanização:** Plano Agache. Curitiba: ano II, n.12, 1943.
- BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba, v. 1.[19--] (mimeo)
- BOLOGNINI, Carmem Zink e PAYER, Maria Onice. **Línguas de Imigrantes.** Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/civ/v57n2/950x7n2.pdf> Acesso em: 29 out. 2005.
- BONNAMEISON, Joel. Voyage autour du territoire. In: **L'Espace Géographique.** Tomo X, nº 4, p.249-262, 1981.
- BORUSZENKO, Oksana (cood). Água Verde: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IX, nº 68, nov., 1982. 32p.
- BROADBENT, Geoffrey. **Emerging Concepts in Urban Design.** London: E&FN Spons, 1996.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981 (tradução Ana M. Goldberger)
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Cia das Letras,1990. 151p.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CASTRO NETO, Vicente de. Grande Curitiba: um olhar sobre a evolução urbana. In: **Metrópoles em Revista.** Curitiba: COMEC. n. 4, vol 4, p. 5-30, 2002.
- CASTRO, Josué de. **A Cidade do Recife.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998. 164p.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**: sobre a teoria da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1985. 333p.

**CIÊNCIA Nova**. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 nov. 2002. Caderno Mais, nº 563.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. RJ: EdUERJ, p. 59-98, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2001.453p. (trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro. Afeche Pimenta).

CMNP. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E ATOS MUNICIPAIS. Curitiba: Arquivo Público do Paraná,[19--] (mimeo)

COLODEL, José Augusto. Colônia D. Augusto: uma introdução e sua história. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano X, n º 71, mar., 1983. 40p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Paisagem Geográfica – Uma Bibliografia. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, n.4, jun.p.50-54, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org). Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.9-18.

COSGROVE, Denis. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical. In: **Espaço e Cultura**, n.05 jan/jun, p.5-29, 1998.

\_\_\_\_\_. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.92-123, 1998.

\_\_\_\_\_. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 103-134, 2003.

CULTURA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--]. p.409.

CULTURA. In: HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.117.

CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 384p.

DALMOLIN, Cátia. Mordação verde-e-amarela: O Estado Novo e os ítalo-brasileiros na região central do Rio Grande do Sul. In: **Histórias e Debates**, v.5, n.1, p.84-97, jul., 2004.

DANDEKAR, Hemalata C. Qualitative Methods. In: **Urban Planning**. Catanese, Anthony J. & Snyder, James C.(orgs). United States: McGraw-Hill, 1988. 386p.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991. 654p.

DOXIADIS, Constantinos. Global Ecological Balance – The Human Settlement that we Need. In: **EKISTICS**, vol. 18, nov. 1964. Disponível em:<<http://www.doxiadis.org/documents/articles/article22asp>>. Acesso em: 07 jun. 2002.

DUDEQUE, Irã José Taborda. **Os Espirais de Madeira**: uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001. 437p.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS XXXI Volume. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, p.138-204, 1959.

ESPECULAÇÃO. In: MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 131.

ESTRADA DO MATO GROSSO: contribuição à história dos bairros do Batel, Seminário, Barigui e Campo Comprido. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano VII, nº 50, março, 1981. 22p.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço**. Pelotas: Universidade de Pelotas, 2002.

FARACO, José Luiz. **Planejamento Urbano no Paraná: A Experiência de Curitiba**, 2002.Tese (Doutorado em Estruturas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Os Lugares Improváveis. In: YAZIGI, Eduardo (org). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, p.65-82, 2002.

FERRARINI, Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992, 620p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades Brasileiras** – origem e significados dos seus nomes – Paraná. Curitiba: J.C.V. Ferreira, 1999. 330p.

FLORIANI, Dimas. Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Philippi, A.Jr., et al. São Paulo: Signus, 2000.

\_\_\_\_\_. A complexidade ambiental nos convida a dialogar com as incertezas da modernidade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento**. vol. 4. Curitiba: UFPR, 2001.

FORUM 2004 Barcelona 9 de maio-26 de setembro de 2004.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais de Blumenau (1929-1950)**, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GALANTAY, Ervin. **Nuevas Ciudades: de la Antigüedad a nuestros días**. Barcelona: GG, 1977. 219p.

GEDDES, Patrick. **Cidades em Evolução**. Campinas: Papirus, 1994. 274p. (trad. Maria José Ferreira de Castilho).

GIFFORD, Gibson. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. 2<sup>th</sup>. London: Allyn and Bacon, 1997. 505p.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Colônia Polonesa e o Processo de Metropolização de Curitiba: impactos espaciais da modernidade**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo. 199p. Disponível em: Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 17 de março de 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 191p. (trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá).

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da Cultural: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, Antonio A (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, p.30-49, 2000.

GUTIERREZ, Ramon. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1983. 776p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. RJ: EdUERJ, p. 167-189.1999.

HALL, Peter e PFEIFFER Ulrich. **Urban Future 21: a Global Agenda for Twenty-First Century Cities**. London: E& FN Spon, 2000. 361p.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988. 550p.(Tradução: Pérola de Carvalho)

HERCULANO, Selene et all. Introdução: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais como um Campo Interdisciplinar em Construção. In: SELENE, Herculano et al. **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: EDUFF, p-17-25, 2000.

HOBSBAWN, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. **Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI**. 1994.Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p.

IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo**: apogeu e crise da escravidão no Brasil Meridional. 2ed., São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia et Labor, 1988. 271p.

IMAGUIRE, Key (coord). Arquitetura do Imigrante Italiano: no Bairro de Santa Felicidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IV, n º 24, 59p.

IPPUC – Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba Digital**, 2004. (CDROM)

JUNIOR, Rodrigo. **Curitiba em 1853**. In: Ilustração Brasileira. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, número 224. Rio de Janeiro: Edições AS. “O Malho”, 1953.

KANASHIRO, Milena. **A Study on the Roofshape as na Urban Pattern**: reflections on the regional identity to the townscape, 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade de Osaka, Japão.



- \_\_\_\_\_. Da Antiga à Nova Carta de Atenas em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Cidade e Sustentabilidade. Curitiba: UFPR, n.9, 33-37, 2004.
- KANASHIRO, Milena e YAMAKI, Humberto. Sobre Paisagens. In: **Anais da 9ª Reunião Anual SBPN**, vol.5 nº1, p.246-247, 2001.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **O Colono-Polaco: a Recriação do Camponês sob o Capital**, 1983. Dissertação (Mestrado em História Econômica do Brasil)- Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 123p.
- \_\_\_\_\_. **Os rituais do Tambamento e a Escrita da História**: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: UFPR/Imprensa Oficial, 2000. 282p.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 15, set/out/nov/dez, p.159-176, 2000.
- LANG, John. **Creating Architectural Theory: the Role of the Behavior Sciences in Environmental Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1897.
- LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR et al. In: **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. 318p.
- \_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.240p.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Nobel,1999.
- LESSER, Jeffrey. **A Negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo:UNESP, 2001. 344p.
- LIMA, Cristina de Araújo. A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana, 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- \_\_\_\_\_. Multiespacialidade, metropolitanas e construção social do lugar – rumos para a sustentabilidade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Cidade e Sustentabilidade. Curitiba: UFPR, n.9, 39-56, 2004.
- LIMONAD, Ester. **Urbanização e Natureza no século XXI: rumo a uma re-qualificação da questão social?** In: Nakagawara, Y e Mendonça, F. Imaginários Urbanos (no prelo).

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.446p. (trad. Jorge Manoel Costa Almeida e Pinho).

MACEDO, Rafael Greca. Pilarzinho: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano VII, nº 45, out., 1980. 25p.

\_\_\_\_\_ et alli. Cabral Juvevê: os bairros na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano IX, nº 62, fev., 1982. 42p.

\_\_\_\_\_. O Parque Inglês. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, n 41, 1982. 42p. MACEDO, Rafael Greca. **Pilarzinho**: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano VII, nº 45, out., 1980. 25p.

MADANIPOUR, Ali. **Design of Urban Spaces: na inquiry into socio-spatial process**. UK: John Willey & Sons, 1996.241p.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A Arquitectura Paisagista**: morfologia e complexidade. Lisboa: Estampa Lda, 2001. p.525.

MANCUSO, Franco. **Las Experiencias del Zoning**. Barcelona: GG, 1980. 384p. (título original Le vicende dello zonning,1978) (Tradução: Rossend Aequés).

MANNHEIN, Karl. **Utopia**. In: NEUSUSS, Arnhelm. Barcelona: Barral Editores, 1971.

MARTINS, Romário. **Curityba de Outr'ora e de Hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curityba, Commemorativa do Centenário da Independência do Brasil, 1922.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Brasil. São Paulo: Anhembi Limitada. 1955. 506p.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Universidade de São Paulo, 1980. 151p.

MASSIMI, M. Visões do homem e aspectos psicológicos no encontro entre a cultura portuguesa e as culturas indígenas do Brasil, no séc. XVI. In: ALFONSO-GOLDFARB, A.M. **História da Ciência**: o mapa do conhecimento. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, p.143-15, 1995.

MATTELART, Armand et al. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 214p.

MAZZOLENI, Gilberto. **O Planeta Cultural**: para uma antropologia histórica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. 222p. (tradução Liliana Laganà e Helyo Lagabà Fernandes).

- MENDONÇA, Francisco. Abordagem Interdisciplinar da Problemática Ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC- Região Metropolitana de Curitiba. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: Cidade e Ambiente Urbano**. Curitiba: Editora da UFPR, nº3, 79-98, 2001.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Balanço Crítico. In: SALGUEIRO, Heleiana Angotti (coord). **Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a invenção do olhar**. I Colóquio Internacional de Historia da Arte. São Paulo: CBHA, 2000. 452p.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de e SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, Preconceito e Violência Racial em Curitiba. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº13, nov. p. 7-16, Curitiba, 1999.
- MÜLLER, Estêvão. **Os Ventos Sopram Liberdade: alemães do Volga, a epopéia de um povo – edição especial comemorativa**. São Paulo: Centro Marista de Estudos e Pesquisa, 2003.
- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.741p.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações**. Coleção História do Paraná. Curitiba: UFPR, s/d.
- NARUMI, Kunihiro. New Visions of Landscape. In: YAMAKI, Humberto e KANASHIRO, Milena (orgs). **7º Reunião Anual SBPN**. Londrina: EdUEL, p-9-13, 1999.(em japonês)
- NORBERG - SHULZ, Christian. **Genius-Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. London: Academy Editions, 1980.205p.
- OLIVEIRA, Dennison. **A Política do Planejamento Urbano: o caso de Curitiba**. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas) –UNICAMP, Campinas.
- OLIVEIRA, Livia. **Percepção do Meio e Geografia**. OLAM – Ciência e Tecnologia. Rio Claro, v.1, n.2, p.14-28, 2002.
- OLIVEIRA, Márcio de. A Trajetória do Discurso Ambiental em Curitiba (1960-2000). In: **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, 16, p.97-106, jun., 2001.
- Paisagem. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19--]. p.1018.
- Paisagem. In: Houaiss, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.326.

Paisagismo. In: CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

PANERAI, Philippe R. e DEPAULE, Jean-Charles. **Formas Urbanas**: de la manzana ao bloque. Barcelona: Gustavo Gilli, 1986. 209p.

PARANÁ. Código de Posturas do Município de Curitiba, Lei nº 527 de 27 de Janeiro de 1919. Curitiba: Tip. da Republica, 1919. 63p.

PARANÁ. Posturas Camara Municipal de Curityba, Estado do Paraná, decretada pela Camara Municipal em Sessão de 22 de Novembro de 1895. 66p.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do Esporte - Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **A represa e os colonos**. Curitiba, 1986.144p.

PEREIRA, Gislene. **Produção da Cidade e Degradação do Ambiente: A Realidade da Urbanização Desigual**, 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Câmara Municipal de Curitiba: 300 anos**. Curitiba: 1993.

\_\_\_\_\_. **A Forma e o Podre**: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas Idades Medieval e Moderna, 1998. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

\_\_\_\_\_. *Almuthasub* – Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, vol 21, nº42, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>> Acesso em: 2 mar. 2005.

\_\_\_\_\_. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense 1829-1889. Curitiba: UFPR, 1996. 184p.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. A Cidade de Curitiba no Discurso de Viajantes e Cronistas do Século XIX e Início do Século XX. In: **Revista de História Regional**. vol.1, nº1, Inverno, 1996. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v1n1/marco.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2004.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Guia metodológica ambiental para universidades de América Latina y Caribe**. Santiago de los Cabaleros: PNUD/UNOPS, 1997.

POMBO, J. F. da R. **O Paraná no Centenário: 1500-1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.p.560.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, ano II, nº12.

RAPOPORT, Amos. **House, Form and Culture**. New Jersey: Preentice Hall, 1969.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Humanos de la Forma Urbana**: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana. Barcelona: GG, 1977. 381p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 245p.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil 1550/1720**. 2 ed. São Paulo: Pini, 2000. 236p.

RELATÓRIO DA TURMA V . **Contextualização Histórica e Socioespacial de Curitiba e RMC**, 2003. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.101p.

RELPH, Edward. **A Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987. 245p. (trad. Ana MacDonald de Carvalho).

\_\_\_\_\_. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 161p.

REPS, Jon W. **Suggested Plan for a Federal Capital for the Commonwealth of Australia**. Typescript, Australian Archives, Series A762. Disponível em:  
<<http://www.library.cornel.edu/Rpes/DOCS/agache.htm>> Acesso em 9 out. 2004.

RODRIGUES, Marlene. A boa vida de Santa Felicidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, vol. XVIII, nº 87, abril, 1991. 19p.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.

RUDOFISKY, Bernard. **Ningen no tameni no michi (Streets for People)**. Tokyo: Kajima Institute Publishing Co. Ltd., 1973. 342p. (em japonês).

RYKWERT, Joseph. **A Sedução do Lugar**: a História e o Futuro da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.399. (tradução Valter Lellis Siqueira; revisão técnica: Sylvia Fischer)

SAHR, Wolf-Dietrich e LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Menonitas Brasileiros às Margens do Mundo Nacional: um estudo da geografia social e cultural. In: MENDONÇA, Francisco (ed.). **RAÉGA – O**

**Espaço Geográfico em Análise.** Ed: UFPR, Revista do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação, nº4, ano IV, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 182p. (tradução: Cassiana Lacerda Carollo)

SALGUEIRO, Heleiana Angotti (coord). **Paisagem e Arte:** a invenção da natureza, a invenção do olhar. I Colóquio Internacional de Historia da Arte. São Paulo: CBHA, 2000. 452p.

SALIBRA, Elias Thomé. **As utopias românticas.** São Paulo: Estação Liberdade, 2003.109p.

SANCHEZ GARCIA, Fernanda Ester. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial.** Chapecó: Ed: UNOCHAPECÓ Argos, Universitária. 2003.588p.

\_\_\_\_\_. **Cidade Espetáculo:** política, planejamento e city-marketing. Curitiba: Palavra, 1977.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p.12-74,1998.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo histórico e Genealogia dos Alemães de Volga: 1877-1997.** Campo Largo: Paranaense, 1997. 684p.

SCHUSSEL, Zulma. Aglomeração metropolitana de Curitiba e as matrizes teóricas do planejamento, 2005. Qualificação de Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. 224p.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra.** Rio de Janeiro: Record, 1977.

SEYFERT, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: **MANA**, vol. 3, n.1, p.95-131, 1997.

SILVA, João Gomes da. A Paisagem – Idéia ou Experiência?. In: **Jornal Arquitectos**, n.206, maio/jun. Portugal, 2002.

SILVA, Maclovio Corrêa da Silva. Urbanismo nas cidades brasileiras durante a primeira metade do século 20. In: **Sinopses**, nº37, p.78-86, abr., 2002.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As Terras Inventadas:** Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: UNESP, 2003. 329p.

SITTE, Camilo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. 239p. (trad. da 4<sup>o</sup> ed. alemã por Ricardo Ferreira Henrique).

SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento Urbano de Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 16, p.107-122, jun., Curitiba, 2001.

SOUZA, Roberto Ribeiro de. Representações Geográficas de Identidades: o caso das casas regionais de origem portuguesa no Rio de Janeiro. In: **Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. Londrina, 2005. (CDROM)

STECA, Lucinéia Cunha e FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do séc. XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002.206p.

SUTIL, Marcelo Saldanha. Boqueirão: o bairro na história da cidade. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.106 ago., 1995. 99p.

TOMAZ, Antonio. **Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra: 120 anos de história, Genealogia**. Curitiba: Editare, 1998. 592p.

TORRES, Horacio. El Origen Interdisciplinario de los Estudios Urbanos. In: **Seminario Internacional VAQUERIAS**. Argentina, oct., p.1-22, 1996 (mimeo).

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua Investigação. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, nº4, jun., p.1-7, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de Percepções, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

UEDA, Atsuh. **Buradiru nambu gaikokujin ijiutiichi ni okeru jubunka reinyou ni kansuru hikaku chosa** - Estudo Comparativo da Transformação do Espaço Vivencial nas Áreas de Colonização Estrangeira na Região Sul do Brasil. Universidade de Osaka, 1982. (em japones).

**UMBARÁ: gentes, vida e memória**. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, ano 11, nº 72, out., 1984. 28p.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**, 1994. Tese (doutoramento) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Cidade e as Reformas Urbanas Contemporâneas**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente: Cidade e Ambiente Urbano, n.3. Curitiba: UFPR, 2001.

\_\_\_\_\_. (coord). **Urbanização e Recursos Hídricos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: UFPR, 2004. (CDROM)

VICENTINI, Yara e PEREIRA, Gislene. A Paisagem Urbana da Nova Lei de Zoneamento de Curitiba – BR 116. In: **Curitiba de Verdade: A Lei de Zoneamento e Uso do Solo de Curitiba em Debate**. Curitiba: PMDB/Fundação Pedroso Horta, 2000. (Cadernos de Gestão Pública 2) p.45-58.

VICENTINI, Yara e RIZEK, Cibele S. **Teorias Urbanas e o Tema da Natureza**. (mimeo)(s/d).

WACHOWICZ, Ruy C. Santa Cândida: Pioneira da Colonização Linista: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, ano 2, nº 16, dez., 1975. 15p.

\_\_\_\_\_. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981.

\_\_\_\_\_. **Orleans: um século de subsistência**. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

\_\_\_\_\_. **Tomás Coelho: uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 9.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360p.

WALDRIGUES, Augusto. Contribuição ao estudo da evolução histórica, social e econômica de Curitiba. In: **Ilustração Brasileira**. Edição Comemorativa do Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953.

WEIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1958. 307p.

YAMAKI, Humberto. **Buradiru ni okeru shin toshikeikaku no paradaimu**: toshi keikaku aprouchi kara (Morfogenealogia das Cidades Novas Brasileiras). Ed. Toyota, 1994. 97p. (em japonês)

\_\_\_\_\_. Arquitetura da Imigração Japonesa em Londrina – Análise de Documentação. In: **Anais da 9ª Reunião Anual SBPN**, vol. 5, nº1, p.244-245, 2001.

\_\_\_\_\_. Patte Dóie Norte Paranaense: um estudo morfo-genealógico. In: **SEDUR – Seminário de Desenho Urbano**. Brasília: UnB-GDF, p.235-243, 1991.

YAMAKI, Humberto Tetsuya e KATO, Akinori. Spatial Structure of Community Core in Japanese Settlement Towns in Brazil. Osaka: **Technology Reports of the Osaka University**, vol. 34, nº 1758, march, p.157-166, 1984.



YAMAKI, Humberto Tetsuya e NARUMI, Kunihiro. Spatial Structure of Settlement Towns in Brazil: a comparative study of Japanese, German and Italian Towns. In: **Technology Reports of the Osaka University**. Osaka:, vol. 33, nº 1736, oct, p.435-443,1983.

YAMAKI, Humberto e KANASHIRO, M. Reabilitação Urbana Vila Casoni – Vilas como Transformações Aditivas. In: Revista **SEMINA**: Ciências Sociais/Humanas, v.22, p.75-82. Londrina: UEL, 2001.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design: Tools for Environment-Behaviour Research**. London: Cambridge University Press, 1984. 250p.